

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANGELA MÁRCIA DE SOUZA

**TURISMO RURAL:
uma viagem de inclusão produtiva**

**FRANCA
2013**

ANGELA MÁRCIA DE SOUZA

**TURISMO RURAL:
uma viagem de inclusão produtiva**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Daher Cosac.

FRANCA

2013

Souza, Angela Márcia de

Turismo rural : uma viagem de inclusão produtiva / Angela Márcia de Souza. –Franca : [s.n.], 2013
218 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Claudia Maria Daher Cosac

1. Turismo rural. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Turismo sustentável. 4. Desenvolvimento rural. I. Título.

CDD – 362.85

ANGELA MÁRCIA DE SOUZA

**TURISMO RURAL:
uma viagem de inclusão produtiva**

Tese apresentada a Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Claudia Maria Daher Cosac

1º Examinador: _____
Dra. Rosalinda Chedian Pimentel –Faculdade de Ciências Humanas e Sociais “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp-Franca

2º Examinador: _____
Dr. Janduhy Camilo Passos – Universidade Federal de Uberlândia

3º Examinador: _____
Dr. Marcos Bueno – Universidade Federal de Goiás

4º Examinador: _____
Dr. Vidal Felix Navarro Torres - Universidade Federal de Goiás

Franca, 16 de dezembro 2013.

Dedico a meus pais, Juvercina de Paula e Souza e Idelbrando Martins de Souza. A maior força e fé que já conheci. A maior sabedoria que presenciei. A quem devo o meu caráter e minha existência no plano terreno. Espero estar à altura de vocês.

Palavras de minha mãe.

História de minha vida. Eu Juvercina de Paula e Silva, filha legítima de Ricardo de Paula e Silva, e Maria das Dores de Jesus nasci em 16 de julho de 1930 fui criada na roça meu pai me bajulava e dormia no colo dele até 3 anos, eu era a quarta filha, fui muito querida de meu pai. Com 6 anos, comecei a estudar era muito inteligente o sonho do meu pai é que eu fosse uma professora, mas aconteceu que aturou pouco tempo a escola foi só um ano e ficamos sem estudar no ano de 1940. Perdi meu pai, eu não tinha 10 anos, minha mãe ficou viúva, grávida com 6 filhos e passamos muitas dificuldades. Papai morreu novo, não tinha 40 anos, minha irmã nasceu no mesmo ano, mamãe sofreu muito, mas deu conta de criar estes filhos sem pai. Foi muito difícil, mas graças a Deus, crescemos todos e casamos. Hoje cada um tem sua família. Nós éramos 9 irmãos, hoje tenho 74 anos (2005) somos cinco, eu casei com 18 anos e tive 12 filhos, sendo 10 mulheres e 2 homens. Ainda criei um neto que quero muito bem. Casou muito novo, mais vive bem e já tem 3 filhos, eu tive boa juventude me casei nova costumei morando na roça, trabalhei muito não tinha água encanada nem luz elétrica, depois que fomos morar na cidade melhorou. Ainda na roça, zelava do meu sogro que sempre foi muito doente. Cozinhas, passava, costurava e ainda fazia queijos e quitanda para vender, mas trabalhava contente porque tinha saúde e coragem. Meu marido sofreu um acidente, caiu do caminhão quebrou uma das pernas, machucou muito, mas sarou e depois ele adoeceu, ficou 30 dias internado no sanatório de Uberaba, graças a Deus passei muitas dificuldades, mais venci. Casei a filha mais velha, mudamos pra cidade de Itumbiara, a vida melhorou, as meninas estudavam, trabalhavam, me ajudou muito graças a nosso bom Deus. Entrei no corte de costura e sai bem nas provas, tirei boas notas, passei em primeiro lugar. Em 1969, passei muitas dificuldades, a minha filhinha menor com um ano de idade sofreu paralisia infantil. Como sofri, eu estava grávida esperando o filho caçula, meu marido me levou para Uberaba, lá fiquei 6 dias no hospital com ela, mas como sofri ela era muito nervosa, chorava muito eu com os pés inchados a barriga grande tinha que dar banho, pegar ela nos braços, não dormia direito até que o médico deu alta fui com ela para hotel em Itumbiara, foi dia 31 de Dezembro, noite de festa, não dormi nada eu e ela passamos a noite. O homem do hotel me levou na rodoviária, me colocou dentro do ônibus, mas, Deus é bom e pai, não despreza ninguém encontrei uma senhora que sentou do meu lado, me ajudou. Chegando em Uberaba ela comprou passagem, entrou no ônibus e me assentou no banco, recomendou ao motorista que tivesse muito cuidado comigo, eu fiquei muito agradecida a ela. Chegando em Itumbiara não tinha ninguém me esperando, a sorte que tinha uns meninos pedindo para carregar as malas para ganhar umas moedinhas, um levou a mala o outro as sacola e eu levando a menina, sabe eu Deus como. Mas com muita fé em Deus venci. Hoje ela é uma linda menina formada, trabalha, dá aula e me faz carinho, sinto feliz ao lado de minhas filhas, são todas maravilhosas. Em 69 casei minha filha mais velha, em 70 nasceu o meu caçula, no dia 19 de abril. Em

maio nasceu meu primeiro neto, cresceu os dois juntos, tio e sobrinho muito saudável e feliz, depois nasceu mais duas neta e assim vamos levando a vida. Ai fui ficando doente. Eu tinha 54 anos e passei por uma cirurgia no coração, mesmo assim depois desta cirurgia sofri erisipela 2 vezes. Outra cirurgia de vesícula e trombose. Depois ainda trabalhei muito em casa, tive então diabete, com tudo isso ainda sou feliz. Em 96 tive um derrame até hoje não andei (2007), mais sozinha sempre com auxilio de uma bengala eu ando dentro de casa mesmo, assim vivo feliz graças a Deus estou cumprindo meu destino. (JUVERCINA, 2007).

AGRADECIMENTOS

Ao tomar a decisão de fazer doutorado não tinha a dimensão do processo que se iniciava. A única certeza que tive durante todo o tempo foi que, apesar das dificuldades inerentes ao processo, eu nunca não estive sozinha. Então conviver socialmente e construir a tese tornou-se grande desafio. A tese é em muitos momentos construção solitária, reflexiva, introspectiva. Ao longo dessa construção, cujo início ocorreu há três anos, muitos amigos e todos os irmãos se fizeram presentes; alguns silenciando e suportando nossas ausências, quando necessário; outros, estimulando-nos e inspirando nos momentos de desânimo, torcendo e seguros de que alcançaríamos o êxito; e outras tantas do convívio do cotidiano nos ouvindo falar, incessantemente, sobre o tema e os seus porquês na tentativa de materializar a pesquisa nos momentos mais descabidos, sendo tolerantes às nossas repetições. Construir a tese é estabelecer uma disciplina, uma dinâmica diferenciada do cotidiano. Horas do dia, da noite, da madrugada, do amanhecer ao anoitecer, pesquisar, pensar, refletir, considerar, concluir e agir. Definir rumos, objetivos. Estabelecer horários, normas, imposições à convivência social e a pesquisa. Tese tem cheiro de casa, biblioteca, campo, gente, cigarro, suor, carro, rodovia, lanche rápido, tinta, chuva e poeira. O animo, o desanimo e a força. Sentimentos conflitantes que renascem e vem das lembranças, da família, dos amigos. Da vontade de entender melhor essa construção social que se estabelece no decorrer do tempo.

Contei com muito apoio, compreensão, mãos amigas visíveis e invisíveis, e excelentes contribuições desde quando decidi que o meu caminho seria a docência. Então, a vocês, quero expressar toda a minha gratidão. Sei que vou deixar alguém pra trás e antecipadamente peço desculpas. Mas aos que não citei aqui por uma razão ou outra foram também, fundamentais nesse processo.

O meu agradecimento primeiro será ao criador do universo que nos coloca diante de tanta beleza e provações para que possamos aprender sempre, “servir para merecer e merecer para continuar servindo.”

Agradeço também a terra lugar de tamanho mistério que faz parte da minha vida, das pessoas que entrevistei e que tem por ela tanto carinho e dedicação. A terra, lugar entre tantos outros, onde eu vim passar a minha temporada.

A Professora Dr^a Claudia Maria Daher Cosac, pessoa singular que encontrei ao me escrever no programa, passar pela seleção, ser aluna e ter como orientadora a Dr^a. Claudia foi de grande aprendizado. Eu não tinha ideia do que seria receber orientações de uma pessoa tão humana, preocupada com o meu aprendizado, com dedicação exclusiva no momento da orientação, que abrisse as portas de sua casa para me receber, orientar, ensinar e acima de tudo, despertar em mim reflexões que seriam capaz de mudar minha carreira, meu olhar em relação a construção social.

Depois que entrei para o programa tornei-me mais sensível. Pude entender que o resultado de tantos comportamentos que muitas vezes encontramos no mundo das organizações privadas e públicas são reflexos de uma sociedade construída pela formação de Cotas, com Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescentes, Lei Maria da Penha. Instrumentos que funcionam como bengalas ou muletas para mascarar o que já existe em nossa Constituição Federal. Se fossemos um país sério e compromissado com nosso futuro no presente, tais instrumentos não existiriam. Nossas políticas públicas seriam aplicadas sem nenhuma dificuldade uma vez que são muito bem escritas. Imperdoavelmente não exequíveis para todos. Tudo isso pude aprender e novamente refletir. Aprendi com minha orientadora que governo não desempenha papel. Ele tem função. Professora Dr^a. Claudia, grande mestre de orientação segura, competente, brilhante, presente e possuidora de tanto conhecimento que foram fundamentais na trajetória de toda pesquisa. Ao mesmo tempo, quero agradecer pelo acolhimento, disponibilidade, carinho e respeito a mim dedicados. Realmente, um privilégio ser sua orientanda. O seu saber, complementa e concretiza todo o meu processo de aprendizado nessa face da minha vida. Professora Dr^a. Claudia não mediu esforços para que eu pudesse ter um olhar, um pensar e agir diferente. Esse novo olhar social possibilitou agir e dirigir minhas ações comportamentais na empresa, em casa, na Universidade, na vida. Conhecê-la e ser selecionada pelo programa e para ser sua orientanda foi singular. Minha gratidão eterna.

Ao professor Dr. Padre Mário Filho. Não sei por onde esta, mas sei que estive conosco e nos ensinou o que precisávamos. Que Deus nosso mestre tenha recebido o senhor de braços abertos. Sua passagem por aqui possibilitou em nós grandes aprendizados. Padre Mário, muito obrigada.

As amizades que fiz durante as aulas e depois delas com toda a turma que defino agora como **Turma do Padre Mário**. Tivemos uma árdua jornada, porém,

muito prazerosa por ter sido compartilhada com vocês. Juntos, sorrimos, nos desesperamos, aprendemos e com toda certeza que tínhamos sobrevivemos às várias demandas. Em especial, quero agradecer a Andreia e Ana Lucia pela experiência compartilhada no decorrer dos trabalhos e na imersão no mundo das Finanças, dos Métodos Quantitativos e Qualitativos. Às categorias empíricas e a Pesquisa de Campo.

A todos os sujeitos que integraram pesquisa, que mesmo diante de um cotidiano atribulado, cederam o seu tempo para as entrevistas, bem como se mostraram disponíveis para outras contribuições que se fizessem necessárias. Vocês são os protagonistas deste trabalho!

A Aline Silva graduada em turismo pela UFG e atendente da Central de Atendimento ao Turista de Pirenópolis e seu primo.

Ao professor Alexander Dias Siqueira pelo apoio junto a Agrodefesa.

A Profa Dr. Rosalinda pelas suas contribuições tanto na banca de qualificação, como durante a trajetória na sua disciplina, além dos constantes incentivos a mim dirigidos como profissional por gentilmente, ter aceitado o convite para participar da banca de defesa.

Ao prof. Dr. Janduhy Camilo Passos, Universidade Federal de Uberlândia pelas contribuições e incentivo constante para minha carreira docente. Professor Dr. Camilo, faz parte de toda minha trajetória acadêmica, me auxiliando nas tomadas de decisões mais importantes nesse caminho.

Ao Prof. Dr. Marcos Bueno, Universidade Federal de Goiás pela atenção, gentileza e por ter aceitado o convite para a participação na banca. Professor Dr. Marcos companheiro de estrada no trajeto Catalão-GO/Uberlândia-MG em tempos de aprendizado docente e social.

Ao prof. Dr. Vidal Felix Navarro Torres, pela gentileza de aceitar meu convite e prontamente se dispor do seu tempo para compor a banca, pelo carinho e atenção as minhas curiosidades em conversas amigáveis que tivemos.

Aos amigos-irmãos Cassia Aparecida e família, Lucimar e José Carlos, Dona Joventina e Sr. Sebastião, João e Ivone Assis, Hermano Pires, A família Yamachita Priscila, Poliana, Felipe, Dona Meire e Sr. Yamachita (in memória), Marco Aurélio, Adriana e Mariana, João Ricardo, Adriana Aparecida e Ivens, Erika Martins, Rita Knoop e Victor Hugo Knoop, Graça, Luiz e Alice, professoras de Pilates Grazieli Pegoraro e Stela, Dona Conceição, Dener Bernardes e Família, Cristina, Dr.

Facundo, Fausto Silva e Paulo Portillo meus médicos, Maria Emília, Celso e Estevam. O tempo nos ensina que nem sempre as amizades verdadeiras são aquelas “exclusivamente presenciais”. Como é bom saber que, longe ou perto, cedo ou tarde, noite ou dia, ausentes ou presentes, estaremos sempre juntos e sem a necessidade de licença para batermos à porta. A confiança, o zelo e o carinho que sentimos não precisam de palavras. Elas se materializam a cada encontro, telefonema ou mesmo recados, ao longo desses 20 e tantos anos. Muito obrigado por tudo!

Aos meus 11 irmãos que cito carinhosamente Maria Aparecida, Maria Divina, Maria das Graças, Helena Martins, Ivone Martins, Ide Martins, Luiza Martins, Dora Martins, Lucia Martins, José Ricardo, Adelino Martins. A todos vocês, que formam a minha vida, a minha maior torcida e maior força. Impossível imaginar e realizar esse sonho sem a cumplicidade de todos em cada momento.

Ao meu sobrinho Helencar Martins de Oliveira e sua filha Helen Oliveira (in memória) e a todos os outros demais sobrinho (a) (s) e sobrinho neto (a) (s). Que a inspiração para vocês seja a força, sabedoria, humildade, respeito e fé.

Em especial ao sobrinho e afilhado Pedro Henrique Martins de Souza, que me acompanhou em todo o trabalho de campo. Filmando, fotografando, carregando minhas tralhas, abrindo porteiras, com chuva e sol.

Aos meus cunhados e cunhadas, Vanduir Sabino, Feliciano Amâncio, Ademar Lourenço, José Casimiro, Odílio Lemes, Victor Martins e Valéria Batalha. A presença de vocês em nossa família nos momentos mais difíceis foi essencial para cada um de nós.

A Sonia Meleti que prontamente recebeu meu trabalho para às correções das normas da ABNT. Profissional de capacidade singular. Atenciosa e comprometida com a qualidade. Muito obrigada.

Ao Grupo Algar especialmente às empresas CTBC e ACS. Lugares que aprendi e contribui ao longo de 17 anos.

A empresa Farp Uniformes e todos os seus funcionários que possibilitaram a minha evolução pessoal e profissional. Trabalhando com processos produtivos e desenvolvendo projetos promoveram a inclusão social.

As escolas, faculdades e universidades por onde iniciei e desenvolvi meu processo de aprendizagem educacional, Colégio José Feliciano de Moraes, Colégio

Polivalente, Colégio Anglo, a UNIT, UFRJ, UFSC, UNESP-CAMPUS FRANCA-SP, UFU.

Ao Núcleo Servos Maria de Nazaré e a todos os nossos mentores - Bezerra de Menezes, Sheila, Skanay, Christopher Smith, José Grosso. Integrantes gerais.

A professora Mestre Clotildes Japiassu Holanda e Japiassu Holanda pelo carinho, atenção, dedicação em todas as atividades que realizamos em conjunto e pelo desejo de me ver realizar o sonho do doutorado.

Ao Prof. Paulo Antônio de Lima e toda instituição CESUC que muito contribuiu para minha formação docente e profissional.

A Dona Maria, Sr João, Dona Testa e Guilherme de Catalão-GO. Família que me acolheu em seu lar como membro integrante da mesma.

Um obrigada especial a Rosa Maria Moura Lopes a quem devo todo respeito, carinho, admiração pela tolerância em relação a minha ignorância em alguns momentos, minhas ausências. A sua contribuição foi singular nesse processo. Sempre atenta às minhas atividades, me auxiliando no dia a dia, auxiliando na parte técnica desse trabalho, reprodução de textos, ficha técnica das fotos. Geração de arquivos para garantir a integridade das informações. Torcida incondicional para o meu sucesso nessa jornada. Muito obrigada.

Se meu desejo mais antigo é o de pertencer, por que então nunca fiz parte de clubes ou de associações? Porque não é isso que eu chamo de pertencer. O que eu queria, e não posso, é, por exemplo, que tudo o que me viesse de bom de dentro de mim eu pudesse dar àquilo que eu pertenço. Mesmo minhas alegrias, como são solitárias às vezes. E uma alegria solitária pode se tornar patética. É como ficar com um presente todo embrulhado em papel enfeitado de presente nas mãos - e não ter a quem dizer: tome, é seu, abra-o! Não querendo me ver em situações patéticas e, por uma espécie de contenção, evitando o tom de tragédia, raramente embrulho com papel de presente os meus sentimentos.

Pertencer não vem apenas de ser fraca e precisar unir-se a algo ou a alguém mais forte. Muitas vezes a vontade intensa de pertencer vem em mim de minha própria força - eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa.

Clarice Lispector, 1920 - 1977.

SOUZA, Angela Márcia de. **Turismo rural**: uma viagem de inclusão produtiva. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

RESUMO

A presente tese estuda o fenômeno do turismo rural suas dimensões sociais sob a perspectiva das políticas públicas que fundamenta o turismo na busca pelo desenvolvimento sustentado. A trajetória de suas concepções e as lacunas entre o definido, escrito, apresentado com objetivo de compreender para explicar tais políticas. A partir deste cenário, a pesquisa delimitou o município de Pirenópolis-GO, por entender que como indutor da atividade turística e que polariza as diversas cidades integrantes da mesorregião 3 do Estado de Goiás. Nesse enfoque o olhar foi então direcionado ao fomento da atividade do turismo rural. O recorte temporal ficou estabelecido a partir do ano de 2003, quando da elaboração do Plano Nacional de Turismo até o ano de 2013, correspondente à operacionalização da pesquisa. A sondagem com a totalidade do universo das propriedades rurais permitiu a seleção da amostra, os dados primários foram alcançados através de entrevistas com os sujeitos empreendedores, fornecedores e arrendatários pautadas por formulários semiestruturado e que revelaram os aspectos quantitativos possibilitando a construção dos perfis. O estudo aborda e envolve o sistema de classificação das 23 propriedades rurais pesquisadas estabelecendo o perfil das propriedades, perfil dos sujeitos e às atividades produtivas, criação das categorias empíricas agrupadas de acordo com desenvolvimento da atividade turística no espaço rural e a fala dos sujeitos. Nesta perspectiva, assinalar a atividade do turismo rural a partir da fala dos sujeitos que integram o *corpus* da pesquisa, constatou-se que essa forma de introduzir atividade não agrária ao meio rural tem como finalidade integrar a comunidade local, referenciadas nas políticas, no mercado do turismo visto que as propriedades rurais mantém suas características e enxergam nessa atividade a geração de renda, inclusão, desenvolvimento sustentado e permanente fixação de sua identidade. A dimensão qualitativa emerge da fala dos sujeitos que considera a visão geral sobre a política pública para o setor deficiente na perspectiva do desenvolvimento local. A amplitude dos dados revelados considera ausência de conhecimento do poder público em relação as especificidades do espaço rural.

Palavras-chave: políticas públicas. turismo rural. inclusão social. desenvolvimento sustentável.

SOUZA, Angela Márcia de. **Turismo rural: uma viagem de inclusão produtiva (um olhar pelos caminhos de Pirenópolis-GO)**. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to study the rural tourism phenomenon, its social dimensions by the perspective of public policies that substantiates tourism in the search for sustainable development. The path of its conceptions and gaps between the defined, written, presented in order to understand and explain such policies. From this scenario, the research defined the city of Pirenópolis–Go, considering that it induces the tourist activity and that polarizes different cities of middle region 3 of the State of Goiás. The focus was directed to the promotion of rural tourism activity. The time frame has been established from the year 2003, when Tourism National Plan was elaborated, until 2013, by the implementation of the research. The survey among all the universe of farms allowed the sampling selection, and the primary data were obtained through interviews with entrepreneurs, suppliers and land renters, based on semi-structured forms that reveal the quantitative aspects enabling the construction of profiles. The study approaches and involves a classification system of 23 surveyed farms, establishing the properties profiles, personal characteristics and productive activities, setting up empirical categories grouped by the development of tourism in rural areas and personal speech. From this perspective, the mark of rural tourism activities is based on the speech of people, members of the corpus of the research. It was found that this way of introducing non-agrarian activities on rural area aims to integrate the local community, based on policies, on tourism market, since the rural properties maintain their characteristics. In these activities they see income generation, inclusion, sustainable development and permanent attachment of identity. The qualitative dimension emerges from personal speech which considers the overview of public policies through the deficient sector of local development. The amplitude of the revealed data considers the governmental lack of knowledge about the specificities of the countryside.

Keywords: public policy. rural tourism. social inclusion. sustainable development.

SOUZA, Angela Márcia de. **Turismo rural: uma viagem de inclusão produtiva (um olhar pelos caminhos de Pirenópolis-GO)**. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie le phénomène du tourisme rural dans ses dimensions sociales sous la perspective des politiques publiques qui fondent le tourisme dans la quête du développement durable. La trajectoire de ses conceptions et les lacunes entre le défini, l'écrit, présenté dans le but de comprendre pour expliquer telles politiques. A partir de ce scénario, cette recherche a délimité la ville de Pirenópolis-GO, pour la comprendre comme inductrice de l'activité touristique et pôle des différentes villes membres de la mésorégion 3 de l'État de Goiás. Dans cette approche, le regard a été ainsi dirigé vers la promotion de l'activité du tourisme rural. Le découpage temporel a été établi à partir de l'an 2003, lors de la préparation du *Plan national du tourisme* jusqu'à l'année 2013, correspondant à l'opérationnalisation de la recherche. Le sondage avec l'ensemble de l'univers des propriétés rurales a permis une sélection de l'échantillon, les données primaires ont été obtenues à travers les entrevues des sujets entrepreneurs, fournisseurs et locataires guidées par des formulaires semi-structurés et qui ont révélé les aspects quantitatifs permettant la construction de profils. L'étude aborde et implique le système de classification de 23 propriétés rurales enquêtées, ce qui établit le profil de ces propriétés, les caractéristiques des sujets et les activités productives, la création de catégories empiriques regroupées selon le développement du tourisme dans les zones rurales et le discours des sujets. Dans cette perspective, l'activité du tourisme rural peut être signalée par le discours des sujets qui constituent le *corpus* de la recherche, et il a été constaté que l'introduction de ce type d'activité non agricoles en milieu rural a comme finalité l'intégration de la communauté locale, rapportée dans les politiques, dans le marché du tourisme, vu que les propriétés conservent ses caractéristiques rurales et voient cette activité comme génératrice de revenus, d'inclusion, de développement durable et de la permanence de la fixation de leur identité. La dimension qualitative émerge de la parole des sujets qui considère la vue générale sur la politique publique pour le secteur déficiente dans la perspective du développement local. L'amplitude des données révélées considère l'absence d'une connaissance du pouvoir public par rapport les spécificités de l'espace rural.

Mots-clés: politiques publiques. tourisme rural. inclusion sociale. développement durable.

LISTA DE SIGLA

AGOTURR-GO	Associação Goiana de Turismo Rural
AGRADEFESA	Agência Goiana de Defesa Agropecuária
APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico
CAT	Centro de Atendimento do Turismo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGPAC	Comitê Gestor
CIUAT	Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CT	Câmaras Temáticas
CTBC	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
EMBRATUR	Ministério do Turismo em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo
FORNATUR	Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GEPAC	Grupo Executivo
GESTA	Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESTUR	Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEC	Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado
ISIC	International Standard Industrial Classification
IUOTO	União Internacional de Organizações de Viagens
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPOG	Orçamento e Gestão
MTur	Ministério do Turismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDTIS	Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PF	Proprietários Fornecedores
PIB	Produto Interno Bruto
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PRODETUR-NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPAC	Secretaria do Programa
SISPAC	Sistema de Monitoramento
TAR	Turismo nas Áreas Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TER	Turismo no Espaço Rural
TZMR	Turismo na Zona e Meio Rural
UFMG	Universidades Federal de Minas Gerais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNITRI	Centro Universitário do Triângulo
UNWTO	World Tourism Organization
USP	Universidade de São Paulo
WTTC	World Travel & Tourism Council

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comportamento do Fluxo Turístico Internacional 1995-2008.....	43
Gráfico 2 - Taxa de Crescimento do Turismo Mundial e da Economia Mundial 1996-2008	46
Gráfico 3 - Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões do Mundo 2000/2010	49
Gráfico 4 - Número de turistas internacionais no Brasil entre 2001 e 2010.....	59
Gráfico 5 - Distribuição percentual do valor bruto da produção gerado pelas Atividades Características do Turismo, por atividade Brasil – 2007	63
Gráfico 6 - Distribuição percentual do valor adicionado das Atividades Características do Turismo, por atividade - Brasil – 2007.....	64
Gráfico 7 - Investimento público e privado em infraestrutura – como % do PIB, em 2010	99
Gráfico 8 - Estratificação da sondagem realizada.....	120
Gráfico 9 - Identificação das propriedades segundo a sondagem realizada... 	120
Gráfico 10 - Atividades desenvolvidas nas propriedades segundo a sondagem	121
Gráfico 11 – Percentual de sucesso da localização das propriedades	137
Gráfico 12 - Contratação de mão de obra pela propriedade.....	138
Gráfico 13 – Regime de Contratação de mão de obra	138
Gráfico 14 – Propriedades que recebem turistas	139
Gráfico 15 – Oferta de Produtos e Serviços.....	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama das relações entre os diversos atores que compõe o sistema de Gestão.....	93
Figura 2 - Localização das propriedades	130

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 e 2 – Trajetória percorrida para se chegar até a Fazenda Sardinha ...	132
FOTO 3 e 4 – Trajetória para se chegar até Fazenda Fogaça e Fazenda Planta que Cresce - que foi encontrada fechada durante a realização da pesquisa de campo	132
FOTO 5 e 6 – Trajetória para chegar até Fazenda Babilônia	132
FOTO 7 – Fazenda Babilônia	133
FOTO - 8, 9, 10 e 11 – Entrevista com os sujeitos e condições das instalações visitadas	135
FOTO 12 – Características das propriedades rurais que não atendem diretamente ao turista - Povoado Caxambu.....	142
FOTO 13 – Fazenda Morro Grande	142
FOTO 14 – Produtos Comercializados pela Comunidade do Povoado de Caxambu	142
FOTO 15 – Café colonial oferecido aos turistas pela Fazenda Babilônia.....	143
FOTO 16 – Fazenda Vagafogo – Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	143
FOTO 17 – Produtos comercializados na feira semanal.....	144

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição do Turismo Mundial entre os anos de 1990 a 2008....	45
TABELA 2 - Participação do BNDES no PAC (2007-2011)	98
TABELA 3 - Segmentação turística	115
TABELA 4 - Terminologia do turismo.....	116
TABELA 5 - Resultado da sondagem da lista do município.....	119
TABELA 6 - Propriedades Rurais Mapeadas pelo IPEC – 2010.....	122
TABELA 7 - Localização das propriedades.....	134
TABELA 8 - Grupo dos sujeitos	134
TABELA 9 - Agrupamento dos sujeitos de acordo com perfil de classificação.....	145
TABELA 10 - Identificação do perfil dos sujeitos GA	146
TABELA 11 - Naturalidade e Moradia	147
TABELA 12 - Atividades desenvolvidas nas propriedades GA.....	147
TABELA 13 - Composição e Atividades do Núcleo Familiar GA.....	148
TABELA 14 - Contratação de mão de obra	149
TABELA 15 - Transformação no Espaço Rural.....	149
TABELA 16 - Percepção das Mudanças a partir do início da Atividade Turística	150
TABELA 17 - Produtos das Propriedades	150
TABELA 18 - Participação dos Produtos Comercializados na Receita do GA	150
TABELA 19 - Identificação do Perfil dos Sujeitos do GB.....	151
TABELA 20 - Naturalidade e moradia	152
TABELA 21 - Atividades Desenvolvidas	153
TABELA 22 - Composição e Atividades do Núcleo Familiar do GB	155
TABELA 23 - Contratação de Mão de Obra do GB	156
TABELA 24 - Percepção das Mudanças a partir do Início da Atividade Turística	157
TABELA 25 - Produtos nas Propriedades	157
TABELA 26 - Participação dos Produtos Comercializados na Receita	158
TABELA 27 - Identificação do Perfil dos Sujeitos Encarregados	158
TABELA 28 - Naturalidade e Moradia	159
TABELA 29 - Atividades Desenvolvidas	159

TABELA 30 - Composição e Atividades do Núcleo Familiar	160
TABELA 31 - Contratação de Mão de Obra	160
TABELA 32 - Percepção das Mudanças a partir do Início da Atividade	
Turística	161
TABELA 33 - Produtos das Propriedades Arrendadas	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - O cenário apontado pela OMT entre os anos de 2000 a 2008 para o turismo mundial receptivo e descentralizado.....	44
Quadro 2 - Países que foram os 10 maiores destinos turístico internacional entre 2007 e 2010.....	47
Quadro 3 - Sumário dos resultados das investigações em relação ao retorno anual aproximado para cinco transações com despesa inicial de turismo de 1.000 dólares	53
Quadro 4 - Conceito dos fundadores da área de políticas públicas.....	77
Quadro 5 - Organismos oficiais de turismo dos Estados brasileiros.....	102
Quadro 6- Amostra das Propriedades Rurais.....	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
PARTE 1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	36
1.1 O cenário.....	37
1.1.1 Panorama internacional do turismo	41
1.1.2 Panorama do turismo no Brasil	50
1.2 As categorias teóricas	73
1.2.1 Políticas públicas.....	74
1.2.2 Plano nacional do turismo	89
1.2.3 Turismo rural	105
1.3 O processo da pesquisa.....	118
PARTE 2 OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	126
2.1 Configuração dos dados	127
2.2 Universo das propriedades rurais do município de Pirenópolis-GO.....	136
2.2.1 Perfil das propriedades rurais.....	136
2.2.2 Perfil dos sujeitos	145
2.2.3 A fala dos sujeitos	161
2.3 As categorias empíricas	176
2.3.1 Pedido de socorro	177
2.3.2 Desorganização na organização	179
2.3.3 Pertencimento	183
CONCLUSÃO	187
REFERENCIAS.....	201
APÊNDICES	
APÊNDICE A Sondagem.....	211
APÊNDICE B – Perfil dos Sujeitos	212
APÊNDICE C – Questões abertas	216
ANEXOS	
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	218

INTRODUÇÃO

Apresenta-se como tema do trabalho o estudo sobre a atividade do Turismo e suas modalidades com ênfase ao turismo rural, estrutura e funcionamento dos empreendimentos envolvidos, as propriedades rurais, o estabelecimento do perfil dos sujeitos participantes direta e indiretamente desta atividade na cidade de Pirénopolis-GO.

A proposta partiu da percepção de que a construção do conhecimento ocorre por diferentes contextos e estudar os fenômenos sociais como variáveis que perpassam o exercício econômico e se sustenta na sobrevivência do mundo. Este foi o caminho encontrado para compreender esta construção.

A diversidade social é permanente, aprendizado contínuo de todo pesquisador, verdade concreta, real e plural que contextualiza a evolução humana. Nesse cenário, torna-se importante observar a relação estabelecida entre Estado e sociedade, encontrando na atividade produtiva do turismo uma parceria que tenta amenizar a desigualdade social que caracteriza o Brasil, o que ocorre especialmente por intermédio da atividade do Turismo Rural.

Surge na Grécia antiga, por volta de 800 a.C. os jogos olímpicos realizados na cidade de Olímpia. Essa atividade atraía povos de lugares hoje conhecidos como Espanha e Ucrânia. O número de visitantes que se deslocavam para assistirem a esses jogos chegou a 200.000 pessoas. O hábito de viajar constituía a descoberta de novas culturas, filosofias e socialização.

O turismo é um fenômeno recorrente na história da humanidade, o homem sempre viajou por lugares diferentes por distintas motivações. Com o tempo, as viagens intensificavam-se pela habilidade do homem em domesticar os animais e obter seus produtos, formando assim, os primeiros vilarejos e cidades. Importante ressaltar que, em 2700 a.C. foram erguidas tumbas e pirâmides pelos egípcios, monumentos que despertavam nas pessoas curiosidade, diversão e religiosidade, construindo o desenvolvimento-social. Movimentação que seria denominada posteriormente turismo.

Segundo a literatura brasileira com relação ao surgimento da palavra turismo, o autor José Pedro Machado (1984), no dicionário Onomástico etimológico da língua portuguesa, “[...] turismo é uma adaptação do inglês *Tourism*, através do francês *tourisme*.” Essa relação é apontada também no dicionário Houaiss (2009, p. 1830) e no dicionário etimológico de Antônio Geraldo da Cunha (2010, p. 634). A palavra foi introduzida na língua portuguesa no século XX.

A etimologia estuda o surgimento das palavras, o movimento desenvolvido nos séculos XVII e XVIII tornou a palavra turismo marco histórico da atividade, nomeada em seguida, turismo moderno. As obras do século XVIII, marcantes do processo histórico turístico, foram “método” e a “arte de viajar”, que objetivaram recomendar aos leitores um olhar crítico em relação ao sistema político local, convidando-os a participarem das comemorações locais.

A prática de viajar ou se deslocar consolida seu papel no fomento de iniciativas em prol do desenvolvimento social, envolvem atrativos comerciais, culturais, esportivos, religiosos, intelectuais e de saúde. Portanto, o fator deslocamento faz parte do histórico da humanidade. Viajar sempre foi uma atividade permanente para satisfazer a curiosidade do homem e explorar novas culturas, novos lugares, novos caminhos, ou seja, a descoberta, a aventura são fatores que induziram muitos viajantes no decorrer do tempo antigo até a atualidade.

Nesse cenário, a atividade do turismo na atualidade estabelece relações sociais entre os públicos participantes dessa intensa tarefa, com a iniciativa privada, as entidades de classe comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas e sociais, universidades, órgãos de fomento, organismos profissionalizantes e comunidade local, Agência Estadual do Turismo, Centro de Atendimento do Turismo (CAT) e outras áreas de turismo. Suas modalidades formalmente identificadas consolidam seu papel como atividade produtiva parceira do Estado no fomento de iniciativas em prol do desenvolvimento social considerando as políticas públicas estabelecidas para o setor como instrumento destinado a minimizar a exclusão social do setor turístico. Em especial, à atividade do turismo rural, partindo da compreensão de que devem estar associadas ao Plano Nacional do Turismo, à busca do desenvolvimento sustentado que se amplie a todos os cidadãos das localidades mapeadas como indutoras de destinos turísticos.

Porém, para compreender a evolução do conceito da atividade turística a Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo como sendo “[...] o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivados por razões não econômicas.” (OMT, 2001). Essa definição contribui apenas para padronizar o conceito de turismo nos diferentes países membros dessa organização, porém não é suficientemente abrangente para explicar a real magnitude do fenômeno.

Pela complexidade e diversidade das definições, a atividade do turismo é, sem dúvida, um estudo a ser explorado; apresenta cenário otimista em relação às questões sociais e econômicas, devido ao surgimento de novos empreendimentos de lazer e entretenimento. Essa demanda favorece o aumento de prestação de serviços que são instalados nas cidades com algum potencial turístico.

Nesse cenário evolutivo, no ano de 1994, o conceito foi aperfeiçoado pela OMT que passou a considerá-lo a partir de:

[...] um processo que engloba as atividades de pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins. (OMT, 1994 apud IGNARRA, 2003).

Contudo, a organização e o planejamento do turismo, em nível Federal, Estadual, Municipal e principalmente no local onde a atividade será desenvolvida, carecem de esforços integrados entre os diversos departamentos e secretarias do município. O conjunto de esforços tem a finalidade de estimular o trabalho em equipe, de modo sinérgico, resultando em força tarefa a serviço do bem comum.

O desenvolvimento local impulsiona a concepção de melhoria da qualidade de vida das populações de determinadas regiões. Por outro lado, a melhoria busca possibilidades por meio da participação ativa e efetiva da própria comunidade para evoluir, ampliar, progredir, respeitando a dinâmica dos elementos locais. Uma dessas atividades é o turismo rural que, sob a perspectiva da inclusão social, ganha a referência direta de um conjunto de meios e ações estratégicas e organicamente planejadas com a precípua finalidade de combater as desigualdades e dar condições de acesso a bens e serviços em um sistema que beneficie a todos.

Porém, para compreender o processo de elaboração da presente pesquisa, a relevância social e diversificada do tema e o porquê de sua escolha, é essencial expor e explicar brevemente a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora.

A pesquisadora estudou em Itumbiara-GO até 1987. Pelo Colégio Estadual José Feliciano Ferreira, pela Escola Estadual Polivalente cursando ensino básico, fundamental e médio respectivamente. No currículo, a disciplina Educação para o Lar contemplava o aprendizado das atividades domésticas e dos cuidados

com o plantio de hortaliças e manuseio da terra em geral. Atividades que sempre possibilitavam à pesquisadora retornar à infância criada na fazenda e aos prazeres da vida do campo.

A construção do conhecimento e o fortalecimento dos laços com o mundo do campo tiveram dois elementos fundamentais proporcionados pela disciplina de Educação para o Lar e Geografia. Possibilitou fundamentar concepções e atuar em prol de conscientização e mudanças sociais. Tais disciplinas permitiram a elaboração de mapas contemplando o relevo, clima e vegetação existentes em cada área geográfica estudada e manuseada.

Estudar a terra e sua geografia tornou-se passo importante na tomada de decisão na perspectiva de realização do doutorado pela pesquisadora. Possibilitou ao mesmo tempo resgatar a infância e adolescência, ampliar os conhecimentos relacionados às atividades não agrárias e apontar as nuances das políticas públicas que permeiam o mundo rural.

Assim, em 1988 a pesquisadora mudou para a cidade de Uberlândia-MG e no primeiro semestre de 1989, submeteu-se ao vestibular na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para cursar Geografia, contudo não foi aprovada. Nesse mesmo período, foi possível a participação em outro processo seletivo no Centro Universitário do Triângulo (UNITRI), ambas na cidade de Uberlândia. Foi aprovada no curso de Matemática.

Nesse mesmo ano, 1989, a definição por trabalhar e estudar foi proposta pela família o que foi aceita imediatamente. No dia 13 de fevereiro, buscou a formação profissional iniciando suas atividades na Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC) onde permaneceu até o ano de 2005. Foi o primeiro emprego, assumindo cargos como Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Analista de Negócios Júnior e Substituta formal da coordenação chegando ao cargo máximo para a categoria dentro da organização.

Buscando aperfeiçoar seu conhecimento, fundamentar concepções e atuar em defesa da conscientização e das mudanças sociais, a pesquisadora escolheu cursar graduação em uma das Ciências Sociais Aplicadas. As Ciências Sociais estudam aspectos igualitários da raça humana, mas seus métodos podem ser aplicados em diversas áreas do saber, como Serviço Social e Administração, cursos que possibilitariam à pesquisadora atuar no meio social de forma mais determinante.

Em 1990, a pesquisadora participou de um projeto na empresa onde atuava como analista. Tal projeto denominado “Empresa Rede” promoveu a reestruturação organizacional, o que provocou mudanças significativas na cultura e no comportamento dos funcionários tanto em áreas administrativas como operacionais. O foco de todo o projeto compreendia a relação com as pessoas e seu comprometimento com os resultados. O trabalho estabelecia metas previamente definidas com todo o corpo sócio funcional.

Participar desse processo de reestruturação possibilitou à pesquisadora o aprendizado das relações pessoais/profissionais dado que o projeto constituiu um planejamento contemplando o desabrochar das pessoas como seres das organizações empresariais com fragilidades, vontades e competências, para posteriormente conquistar a confiança das relações pessoais e, a seguir, desenvolver suas habilidades promovendo o conhecimento coletivo.

Assim, em 1992, a pesquisadora submeteu-se novamente ao vestibular no mesmo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) Faculdade de Administração. Foi aprovada no curso de Administração de Empresas certa de que poderia auxiliar na gestão da empresa onde trabalhava e também nos negócios empreendidos pela família. Foi aprendendo teoria e prática percebendo a relação direta entre o que constituía conhecimento científico e empírico.

Durante o ano de 1996, faltando apenas dois anos para terminar a graduação, a pesquisadora participou de um Congresso Internacional em Administração. O II Congresso Pan-Americano de Administração e I Fórum Pan-Americano de Administração Pública realizado nos Estados Unidos, na cidade de Orlando no estado da Flórida.

A graduação em Administração concluiu-se no ano de 1998.

Assim que encerrou a graduação, a pesquisadora foi promovida à analista de negócios máster. Na hierarquia da empresa, apenas os cargos de Coordenação e Diretoria eram superiores ao máster. Após um ano, foi indicada para substituta formal da Coordenação.

Em 2000, sendo substituta formal da coordenação foi convidada a participar de um programa de treinamento da empresa, O programa denominava-se “Desenvolvimento de Talentos” proposto pelo departamento de Recursos Humanos. No mesmo ano terminou especialização em *Marketing*, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), iniciada em 1999.

Sua trajetória profissional destacou-se pelo investimento financeiro da empresa em relação à pesquisadora. Entre os funcionários, uma equipe de 20 pessoas, recebeu o maior numerário do departamento em investimento no que se refere à educação continuada. Houve a oportunidade de frequentar cursos internacionais e nacionais. Preparava-se para assumir cargo de coordenação e conseqüentemente gestão de pessoas.

Mesmo trabalhando como administradora ministrava aulas para os cursos de informática na cidade de Uberlândia-MG e Itumbiara-GO aos finais de semana, pois não havia como se manter somente por meio da empresa. Na empresa, a atuação prática confirmava à pesquisadora que alcançar os melhores resultados, como sonhara na faculdade, não era tão fácil, porém, possível. As pessoas motivadas produzem resultados significativos no âmbito econômico e social.

Profissionalmente, convivia com pessoas que viam a Administração plena como ciências impraticáveis; dentro das organizações empresariais, colocavam-se de forma empirista e absoluta, tentando manter-se superior às outras áreas de conhecimento, além de tratar os menos favorecidos com descaso em relação à hierarquia existente. Promoviam o descontentamento generalizado das áreas operacionais desenvolvendo a máxima de “manda quem pode, obedece quem tem juízo.”

Este fato fez com que a pesquisadora compreendesse que faltava ao campo administrativo o olhar social, complemento necessário à prática da gestão de forma mais justa e adequada às legislações trabalhistas, à nova cultura estabelecida, à filosofia implantada, denominada Empresa Rede.

Especialmente os profissionais da administração precisam compreender e integralizar na ação as outras áreas do conhecimento como Serviço Social, Economia, Ciências Contábeis, todas, incluindo o Direito, pertencentes às Ciências Sociais Aplicadas. Essa visão sistêmica possibilita ao administrador conhecer os instrumentos de gestão, liberta o pensamento holístico, analisa e explica o ser humano em suas necessidades e complexidades dentro das organizações empresariais.

Em busca de complementar o conhecimento, a visão administrativa e acadêmica, a pesquisadora, em 2001, ingressou-se no Curso de Pós Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),

campus de Florianópolis-SC, outorgando-lhe o título de Mestre em Engenharia de produção na área de concentração: Gestão Ambiental. Com atuação administrativa, gestão estratégica e planejamento de produção em serviços, a dissertação, da pesquisadora apresentada em 2003, abordou a prestação de serviços no segmento da telefonia celular, tema polêmico à época pela abertura de mercado para empresas do mesmo segmento. O estudo e as análises possibilitaram uma visão aprofundada da organização e seus clientes, a construção de indicadores de desempenho articulada às estratégias da empresa atendendo as demandas empresariais, sociais locais e regionais em relação à prestação de serviços de telefonia celular.

Após defesa da dissertação em 2003, a pesquisadora ministrou aulas no Estado de Goiás, no Centro de Ensino Superior de Catalão, respectivamente nos Cursos de graduação em Administração de Empresas e Pós Graduação *lato sensu* do mesmo centro.

Almejando conhecimento e aperfeiçoamento na docência, tornou-se notória a importância do Serviço Social no aprimoramento profissional da pesquisadora, tanto na área Administrativa quanto na docência, pois, a visão social foi complemento fundamental para prática consciente e transformadora, especialmente no que se relaciona ao modelo de gestão adotado pela empresa onde trabalhou e entre outras áreas empresariais.

Aprimorou-se por meio de pesquisas e leituras constantes, direcionando suas inquietudes e incertezas para enfrentamento e superação de questões polêmicas e acolhimento às demandas existentes. Ministrava palestras gratuitas em outras empresas, centros de formação técnicas, Rotary Club, Instituições filantrópicas na cidade de Uberlândia-MG, Catalão-GO, Itumbiara-GO e Rio Paranaíba-MS, conscientizando alunos do Ensino Médio, Fundamental e Superior em relação às oportunidades no mercado de trabalho, responsabilidade social, sustentabilidade e quais conhecimentos e procedimentos adotados para satisfazer tais oportunidades.

De espírito empreendedor, buscando construir conhecimentos atuais e necessários ao aperfeiçoamento de sua prática profissional, em 2010 submeteu-se ao processo seletivo do Curso de Doutorado em Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – campus de Franca/SP. Para efetivar a inscrição, a primeira tarefa a ser cumprida foi escolha da

área de concentração, linha de pesquisa e respectivo orientador do projeto a ser elaborado e apresentado.

O fato de a pesquisadora ter atuado na área social como voluntária, em projetos sócios empresariais e participar como aluna especial em 2006 do programa na mesma Instituição, facilitou a escolha pelo Serviço Social, pois conhecia o corpo docente e, portanto, com quais profissionais mantinha relação de empatia, afeto, admiração e respeito. Atualmente, há poucos professores na UNESP/Franca que se confundem com a própria história da Instituição, participaram efetivamente das conquistas da Universidade e contribuíram para torná-la referência na educação superior. Esse perfil profissional, aliado à linha de pesquisa Serviço Social: o mundo do trabalho proporcionou avanço cognitivo à pesquisadora conduzindo à escolha da Professora Doutora Claudia Maria Daher Cosac, a quem deve não somente a oportunidade de obter titulação, mas, sobretudo ampliar conhecimentos, a chance de superar seus limites e tornar-se um ser humano melhor.

Desta forma, em 2010 ingressou no Curso de Doutorado da UNESP – campus de Franca, passando a integrar o Grupo Gesta – Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA) –, coordenado pela mesma professora. Participar deste grupo foi fundamental para que a pesquisadora adequasse seu projeto de pesquisa quanto ao tema e objeto de estudo, contribuindo decisivamente para sua atuação profissional na área empresarial, tendo em vista o fomento da atividade do turismo, as demandas locais, a inclusão e o espaço rural transformado pelos empreendimentos estabelecidos na tentativa de minimizar a exclusão e permitir que a atividade do turismo rural promova o desenvolvimento dito como sustentável.

A busca por integrar as políticas de forma territorial, institui-se, com atuações específicas por meio dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS), o propósito em abolir as desigualdades regionais mediante altos investimentos de capital, mas, sem qualquer perspectiva de participação da sociedade.

Todavia, pesquisar o processo do turismo rural é fundamental para a compreensão do que está acontecendo nos espaços não urbanos onde a atividade ocorre na atualidade.

O universo de pesquisa foi composto pela região Centro Oeste do Brasil, no Estado de Goiás, especificamente na cidade de Pirenópolis, no que diz respeito ao mapeamento efetuado pela Secretaria de Turismo do município, pela Agência Estadual do Turismo, pelo Centro de Atendimento do Turismo (CAT) e outras áreas de turismo rural que foram formalmente identificadas pela aluna pesquisadora.

Em 2010, o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), organização não governamental (ONG), realizou um diagnóstico sobre o turismo rural no município de Pirenópolis. Por intermédio do Projeto “Um Vale Verde de Verdade” e por meio de pesquisa de campo, mapearam-se as iniciativas de turismo de base comunitária na região. No mapeamento, identificou-se o total de 15 famílias moradoras na região do Vale Mar e Guerra, que pertencem à Região Administrativa de Pirenópolis, todas elas residindo no espaço rural.

Compõem esse trabalho dados do Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC). De acordo com o mapeamento realizado pelo IPEC, em janeiro de 2010, ficou evidente que o Vale Mar e Guerra, por ser uma região muito próxima à cidade de Pirenópolis, favorecem o desenvolvimento de atividades de turismo rural e de comercialização de produtos elaborados nas propriedades, também revela grande potencial como circuito para visitantes.

O mapeamento possibilitou conhecer o número de turistas frequentadores da cidade. Em média quase 200 mil por ano, de acordo com os resultados da pesquisa do Instituto. Essa constatação se torna significativa considerando a situação econômica e social da Região Administrativa: há pouca distribuição de riqueza e renda e, particularmente, há inclusão dos pequenos proprietários rurais no processo de desenvolvimento regional.

O contato realizado com o IPEC, a análise da pesquisa e as informações adquiridas conduziram a aluna pesquisadora à Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), organismo governamental do Estado de Goiás, responsável pelo registro das propriedades rurais. A listagem obtida comprova, em 2010, o total de 648 propriedades cadastradas, tornando-se o universo da pesquisa.

Nesse cenário, o objetivo da pesquisa foi compreender para explicar as políticas públicas que fundamentam e envolvem o fenômeno social do turismo, correspondem aos empreendimentos estabelecidos na busca pelo desenvolvimento sustentado no espaço rural onde ele ocorre. A partir da análise das falas dos

sujeitos, foram formuladas categorias empíricas para compreensão dos elementos comuns que possibilitaram conduzir a elaboração de um projeto municipal participativo para o setor turístico rural na cidade de Pirenópolis.

A intenção foi abordar 100% deste universo, quantitativamente expandido, e estabelecendo um recorte que incidisse sobre as atividades de turismo para a seleção da amostra, o que fica dependente de sondagem inicial (Apêndice A) realizada, via telefone, identificando o nome, a classificação da propriedade, a localização, as atividades rurais e de turismo desenvolvidas, o público alvo recebido. Foram estabelecidos os seguintes critérios para a elaboração do questionário da sondagem:

- Agrupar as propriedades rurais por localização de endereço e telefone;
- Contatar os proprietários por telefone;
- No caso de se tornar inviável o contato direto com os proprietários, falar com os responsáveis pela administração da propriedade levando em conta a pessoa que atender ao telefone;
- Classificar a propriedade rural de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PIRENÓPOLIS-GO): sítio, fazenda, chácara, estância e identificar as atividades de turismo;
- As propriedades rurais que responderem às questões da sondagem constituir-se-ão na amostra do universo.

O recorte temporal corresponde ao ano de 2003, quando da elaboração da Política Nacional do Turismo (PNT), até o ano de 2013, correspondente à operacionalização da presente pesquisa. Faz-se relevante enfatizar que esse plano sofreu nova atualização correspondente à versão 2007-2010, a qual o presente estudo se reportará.

Os sujeitos da investigação foram os proprietários dos empreendimentos selecionados que desenvolvem atividades no turismo rural.

Oportuno observar que o interesse na realização de uma pesquisa abordando como tema o turismo rural sem descaracterizar a atividade não agrária, advém dos seguintes questionamentos que se formam como fios condutores desta

pesquisa: o Plano Nacional do Turismo prevê estrutura adequada para o desenvolvimento e sustentabilidade das ações previstas? Consegue integração entre os setores estratégicos de poder para a consecução da cidadania ativa? Até que ponto o PNT interage com a política agrária, tendo em vista o turismo rural? Há políticas agrárias para o turismo rural? Percebe-se, com objetividade, que se trata de atividade de trabalho em embate direto com as expressões da questão social, o desemprego e a deficitária geração de renda? Agrega valor e ética na consideração de programas e projetos sociais que conduzem à melhoria na qualidade de vida das demandas sociais?

Considerando os objetivos propostos e as curiosidades investigativas expressas nos questionamentos, pressupõe-se que há carência de estudos e pesquisas na área do turismo rural, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, ao planejamento, à coordenação, à execução, ao controle e à avaliação de programas e projetos sociais, com condições estruturais adequadas às realidades locais. A ausência de conhecimento teórico e prático, da aplicação de metodologias exequíveis à consecução do Plano Nacional do Turismo, compromete à qualidade da prestação de serviços, o exercício da cidadania ativa, a efetivação da inclusão social e se torna vetor à caracterização da atividade agrária.

Assim, procurou-se identificar e analisar os efeitos diretos e indiretos da atividade do turismo rural, se esta atividade realmente possibilita a condução do desenvolvimento sustentado ou apenas possui participação direta no crescimento da economia local. Neste sentido, a pesquisa analisou a atividade do turismo rural no município de Pirenópolis, localizado na Mesorregião Leste do Estado de Goiás.

A tese está estruturada em duas partes a primeira apresenta a construção e realização da pesquisa considerando o cenário que envolve a investigação e seus aspectos, as categorias teóricas que fundamentam a atividade do turismo, seus os aspectos históricos, evolução diferentes dimensões e análises a cerca do tema. Encerrando a primeira parte, o processo da pesquisa contendo a organização dos dados oficiais disponibilizados pela Agrodefesa a partir da sondagem da totalidade do universo e explica os critérios para definição da amostra a cerca das propriedades rurais do município e a metodologia.

A segunda parte objetivou evidenciar os resultados da pesquisa na perspectiva de se desenvolver o processo de configuração dos dados, através das entrevistas com os sujeitos orientadas por formulários semiestruturado. Dando

continuidade a segunda parte apresenta-se o universo das propriedades rurais do Município de Pirenópolis-GO, o perfil das propriedades, dos sujeitos, suas falas, as categorias empíricas estruturadas a partir da fala dos sujeitos e ao final as observações contidas na conclusão.

PARTE 1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 O cenário

O cenário da pesquisa apresenta-se no contexto atual da indústria do turismo, seus aspectos sociais acerca do processo de desenvolvimento sustentável, o papel do Estado e as especificidades do local envolvido, levando em consideração os recursos tanto econômicos como sociais. Recursos esses que, se planejados e potencializados, podem vir a constituir em geração de emprego e renda para as comunidades agrícolas tendo em vista que historicamente, está “perdendo” sua originalidade local para os empreendimentos no espaço rural, lugar predominantemente composto pela base familiar vislumbrando, na atividade do turismo rural, a oportunidade de se fazer presente no mundo globalizado, ainda excludente e subdesenvolvido no que se refere às questões sociais gerais.

O turismo como fenômeno social contribui para a base de análise de todo crescimento da economia, a considerar as condições de produtividade, da geração de emprego e renda que proporcionam inclusão social em diferentes níveis da sociedade. Porém, deve-se considerar que a atividade do turismo por si só não seguirá o caminho do crescimento tão desejado e esperado por todos. Será necessário que a atividade seja beneficiada por alguns elementos chaves: um cenário macroeconômico estável, apoiado por políticas macroeconômicas sólidas, instituições políticas fortes e estáveis, abertura ao comércio e aos investimentos estrangeiros diretos, elaboração de novas tecnologias para a educação, de forma estruturada e exequível.

Essas mudanças, necessárias ao crescimento e ao aumento da produtividade, possibilitarão a transformação da demanda turística no mundo e conseqüentemente no Brasil. Os benefícios com o crescimento do consumo, bem como o acúmulo de influência geopolítica promoveriam as mudanças drásticas que talvez pudessem transformar a realidade atual em um modelo de bem-comum ao que se propõem as políticas públicas do país.

Dados da Organização Mundial do Turismo demonstram em suas estatísticas resultados que evidenciam o setor turístico como sendo o que mais cresceu nas últimas décadas. Importante considerar que apesar da atividade do turismo no Brasil ter iniciado nos anos 1990, do ponto de vista de sua estruturação governamental, de investimentos em programas regionais de desenvolvimento turístico, é bastante recente.

Compondo esse crescimento do setor, um olhar aos demais setores faz refletir em que condições esse crescimento aconteceu e se o mesmo cumpre o objetivo de transformar e incluir os demais setores formando uma base conjunta aos demais considerando a realidade atual, em que as políticas sociais são bastante antigas no País abrangendo políticas compensatórias de transferência de renda por vias diversas como os programas: bolsa família, fome zero, cestas básicas, renda mínima; políticas estruturais que, mesmo lentas, sinalizam uma evolução de forma generalizada cuja lógica se esbarra na incapacidade de geração de renda permanente.

Nesse sentido amplo e complexo do crescimento, Aloizio Mercadante (2006, p. 117) aponta que: “[...] transformar o crescimento econômico em desenvolvimento sustentado e sustentável, supõe, necessariamente, a implementação simultânea de políticas de distribuição de renda e da riqueza de caráter estrutural [...].”

A conciliação do desenvolvimento turístico com os demais setores tornou-se uma necessidade inevitável para a realidade atual. Os programas, os objetivos das ações governamentais são de fundamental importância nessa construção do desenvolvimento.

Segundo Ruschmann (2012, p. 150) em relação ao turismo e o planejamento, a função do Estado evidencia:

Mundialmente, investem-se somas incalculáveis para satisfazer as necessidades da demanda turística e para criar novos produtos. A abrangência, a complexidade e a importância do turismo na atualidade fazem com que nenhuma nação possa ignorar seus efeitos e deixar de valorizar seus recursos turísticos – tanto os naturais como os construídos pelo homem.

Evidentemente, existem inúmeras variáveis que irão influenciar nesse conjunto de propostas, programas e ações tanto no setor público quanto na iniciativa privada, uma vez que a complexidade e a importância da atividade turística no desenvolvimento torna-se vetor na construção de um país com histórico de exclusão social em nível nacional amplamente conhecido.

Em relação a esse aspecto, Ruschmann (2012, p. 150) ainda destaca que:

[...] se o desenvolvimento turístico é focado do ponto de vista econômico, a forma de abordagem será baseada no mecanismo dos preços, numa visão eminentemente comercial. Entretanto, os aspectos sociais, culturais e ambientais da atividade não podem ser negligenciados e exigem envolvimento direto e estudo por parte das entidades governamentais. Historicamente, o êxito do turismo em uma destinação depende da ação do Estado [...].

Logicamente essas transformações na corrida para o desenvolvimento, não foram executadas pela equidade, ao contrário, são marcadas pela concentração e exclusão. Portanto, pesquisá-las em profundidade revela o interesse da pesquisadora em conhecer as diferentes realidades brasileiras.

Fortalecendo tal interesse, buscou-se compreender o indivíduo dentro da sua sociedade e do seu ponto de vista mapeando sua cultura, que segundo Goldenberg (2004, p. 21) “[...] tudo deveria ser anotado meticulosamente e que um costume só tem significado se estiver relacionado ao seu contexto particular.”

Importante considerar também que as transformações no campo, a produção agrícola, os agricultores familiares na grande maioria, passam por uma crise em decorrência da concentração de renda e da falta de políticas agrícolas efetivas. A realidade aponta para um cenário onde as grandes propriedades sempre ocuparam e ocupa uma parcela considerável do País, e suas produções desempenham papel importante nas exportações agrícolas.

Entretanto, com o passar do tempo e o comprometimento das grandes propriedades com a monocultura da cana-de-açúcar, pecuária em alta escala, assumindo fortemente o papel de produto exportado, verifica-se que os pequenos proprietários têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que a produção é relativamente baixa em relação aos grandes produtores. Os retornos muito reduzidos para possibilitar a capitalização de suas unidades de produção acabam por adotarem a pluriatividade como alternativa de fonte de renda deixando suas funções na propriedade agrícola, exercendo atividades não agrícolas como empregados domésticos, atendentes em lojas e supermercados na cidade, trabalhando como motoristas, caseiros em moradias de veraneio, fiscais de rodovias e até mesmo transformando suas propriedades em lugares alternativos para a atividade do turismo.

Ao que o cenário econômico aponta, a classe dos proprietários de terra que são classificados como agricultores familiares, os níveis produtivos e a

renda bruta por eles declarada evidenciam fragilidade em relação à acumulação realizada. Na atualidade é bastante incipiente e para a grande maioria não permite investimentos elevados dada a insuficiência produtiva para financiar plenamente o desenvolvimento agrícola, em bases modernas de produção e com níveis de competição no mercado totalmente desiguais.

A insuficiência dos créditos, de um lado, impõe sérias restrições ao desenvolvimento de um agricultor familiar mais moderno e com capacidade para se manter competitivo em um mercado cada vez mais exigente e hostil e, de outro, mantém o potencial de acumulação da agricultura familiar muito baixo e cria um ciclo vicioso de reprodução da pobreza (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2002, p. 12).

A atividade do turismo em diferentes modalidades que vem sendo inserida como alternativa de geração de emprego e renda na produção rural familiar é o tema central deste estudo, portanto apresentar o panorama desta atividade e suas transformações socioespaciais amplia o entendimento em relação aos conflitos gerados entre o que prevê as políticas públicas para o setor da indústria turística, a produção familiar e o mercado. Significa aprender a colocar em ordem as ideias, buscar o jogo criativo de pensar e olhar cientificamente, na arte de fazer pesquisa.

Nesse sentido, o que faz da aprendizagem algo criativo é a pesquisa, porque a submete ao teste, à dúvida, ao desafio, desfazendo tendência meramente reprodutiva. [...] Aprender, além de necessário, sobretudo como expediente de acumulação de informação, tem seu lado digno de atitude construtiva e produtiva, sempre que expressar descoberta e criação de conhecimento, pelo menos a digestão pessoal do que se transmite. Ensinar e aprender se dignificam na pesquisa, que reduz e/ou elimina a marca imitativa. (DEMO, 2004, p. 43-44).

Assim, o que se identifica nesse contexto é que o espaço no meio agrário está cada vez mais complexo e antagônico, tornando-se necessário entender quais são as relações sociais que se estabelecem no que se refere à capacidade de configurar novas territorialidades na esfera da produção, da política, do social e também da identidade regional e local onde as atividades produtivas se diversificam na tentativa de reduzir as lacunas sociais existentes. A atividade do turismo se coloca como possibilidade de promover o desenvolvimento integrado, viabilizando o aumento sustentado da produção, melhor ocupação do espaço, com ações efetivas das políticas públicas para alcançarem resultados cujos efeitos e manifestações até o momento tiveram duração notadamente insuficiente e efêmera.

No cenário atual há uma investigação na região Centro-oeste do Brasil, no Estado de Goiás, especificamente, na cidade de Pirenópolis. Trata-se de mapeamento efetuado pela Secretaria de Turismo do município, pela Agência Estadual do Turismo, pelo Centro de Atendimento do Turismo (CAT) e outras áreas de turismo rural que foram formalmente identificadas pela pesquisadora, caracterizando assim o universo de pesquisa em relação à atividade do turismo neste território.

O Estado de Goiás está localizado a leste da Região Centro-oeste no Planalto Central Brasileiro. O seu território é de 340.086km² e divide-se em cinco mesorregiões geográficas.

A apresentação do panorama da atividade turística a nível mundial, nacional e municipal, permitirá melhor compreensão do comportamento da atividade turística acerca das suas limitações no que concerne ao planejamento, agilidade, integração e operacionalização das ações.

A participação dos atores sociais na perspectiva de novos avanços; trará benefícios ambientais contribuindo para o melhor nível de organização social e econômica das comunidades rurais, resgatando sua autoestima e minimizando os problemas na medida em que os avanços tecnológicos, políticos e agrícolas apresentam-se mais conhecidos ampliados e valorizados com o objetivo de fortalecer a todos os envolvidos no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

1.1.1 Panorama internacional do turismo

A atividade do turismo ganha força dada sua importância crescente em todo o mundo, em decorrência do seu papel no desenvolvimento econômico e social, na geração de renda e empregos diretos e indiretos. É uma atividade de demanda, associada ao consumo, com desempenho fortemente influenciado pelo crescimento no nível de renda dos consumidores efetivos e dos demandantes potenciais na medida em que o tempo livre torna-se elemento chave para propiciar tal atividade.

A Organização Mundial de Turismo OMT, o *World Tourism Organization* (UNWTO), define e classifica as atividades do setor turístico para melhor compreensão e aplicação das ações relacionadas ao setor.

O turismo é o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu cotidiano habitual, por um período de tempo determinado (inferior a um ano), com finalidades e motivações distintas, não sendo essa permanência relacionada com o exercício de atividade remunerada no lugar visitado. (CUENTA, 2001 apud IBGE, 2010, p. 1).

Como atividade econômica, o turismo é definido com base na perspectiva da demanda, como resultado do consumo dos visitantes que possuem diferentes perfis e motivações, em condições econômicas de consumo, o que implicam em conjuntos diferentes de produtos consumidos.

A OMT classifica os produtos do turismo como: produtos característicos do turismo; produtos conexos ao turismo e produtos específicos do turismo:

- Os produtos característicos do turismo, são produtos que na maioria dos países, deixariam de existir em quantidade significativa caso o número de turistas diminuísse e conseqüentemente o nível de consumo também. Um exemplo de produto característico é o transporte aéreo de passageiros.
- Os produtos conexos ao turismo são classificados como sendo de categoria residual. Ela inclui produtos que podem ser identificados como específicos do turismo em um país, não possuindo esta mesma classificação em outros, ou seja, não são considerados residuais em todos. O transporte ferroviário urbano de passageiros é um exemplo de um produto conexo ao turismo. (IBGE, 2010, p. 1).

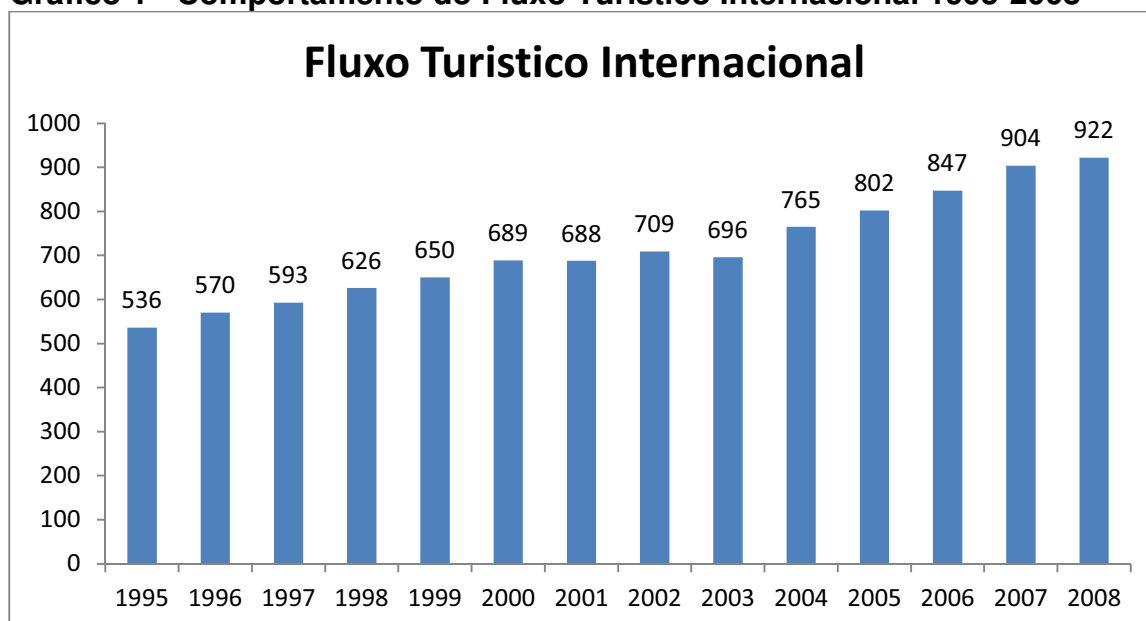
A OMT¹ desenvolveu também a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (*Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas - CIUAT*) compatível com a terceira revisão da *International Standard Industrial Classification (ISIC)*, elaborada pelas Nações Unidas. A estrutura da classificação da OMT segue a ISIC para facilitar a comparação, entre países, das estatísticas de turismo.

Nesse conjunto de atividades econômicas que compõem a CIUAT destacam-se as Atividades Características do Turismo, responsáveis pela produção de bens e serviços definidos como característicos do turismo. As 12 atividades mantêm correspondência entre as atividades comuns da CIUAT (IBGE, 2010, p.3).

¹ Organização Mundial do Turismo - É um órgão consultor oficial da Organização das Nações Unidas e tem o objetivo de promover e desenvolver o turismo no mundo (GOELDNER; BRENT; MCINTOSHI, 2002). A OMT é representada por mais de 138 países e 350 filiações (governos, associações, grupos hoteleiros, operadores, instituições educacionais, entre outros), sua relação com a ONU mostra como esse setor é importante para o crescimento e desenvolvimento mundial.

Dados da Organização Mundial de Turismo OMT mostram que, entre 2000 e 2008, as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano, alcançando o número total de 922 milhões de turistas em 2008, gerando renda de aproximadamente US\$ 5 trilhões (*World Travel & Tourism Council (WTTC)*). O gráfico um representa o comportamento do fluxo turístico internacional entre os anos de 1995-2008.

Gráfico 1 - Comportamento do Fluxo Turístico Internacional 1995-2008



Fonte: OMT, 2001.

Os elementos propulsores para esse crescimento são o aumento da renda per capita da população no pós Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do sistema logístico (distribuição, produção, abastecimento), a diminuição das barreiras sociais e comerciais.

Associados a esses elementos encontram-se também as inovações tecnológicas, a evolução dos meios de comunicação, os novos modelos de gestão que permitiu a redução da carga horária de trabalho, os processos de urbanizações, a globalização da economia, o maior tempo livre das pessoas e a redução de contatos pessoais, que possibilitaram transformações no comportamento dos habitantes do planeta.

A redução da jornada de trabalho, a nova composição familiar, os produtos oferecidos, a comodidade, a flexibilização do crédito, a massificação das

ofertas são elementos que compõem esse hábito de consumo. Porém, o posicionamento dinâmico do mercado não inclui a todos.

Em relação a todas as variáveis apresentadas, considera-se o tempo livre como sendo, talvez, o elemento de maior importância para a prática do turismo. Essa demanda, de milhões de consumidores constitui-se por distintos segmentos. Viajar tornou-se prazeroso, decidir sobre o meio de transporte, o lugar de destino e o tempo de permanência está intimamente relacionado com o desejo, a disponibilidade de tempo, de recursos financeiros que o turista possui naquele momento de dedicação à prática do turismo.

Outro fator determinante para esse crescimento foi à tendência de descentralização do fluxo turístico conforme aponta o quadro 1 (um). Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, o continente Europeu concentrou 52,9% das viagens internacionais em 2008, sendo que no ano 2000, era de 57,4% das viagens. A América do Norte, 10,6% do turismo mundial em 2008 e 13,4% em 2000. Já a região da Ásia e do Pacífico, que em 2000 concentrava 16,2% do turismo mundial, em 2008 passou a 20,0% dos viajantes. O Oriente Médio, de 3,6% do turismo mundial em 2000 passou a 6,0% em 2008. A mesma tendência é observada na África 4,1% em 2000 e 5,1% em 2008. A América do Sul permaneceu ao longo do intervalo entre 2000 a 2008, com tendência de concentração de 2,2% da participação no fluxo turístico internacional.

Quadro 1 - O cenário apontado pela OMT entre os anos de 2000 a 2008 para o turismo mundial receptivo e descentralizado

Descentralização do Fluxo turístico receptivo por Continente	Ano 2000	Ano 2008	Variação
Europeu	57,4%	52,9%	- 4,50%
América do Norte	13,4%	10,6%	- 2,80%
Ásia e Pacífico	16,2%	20,0%	+ 3,80%
Oriente Médio	3,6%	6,0%	+ 2,40%
África	4,1%	5,1%	+ 1,00%
América do Sul	2,2%	2,2%	= 0,0%

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza a partir dos dados da OMT (2000-2008).

Observa-se no quadro 1 (um) a variação da descentralização do fluxo turístico receptivo por continente de forma diversificada em relação à redução

do fluxo e aumento de um continente a outro no período de 2000 a 2008. Para o continente Europeu houve redução do fluxo de 4,5%; para a América do Norte também tendência de redução na ordem de 2,8%. Para os demais continentes a variação foi positiva, Ásia e Pacífico com 3,8% de aumento do fluxo; Oriente médio com 2,4% e África com 1%. A América do Sul não apresentou nenhuma mudança em relação ao fluxo turístico no período mantendo os seus 2,2%.

Segundo Wahab (1991), o comportamento apresentado no quadro 1 (um), pode ser justificado com base nos efeitos macroeconômicos do turismo em todo o mundo.

A tabela 1 (um) apresenta a distribuição do turismo mundial entre os anos de 1990 a 2008.

TABELA 1 - Distribuição do Turismo Mundial entre os anos de 1990 a 2008

	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008
Mundo (total de turistas)							
Europa	63,5	79,3	87,0	51,1	47,0	66,7	-
Ásia e Pacífico	35,0	33,9	60,6	20,4	21,8	47,5	31,0
América Central e Caribe	21,7	52,8	65,6	14,2	14,3	64,9	26,0
América do Norte	39,4	46,9	79,5	16,4	25,6	76,2	30,9
América do Sul	32,2	67,1	82,4	16,0	22,0	72,6	24,9
África	61,3	69,4	94,5	23,0	28,3	74,1	36,7
Médio Oriente	72,1	84,9	94,8	-	85,2	64,3	75,5

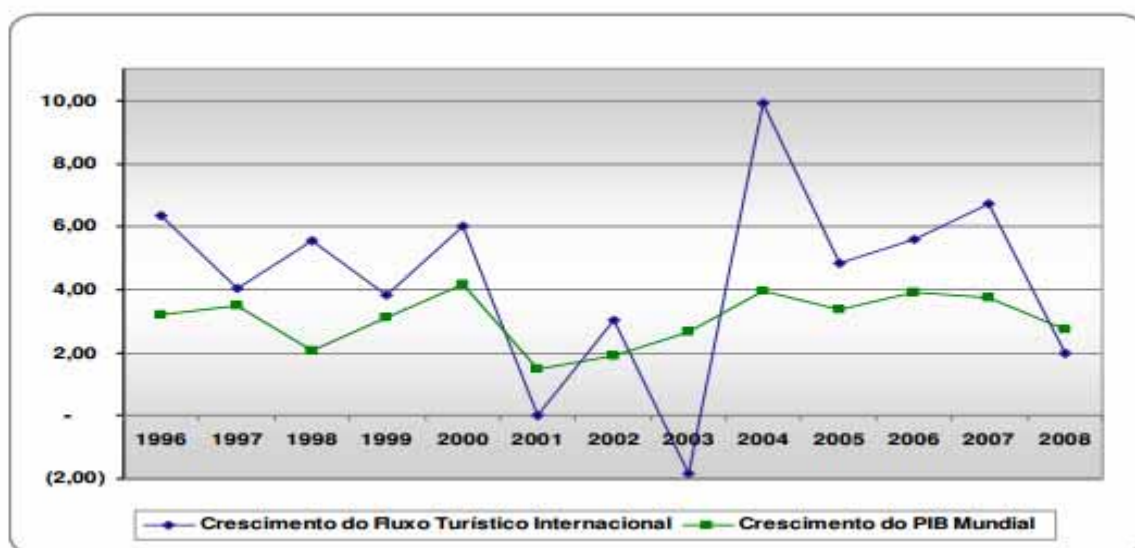
Fonte: Adaptada por Angela Marcia de Souza, a partir de OMT, 2001.

Nesse contexto histórico a prática do turismo deixou de ser problema à população economicamente ativa, tornando-se possibilidade para conhecer culturas, pessoas, línguas e comportamentos. Com esse novo cenário foi possível à inclusão das classes emergentes no contexto turístico.

Importante ressaltar que apesar do cenário favorável ao crescimento do turismo mundial, esse crescimento foi interrompido pela crise financeira internacional que atingiu a economia global em 2008, associado à incerteza econômica, o surto de gripe H1N1 também contribuiu para a redução da demandada pelo turismo em algumas regiões do mundo por um determinado tempo.

O gráfico dois apresenta a relação direta entre o crescimento da economia mundial e o crescimento do turismo internacional. Os períodos de crescimento da economia mundial acompanham o crescimento dos períodos de aumento do fluxo turístico internacional. Com exceção ao ano de 2003 que apresenta uma queda significativa do crescimento.

Gráfico 2 - Taxa de Crescimento do Turismo Mundial e da Economia Mundial 1996-2008



Fonte: OMT, 2009.

Outros fatores determinantes na atual demanda turística são os serviços e os preços ofertados em diferentes regiões, época do ano e formas de acesso ao destino. Quanto ao acesso, a logística de transporte e distribuição são elementos chave para possibilitar a flexibilidade do deslocamento.

Encontrar respostas para este tipo de problema e suas decorrências, será determinante à continuidade de soluções, especialmente o de deslocamento, um desafio para o crescimento da oferta e da procura, inegavelmente relacionadas. O que determinará a dimensão e os resultados obtidos para cada temporada turística será o conjunto de políticas públicas do País.

Os estabelecimentos turísticos tem que estar atentos à demanda atual e futura considerando a globalização e a padronização das ofertas, aos produtos e serviços similares com preços cada vez mais acessíveis. Será necessário desenvolver novas habilidades e olhares na tentativa de atender e superar as

fragilidades do atendimento, da infraestrutura, a satisfação do turista e da equipe interna que apoia a gestão dos estabelecimentos.

O quadro 2 (dois) aponta os dez países que mais se destacaram em relação aos destinos do turismo internacional entre 2007 e 2010.

Quadro 2 - Países que foram os 10 maiores destinos turístico internacional entre 2007 e 2010

Posição mundial	País	Conte nte	Chegadas de turistas internacionais em 2010 (em milhões)	Chegadas de turistas internacionais em 2009 (em milhões)	Chegadas de turistas internacionais em 2008 (em milhões)	Chegadas de turistas internacionais em 2007 (em milhões)
1	França	Europa	76,8	76,8	79, 2,8	80,9
2	Estados Unidos	América	59,7	55,0	57,2	58,7
3	China	Ásia	55,7	50,9	53,0	54,7
4	Espanha	Europa	52,7	52,2	57,9	56,0
5	Itália	Europa	43,6	43,2	42,7	43,7
6	Reino Unido	Europa	28,1	28,2	30,1	30,9
7	Turquia	Ásia	27,0	25,5	25,0	22,2
8	Alemanha	Europa	26,9	24,2	24,9	24,4
9	Malásia	Ásia	24,6	23,6	22,1	21,0
10	México	América	22,4	21,5	22,6	21,4
Total mundial			940	882	917	904

Fonte: O quadro foi adaptado por Angela Marcia de Souza, a parti de (OMT, 2009).

Entretanto, torna-se necessário considerar também o campo da tecnologia da informação como elemento diretamente relacionado ao processo de desenvolvimento e ao aumento da demanda turística, na atualidade. Com as novas tecnologias, é possível trocar informações relacionadas tanto ao turista como aos lugares mais procurados para a prática do turismo, criar banco de dados com informações significativas que possibilitem maior agilidade, segurança e comodidade para as ofertas turísticas. Esse processo de integração da informação é fator chave para compor o desenvolvimento e valorizar os empreendimentos.

Os instrumentos das redes sociais movimentadas pela rede internacional (Internet) possibilitam às empresas construírem suas páginas *web* com

objetivo de se aproximarem dos clientes turistas, dos grupos sociais, de comunidades especiais e com isso facilitar o acesso aos seus produtos e serviços.

A gestão do relacionamento com os clientes (turistas) é coordenada por instrumentos estrategicamente definidos para conhecer melhor o turista e conseqüentemente possibilitar as melhores ofertas. Para tanto todo sistema deve considerar um grupo multidisciplinar, de multifunções e multisserviços capazes de permitir que as decisões sejam tomadas e realizadas ali mesmo, diante do turista que deseja ser atendido na sua necessidade.

Segundo estatísticas da OMT, em 2010, 10 países, Estados Unidos, Espanha, França, China, Itália, Alemanha, Reino Unido, Austrália, Hong Kong e Turquia, receberam as maiores receitas proporcionadas pela atividade do turismo internacional e também foram os principais países que realizaram as maiores despesas enquanto emissores de turistas internacionais.

A demanda turística pode variar dependendo da influência de uma série de fatores, entre eles: o produto e a sua precificação, renda do consumidor, produtos concorrentes, nível de investimento dos empreendimentos em divulgação no espaço turístico, o modismo, as variações climáticas, entre outros. Para cada perfil de turista, existe também a variação da oferta. Essa influência na demanda efetiva pressupõe que cada destino turístico estabeleça suas estratégias no sentido de “captar” os turistas que posteriormente se tornarão clientes.

Segundo o autor e economista Ignarra (2003, p. 42), “Uma destinação turística torna-se conhecida vagarosamente, através dos aventureiros que a descobrem.” Posteriormente, torna-se frequentada por maior número de pessoas e, no decorrer do tempo, a demanda algumas vezes promove elevação de preços, escassez de produtos, má qualidade dos serviços e, nesse contexto, a destinação turística entra em declínio.

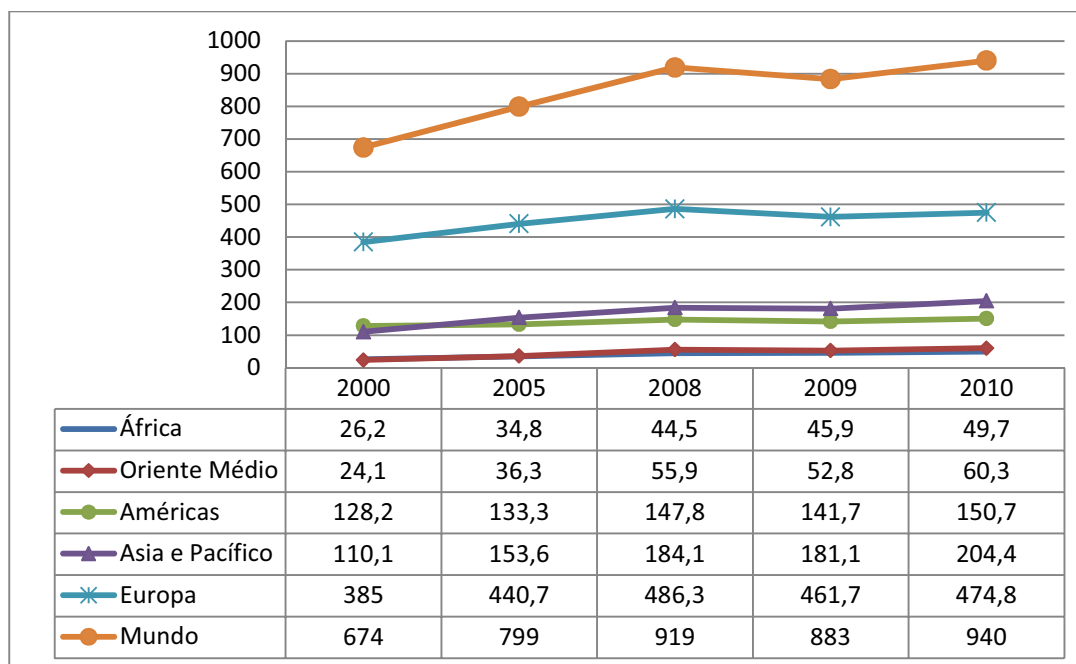
Em alguns casos o país receptor até reverte o processo por meio de investimentos na diversificação do produto, na melhoria da infraestrutura, profissionalização dos empreendimentos turísticos, ou seja, a imagem de uma destinação, às vezes, não irá depender de uma variável isolada, mas, de um conjunto do cotidiano que complementa o sucesso ou o fracasso da demanda turística.

Ignarra (2003, p. 43) enfatiza que “O cotidiano dos grandes centros urbanos onde predomina a poluição, os congestionamentos e principalmente a

violência, afugenta o turista.” Entretanto, torna-se passível de crítica o entendimento de que as destinações tenham que ser perenes, mas, qualquer destinação turística possui seu ciclo de vida em relação ao número de turistas e de sua evolução no tempo. A demanda turística pode ser segmentada em duas, ou seja, a demanda efetiva e a demanda potencial. Na demanda efetiva o produto turístico é consumido de imediato. Na demanda potencial considera-se que possui condições para consumir determinado produto, porém não o faz por algum motivo ou razão qualquer. O desconhecimento da oferta pode ser a razão pela qual a mercadoria não seja consumida.

Importante considerar que a influência na demanda efetiva é determinada pelo preço do produto; preço dos produtos concorrentes; preço dos produtos complementares; renda do consumidor; publicidade do empreendimento; modismo; variações climáticas; catástrofes naturais; catástrofes artificiais e especificamente a disponibilidade de tempo livre. Conforme aponta o gráfico 3 (três) a chegada de turistas internacionais por região no mundo apresentou-se de forma crescente.

Gráfico 3 - Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões do Mundo 2000/2010



Fonte: OMT, 2010 e demais anos: UNWTO, 2012.

Em relação ao gráfico 3 (três) observa-se o comportamento desse número de turistas para os anos de 2000, 2005, 2008, 2009 e 2010. Contudo, chama atenção a queda existente em 2009, ano posterior à crise americana de 2008, “crise do *subprime*”, iniciada nos Estados Unidos, mas com repercussões praticamente imediatas na Islândia, Suíça, Reino Unido, Alemanha, França, Áustria, Países Baixos e Brasil.

Porém, é imediata a recuperação do crescimento no ano de 2010. Destaca-se a capacidade de recuperação apresentada pelas regiões da Ásia e Pacífico e do Oriente Médio, cujo número de turistas internacionais aumentou, respectivamente, 12,86% e 14,2% no ano de 2010 em relação a 2009. Ressalta-se também que a África foi à única região do mundo a apresentar crescimento no ano de 2009.

Dados do WTTC, contidos no Plano Nacional de Turismo 2007-2010 demonstram que a atividade do turismo foi responsável pela geração de 194 milhões de empregos diretos e indiretos, no período. Esse número deverá aumentar para aproximadamente 247 milhões até o ano de 2013.

Segundo a OMT, a atividade turística é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo, significa dizer que o turismo apresenta-se como um propulsor econômico capaz de gerar renda, empregos e inclusão, se desenvolvido de forma integrada, planejada e sustentada vista sob a perspectiva estratégica dos governos que podem no médio e longo prazo, beneficiarem-se das vantagens econômico-financeiras e sociais oferecidas por essa atividade.

1.1.2 Panorama do turismo no Brasil

Em território nacional, o Brasil avança em relação à atividade do turismo, cria legislações, faz acordos internacionais, promove workshops e classificam novos roteiros. Na perspectiva brasileira após introdução do Plano Real, em 1994, possibilitou a estabilidade da inflação e a recuperação do poder de compra dos brasileiros. Um dos eventos marcante desse contexto refere-se à política cambial praticada no período dos últimos dez anos.

Conhecer a representatividade desta nova economia no País torna-se necessário para entender a participação do setor turístico, para explicar os elementos fundamentais que o promovem, caso contrário os deixam em patamares

de desigualdades diante dos outros países no que se refere aos roteiros turísticos, número de turistas, geração de emprego e renda, inclusão e desenvolvimento sustentado.

Nos últimos 30 anos, as intervenções políticas sempre foram setoriais priorizando, parcialmente, os problemas e as potencialidades dos territórios. Até então, havia apenas políticas abstratas e fragmentadas, que resultaram em agravantes desigualdades econômicas, sociais e políticas dos territórios. Na verdade, existia apenas ajuste aos contextos locais das solicitações, constitucionalmente postas pelas políticas públicas.

Os Planos Nacionais de Reforma Agrária também faziam referências às regiões, em 1986, e determinavam quais regiões seriam prioritárias. Nessa ótica, a Constituição Federal de 1988 promulgou a descentralização para incentivar a cidadania, só então os municípios carentes de poderes e recursos puderam assumir posição de destaque no planejamento e na implantação de políticas de desenvolvimento que, a partir de 1990, foram alvo de reflexões múltiplas, diversas e complexas, sendo adjetivado como sustentado.

Entretanto alguns fatores relevantes aconteceram para que a proposta da descentralização não cumprisse suas finalidades quanto ao desenvolvimento sustentado, às responsabilidades previstas, repassando-as para os municípios sem transferir os meios necessários para a sua efetivação.

A descentralização, sozinha, não mudou as relações de poder nos municípios, da forma autoritária, paternalista e clientelista como as prefeituras que, ainda hoje, lançam mão para serem administradas. A viabilidade de participação da população no desenvolvimento sustentado, em particular dos grupos desassistidos, permanece limitada, torna-se vetor à cidadania ativa e à inclusão social.

Outro fator importante refere-se ao mapeamento dos empreendimentos turísticos considerando suas diferentes modalidades e o impacto nas mudanças econômicas, políticas e sociais, em relação às comunidades. Para melhor identificação deste mapeamento, há que se levarem em consideração as aglomerações produtivas especializadas, com a devida caracterização do Arranjo Produtivo Local (APL's).

Arranjo Produtivo Local são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividade econômica que apresenta vínculo e interdependência, o que também envolve a

inserção de empresas no processo. Empresas produtoras de bens e serviços, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, assessoria e consultoria, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação.

Para os autores Lastres; Cassiolato e Maciel (2002), incluem-se, também, nesses aglomerados, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e capacitação de pessoas, como escolas técnicas e universidades, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento.

Conforme aponta Sartor (1997), o turismo pode gerar efeito multiplicador, que se instala e se reflete nos setores socioeconômicos e culturais do espaço no qual for desenvolvido e cultivado. Pode, ainda, caso seja estruturado adequadamente, constituir-se em um dos maiores processos de desenvolvimento produzido pelo homem, tamanho a relevância da atividade turística.

O turismo, sob a ótica do contexto globalizado, tornou-se uma das mais importantes atividades econômicas do mundo contemporâneo, gerando renda, intercâmbios de pessoas e de culturas, entre outros. Deixa de ser entendido como um simples fenômeno pontual e singular para ascender à realidade cotidiana.

Observa-se ainda que, segundo Buades (2006), o turismo tornou-se uma atividade comum à vida das pessoas e se apresenta em constante expansão. Assegura ainda que, na atualidade, vive-se um processo de colonização turística do planeta, fenômeno histórico que pode ser observado ao considerá-lo atividade relativamente nova, que cresceu economicamente em curto período de tempo, de 1950 a 2005, tornando-se prática social legitimada pela sociedade.

De acordo com os dados da Organização Mundial do Turismo, em 1950, o fluxo internacional era de 25,3 milhões de turistas, já em 2005, o número registrado de turistas saltou para 808 milhões. Esta pesquisa, expressiva pelos números que demonstra, explicita os diversos efeitos, diretos e indiretos, que a atividade causa nas localidades em que é exercida.

Segundo Rita Cruz (2000), a valorização do turismo no Brasil aconteceu a partir da década de 1990, em decorrência de alguns fatores: a importância econômica do setor de serviços no mundo, em que se insere o turismo; a potencialidade turística do País; a disponibilização de capitais estrangeiros para

financiamento de projetos e a clara posição tanto do setor público quanto do privado favoráveis ao desenvolvimento da atividade.

Outros efeitos macroeconômicos do turismo a considerar são os chamados efeitos diretos e indiretos. Considerados como efeitos indiretos “[...] economistas e especialistas em turismo concordam que as despesas turísticas apresentam um efeito multiplicador na economia do país receptor ou então numa região dentro deste país.” (WAHAB, 1991, p. 114). Neste sentido poderão ser considerados efeitos indiretos os fatores: multiplicador do turismo, turismo como fator de expansão para o mercado de certos produtos, e o impacto do turismo no setor público (impostos).

Em estudo realizado por Harry G. Clement, vice-presidente da Chicchi e Cia., para o departamento de Comércio dos EUA, sobre o futuro do turismo no Pacífico, foi dada atenção primordial ao problema do efeito multiplicador. Segundo Wahab (1991), a pesquisa apontou para uma despesa inicial de turismo de 1000 dólares baseada no comportamento de vários setores da economia, no decurso de um ano.

Quadro 3 - Sumário dos resultados das investigações em relação ao retorno anual aproximado para cinco transações com despesa inicial de turismo de 1.000 dólares

Categoria das despesas	Número de transações					Total	Multiplicador anual em dólares
	1	2	3	4	5		
Alojamento	250	250	178,00	112,00	64,50	854,50	3,42
Refeições e bebidas	320	320	211,00	137,00	63,50	1050,50	3,28
Compras	250	250	149,00	89,50	48,50	787,00	3,15
Excursões	100	100	70,50	41,50	25,00	336,50	3,365
Local transporte	50	50	29,00	16,50	7,50	153,00	3,06
Despesas diversas estimativas	30	30	16,50	9,00	4,50	90,00	3,00
Total	1.000	1.000	654,00	405,00	213,00	3.272	3,27

Fonte: WAHAB (1991, p.115).

Deve-se considerar que cada país possui efeito multiplicador diferente, “[...] dependendo de fatores como a propensão marginal de poupar, da quantidade de serviços turísticos que são importados e do grau de interação e dinamismo econômico do país em questão.” (WAHAB, 1991, p. 118).

Pressupõe ainda que o multiplicador não seja permanente, ele atua em um determinado tempo até que a unidade monetária originalmente gerada desapareça completamente do circuito econômico. Destaca-se “completamente”, pois se admite que de certa maneira ocorram reduções em relação à quantidade investida para cada nova transação. (WAHAB, 1991, p. 115).

No Brasil o efeito multiplicador não aparece na Política Nacional de Turismo (PNT) instrumento instituído durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), e a criação do Ministério do Turismo, em 2003, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As estatísticas do setor mostram que o País recebeu cerca de 1,9 milhões turistas no ano de 1995; já em 2011 a entrada de turistas estrangeiros no Brasil cresceu 5,3% na comparação com 2010, mais de 5,4 milhões de visitantes estrangeiros passaram pelo país. Em 2010, o número havia sido próximo a 5,2 milhões. Esse levantamento divulgado e realizado pelo Ministério do Turismo em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), em maio de 2012, apresentam os números relacionados sem considerar o efeito multiplicador.

O ministério do turismo, em abril de 2012, anunciou, durante a 35ª Reunião do Conselho Nacional de Turismo, que investiu R\$ 3 bilhões em obras de infraestrutura em todo o País. Divulgou, também, que foram oito mil contratos de repasses destinados a intervenções em Estados e Municípios para melhorar a recepção ao turista.

Sobre esse aspecto, torna-se relevante considerar a necessidade de estudos e pesquisas com o objetivo de organizar a expansão dessa atividade, uma vez que possibilita ações realizadas pelo homem, efetuadas de modo racional, coerente, exequível, levando em conta as deficiências de infraestrutura para que o turismo aconteça de maneira sustentável, no que diz respeito ao meio ambiente, à cultura, à comunidade local, causando o mínimo de impacto negativo e gerando benefícios.

Para Raffestin (1993), um território é construído quando um conjunto de atores interage para pôr em prática um projeto em comum, projeto este baseado

no conhecimento que detém a respeito da atividade. Entretanto, conforme alertou Souza (1999), o processo de construção territorial envolve não só relações dos atores entre si, mas com o ambiente natural construído por eles mesmos no processo interativo, e também, o herdado como patrimônio legado às gerações futuras.

É assim que o turismo e o desenvolvimento se integram como condutores de transformações sociais, compreendidos em processo que se estende ao social, econômico, político e cultural. Para Veiga (2005), não pode ser entendido como habilidade adquirida por determinados países, regiões e grupos sociais, mas num *continuum* de construção social, sujeito às mudanças, aos conflitos, aos compromissos, às diferentes representações políticas e culturais.

Esse processo de construção social deve emanar das bases, ou seja, ser protagonizado pelos atores locais, para buscar reverter situações de estagnação de um território e adentrar ao processo de desenvolvimento. Nesse contexto, o conceito endógeno, desenvolvimento local, contrapõe-se à doutrina desenvolvimentista tradicional, pois, de acordo com seus preceitos, para que ele se dê, há a necessidade de desvelar as especificidades locais e internas. (SANTOS, 2006, p. 35-43.).

A literatura sobre o turismo, pesquisada e transcrita no presente estudo, ainda não reflete o conjunto das expressões dessa questão social, pois há que se investigar a inserção do turismo rural como atividade, sem descaracterizar o trabalho agrário. Com relação às políticas agrárias praticadas nas últimas décadas, mostraram-se insuficientes na geração do desenvolvimento rural no Brasil.

A temática em torno da terra, da assistência técnica, da relação com o crédito rural, mostra que políticas concentradas têm sido insuficientes na intenção de alçar os efeitos esperados, pelo fato de ser indiferente às particularidades locais, o que representa a imposição do modelo nacional às realidades locais.

Nessas circunstâncias, a atividade do turismo tem sido influenciada pelos investimentos das políticas públicas na intenção de promover a inclusão social. Esta perspectiva surge como algo não construído socialmente pela população local, mas como uma ideia que foi impressa pelos organismos concentradores do poder, fortalecida no discurso, porém, não concretizada.

Segundo Freitas (2008, p. 41), a concepção do turismo que se apresentava em 1991, idealizada no neoliberalismo, pautada na modernização e na

inserção do País na chamada ciranda capitalista global, sem qualquer ação de natureza social, possibilitava ao Brasil mostrar sua cara no exterior. Esse foi um dos objetivos impostos ao recém-criado Ministério do Esporte e Turismo, à época.

Ainda segundo Freitas (2008, p. 41) a proposta apresentava-se:

Travestida de uma concepção preservacionista, sustentável, e apelando para a possibilidade que a atividade turística tem de inserção social e de geração de emprego, a política se apegou a um discurso populista, porém, na sua prática, profundamente economicista e excludente, o que foi demonstrado pelo incentivo a projetos e programas priorizados na pauta de implementação da referida política. Além disto, a estratégia adotada, embora dizendo o contrário, desconsiderava todo e qualquer aspecto negativo que pudesse vir a reboque da exploração econômica do espaço para o turismo.

Igualmente importante é entender as modalidades pelas quais o setor turístico brasileiro se compõe. Em especial, a modalidade praticada na natureza, denominada como Turismo Rural ou Turismo no Espaço Rural:

[...] o turismo, em especial a modalidade praticada na natureza, que se desenvolve nos geossistemas de continentes africano e latino-americano - considerados espaços de reserva de valor - agora chamado a entrar em cena nos locais mais distantes de aglomerações urbanas e industriais. (RODRIGUES, 2006 apud FREITAS, 2008, p. 41).

Portuguez (2002, p. 188) utiliza o termo “turismo em espaço rural”, pelo fato de ser abrangente, pois o agroturismo adquiriu uma infinidade de feições que, por vezes, se confundem com o conceito de modalidades diversas. De acordo com o autor, “[...] não se pode mais admitir que o ‘turismo oba-oba’ seja veiculado como modelo de atividade econômica altamente rentável, quando se sabe que este tem gerado inúmeros impactos de elevados custos, tanto social, quanto ambiental.”

Esse conjunto de modalidades, consiste na atração de demanda eminentemente interna e citadina para os ambientes rurais, onde se possibilita ao turista maior aproximação com costumes locais e o dia a dia da vida de quem reside no campo. Dessa forma, a modalidade do turismo rural se apresenta de modo confuso ao segmento do turismo, às modalidades criadas sob a perspectiva do marketing e da economia, dificultando ainda mais sua aplicabilidade, já que o torna muito diversificado em relação à oferta. As definições não são contempladas com

especificidades, cada uma delas cria seu conceito tornando as políticas generalistas e incompletas.

É preciso cuidado, considerando a complexidade do segmento. Suas modalidades mercadológicas são, na grande maioria, comuns a toda e qualquer realidade, mas, o turismo constitui um conjunto de equipamentos diversificados em relação, por exemplo, ao segmento empresarial. Sua prática incide diretamente em impactos tanto no meio ambiente quanto na comunidade onde ele ocorre ora se apresentando de forma qualitativa ora de forma quantitativa, por isso, necessita de avaliação isolada em termos da administração dos elementos particulares do conjunto territorial. Cada país onde o turismo se desenvolve, apresenta contrastes tanto na distribuição da população como nas atividades, com espaços turísticos muitas vezes já saturados, supersaturados, desertos ou semidesertos (RUSCHMANN, 2012, p.14-21).

Portanto, as políticas do “tudo ou nada” proibindo com rigidez, ou tudo permitindo, estimula abusos em espaços sensíveis ao ser humano. A variável qualitativa do meio ambiente tem que considerar critérios essenciais para a definição de um turismo qualitativo e inclusivo.

Trata-se da mudança de um modelo mental, mudança de conceito, na direção de superar oposições, diversidades, conflitos, que ocorrem facilmente entre o turismo predador, urgente e perigoso do curto para o médio e longo prazo, e a proteção do meio ambiente que suplica a ser preservado visando benefícios reais no longo prazo.

Segundo Ruschmann (2012, p. 63-66) para que o turismo possa se desenvolver em harmonia com o meio ambiente apresenta alguns princípios gerais para esse equilíbrio:

- Garantir o equilíbrio entre proteção ambiental e a programação de equipamentos turísticos, condição imperativa necessária.
[...]
- Não existe um turismo ‘bom’ ou ‘mau’, ou um que respeita o meio ambiente e o outro que o destrói. É preciso raciocinar de forma a garantir que não haja decepções e a erros a médio ou longo prazo uma vez que não existe um turismo perfeito ou mais brando que seja incapaz de não agredir o meio ambiente.
[...]
- É preciso cautela com as informações muito generalistas.
[...]
- Evitar as políticas radicais e perigosas do tudo ou nada. Tudo permitido. Tudo proibido.
[...]

- Ter consideração da qualidade necessária de forma a garantir um turismo qualitativo que apresenta certos custos, essa consideração se choca com a temporalidade diferente do produto turístico.
[...]
- O meio ambiente não tem fronteiras e os participantes dos fluxos turísticos sentem-se incomodados pelas suas barreiras, sejam elas nacionais ou da comunidade.

Portanto, adequar a segmentação com o meio ambiente, consiste em aperfeiçoamento do sistema de planejamento e gestão do setor. De acordo com o site do governo Federal a segmentação do turismo, na atualidade, estrutura-se com roteiros internos oferecidos aos turistas nas modalidades: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural e Turismo de Saúde.

A segmentação é determinada para obtenção da melhor forma de organizar o turismo para fins de planejamento e gestão do mercado. O que define os segmentos turísticos são os elementos de identidade da oferta e as características e variáveis da demanda².

Segundo Freitas (2008, p. 48):

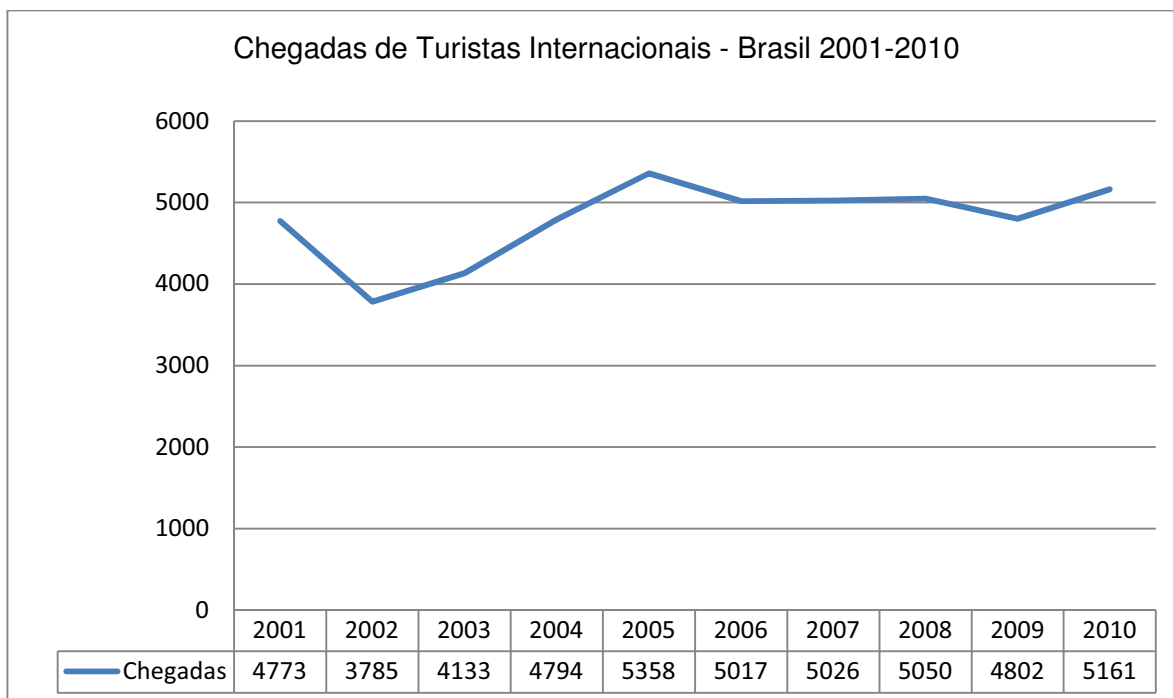
A política instituída no governo atual, à semelhança do que vinha ocorrendo em outros setores, segue a mesma lógica neoliberal e economicista do governo passado. Inovou no sentido de dar nova estrutura ao sistema nacional de turismo, mas a sua ideia macro ainda permanece com o mesmo discurso de redução das desigualdades regionais, geração de emprego e distribuição equitativa de renda, o que, desde 1966, tem sido proclamado sem conseguir efetivar-se.

Segundo dados do Ministério do Turismo, no Brasil entre os anos de 2007-2010, a atividade do turismo apresentava crescimento significativo em relação ao número de turistas internacionais. O estudo apontava ainda para um cenário favorável e para o crescimento de 12,5% às chegadas dos turistas. Porém, considera que:

² Características da Demanda – determinam as alterações no volume e na qualidade da demanda: Elasticidade: vulnerabilidade em relação a mudanças na estrutura dos preços e nas diversas condições econômicas; Sensibilidade: vulnerabilidade em relação a condição sociopolíticas; Sazonalidade: dependência das épocas de temporadas (férias, feriados etc.), estações e condições climáticas. Variáveis da demanda: Fatores Demográficos: idade, sexo; Fatores Sociológicos: crenças religiosas, profissão, estado civil, formação educacional, nível cultural; Fatores Econômicos: renda; Fatores Turísticos: transporte e alojamento utilizado, destinos preferidos, objetivo e duração da viagem, atividades de entretenimento.

A execução dos Programas e Ações do Plano Nacional de Turismo 2003 / 2007, inseridos no Plano Plurianual de Governo 2004/2007, considerando a eficiente execução orçamentária de 2004 e de 2005 e, ainda, a conjuntura externa favorável, propiciaram as condições para que o País obtivesse nos últimos três anos, os seus melhores resultados em relação a todo o histórico do setor. (BRASIL, 2007, p. 20).

Gráfico 4 - Número de turistas internacionais no Brasil entre 2001 e 2010



Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza a partir dos dados de UNWTO, 2012.

Considerando um contexto nacional e internacional favorável, com esforço conjunto entre governo Federal, Estadual e Municipal de forma descentralizada e compartilhada, o turismo no Brasil superou suas metas de crescimento nos últimos 10 anos.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003 e a elaboração do PNT 2003-2007, o programa:

[...] propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. É, dessa forma, um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do PNT. (BRASIL, 2007, p. 67).

Outro fator importante para a década foi à realização do mapeamento das regiões turísticas, iniciado em 2004 por meio do Programa de Regionalização do Turismo, denominado Roteiros do Brasil.

Atrelada à evolução do turismo, está a relação direta entre o crescimento da atividade com os dois Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2 – 2004 a 2012) implementados pelo governo Federal. Os investimentos em infraestrutura originários dos Programas representam a mola propulsora para o setor. Em 2012, esses programas completaram na verdade seis anos. Nesse período as atividades produtivas em todo o país passaram por modificações absorvendo em parte os investimentos originários dos programas. Contudo, em determinados aspectos os 22 projetos que compõe os programas citados, de acordo com reportagem da revista Exame (2012) apresentam-se de forma confusa e contraditória, de difícil gestão e aferição contábil.

Ao longo dos seis anos de existência os 22 projetos tornaram-se uma espécie de “projeto guarda-chuva” abrigando outros tantos já existentes onde o foco inicial era fazer o Brasil crescer a infraestrutura para apressar o desenvolvimento.

Na contramão da proposta inicial o que se pode visualizar são projetos alheios aos programas originais sendo considerados “PAC’s filhotes” tais como o projeto da copa do mundo de futebol, da comunidade Cidadã, construção de quadras de futebol, compra de petroleiros e abertura de creches. A ausência de objetividade tanto no entedimento que deles fazem os gestores como na execução, compromete os resultados esperados pelo PNT. Uma realidade contraditória com relação direta a atividade do turismo no país.

Segundo dados da OMT os 15 países que mais enviaram estrangeiros para o Brasil em 2008 foram, Argentina (20,15%), Estados Unidos (12,39%), Itália (5,25%), Alemanha (5,03%), Chile (4,75%), Portugal (4,41%), Paraguai (4,31%), França (4,25%), Espanha (4,01%), Uruguai (3,95%), Reino Unido (3,59%), Colômbia (1,92%), Peru (1,86%), Bolívia (1,66) e Países Baixos (1,62%).

Observa-se que os países com maior número de turistas que visitaram o Brasil estão concentrados na América Latina, a exemplo: a Argentina, assumindo o primeiro lugar do *ranking*, seguida pelo Chile em quinto lugar, o Paraguai ocupando o sétimo, o Uruguai em décimo, a Colômbia com o décimo

segundo, Peru em décimo terceiro e, por último, a Bolívia ocupando o décimo quarto lugar.

Os sete países da América Latina representaram no ano de 2008 um somatório de 1.949.485 turistas que visitaram o Brasil. Sendo a Argentina o país que mais se destacou. Um dos fatores motivadores dessa ação pode estar relacionado à aproximação geográfica dos dois países, a facilidade de entrar e sair sem necessidade de visto.

Os países em desenvolvimento, especificamente, priorizam seus investimentos no turismo em função do impacto econômico que a atividade possui. Nos últimos anos o governo tem definido e proferido esforços em políticas públicas para desenvolver ainda mais o turismo brasileiro, contribuindo com o PAC 1 e PAC 2, programas como o “Vai Brasil” com objetivo de tornar mais acessível o deslocamento interno, investimentos na capacitação da mão de obra para o setor, aumento considerável na divulgação do país no exterior. São esses elementos favoráveis em relação à demanda interna e externa.

Porém, as motivações para não colocar o país no roteiro dos países estrangeiros são entre outras:

[...] a) o Brasil não figura entre os trinta países mais visitados do mundo. Segundo o Índice de Competitividade em Viagens e Turismo, *Travel and Tourism Competitiveness Index*, (TCCI) traduzido também como Índice de Competitividade Turística; b) Elementos como a violência, má estrutura, falta de pessoal capacitado no atendimento ao turista, como a carência de falantes da língua inglesa no serviço público do turismo; c) a distância geográfica dos principais países emissores de turistas. (BARBOSA, 2007, p. 22)

Em relação aos problemas estruturais e socioeconômicos, não parecem interferir no fluxo de turistas estrangeiros. Segundo o Plano Aquarela³, conduzido pela EMBRATUR, 86% dos estrangeiros que estiveram no país

³ As ações da EMBRATUR são orientadas pelo Plano Aquarela: marketing Turístico Internacional. Lançado em 2005, ele orienta as estratégias e define os mercados prioritários de atuação segundo critérios como o volume atual de turistas que enviam e as receitas que geram no País, a acessibilidade aérea, marítima ou terrestre, as oportunidades de crescimento e as afinidades culturais. O Plano Aquarela foi desenvolvido pela EMBRATUR, sob a coordenação do Ministério do turismo brasileiro, e com a colaboração da empresa de consultoria internacional em turismo Chias Marketing. Baseado em um estudo conduzido em 18 países, o plano foi desenvolvido com base nas consultas tanto a profissionais de turismo quanto a consumidores. A pesquisa revelou que a natureza e a alegria do povo brasileiro são o que o País tem de mais positivo na visão do estrangeiro: 86% deles têm intenção de voltar e 99% recomendam o destino para outras pessoas. O Plano Aquarela define a promoção do Brasil no exterior por meio de cinco grandes segmentos: Sol e Praia, Ecoturismo Aventura, Cultura e Lazer, Esporte e Negócios, Eventos e Incentivos. (BRASIL, 2011).

pretendem voltar. O que significa dizer que apesar da promessa dos investimentos em relação à infraestrutura do País ser apenas em boa parte, uma promessa, a diferença de um país que dispõe de estradas, portos, aeroportos, energia, saneamento, mão de obra qualificada são elementos essenciais para desenvolver seu potencial de crescimento. O Brasil ainda busca essa base, mas, precisa envolver e integrar todas as ações para despertar as motivações necessárias que levam as pessoas a viajar e encontrar destinos preparados para recebê-las.

Wahab (1991, p. 84) expressa:

As motivações que levam as pessoas a viajar são básicas e indispensáveis para os estudos do turismo. Sua ignorância ou abordagem superficial levaria ao fracasso não só todos os objetivos de um plano de desenvolvimento turístico, mas também a razão de ser de várias companhias de turismo.

Ainda de forma positiva o Ministério do Turismo noticia os novos planos e programas para a atividade. Em fevereiro 2013, o ministro do turismo, em discurso, reforça a importância desta atividade para a economia brasileira. Posicionar o País entre as três maiores economias do setor na próxima década, o que pressupõe a importância da atividade como solução para o Brasil fazer frente à crise econômica mundial, movimentar a economia, gerar emprego e renda (2013, online).

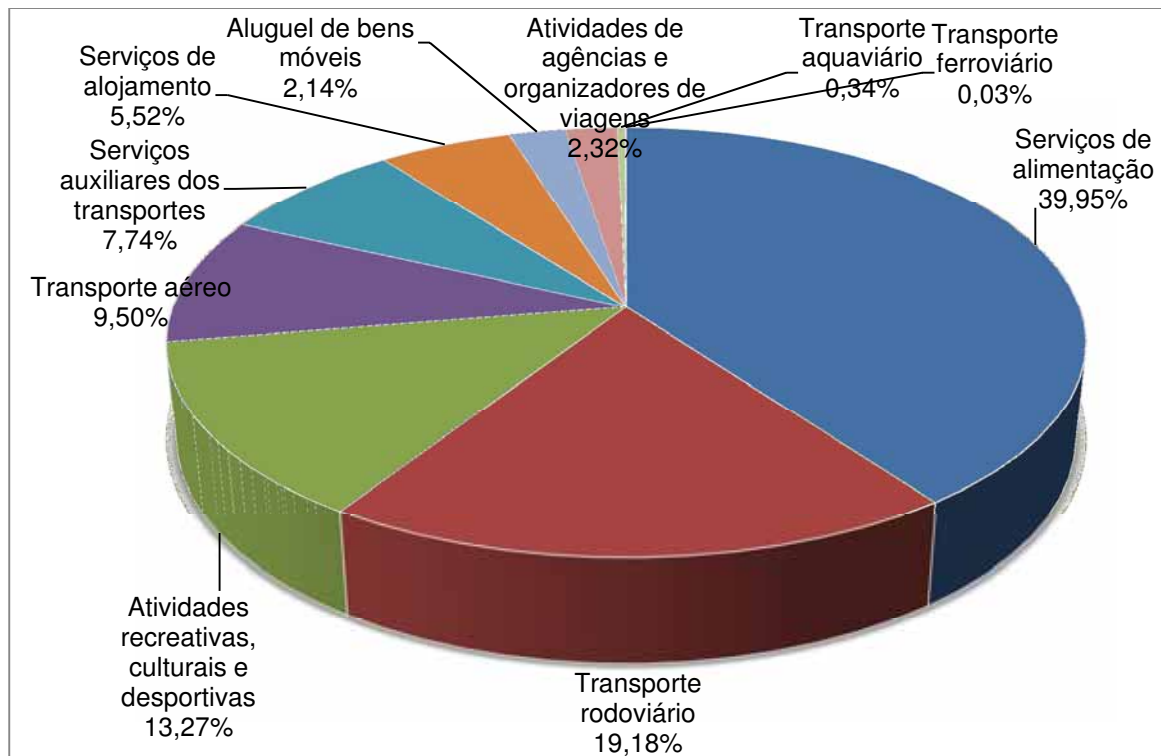
Outros esforços também são realizados no sentido de divulgar as regiões brasileiras tanto internamente como no exterior. A criação da Marca Brasil, pela EMBRATUR, direcionando os investimentos em campanhas de publicidade, a concentração no marketing, apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, representam grande contribuição para que o setor tenha, em âmbito internacional, novos olhares e preferências.

Segundo dados do Estudo Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, série Estudos e Pesquisas, Informação Econômica, número 13, lançado em 2009 pela cooperação técnica entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta resultados relativos às Atividades Características do Turismo no período.

O Gráfico 5, representa estas características em território nacional no ano de 2007. Observa-se que a atividade de serviços de alimentação apresentou maior participação, 39,95%, com R\$ 67,5 bilhões. Em segundo lugar está o

transporte rodoviário, 19,2%, com R\$ 32,4 bilhões. As atividades recreativas, culturais e desportivas tiveram produção compatível a 13,27% com R\$ 22,4 bilhões. As demais atividades ficaram entre os 9,50% e 0,03%, aferindo a menor taxa para o transporte ferroviário.

Gráfico 5 - Distribuição percentual do valor bruto da produção gerado pelas Atividades Características do Turismo, por atividade - Brasil – 2007

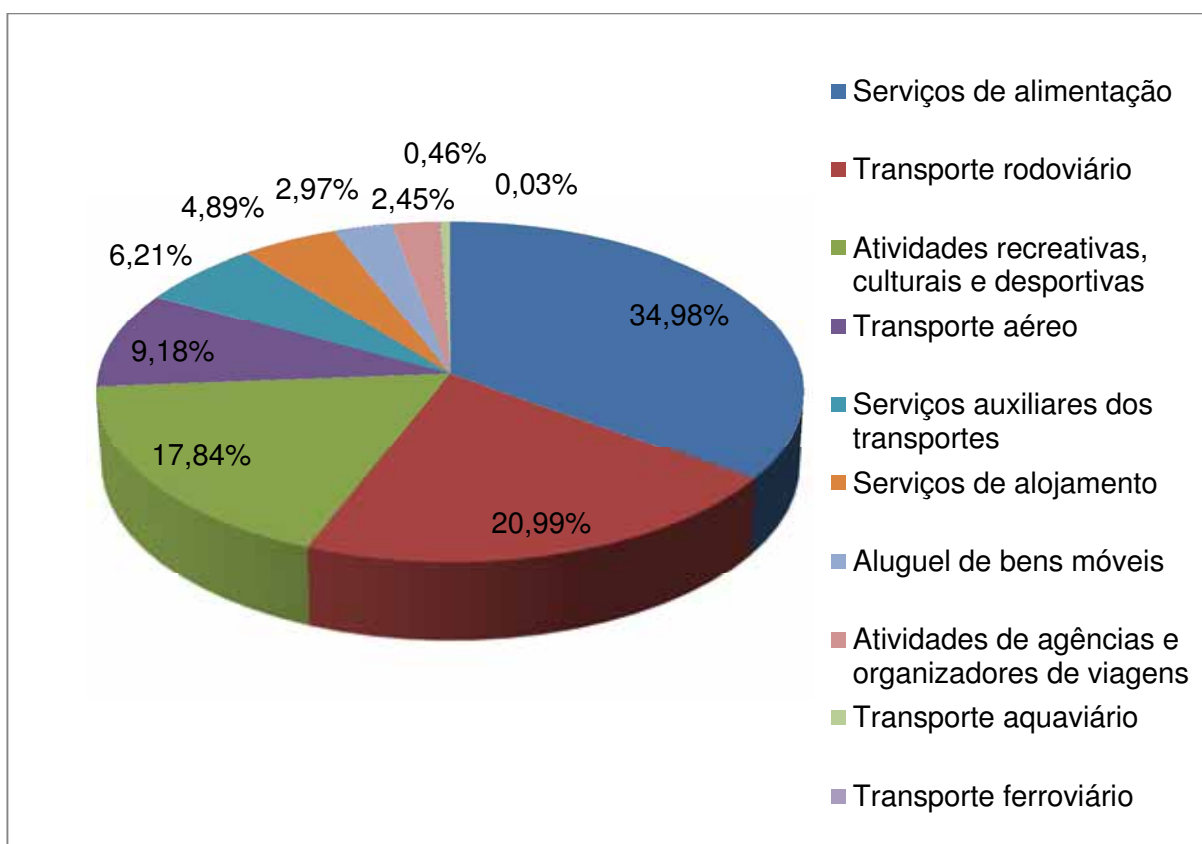


Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Contas Nacionais Estudos e Pesquisas. **Estudos e Pesquisa:** Informação Econômica número 13. Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

O estudo aponta que no ano de 2007 o valor adicionado pelas atividades características do turismo foi de R\$ 82,7 bilhões representando 5,4% do setor de serviços e 3,6% do valor total da economia.

O Gráfico 6, apresenta a participação de cada atividade do turismo no total do valor adicionado do grupo.

Gráfico 6 - Distribuição percentual do valor adicionado das Atividades Características do Turismo, por atividade - Brasil – 2007



Fonte: IBGE, 2010.

Segundo dados do IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais é possível observar a evolução dos principais indicadores das atividades do turismo no período em que foi lançado o PNT-2003-2007. Em relação à evolução do valor adicionado em 2006, a renda produzida pelas atividades do turismo chegou à cifra de R\$ 73,9 bilhões. Em 2007, com um crescimento real deduzido pelas variações de preços de 4,8% em relação ao ano de 2006. Estas atividades produziram renda de R\$ 82,7 bilhões e mais, aponta para uma variação menor que a média da economia brasileira (5,8%) no mesmo período.

O período de 2004 a 2007 apresenta as variações das atividades do turismo, considerando crescimento de 22% somente no ano de 2004, quando respondiam por 3,6% do valor adicionado da economia brasileira e por 5,6% do setor de serviços. Já em 2007, essas participações tiveram um desempenho considerável, de 3,6% e 5,4%, respectivamente.

Todas as mudanças estão relacionadas com os fatores do valor adicionado em cada atividade e com as alterações dos preços relativos na economia. Entre as atividades do turismo de maior destaque apresentam-se os serviços de alimentação com maior número de ocupações: 2,9 milhões, 49,2% do grupo, o transporte rodoviário com 20,0%, seguidas pelas atividades recreativas, culturais e desportivas com 1,0 milhão de ocupações em 2007.

As atividades do setor turístico pagaram R\$ 35,9 bilhões salários e outras remunerações. Isso representou 4,6% do total do setor de serviços e 3,3% das remunerações da economia brasileira. Os salários representaram 85,0% das remunerações, ou seja, R\$ 30,5 bilhões. O restante do valor das remunerações está associado ao pagamento de contribuições sociais pelos empregadores.

O panorama mundial e nacional apresentados sob a ótica da modernidade sugere participação social ampliada em relação à atividade do turismo de forma geral. Um processo de apropriação de determinados fatores que abrange a racionalidade política e econômica. Considera-se ainda que seja necessária a inclusão de uma articulação das estratégias de dominação e controle para que o sistema produtivo se transforme em participação e gestão. A dinâmica capitalista, embora promotora da exclusão, possibilita o eterno movimento da sociedade moderna.

Esse movimento se promove cada vez mais cheio de necessidades, de aromas e de vaidades. A sociedade moderna desconsidera o modelo produtivo atual nas suas especificidades e repousa suas acumulações de bens em um depósito inquieto e ávido por mudanças emergenciais, denominado planeta terra. Não há ainda instrumento capaz de mensurar a que momento as regiões e as pessoas em geral irão despertar na corrida contra o tempo para um olhar consciente do grau de finitude.

Não se pode transformar valores econômicos em sociais. Quando acontece, a lógica da sobrevivência perpassa o bem comum e coloca em risco gerações futuras. De acordo com a Freitas (2008, p. 337) a política do turismo continua atrelada a um modelo de circuitos que apesar de “[...] alardear a valorização do planejamento, apresenta-se na realidade atual por intermédio de suas ações, grande preocupação com o marketing, com o fomento à prática.”

Freitas (2008, p. 337) considera ainda que na lógica vigente:

[...] a política de turismo do governo federal não pode eleger como meta a redução das desigualdades regionais e sociais, o equilíbrio do balanço de pagamentos, entre outros objetivos, pois estes são difíceis de serem alcançados somente por meio da referida atividade. Para tal pretensão, é necessário enfatizar o turismo interno dentro desta realidade, além da união de forças entre as políticas, econômicas, sociais, turísticas, culturais, ambientais, urbanas e o estímulo à articulação entre os agentes públicos e privados [...].

Considerar a atividade do turismo como uma “indústria sem chaminé” ganha significado direto de que os demais setores da economia não a complementam é como dizer que o crescimento apresentado no panorama mundial e nacional fica imune aos problemas espaciais ocupados pela atividade turística.

Portanto, não se trata de uma atividade que se cultua como acima do bem e do mal. O modelo atual das políticas públicas e suas ações possibilita expressar que se trata de atividade mal compreendida, mal planejada, mal elaborada, de difícil definição por apresentar as complexidades e características especiais de serviços e estrutura.

A atividade do turismo em âmbito nacional continua cercada por problemas de análise, monitoração, coordenação e elaboração de políticas exequíveis que possibilitem a inclusão. A inclusão social parte do pressuposto que há pessoas excluídas ou há fatores excludentes.

Segundo Maria Carmelita Yazbek (2001 apud FREITAS, 2008, p. 338):

[...] o sistema reconhece o dever moral de prestar socorro aos excluídos, com um discurso humanitário da filantropia, despolitizado, mas não reconhece seus direitos sociais e não deixa que suas ações de favor e de ajuda transformem-se em direito, em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade, pois tentam manter o pobre e excluído nessa condição, sem emancipação [...].

Contudo, apesar dos indicadores apresentados no cenário atual serem favoráveis sob a ótica da economia, a atividade do turismo em território nacional requer prioridade no âmbito político, exige planejamento capaz de garantir o desenvolvimento sustentável para que as futuras gerações tenham a consciência da conservação do patrimônio natural e cultural mediante a atividade desenvolvida.

O elevado volume de turistas atuais e futuros poderão comprometer os diversos sistemas naturais em espaços ainda virgens e também criar problemas na esfera do turismo urbano como congestionamentos, utilização dos meios de transporte nos países receptores, superutilização de recursos naturais, produção de resíduos em alguns destinos.

As políticas públicas devem se apropriar dos mecanismos da tecnologia da informação como instrumento de apoio para tomada de decisões, do conjunto das ações ordenadas pelo conhecimento das especificidades é que pode contribuir de forma direta e indireta na promoção do desenvolvimento de cada região indutora. A cooperação se torna condutor nesse processo e clama por políticas e programas com ambições elevadas para mudanças do modelo mental diante dos desafios da exclusão e da integração.

Importante considerar também, que o uso da tecnologia está intimamente ligado ao sucesso da educação, o que novamente leva a ganhos de produtividade cada vez mais rápidos e organizados. A educação é considerada uma das variáveis mais importantes para garantir que a população trabalhadora tenha o melhor desempenho em termos produtivos.

Segundo o autor Jim O'Neill (2012, p. 48): "O governo é outro fator evidente na determinação da capacidade de um país se tornar mais produtivo porque é o governo que provê a estrutura adequada e o sistema de apoio para o crescimento, bem como os incentivos."

Consideram-se também os fatores macroeconômicos que são igualmente importantes no processo produtivo, ou seja, trata-se de um somatório de elementos-chave para garantir que a economia se desenvolva e cresça.

A atividade do turismo é sem dúvida um desses elementos a contribuir com o processo produtivo do País, porém, como atividade isolada, de medidas econômicas, sem planejamento adequado e integrado constituirá, no longo prazo, mais um problema a ser trabalhado no futuro.

O grau de envolvimento dos países indutores cujos líderes constantemente enfrentam dificuldades para administrar as mudanças e até mesmo dificuldades com as implementações de diferentes ideias, geralmente são aqueles segundo Jim O'Neill (2012), com baixo desempenho em termos de produtividade e conseqüentemente com baixo crescimento, baixa estabilidade, credibilidade e, portanto, questiona-se o estado de direito. Outro fator que é preciso ser mencionado

nesta conjuntura refere-se diretamente à corrupção, aos desvios de verbas, às condutas personalizadas de grupos hegemônicos minoritários em detrimento das vastas demandas sociais carentes de ações prescritas nas políticas públicas brasileiras, grande vetor dos índices de bem estar, desenvolvimento e produtividade do setor turístico.

O'Neill (2012, p. 29-31) afirma ainda que: "A teoria clássica do desenvolvimento internacional sugere que, conforme os países se desenvolvam, eles aumentam seu desempenho em produtividade, aproximando-se cada vez mais dos países desenvolvidos."

Tendo explicitado o turismo de forma geral, torna-se importante enfatizar que cada país vê sua produtividade potencial mudar de acordo com a velocidade que é colocada nas ações, ou seja, com velocidades diferentes, dependendo de muitos fatores. O Brasil não é diferente, aposta seu crescimento econômico em políticas públicas elaboradas para colocá-lo entre as maiores economias do mundo.

Mas, seria esse um crescimento sustentado, sendo o setor turístico e a atividade do turismo sozinha a variável de maior participação nesse crescimento? Quais investimentos diretos ocorreram nos últimos dez anos e que caminhos esses investimentos teriam tomado comprovadamente na pasta do setor turístico nacional? São estes questionamentos que promovem reflexão acerca da atividade turística, uma vez que a proposta que fundamenta na Constituição Federal de 1988 (Capítulo V, artigo 182) garante a inclusão social, o pleno emprego, à função social da propriedade.

A realidade atual contraria a "boa política". Em 2011, no dia 11 de setembro, o jornal Estado de S. Paulo anunciava no "Caderno A" (2011, p. 10), "Emendas apoiam turismo que não existe". O levantamento revela "[...] destinação de recursos para fomentar setores em cidades sem vocação e uso para finalidades diversas." No total das emendas apresentadas em relação ao turismo, o orçamento de 2011 chegou ao investimento de R\$ 2.719.938.006,00 (Dois trilhões setecentos e dezenove mil novecentos e trinta e oito reais e seis centavos).

A reportagem continua ainda relatando que as emendas campeãs apresentadas foram para os Estados de Alagoas e Ceará cada uma com R\$ 13 milhões, Roraima, Rio Grande do Sul e, novamente o Estado do Ceará incluído nesta emenda, respectivamente com R\$ 11,5 milhões. Pernambuco com R\$ 11,3

milhões, São Paulo com R\$ 10,9 milhões, Santa Catarina com R\$10,8 milhões, Rio de Janeiro com R\$ 10,5 milhões e Roraima, também novamente, com R\$ 10,2 milhões.

De acordo com o jornalista da reportagem, Vanildo Mendes, é notória a distorção das emendas em relação aos destinos turísticos receptores. Destinos como o município de Parintins considerado a “porta de entrada do Rio Amazonas e palco do maior festival de boi-bumbá do país”, um dos 65 municípios indutores brasileiros e também a cidade mais visitada por estrangeiros no Estado do Amazonas, recebeu a quarta posição em termos de investimentos no turismo com valor de R\$ 5,9 milhões recebidos da União nos últimos 15 anos, ficando, portanto atrás de Manaus (R\$ 85 milhões), Borba/AM (R\$ 7 milhões) e Rio Preto da Eva/AM (R\$ 6,5 milhões) onde, segundo a matéria apresentada pelo jornalista, a maior atração é a Feira da Laranja.

A falta de critério e planejamento na destinação dos recursos é algo permanente. Na pesquisa realizada pelo mesmo Jornal o Estado de São Paulo, que teve como fonte de informações o orçamento do Ministério do Turismo e as emendas parlamentares, revela que mesmo quando chega o recurso, este não é direcionado necessariamente para a atividade fim (turismo) acaba por atender a outras demandas até mesmo de outras pastas do governo como Cidades, Transportes e Integração Nacional, segundo noticiado.

Nos últimos 15 anos o Portal da Transparência Brasil segundo a mesma reportagem, investiu R\$ 10,6 bilhões nas 27 unidades da Federação, mediante convênios do Ministério do Turismo, onde estão incluídas as emendas de parlamentares que sobrecarregam em quatro vezes o orçamento da pasta do Ministério do Turismo. No Estado de Alagoas as maiores verbas foram para Barra de São Miguel (R\$ 46 milhões) no litoral sul. Porém, o recurso não foi destinado a fomentar empreendimentos para a atividade do turismo, mas a obras de saneamento básico e construção de um sistema de abastecimento de água.

A reportagem aponta também para outras distorções a exemplo do Estado de Alagoas, na cidade de Porto das Pedras, litoral norte, recebeu R\$ 39 milhões. Toda verba disponibilizada foi para a construção de uma rodovia, pavimentação urbana e, uma pequena parte (não mensurada na reportagem), para atividades turísticas do município.

Outra contradição apresentada foram os investimentos destinados a cidades como Aparecida de Goiás cidade da região metropolitana de Goiânia inexpressiva em termos turísticos, mas, dividiu o primeiro lugar com outra cidade de maior expressão, Itumbiara-GO, famoso centro turístico banhado pelo Rio Paranaíba. Ambas receberam orçamento de (R\$ 18 milhões) e colocaram para trás a cidade de Caldas Novas (R\$ 13 milhões) o maior polo turístico do Estado de Goiás, sem considerar outros atrativos mais expressivos como a cidade de Chapada dos Veadeiros, rota do turismo ecológico.

Já no Estado de Roraima, a desconhecida cidade de Mucajaí, aparece na reportagem do mesmo jornalista como cidade que mais recebeu recursos financeiros (R\$ 10 milhões), seguida pela cidade menos expressiva ainda, Rorainópolis (R\$ 8 milhões), município criado no sul do Estado proveniente de um assentamento na década de 1970, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Distante dos principais atrativos da região, o Monte Roraima e o Rio Amazonas, a cidade é acanhada em matéria de turismo.

Ainda segundo a reportagem, o secretário de Meio Ambiente e Turismo de Rorainópolis à época (2011), explicou que somente parte do valor teria sido recebida e foi aplicado em obras como a praça de apoio ao turismo.

Continuando a distorção dos orçamentos, outro roteiro apresentado pela reportagem foi o município de Ji-paraná em Rondônia com (R\$ 7 milhões) cuja principal atração turística é um mergulho nas águas dos Rios Machado e Urupá.

Contribuindo com a ausência de planejamento e critérios, segue o Estado do Piauí, no município de Parnaíba para onde foram encaminhados (R\$ 18 milhões). Este Município fica próximo aos Lençóis Maranhenses, um dos principais atrativos do Maranhão e do País.

O segundo lugar ficou com Floriano um município do Estado do Piauí que recebeu (R\$ 12 milhões), cujo principal atrativo é um banho nas águas barrentas do Rio Parnaíba. A cidade fica a 253 km da capital do Estado, Teresina, com população de 58.707 habitantes (IBGE, 2010).

No Estado do Mato Grosso o maior volume foi destinado ao município de Rondonópolis (R\$ 18 milhões). O município é pouco expressivo e tornou-se entreposto de drogas dos países vizinhos por ser cortado por rodovias federais em direção ao Sudeste.

Com referência a situação apresentada em 2011, às emendas propostas confirmam as disparidades entre a proposta do Plano Nacional do Turismo criado em 2003, com as metas estabelecidas até 2007. Este mesmo plano foi reescrito em 2007 contendo diretrizes até 2010.

O cenário apresentado encontra-se repleto de contradições, é usado para construir e reescrever as políticas públicas destinadas ao setor turístico acirrado por uma demanda volátil nos 65 destinos turísticos mapeados pelo Ministério do Turismo, clientelista com necessidades diversas, desenvolvendo conceitos fragmentados do setor com terminologias diversificadas, ampliando, inclusive para interpretações contrárias à Ética e aos valores prescritos na Constituição Cidadã de 1988.

Importante considerar, que o cenário apresentado provoca influência na elaboração da legislação brasileira para o setor. Hoje no Brasil, está em fase de aprovação na Casa Civil o Plano Nacional de Turismo 2012-2015. Entretanto, não contemplou, até agora, a existência de diálogo com representantes de outros setores, a exemplo dos Planos anteriores, nem com as sociedades locais, o que diz respeito à inclusão e efetivação da cidadania.

Ressalta-se que, não há representantes do turismo de base comunitária, das comunidades que colaboram com o segmento e desenvolvem produtos e serviços para o turismo que, atualmente em determinadas regiões, tentam se organizar em Redes como a REDE TUCUM e TURISOL. O representante que mais se aproxima dessa categoria de turismo é a Associação Brasileira de Turismo Rural.

Para a construção da Política Nacional de Turismo há que se estabelecer diálogo permanente e instaurar um processo de trabalho coordenado por todos: Ministério do Turismo, da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, participação da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e da EMBRATUR, que promova a mobilização de atores e instituições, em diversos fóruns.

No âmbito do Conselho Nacional de Turismo, para ações futuras, torna-se necessário a participação diretamente das comunidades e a sociedade civil organizada sem fins lucrativos, para que o Turismo de Base Comunitária seja reconhecido como importante atividade geradora de trabalho e renda às

comunidades, ele tem que ter a mesma importância no próprio Plano Nacional de Turismo, como um Programa com metas e ações.

Deve-se reconhecer que essas comunidades se desenvolvem e se organizam em Redes para que possam fazer parte da construção da Política. É preciso considerar a participação do Conselho Nacional de Turismo, das Redes do Turismo Solidário e de Base Comunitária, das Organizações Não Governamentais que atuam com o Turismo Comunitário, fortalecer a participação dos municípios, dos Representantes de Associações de Artesanatos, Representantes de Populações Tradicionais como Quilombolas e Pescadores, para que haja reedição das políticas públicas em nome daqueles para as quais ela verdadeiramente foi destinada. Importante enfatizar que não se trata de beneficiar pequenos grupos hegemônicos, políticos partidários, nem atender expectativas de cunho mercadológico que não tenha nada a ver com as demandas sociais, mas, que beneficiem a geração de emprego e renda às demandas necessitadas.

Considerando ainda que o Plano Nacional do Turismo não difunde apenas conceitos, mas ações exequíveis, ações estas pautadas em estudos que revele com propriedade o segmento, há também que contribuir para a criação de uma legislação que amplie sua atuação e promova: capacitação em gestão; formação em turismo (em acordo à realidade específica de cada local); desenvolvimento dos destinos e produtos turísticos (existentes e a serem criados); processos participativos e articulação entre municípios, Estados e Ministérios; assistência técnica para as comunidades; pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; sistema de financiamento; diálogos continuados entre os poderes constituídos e as demandas sociais.

As ciências sociais apresentam-se enquanto instrumento essencial ao estudo do fenômeno turístico. As atuais práticas sugerem o estabelecimento de novos estilos e maneiras de conhecer, pensar, agir e fazer, para esclarecer o conjunto de funções que o turismo necessita. Para tanto há necessidade de apoio da Administração, por exemplo, uma das áreas do conhecimento fundamentada em um conjunto de princípios, normas e funções racionais, que disciplinam os fatores de produção, em conformidade com hipóteses que descrevem a constância do fenômeno e sua regularidade. Este conjunto de fatores possibilita estabelecer raciocínio crítico ao que se apresenta perante a realidade em relação a indicadores subjetivos, relativos às interpretações pessoais das atividades práticas do turismo

tendo em vista a desconsideração do aspecto social, inerente à própria atividade, e todas as transformações decorrentes.

O ato de administrar considera a existência de uma instituição a ser coordenada, gerenciada, requer conhecimento e aplicação de técnicas administrativas e modelos de gestão que se orientam para objetivos comuns.

1.2 As categorias teóricas

Com base nas categorias teóricas há necessidade de refletir sobre a representação do Governo Federal, Estadual e dos Municípios na perspectiva de conhecer as políticas públicas que estabelecem os critérios e condições para fundamentar as atividades produtivas do País. Necessário também compreender tais políticas para explicar a natureza das atividades e a fundamentação legal da aplicação das leis, programas, sistemas e projetos de cada uma delas. A atividade de turismo em território nacional do ponto de vista econômico é crescente e promissora. Imprime responsabilidades em seus agentes de fomento tanto na esfera pública quanto privada.

A legislação e a legalidade do desenvolvimento da atividade turística firma-se pelo desenvolvimento sustentado e, nesse cenário, torna-se necessário buscar na literatura o sentido atribuído a cada uma delas. Categorias que surgem no esforço de compreensão do objeto da pesquisa. Esse estudo confrontou a função que o Estado atribui a cada participante na sua forma de utilização, desdobramentos, conceitos e definições, funções e papéis desempenhados como também comunidades envolvidas com características e particularidades singulares.

Nesse contexto, promover a reflexão das categorias teóricas estabelecidas que tenha como objetivo geral compreender para explicar as políticas públicas que fundamentam o turismo na busca pelo desenvolvimento sustentado, a pesquisa analisou se a atuação prática das categorias se aproxima ou se distanciam do perfil que as normas legais estabelecem como desejável pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

A pesquisa sobre a legislação e conceitos pertinentes possibilitou orientação à construção de um questionário para sondagem (Apêndice A) do universo e do formulário (Apêndice B e C) aplicado aos sujeitos do estudo. Pôde confrontar a função que o Governo Federal e o Estado atribuem aos municípios no

cumprimento das legislações, no acesso às informações necessárias para o desenvolvimento do local e as percepções que a comunidade envolvida diretamente com a atividade do turismo tem de fato sobre como elas são determinantes na sua prática, ou seja, se as políticas públicas que fundamentam o turismo na busca pelo desenvolvimento sustentado ocorrem de forma funcional ou se trata de uma sobreposição ideológica e teleológica, levando em consideração o conhecimento abstrato da finalidade a quem se destinam, ou seja, às comunidades afetadas pelo fenômeno do turismo.

Importante também dimensionar e relacionar o eixo teórico considerando um país que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012) é o quinto maior do mundo em extensão territorial, ocupa uma área de 8.547.403 km² no planeta com população projetada de 193.946.886 habitantes em (2012), população 1,67% superior à calculada no mesmo período em 2011. O número de habitantes nos 5.565 municípios do País subiu para 3.191.087 nos últimos doze meses. Segundo IBGE (2009) as 15 cidades mais povoadas do Brasil possuem 40,75 milhões de habitantes, o que representa 21,02% do total da população tornando o Brasil o país mais populoso da América Latina.

O objetivo do presente estudo estabelece concentração no esclarecimento dos significados atribuídos às categorias teóricas que embasaram a análise e interpretação dos dados empíricos da pesquisa.

1.2.1 Políticas públicas

Os aspectos estruturais e operacionais das políticas públicas ao se construir os programas e ações pautados por elementos que garantam a sustentabilidade requer do Governo conhecimento das necessidades da sociedade na perspectiva econômica, ambiental, cultural e social.

Toda e qualquer política compreende o seu primeiro e mais importante elemento: a concepção do que seja, a quem se destina e para qual produto e serviço é definida. A complexidade de cada continente exige um sistema legislativo sólido de forma estruturada e integrada na medida em que os fenômenos sociais vão se desenvolvendo. O planejamento das políticas públicas deve compreender a diversidade, as controvérsias das realidades existentes, garantir as

estruturas operacionais aproximando-se da realidade do local possibilitando sua aplicabilidade.

Tornam-se necessários definição e entendimento sobre o que são as políticas públicas, como são elaboradas, quais características a definem e principalmente como são operacionalizadas considerando a diversidade, territorialidade, ambiguidade, os aspectos socioeconômicos, ambientais e outras perspectivas.

As políticas públicas são definidas como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas esferas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. Podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e com a iniciativa privada. Cabe ao Estado propor ações preventivas diante de situações de risco à sociedade por intermédio de políticas públicas. Nessa perspectiva de como e porque surgiu a área das políticas públicas, importante tecer algumas reflexões sobre sua origem, ou seja, onde, como, para quais fins são designadas, que fatores contribuíram para a visibilidade da área e a origem das primeiras políticas.

Segundo Souza (2007) vários fatores contribuíram para ampliar a visibilidade e origem da área de políticas públicas. Entre eles três são considerados os mais importantes.

O primeiro foi à adoção de políticas restritivas de gastos, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator foram às novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionados aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (SOUZA, 2007, p. 20-45).

Para Souza (2007), as respostas a este desafio de prover as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, sem deixar de promover a

inclusão social não são fáceis nem claras e consensuais. Existe dependência de outros fatores tanto externos como internos. Os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública, no entanto, também são influenciados pelo desenho dessas políticas e as regras que determinam suas decisões, elaboração e implantação.

Nos países desenvolvidos as políticas públicas surgiram como desdobramentos teóricos que tentavam explicar a função do Estado e sua mais importante instituição, ou seja, o Governo – produtor de políticas públicas.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser: (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. (SOUZA, 2007, p. 22).

Como fruto do saber científico as políticas públicas surgem no cenário acadêmico, mas, sem estabelecer relações com as teorias referentes à representação do Estado indo direto para o foco das ações dos governos. Desse modo são denominados fundadores da área de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), nos anos 1930, com objetivo de conciliar conhecimento científico/acadêmico, produção empírica também como forma de estabelecer diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957), inspirado em Max Weber⁴ foi responsável por introduzir o conceito de racionalidade limitada às decisões públicas (*policy makers*). A limitação da racionalidade argumentava ser minimizada buscando na Teoria do Conhecimento compreensão adequada sobre seus limites e possibilidades. Para o autor, a racionalidade dos gestores públicos é considerada limitada sempre que surgem problemas como falta de informação, informação incompleta e imperfeita, tempo para tomada de decisão, auto interesse, etc. Mas, segundo Simon, a

⁴ Max Weber (1864-1920), sociólogo e economista alemão, desenvolveu estudos sobre a burocracia e as classificações de autoridade (ou dominação). Nesses trabalhos, faz alusão a um movimento inevitável para a racionalização. Weber acreditava que um movimento no sentido da autoridade racional-legal era inevitável. Na autoridade carismática, a morte de um líder encerra o poder dessa autoridade e só através de uma base racionalizada e burocrática pode essa autoridade ser passada adiante. As autoridades tradicionais, nas sociedades racionalizadas, também tendem a desenvolver uma base racional-legal para melhor garantir adesão estável.

racionalidade, pode ser também maximizada chegando ao ponto satisfatório através da criação de estruturas construídas pelo conjunto de regras e incentivos que combine o comportamento dos atores e direcione esse comportamento com objetivo de obter resultados desejados, prevenindo a maximização de interesses particulares.

Lindblom (1959 apud SOUZA, 2007) questiona a ênfase no racionalismo de Laswell (1930 apud SOUZA, 2007) e Simon (1957 apud SOUZA, 2007), sugere a inclusão de outras variáveis como as relações com o poder, à integração entre as distintas fases do processo decisório sem necessariamente um fim ou um começo. Assim, políticas públicas precisam incorporar também outros elementos como as eleições, as burocracias, os partidos e os grupos de interesse, à sua formulação e à sua análise, indo além das questões que dizem respeito à racionalidade.

Easton (1965 apud SOUZA, 2007) participa desta definição de políticas públicas contribuindo para a área ao defini-la como sendo um sistema que compõem relações entre formulação, resultados e ambiente. Segundo o autor, políticas públicas absorvem insumos dos partidos políticos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Quadro 4 - Conceito dos fundadores da área de políticas públicas

Políticas Públicas EUA	Período			
	1936	1957	1959-1979	1965
Fundadores	Laswell	Simon	Lindblom	Easton
Conceitos	Introduz a expressão <i>policy analysis</i> (análise de políticas públicas) nos anos 1930. Objetiva conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos. Estabelece diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.	Introduz o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (<i>policy makers</i>). Limitação pela minimização do conhecimento racional ou por problemas relacionados a informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores. Também maximizada pela criação de estruturas que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento impedindo a busca de maximização de interesses próprios.	Questiona a ênfase do racionalismo de Laswell e Simon e propõe a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupo de interesse.	Defini a política pública como sistema que possui relação entre formulação, resultados e ambiente. Recebe insumo dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse que acabam influenciando seus resultados e efeitos.

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza, a partir de Souza (2007, p. 20-45).

Importante perceber que existe evolução na construção do conceito. Cada precursor introduz elementos fundamentais para sua formulação na tentativa de legitimar abrangência das ações e estruturar a operacionalização no processo, o que inclui os programas e ações prescritos. A partir dessa evolução conceitual se estabelece o fortalecimento das políticas públicas e desse modo, ao longo do tempo, chega-se às seguintes tipologias: industrial, agrícola, monetária, de assistência social, institucional e educacional.

No entanto, não há definição única nem melhor, sobre o que seja política pública. Para os autores: Mead (1995) a política pública é definida como um campo do estudo científico que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; para Lynn (1980) trata-se de um conjunto de ações do governo que produzem efeitos específicos; Peters (1986), explica a política pública enquanto somatório das atividades dos governos que atuam diretamente por meio de delegações, influenciando a vida da sociedade; Dye (1984) a define como o que o governo define fazer ou não fazer. Bachrach e Baratz (1962), por sua vez, consideram que não fazer nada em relação a determinado problema revela outra forma de política. Os autores apresentam esses conceitos há mais de 40 anos. (apud SOUZA, 2006, p. 20-45).

A política pública deve enfatizar a solução para algum tipo de problema ou situação em especial, incorporando elementos essenciais como integração de grupos de interesses tais como instituições privadas e grupos sociais. A ausência dessa cooperação e participação prejudica e compromete a construção das políticas públicas, dificultando sua aplicabilidade por considerar, muitas vezes, apenas a representatividade do Governo deixando para trás a complexidade, os aspectos conflituosos e os limites que cercam as decisões.

Souza (2007, p. 20-22) argumenta:

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual os pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Segundo a autora a política pública surge como subárea da ciência política, abre caminho para estudos do universo público trilhado. O primeiro caminho

percorrido tem origem em Madison (1751-1836), pesquisador cético da natureza humana, que enfatizou o estudo das instituições, consideradas por ele elementos fundamentais, para impor limite à tirania e as paixões intrínsecas à natureza humana. O segundo seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que segundo Souza (2007), observava nas organizações locais, o benefício cívico na promoção de um “bom” governo. Já o terceiro caminho foi o das políticas públicas como subárea da ciência política que pretendia entender como e por que os governos optavam por determinadas ações. (SOUZA, 2007, p. 20-45).

Assim, pode-se entender políticas públicas como conjuntos de programas, ações e atividades estabelecidas pelo Estado direta ou indiretamente, implicam em assegurar direitos de cidadania no longo prazo e para determinado seguimento social, cultural, étnico e econômico, normalmente constituídas de instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, são também encadeadas de forma integrada e lógica onde se estabelecem, programas, projetos, planos de ação e recorrentes atividades.

O planejamento define as diretrizes, prioridades e objetivos gerais de longo prazo. São estabelecidas metas estratégicas pelos governos e pela sociedade. Compondo o planejamento estão à definição os orçamentos para cada programa e projeto estabelecido.

Os programas estabelecem os objetivos gerais e específicos focados em determinado tema e problema específicos do conjunto institucional e área geográfica. Pode se dizer que o programa se enquadra no plano tático considerando o médio prazo para sua realização.

As ações são elaboradas através dos desdobramentos táticos que, por sua vez, definem os programas, ainda no nível executivo federal para, em seguida, recaírem nos Estados em forma de projetos e, recorrentemente, de acordo com a realidade específica das localidades municipais a serem implantadas, incidem em planos de ação específicos onde se define o que, quem, onde, como, quando e quanto de orçamento para sua realização. Visam ainda o cumprimento de determinado objetivo estabelecido pelo Programa. Quando no campo empírico, as ações são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação continuada.

As atividades, por sua vez, são concretudes do plano de ação para as quais também são estabelecidos prazos e indicadores de desempenho. Indicadores constituem-se em formas de representação quantitativa e qualitativa das

características das ações expressas significativamente através dos diagnósticos da realidade, objeto da intervenção, que recaem sobre os serviços elaborados e executados tendo em vista o acompanhamento dos resultados ao longo do tempo. Os indicadores são parâmetros de avaliação de eficiência e eficácia dos processos estabelecidos. Com essa estruturação determina-se a dinâmica no desenvolvimento do conjunto de ações, que o governo define e possibilita entender, que política pública é área do conhecimento com objetivos concretos. E, enquanto área do saber necessita de pessoas, gestores, capacitados à sua elaboração e execução.

[...] colocar o governo em ação, analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados e mudanças no mundo real. (SOUZA, 2007, p. 26).

As políticas públicas são formuladas principalmente por iniciativa do poder executivo a partir de demandas propostas pela sociedade, em seus diversos segmentos. Correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade, enquanto direitos das pessoas, comunidades, coisas e outros bens materiais e imateriais.

A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em casos específicos é assegurada na própria lei que as institui. Assim, para diferentes temas, situações e inovações a sociedade participa ativamente mediante conselhos, assembleias, audiências públicas fóruns de debates, votações em projetos, encontros e conferências setoriais a nível municipal, estadual e nacional, como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade no processo de participação e controle.

Entender e aceitar que a política pública é um campo transdisciplinar, ou seja, uma área em que se situam diversificados conhecimentos e unidades sociais organizadas, as implicações dessa política às disciplinas, teorias e modelos analíticos possibilita a criação de seu próprio desenho.

Souza (2007) estabelece que a política pública, embora consista em um sistema formalmente estabelecido no ramo da ciência política, a ela não se restringe, podendo também ser considerada objeto analítico de outras áreas do conhecimento. Seu caráter plural possibilita várias percepções.

Uma vez formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, ações e atividades que alimentam as bases de dados e sistema de informação que dão suporte à tomada de decisão. Quando colocadas em ação, são submetidas aos sistemas de acompanhamento e avaliação por intermédio de indicadores quantitativos e qualitativos estabelecidos.

Segundo Azevedo (2003, p. 38), política pública “[...] é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.”

Ela é, na verdade, a concretização das ideologias do Estado na sociedade, no território, no tempo. A égide deste conceito revela que as políticas públicas possuem duas características predominantes: a busca do consenso em torno do que se pretende fazer de acordo com o ensejo da maioria com maiores chances de aprovação para aplicação do que foi proposto; e a definição de normas tanto para as ações como processamento de conflitos entre usuários e encarregados da coordenação da política. (FREITAS, 2008, p. 36-37).

As políticas públicas constituem-se instrumentos para o desenvolvimento sustentado. Entretanto o caráter social não é o único norteador delas. Repetidamente, é suplantado por interesses difusos de alguns segmentos da sociedade, o que constrange as ações legalmente postas do poder público e reflete no atendimento das necessidades particulares confrontando às necessidades coletivas. Neste sentido, Souza (2007, p. 27) estabelece:

Apesar do reconhecimento de que outros segmentos, que não os governos, se envolvem na formulação de políticas públicas tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada. Visões menos ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade, apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexas.

A composição e a implantação das políticas públicas é função do governo e da sociedade, dos grupos de interesse de caráter plural, considerando que o Estado não define políticas exclusivamente para grupos elitistas, tampouco sirva aos interesses de determinadas classes sociais. Constitucionalmente a

realidade exige a participação de todos, portanto, o estabelecimento de diálogo faz-se urgente e necessário entre todas as partes interessadas sem deixar de fora possibilidades de cooperação.

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma 'autonomia relativa do Estado, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas. Essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessas 'autonomia' e o desenvolvimento dessas 'capacidades' dependem, obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país. (SOUZA, 2007, p. 27).

Estado e Sociedade devem cooperar, se organizar em torno das expressões da questão social estabelecendo prioridades e diretrizes com determinada autonomia entre as partes, considerando que existe margem de relatividade que permeia a relação entre ambos em detrimento dos fatores externos e internos ao espaço de atuação, incluindo aí a capacidade de reação de cada sociedade de acordo com seu momento histórico.

Segundo Freitas (2008, p. 37):

A literatura referente às correntes que discutem 'Ciência Política', 'Política e Burocracia' têm contribuído, substancialmente, para o esclarecimento dos processos e determinantes que explicam a adoção de políticas públicas como seus impactos, os benefícios e repercussões sociais.

As tipologias das políticas públicas são compreendidas em quatro diferentes vertentes, refere-se, aos processos de conflito e de consenso às quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.

Segundo Frey (2000, p. 223-224):

Políticas distributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos. '[...] são caracterizadas por consenso e indiferença amigável [...]'. Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios.

As políticas distributivas se caracterizam por um relativo grau de conflito dos processos, que parecem difundir vantagens e não acarretam custos.

Favorecem um número considerável de destinatários atendendo potenciais opositores.

Políticas redistributivas, ao contrário, são orientadas para o conflito. O objetivo é o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade [...] o processo político que visa a uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos. (FREY, 2000, p. 224).

Contrariando as políticas distributivas, as políticas redistributivas são orientadas para o conflito havendo conscientemente o objetivo de desvio e o deslocamento de recursos financeiros direitos e até mesmo outros valores entre diferentes níveis sociais e grupos. Nesse processo político de redistribuição é comum o surgimento de conflitos de interesse.

Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrados entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas. (FREY, 2000, p. 224).

Em relação às políticas regulatórias estas estabelecem ordens e proibições, decretos e portarias. O efeito dos custos e benefícios não é determinado por antecedência; dependem da estruturação e da configuração real das políticas.

Políticas constitutivas (*constituent policy*) (Lowi, 1972) ou políticas estruturadoras. Beck (1993) fala de políticas modificadoras de regras (Beck, 1993, p. 17) que determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias. (FREY, 2000, p. 224).

Com relação às políticas constitutivas ou estruturadoras elas se referem à própria esfera da política e suas instituições condicionantes; à criação e modelos de novas instituições; à variação do sistema de governo e do sistema eleitoral; à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os diferentes atores políticos.

Observa-se, assim, a complexidade dos conceitos e definições das políticas públicas. Ao ser analisadas em diferentes perspectivas percebe-se que seu

planejamento e sua gestão se relacionam intimamente com a sociedade civil e Governo e seus aspectos peculiares tem que ser considerados nas ações e estratégias do planejamento das atividades produtivas e geradoras de emprego e renda.

Contudo, existe também desequilíbrio acentuado na divisão de responsabilidades entre os diferentes segmentos sociais e políticos, sem contar os conflitos de interesses que na maioria das vezes as políticas e os recursos são direcionados para particulares em detrimento do coletivo. A coletividade deve se unir para atuar junto aos atores políticos o que remete ao comprometimento de todos os participantes no processo de elaboração. Outro fator importante refere-se à inclusão de experiências, bem ou malsucedidas devidamente avaliadas, para direcionar o desenvolvimento dessas, tendo em vista o desconhecimento, por grande parte da população, de como os partidos políticos governam as cidades e programam as políticas públicas.

Torna-se relevante o desenvolvimento de estudos sobre as formas de participação popular na gestão das políticas públicas e também sobre os conselhos comunitários criados, em princípio, para decidir sobre as políticas sociais.

Nesse sentido, advoga Souza (2007, p. 32):

Existiriam três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) *feedback*, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. Esses empreendedores constituem a *policy community*, comunidade de especialistas, pessoas que estão dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Eles são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda pública.

A participação, segundo a autora, apesar de já existir, deve ser fortalecida por intermédio das redes sociais e outros meios de manifestações oficiais.

[...] tais redes envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si e não se reduzem às propriedades dos agentes individuais. As instituições, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e 'encontros' entre as entidades nas múltiplas e intercambiantes redes que se ligam ou que se superpõem. (SOUZA, 2007, p. 32).

O foco das ações e participação está no conjunto de relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos e não nas suas características. A proposta do sistema de redes apresentada pela autora, considera que constroem as ações e as estratégias, mas, que também as constroem e reconstrói continuamente, o que fortalece o modelo tendo em vista a possibilidade de verificação dos padrões das afinidades entre indivíduos e grupos.

A lacuna existente recai sob a elaboração, implantação, participação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas no País, lacuna esta que necessariamente precisa ser superada pela compreensão abrangente sobre as políticas desenvolvidas na esfera dos Estados, o que possibilita aos governantes e sociedade o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido entender as reações dos governantes de cada Estado em diferentes respostas às expressões da questão social, diversas e complexas embora comum e igualmente repetitivas, apresenta-se de forma urgente. A deficiência é geral em termos de entendimento, participação, elaboração e conseqüentemente aplicabilidade dessas políticas. A verdade é que se sabe muito pouco sobre as emergências e urgências na esfera social, e ainda, o pouco que se sabe fica diluído ante os ensejos da minoria hegemônica, sob a égide da corrupção, da ausência de ética e transparência tanto na elaboração como na execução das ações.

Para colaborar com esse processo de entendimento Souza (2007), apresenta as diferentes definições e modelos sobre políticas públicas e resume seus elementos principais.

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2007, p. 36).

O entendimento dos modelos e das teorias possibilita analisar e compreender a essência da situação para a qual a política pública é delineada; seus

possíveis conflitos, trajetória, a função e participação dos indivíduos grupos e instituições envolvidos na decisão que serão afetados por essa política.

O foco analítico relacionado a cada política estabelecida corresponde à identificação do tipo de problema que ela objetiva corrigir quando da chegada desse problema ao sistema político, à sociedade, às instituições, e quais regras, democraticamente estabelecidas, poderão auxiliar na decisão e implantação da política. Cada governante, de acordo com a legislação em vigor, tem que estabelecer diálogo com os demais setores para articulação de políticas e programas estruturados com objetivo de incentivar e socializar a inclusão.

Importante destacar que analisando a geografia dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) brasileiros construídos com base nas características estruturais das aglomerações tanto públicas como privadas, a consequência que se observa no longo prazo para o desenvolvimento regional do País é a ausência de política pública direcionada, focalizada no desenvolvimento de APLs em regiões periféricas, paradigma que necessita de superação.

Os indicadores um tanto quanto inconsistentes com a realidade encontrada durante o processo de coleta de dados possibilitou a pesquisadora refletir como a intervenção pública no desenvolvimento de arranjos produtivos em território nacional constitui-se instrumento que possibilita o desenvolvimento regional, tanto quanto fortalece todo o sistema sócio produtivo das regiões nas quais estão inseridos. Coerentes na elaboração e controversa na implantação, a intervenção pública pode se tornar contraditória na medida em que a população local não as entende, não participa, não se manifesta, tornando as aglomerações inadequadas aos resultados esperados pelas políticas públicas, o tão almejado desenvolvimento, tendo em vista não levarem em consideração as especificidades regionais integradas, inter-relacionadas e dependentes aos sistemas e subsistemas circundantes.

Segundo Bursztyn (2005) as direções contemporâneas das políticas públicas têm apresentado outros rumos em muitos países, contrariando as recomendações da União Internacional de Organizações de Viagens (IUOTO), precursora da Organização Mundial de Turismo (OMT) que, em 1974, já despertava na sociedade reflexões para a importância do setor, afirmando que para fomentá-lo e desenvolvê-lo seria necessário definir em qual escala aconteceria.

Numa escala proporcional à sua importância nacional e mobilizar todos os recursos para esse fim, seria necessário centralizar os poderes responsáveis pela elaboração de políticas nas mãos do Estado para que ele pudesse tomar todas as medidas apropriadas, a fim de criar uma estrutura adequada para a divulgação e o desenvolvimento do turismo pelos vários setores envolvidos (HALL, 2001, apud IUOTO, 1974, p. 71).

As políticas públicas elaboradas e direcionadas à atividade de turismo objetivam consolidar seus programas de forma a encontrar equilíbrio entre os interesses econômicos, que o turismo pode estimular, e o desenvolvimento devidamente planejado, no sentido de preservação do meio ambiente, o qual se apresenta enquanto atividade difícil de estabelecer no território nacional, principalmente no que se refere ao sistema de controle da mesma por depender tanto de critérios racionais como de valores subjetivos, de política ambiental e turística adequadas a cada realidade. (RUSCHMANN, 2012, p. 11-12).

Bursztyn (2005) e Ruschmann (2012) compartilham a ideia de que o governo em todas as esferas é de fundamental importância para o desenvolvimento juntamente com os demais setores da economia, uma vez que o mercado consumidor é carente de políticas públicas e sociais que dialogam e se articulam com objetivo comum de promover o desenvolvimento sustentado na perspectiva de curto, médio e longo prazo.

A justificativa que enfatiza o tamanho ou a importância econômica do setor não encontra eco nos dias de hoje. A participação do Estado no setor turístico, bem como em outros setores da arena política pública (educação, saúde, bem-estar, dentre outros) deve basear-se na incapacidade do mercado em suprir todas as necessidades sociais. Cabe aos governos, por meio de suas políticas públicas, oferecer alternativas corretivas ao mercado. (BURSZTYN, 2005, p. 38-39).

Como política pública seus planos e programas se propõem a ser elo entre os governos federal, estadual e municipal; entre entidades não governamentais; iniciativa privada e sociedade enquanto um todo integrado e interdependente; dos objetivos; das metas estabelecidas; dos recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, favorecendo aumento, oferta de produtos e serviços brasileiros nos mercados nacional e internacional. (BRASIL, 2007).

Mundialmente, investem-se somas incalculáveis para satisfazer as necessidades da demanda turística e para criar novos produtos. A abrangência, a complexidade e a importância do turismo na atualidade

fazem com que nenhuma ação possa ignorar seus efeitos e deixar de valorizar seus recursos turísticos – tanto os naturais como os construídos pelo homem. (RUSCHMANN, 2012, p. 150).

O planejamento turístico, nas últimas décadas no País atravessou e continua atravessando grande expansão quando compreendido como processo dinâmico. Em 1991, elaborou sua primeira política nacional de turismo espelhada no ideal neoliberal, se ancorava na modernização e inserção do País na chamada ciranda capitalista global, sem qualquer compromisso de estabelecer ações de natureza social na atividade produtiva.

Apresentar o Brasil no exterior com a criação da Marca Brasil foi uma das metas mais importante e imposta ao recém-criado Ministério do Esporte e Turismo. A partir de então esse planejamento necessitava e ainda necessita de instrumentos como análises e monitoramento de políticas públicas para manter o equilíbrio rumo aos objetivos e metas traçados para o setor.

Entretanto, os governos se mostram mais preocupados com a divulgação e os retornos no curto prazo opondo-se a investimentos estratégicos e a sustentabilidade de que o setor carece. A política pública é algo que o governo decide fazer, ou não, em relação a determinado setor da economia. Considerando as políticas nacionais de turismo podem-se distinguir, desde os anos 1960, três importantes iniciativas que revelam a trajetória da atividade. São elas: Política Nacional de Turismo de 1966, Política Nacional de Turismo de 1991 e Plano Nacional de Turismo de 2003.

A análise das políticas públicas federais de turismo no Brasil mostra, claramente, a total ignorância daqueles que as elaboraram relativamente ao significado do espaço para a vida e, conseqüentemente, para o turismo. Reduzido a 'atrativos naturais e culturais', o espaço foi e continua sendo compreendido pelas administrações públicas – ao menos no que diz respeito ao turismo – como um puro e simples receptáculo de suas ações às quais devem somar-se as ações dos agentes de mercado. (CRUZ, 2006, p. 349).

Cruz (2006) direciona a análise crítica em relação às políticas para o desenvolvimento da atividade do turismo considerando que a iniciativa é reconhecida como importante atividade para diminuir as diferenças econômicas e sociais existentes no País. Porém, ao considerar apenas a ocupação do espaço como local isolado de um contexto histórico, cultural, econômico e social, negligencia suas ações e concede privilégios ao setor privado que pouco se preocupa com as

questões sociais, tomando para si a apropriação do espaço sem promover transformações significativas.

Em decorrência da questão social a pluralidade da política para o turismo encontra cenários geográficos oportunos para a atividade econômica simplificando os problemas e as condições para o desenvolvimento sustentado.

Salienta-se que a oferta integrada de recursos não se apresenta de forma harmoniosa nas relações entre visitantes e o entorno autóctone.

1.2.2 Plano nacional do turismo

Desenvolver políticas e planos para o turismo em um território com área total de 8.514.215 km², com população de 190.000.000, 5.569 municípios em 27 unidades da federação; tendo como atrativo turístico o ponto mais alto o Pico da Neblina, altitude de 3.014 metros, localizado na Serra do Imeri, Amazonas, que promova a geração de emprego e renda e a inclusão social pela atividade produtiva do turismo não é tarefa fácil e de curto prazo.

Foi no governo militar do Marechal Castelo Branco, em 1964, que o turismo começou a ser reconhecido como importante atividade que poderia reduzir as diferenças econômicas e sociais existentes no País. Em virtude desse reconhecimento, no dia 18 de novembro de 1966 criou-se, pelo Decreto Lei n. 55, a primeira política de turismo brasileira. Esse decreto definiu a política nacional de turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A trajetória da atividade do turismo no Brasil possui três marcos históricos: em 1966, foi criada a primeira Política Nacional de Turismo, revisada em 1991, tanto no texto quanto nas propostas. Todavia, manteve a mesma nomenclatura, ocorrendo uma evolução no ordenamento dessa política. Em 2003 ocorreu a criação do Ministério do Turismo, sendo elaborado o Plano Nacional do Turismo 2003-2007.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) estabelece como proposta:

Ser o elo entre os governos federal, estadual e municipal; as entidades não governamentais; a iniciativa privada e a sociedade no seu todo. Deve ser fator de integração de objetivos, otimização de recursos e junção e esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a ofertas de produtos brasileiros nos mercados internacional e nacional. (BRASIL, 2007).

Importante considerar que o conceito e o exercício de Política remetem ao pensamento coletivo comum a todos, a:

[...] política seria a arte de conquistar, manter, exercer o poder, o governo. Pode significar também, a orientação ou a atitude de um governo em relação a certos assuntos e problemas de interesse público (políticas públicas). (FREITAS, 2008, p. 35).

O primeiro Plano de Desenvolvimento do Turismo, criado em 1991 não chegou a ser implantado em função da deposição do presidente à época, Fernando Collor de Mello. De fato somente no governo seguinte o plano foi aplicado, porém, sem grandes efeitos.

Na tentativa de consolidar a atividade turística de forma organizada e funcional o governo federal, aprova em 2003, o Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2007) e o apresenta como instrumento que define as diretrizes, metas e programas relacionados à atividade do turismo para o território nacional. Estabelece como meta a geração de 1,2 milhão de novos postos de empregos e ocupações, aumento do número de turistas estrangeiros para 9 milhões, define a geração de 8 bilhões de dólares em divisas, o aumento do fluxo de passageiros para 65 milhões e anuncia o desenvolvimento de no mínimo três produtos turísticos em cada unidade da federação, com qualidade. (BRASIL, 2007, p. 23).

Apoiado nessa perspectiva a mensagem do presidente à época, em relação ao PNT, traduz o desejo de se ter na atividade do turismo o desenvolvimento sustentado.

A geração de novos empregos no Brasil transitará via a promoção de investimentos no setor turístico. Ciente destas necessidades o Governo Federal vem cumprindo o seu papel de buscar maior transversalidade⁵ entre o Ministério do Turismo e outros órgãos a fim de proporcionar as ferramentas necessárias para cumprir suas metas. Entendendo a importância do turismo como atividade estratégica de auto sustentabilidade, com efeitos sociais evidentes os ministérios do Turismo, Trabalho e Emprego e da Integração Nacional em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão colaborando com recursos no montante de R\$ 1,4 bilhão para serem investidos no setor turístico nos próximos doze meses. Estas novas linhas de financiamento objetivam uma maior democratização do crédito no Brasil, induzindo e incentivando investimentos de pequeno e micro empreendedores e ajudando a desonerar o lazer do trabalhador. (BRASIL, 2007, p. 5).

⁵ Transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos. (BRASIL, 2007).

Há, contudo, uma consideração singular em relação à abrangência e proposta do mesmo. O Plano Nacional não estabelece nem mesmo considera as especificidades da atividade do turismo em cada localidade onde ocorre, o que significa dizer que cada região possui vantagens e desvantagens competitivas, não específicas, múltiplas, que podem e devem ser trabalhadas de forma a estimular além da estratégia federal, mas, observando as determinações estaduais, o que conduz a cenários mais complexos de políticas e ações da localidade enquanto particularidade do exercício da ação.

Pressupõe-se que o Estado é ator importante no processo de desenvolvimento econômico e social, portanto, justifica-se a sua capacidade de estabelecer, programar, acompanhar e reordenar as políticas públicas. Nesse sentido, na formulação dessas políticas e na implantação das mesmas é que se encontra a essência do planejamento.

A política pública tem que ser estudada para compreender as causas e consequências das decisões e melhorar o conhecimento sobre a sociedade. Tem ainda que ser analisada com o intuito de possibilitar a busca de soluções para os problemas práticos como o do turismo, e introduzir esse conhecimento no processo político.

Sem todos os critérios observados há risco do processo de desenvolvimento para o setor, nos termos projetados, voltar ao ponto inicial, no longo prazo inviabiliza e dificulta a evolução geral do País considerando que os negócios, as inovações, os empregos, a exploração da atividade modifica o dia a dia do local indutor.

De acordo com o ministro do turismo à época, o PNT representa instrumento de um novo modelo de gestão com objetivo de descentralização, de estabelecer comunicação permanente com as regiões, municípios e destinos turísticos na perspectiva da geração de emprego, renda e, conseqüentemente, do desenvolvimento estruturado.

Ressaltamos a importância da inovação na forma e no conteúdo das relações e interações de toda a cadeia produtiva. Entendemos que estas interações devem se pautar em uma visão sistêmica e cooperada entre os diversos atores no que resultará em maior competitividade empresarial e proporcionará maior inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 7).

Os sinais de que o lançamento do plano nacional de turismo seria o fôlego necessário para o setor, apenas demonstrou que o Brasil tem dificuldade para sustentar o crescimento da economia em todos os setores. Uma das razões dessa fragilidade recai sobre o baixo investimento nas áreas de infraestrutura.

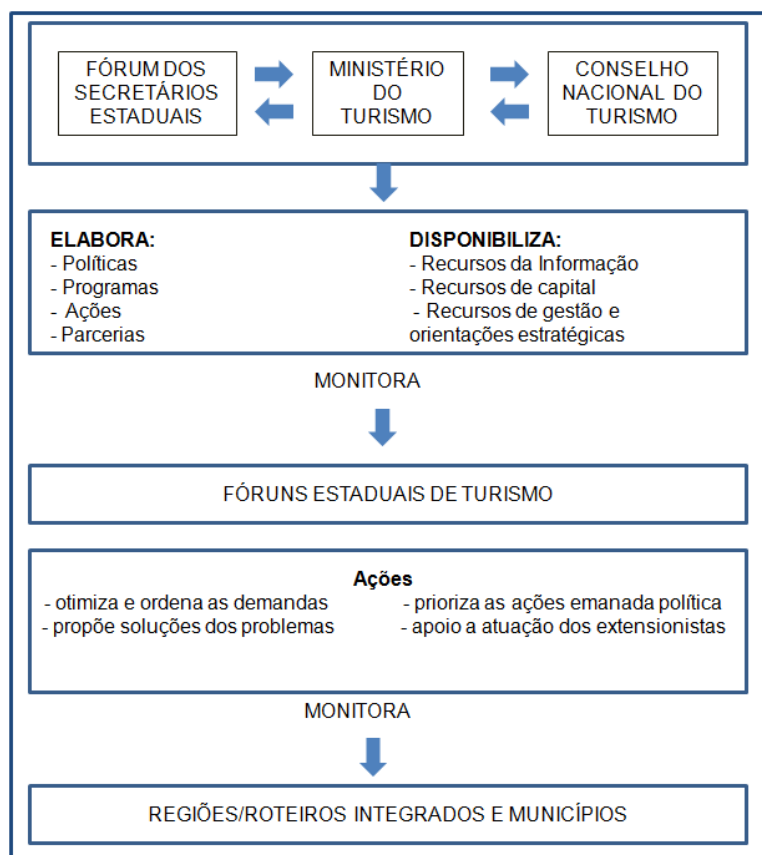
O Plano Nacional de Turismo (PNT) se coloca como instrumento para a alocação dos recursos de infraestrutura de apoio à atividade turística em locais indutores. A proposta é de construção coletiva com visão compartilhada considerando a busca da unidade na diversidade enquanto exercício constante. O pressuposto incide na atividade enquanto fator decisivo para ampliação de oportunidades e para utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, o que promove desenvolvimento consequente e equilibrado em todo território nacional. (BRASIL, 2007).

O PNT é uma estruturação definida pelo Ministério do Turismo que explicita o pensamento do governo e do setor produtivo e orienta as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento. Essa estruturação por intermédio de articulações entre os organismos representantes dos Estados consolidou, segundo o Ministro do Turismo à época, a construção de uma proposta inicial para o turismo brasileiro contendo um sistema de gestão participativo de visão de futuro, e com objetivos e metas para alcançar os eixos estruturantes da própria atividade.

[...] importante salientar que as metas desafiadoras para o período 2003-2007 requerem entusiasmo e determinação, cujo atingimento somente será possível por meio de um esforço conjunto entre agentes públicos e privados para solidificar uma estrutura turística integrada e duradoura, baseada na força das Parcerias e na Gestão Descentralizada. (BRASIL, 2007, p. 10).

Nesse sentido foi criado o diagrama das relações entre os diversos atores que compõem o sistema de Gestão do PNT, apontado na figura 1.

Figura 1 - Diagrama das relações entre os diversos atores que compõe o sistema de Gestão



Fonte: O quadro foi adaptado por Angela Marcia de Souza, a partir de BRASIL, 2007.

Mas, a definição das estratégias federais e estaduais abriram lacunas entre o planejamento e a execução, o que incidiu sobre a ausência de integração entre os setores envolvidos, ignorou o tamanho e a riqueza do território brasileiro, o potencial de crescimento deixando de lado a construção coletiva e visão compartilhada preconizada no PNT 2003-2007. Importante enfatizar que essa reflexão em qualquer país sem bases sólidas de desenvolvimento nos setores educacional, econômico e social, sem efetivação da cidadania ativa, torna-se verdadeira utopia o sucesso da política pública.

Na tentativa de amenizar a situação e renovar apoio a atividade turística, uma vez que o plano nacional vem se desenvolvendo sem a base operacional de infraestrutura, o governo federal compôs sete macroprogramas objetivando apoiar os investimentos na infraestrutura nacional para dar suporte ao PNT.

Os macros programas são desdobramentos temáticos que foram escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nos objetivos e metas para o turismo no período 2003–2007, bem como, resultado das contribuições de todas as entidades do setor ouvidas e manifestas. (BRASIL, 2007, p. 32).

Os macroprogramas, construídos com o objetivo de resolver os problemas e obstáculos que impedia o crescimento da atividade, foram identificados por meio de pesquisa e avaliação ao setor. Este fato revela a proposta da política em trabalhar integrada às Câmaras Temáticas⁶ em conjunto à sociedade civil organizada através de diagnósticos cientificamente elaborados para conduzir planos de ação mais eficientes e eficazes à realidade projetada. Com a clara intenção de fortalecer os macroprogramas o governo federal constitui o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), em 2007, investindo R\$ 504 bilhões em melhorias de portos, aeroportos, estradas, publicidade, entre outros, incluindo a destinação de R\$ 6 bilhões exclusivamente para ampliação e modernização de vinte aeroportos e quatro terminais de carga no País até o final de 2010.

Estabelece ainda a priorização dos investimentos em cinco eixos:

- Medidas de infraestrutura, incluindo a infraestrutura social, como habitação, saneamento e transporte em massa (O principal bloco);
- Medidas para estimular crédito e financiamento;
- Melhoria do marco regulatório na área ambiental;
- Desoneração tributária e,
- Medidas fiscais de longo prazo. (KASZNAR, 2008, p. 35).

O tempo passou e novamente o governo federal esbarra, entre outras coisas, no planejamento e na falta de visão sistêmica de suas propostas. Antes mesmo de realizar as ações do PAC 1, é lançado ao final de 2007 nova versão, denominado PAC 2

De acordo com anúncios da mídia o governo elabora o balanço do PAC 1 e percebe a necessidade de nova versão do programa. Porém, existe uma realidade concreta em relação ao que foi planejado e o resultado noticiado. O PAC 1

⁶ As Câmaras Temáticas (CTs) são instituídas pelo Plenário do CGEN, mediante proposta do seu Presidente ou de qualquer dos Conselheiros para elaborar e encaminhar ao Plenário propostas e normas sobre acesso ao PG e CTA. Podem ser permanentes ou temporárias, de acordo com a decisão do Plenário. As reuniões são públicas e os interessados em participar devem encaminhar solicitação à Secretaria Executiva do CGEN. Na composição das Câmaras Temáticas é considerada a natureza técnica do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados, bem como a formação técnica e atuação dos seus membros. (BRASIL, 2013a).

evidencia a ausência do diálogo proposto e demonstra a fragilidade da gestão corporativa. Confirma:

- [...] o PAC 1 foi anunciado em janeiro de 2007 mas, os Estados e municípios não conseguiram cumprir o prazo de até dezembro daquele ano para apresentar os projetos, principalmente para obras de saneamento e urbanização de favelas [...].(KASZNAR, 2008, p. 35).

Admite ainda que “[...] quando anunciamos o PAC 1, nos demos conta de que não bastava ter recursos [...]” [...].(KASZNAR, 2008, p. 36).

Apresenta a expressa falta de integração. Relata ainda que no lançamento do PAC 1 entre Estados e Municípios o diálogo não acontecia de forma apropriada: “[...] no lançamento do PAC 1, Estados e Municípios estavam inativos, porque não havia perspectiva de recursos para obras mas, agora, com o PAC 2, o governo sinaliza que haverá liberação das verbas.” [...].(KASZNAR, 2008, p. 36).

A contextualização do PAC 1 se faz necessária para elucidar as avaliações de efeitos do plano nacional de turismo que, no longo prazo, os objetivos estabelecidos são colocados em interrogação na perspectiva sobre quem, no final, está se beneficiando com ele. Desperta reflexão acerca do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) no financiamento das obras.

A importância em manter parceria entre os setores público e privado é a oportunidade de reconhecer os pontos positivos tornando-o mais conhecido do ponto de vista da territorialidade. Esta abrangência proporcionou novos empreendimentos e projeções, o que não garante no longo prazo as atividades produtivas geridas pelo setor público em um país com cenários geográficos e econômicos tão distintos.

Contudo, o governo aposta na sua continuidade e lança, em março de 2010, o (PAC 2) com duração de quatro anos (2011-2014). Porém, consolida um balanço do (PAC 1), em 2007, e enfatiza:

Agora é chegado o momento de ousar para crescer ainda mais. Crescer de forma sustentável e acelerada, uma vez que a economia brasileira tem grande potencial de expansão. Tal desenvolvimento econômico deve beneficiar a todos brasileiros e brasileiras. Nesse sentido, o desafio da política econômica em 2007-2010 é aproveitar o momento histórico favorável e estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda do País. (BRASIL, 2013b).

Para consolidar a continuidade do programa foram reestruturados os órgãos competentes: o Comitê Gestor (CGPAC), o Grupo Executivo (GEPAC), a Secretaria do Programa (SEPAC), o Orçamento e Gestão (MPOG) e Sistema de Monitoramento (SISPAC).

Todos esses órgãos têm objetivos pré-definidos apoiados pela perspectiva do seu principal promotor, o governo federal. As ações elaboradas geram empregos e renda; elevação do padrão de consumo para trabalhadores e suas famílias; enquanto instrumento de “inclusão social” para a população do campo e das cidades. Leva em consideração também o fator de “redução das desigualdades regionais”, com obras e ações localizadas fora e até mesmo em áreas afastadas dos polos econômicos já solidificados.

Fundamental considerar que as ações promovidas pelos macroprogramas foram responsáveis por gerar inúmeros empregos aquecendo o mercado a nível local e ao longo da cadeia de produção de bens e serviços. Quanto aos efeitos adversos dos programas (PAC 1 e PAC 2) torna-se necessário leitura crítica em relação aos dados constituídos e apresentados. Os impactos são indiscutivelmente positivos em termos econômicos, os postos de trabalho criados na primeira década dos anos 2000 passaram por expansão e a base da pirâmide social neste início de século teve reflexo positivo, mas, isso foi possível apenas aos salários, base pertencente ao setor terciário, construção civil e indústria extrativa.

Importante considerar que a reconfiguração do trabalho também se apresentou de maneira precária ao setor, as desigualdades e assimetrias persistem, e a emergência social tem caráter predominantemente mercadológico, individualista, orientado apenas ao consumo e em conformidade com a natureza e à dinâmica da atual fase de mudanças socioeconômicas que o País atravessa nesse século XXI.

As medidas recentes de fortalecimento das estratégias no setor público e privado que promovem a “aceleração do crescimento” e o Plano Nacional de Turismo, colaboram para mudanças essenciais aos impactos nas dinâmicas das atividades produtivas de cada local.

Por tudo isso, o foco de análise da presente tese é a reedição do PNT 2007-2010 pelo governo federal, trazendo como proposta central a inclusão.

[...] uma proposta baseada na gestão participativa, de um turismo para todos, mais turistas e mais emprego, mais divisas para o Brasil, geração de emprego e renda, preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2007).

Segundo site do ministério do turismo (BRASIL, 2013) publicação referente ao PNT 2007-2010, o mercado interno permite a geração de 1,7 milhão de empregos no setor até 2010, aumentar para 217 milhões o número de viagens, possibilitar a organização de 65 destinos turísticos, distribuídos em todo o território nacional dentro de padrões internacionais e permitir a entrada de US\$ 7,7 bilhões em divisas para o Brasil.

Fortalecer o turismo interno; promover o turismo como fator de desenvolvimento regional; assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas; investir na qualificação profissional e na geração de empregos e renda; e, assegurar ainda mais condições para a promoção do Brasil no exterior, são algumas das ações que tentam fazer do Plano Nacional do Turismo importante indutor do desenvolvimento e inclusão social alinhando as suas respectivas ações no sentido de construir um Brasil para todos.

A proposta do PNT 2007/2010 é tornar a inclusão social uma prioridade.

Trata-se de erguer pontes entre o povo brasileiro e as esferas de governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada e do terceiro setor, para construir um lazer que seja também uma visão compartilhada da nossa terra, da nossa gente, da nossa imensa vitalidade econômica, cultural e ambiental. Trata-se de um importante estímulo para o turismo interno, que vai retribuir em empregos, desenvolvimento e inclusão social. Não se trata apenas de incentivar um negócio, mas de transformar em cidadania o direito de conhecer o nosso país e a nossa identidade. (BRASIL, 2007).

Assim, PNT e PAC se unem para a consolidação da promessa do governo Federal de revitalizar o Brasil tanto no mercado interno como externo. Com a proposta de beneficiar diretamente o desenvolvimento do turismo, entre outros benefícios indiretos relacionados à infraestrutura energética e às melhores condições de moradias para quatro milhões de famílias. Os programas em conjunto preveem a redução dos gargalos da infraestrutura. A aposta é aumentar a competitividade, o que na previsão do governo produz ganhos na eficiência e proporciona ao Brasil melhores taxas de investimento na economia.

Do ponto de vista do desenvolvimento, gerando competitividade ao País, em médio prazo, as reformas são importantes em si mesmas, porém ainda acatam problemas históricos.

A tabela 2 enfatiza a participação do BNDES em relação ao programa de aceleração do crescimento (2007-2011), investimentos nos eixos de energia, logística, infraestrutura social e urbana e administração pública em território nacional proporcionado pelos programas do governo federal incorporados no orçamento da união financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

TABELA 2 - Participação do BNDES no PAC (2007-2011)

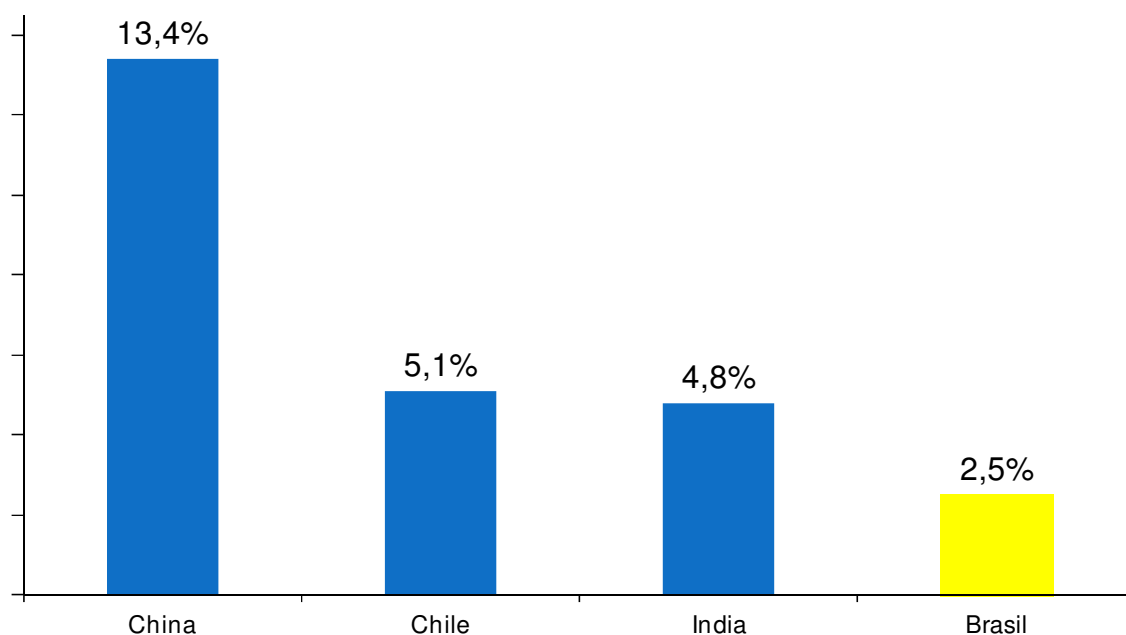
Eixos	Tipos de projeto	No. Projeto	Pac: investimento total	Participação do BNDS	Desembolso em 2011(*)
Energia	Categoria na qual se concentravam 77% dos recursos da carteira, em especial os projetos de geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás.	310	258.811	137.240	14.763
Logística	Compreende 94 projetos em rodovias, ferrovias e marinha mercante.	94	49.888	31.314	3.600
Infra estrutura social e urbana	Destaque para os financiamentos a saneamento, urbanização e transporte metroviário.	85	18.462	10.667	1.447
Administração pública	Com relação ao ano de 2010, a carteira de financiamento e desembolso cresceram respectivamente, 14% e 18%	14	196	166	18
Total		503	327.357	179.387	19.827

Fonte: BNDES, 2011.

(*) em milhões de Reais (R\$).

O Gráfico 7 representa os investimentos público e privado em infraestrutura como percentual do PIB em 2010 posicionando o Brasil em conjunto com os demais países do BRIC.

Gráfico 7 - Investimento público e privado em infraestrutura – como % do PIB, em 2010



Fonte: BNDES, 2011.

De acordo com o gráfico 7, o Brasil aparece em quarto lugar entre os países relacionados. O investimento público e privado em infraestrutura, em relação ao PIB de 2010, com divergências entre planejamento e execução, diretrizes e metas.

Importante considerar que em 2012 o Ministério do Turismo apresentou o plano nacional para os próximos quatro anos. A versão final do documento encontra-se em análise pelo Conselho Nacional do Turismo segundo o site do Ministério. Nessa nova versão há direcionamento de esforços e investimentos em ações voltadas à erradicação da pobreza no País.

O plano estabelece ainda a preparação do turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O Ministério do Turismo (MTur) está atuando junto a outros órgãos públicos no esforço do governo para preparar o país para os grandes eventos. A pasta está qualificando profissionais do turismo para receber bem os turistas estrangeiros e fazer com que os brasileiros tenham orgulho de viajar pelo Brasil. (BRASIL, 2011).

A nova versão do plano (PNT 2012-2015) foi elaborada em sintonia com o Plano Plurianual do governo federal, e apresenta como premissas: ampliar o

diálogo com a sociedade; reduzir desigualdades regionais; promover a sustentabilidade; incentivar a inovação e promover a regionalização do turismo.

O documento apresenta ainda outros objetivos: “Preparar o País para os mega eventos, incentivar o brasileiro a viajar pelo país, incrementar a geração de divisas internacionais, aumentar a competitividade do turismo brasileiro e fortalecer a gestão compartilhada.” (BRASIL, 2011).

Em virtude da dinâmica do fenômeno do turismo e para que o sistema funcione adequadamente faz-se necessária uma superestrutura (BOULLÓN apud PINHO, 2013b, p. 70), que possa garantir o desenvolvimento do produto turístico, analisar o papel de cada um dos agentes operacionais e fomentadores da atividade. A superestrutura compreende todos os organismos especializados, tanto públicos como da iniciativa privada. Para o Ministério do Turismo o PNT (2012-2015) que se encontra ainda em aprovação na casa civil será:

[...] o norteador na busca de soluções para problemas como o desequilíbrio na conta de viagens internacionais, entre outros [...]. ao governo cabe atuar para promover a superação dos conhecidos desafios do setor. Ao setor produtivo cabe agir para otimizar os processos de produção, reduzir custos, repassando ganhos aos consumidores. Tudo isso de forma estratégica, articulada e coordenada. (BRASIL, 2012).

O Ministério do Turismo cria essa superestrutura para dar suporte ao Plano Nacional de Turismo e estabelecer relações com outras esferas do poder público e privado. Nesse sentido torna-se relevante apresentar os organismos que foram criados com o objetivo de orientar a política do turismo.

A criação do Sistema Nacional de Turismo em 1966 possibilitou ao País organizar o setor turístico, garantir sua expansão, definir políticas e criar organismos para coordenar e gerir a atividade turística. (PAIVA, 2001 apud PINHO, 2013b, p. 70).

O governo Federal orientará a política nacional para o turismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-lo, para adaptá-la às reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural, e o parágrafo 2º discorre sobre o que o Governo Federal se propõe, pelos órgãos próprios, a coordenar todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e orgânico à atividade turística nacional. (ANDRADE, 2000 apud PINHO, 2013b, p. 70).

Os órgãos oficiais criados para coordenar o setor turístico atuam em nome dos países, regiões e locais, por autoridade própria ou poder delegado. Eles

interagem com os organismos internacionais e as empresas turísticas do setor privado em todo o mundo. (ANDRADE, 2000 apud PINHO, 2013b, p. 70).

A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e ao fortalecimento do turismo nacional. Também estabelece e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo auxilia na formulação, elaboração e monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implanta o modelo de gestão descentralizada nas suas dimensões gerenciais e territoriais, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e com os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.

A EMBRATUR é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito à promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, pela ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Para tanto, criou o 'Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil' como orientador de seus programas de ação. Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo.

A seguir apresentam-se os organismos oficiais de turismo dos Estados brasileiros.

Quadro 5 - Organismos oficiais de turismo dos Estados brasileiros

No. Estados	Estados	Órgãos oficiais
1	Alagoas	Empresa Alagoana de Turismo S/A Ematur
2	Amazonas	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas Amazonastur
3	Amapá	Secretaria de Estado do Turismo do Amapá
4	Acre	Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer Setul
5	Bahia	Empresa de Turismo da Bahia S/A Bahiatursa
6	Ceará	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará Setur (CE)
7	Distrito Federal	Secretaria de Estado do Turismo Setur (DF)
8	Espírito Santo	Coordenadoria de Turismo do Espírito Santo Aderes
9	Goiás	Agência de Turismo do Estado de Goiás Ateg
10	Maranhão	Secretaria Extraordinária para Desenvolvimento
11	Mato Grosso	Secretaria de Estado do Turismo
12	Mato Grosso do Sul	Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul Fundtur
13	Minas Gerais	Empresa Mineira de Turismo S/A Turminas
14	Pará	Companhia Paraense de Turismo Paratur
15	Paraíba	Empresa Paraibana de Turismo Pbtur
16	Paraná	Paraná Turismo Paranatur
17	Pernambuco	Empresa de Turismo de Pernambuco s/A Empetur
18	Piauí	Empresa Piauiense de Turismo Piemtur
19	Rio grande do Norte	Secretaria de Estado do Turismo do Rio grande do Norte Seturn
20	Rio Grande do Sul	Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul Setur (RS)
21	Rio de Janeiro	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro Turisrio
22	Rondônia	Secretaria de Estado do Turismo de Rondônia Setur (RO)
23	Roraima	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Seplan Departamento Estadual de Turismo
24	Santa Catarina	Santa Catarina Turismo S/A Santur
25	São Paulo	Portal Turístico dos Municípios Paulistas Cepam
26	Sergipe	Empresa sergipana de Turismo S/A Emsetur
27	Tocantins	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Tocantins Sictur

Fonte: Adaptado por Angela Marcia de Souza a partir de (BRASIL, 2007).

O funcionamento de cada uma das partes de todos os vinte e sete Estados que formam o sistema consiste na articulação harmoniosa entre o desenvolvimento da atividade; a sustentabilidade os recursos e suas relações para facilitar a produção; e, venda dos diversos e diferentes serviços que compõem o produto turístico.

O PNT é o elemento norteador dos rumos e pretensões brasileiras no cenário mundial em relação ao setor, porém, sua dinâmica de execução deixa algumas lacunas significativas no desenvolvimento de todos os estágios do planejamento. A formulação da estratégia, do plano tático e operacional que compõem todas as variáveis do PNT no cenário atual, compromete a cidadania participativa e exclui as particularidades em território nacional.

Relaciona a essa série de lacunas alguns registros da ineficiência da gestão governamental. Segundo a OMT, o Brasil ocupou 36º lugar no *ranking* dos destinos mais procurados, sendo o único da América do Sul a fazer parte dos 40 destinos mais visitados do planeta. Posição inferior à Tunísia, África do Sul, República Tcheca e Arábia Saudita. Em termos de receitas, o desempenho do Brasil é ainda inferior. Ele aparece como o 42º no *ranking*, com aplicação de US\$ 3,9 bilhões em 2005, abaixo da Indonésia, Hungria, Líbano e Nova Zelândia.

Na verdade, a posição que o Brasil detém no *ranking* de destinações turísticas, ainda é muito aquém de suas potencialidades, o que sugere reflexão sobre as atuais políticas públicas construídas para o setor no que se refere à oportunidade para o desenvolvimento do turismo sustentável, considerando as parcerias entre público e privado, a inclusão de educação continuada, integrando ao processo o ensino e a pesquisa.

Segundo o Anuário da Revista Exame Turismo (2007/2008), o Brasil é um dos mercados emergentes do turismo mundial, mas, precisa vencer vários desafios para sustentar seu crescimento na área como deficiências no setor aéreo, problemas relacionados à falta de segurança pública, péssimas condições das estradas brasileiras e a baixa qualidade dos serviços.

Encontra-se na Casa Civil, o PNT 2012-2015, ainda em análise, conforme o site do Mtur: “[...] a minuta do decreto que institui o Plano Nacional de Turismo 2012-2015 já está em fase de aprovação na Casa Civil [...]” (BRASIL, 2012). O decreto é a norma que confere legalidade ao PNT. O documento traz as diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados pelo MTur nos próximos anos. Em relação à vigência deste PNT, a presente pesquisa foi realizada considerando os dados dos últimos dez anos (2003-2007) e, até a data atual (2013), o PNT 2010-2013 e 2012-2015 não haviam sido aprovados. Esta constitui situação confusa, contraditória aos princípios da concessão de serviços públicos como forma de

melhorar a eficiência do setor, de realizações não cumpridas, aquelas que dificultam soluções.

Faz parte da realidade atual problemas históricos que precisam ser resolvidos com urgência e responsabilidade, com envolvimento da comunidade local, na elaboração de condições práticas e compartilhadas entre as esferas públicas e setor privado no que tange a atividade do turismo no Brasil de hoje e do futuro.

Embora a criação do Ministério do Turismo, em 2003, tenha proporcionado avanços em termos de políticas públicas para fomentar o desenvolvimento do setor, uma das questões que ainda não mereceram a devida atenção recai sobre a carga tributária do País em relação à atividade produtiva do turismo. O custo dos impostos é ainda fator relevante para impulsionar o setor produtivo em geral, porém no setor de serviços, no qual a atividade turística se inclui, é inibidor de investimentos e tira competitividade do Brasil.

Segundo reportagem do Jornal O Estado de São Paulo-SP em estudo realizado em 2010:

[...] as receitas tributárias brasileiras cresceram ‘consideravelmente’ nas últimas duas décadas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e atingiram níveis superiores aos verificados em muitos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa é uma das constatações do documento Estatísticas sobre Receita na América Latina, divulgado na terça-feira pela entidade, que mostra em 2010, a proporção dos tributos no Brasil em relação ao PIB foi maior do que em 17 países da OCDE, incluindo Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Espanha, Suíça e Estados Unidos [...]. Historicamente, o Brasil tem sido o país da América Latina com a maior proporção de tributos em relação ao PIB durante o período de 1990-2009 (mas em segundo lugar depois da Argentina em 2010), mostrando percentuais semelhantes à média da OCDE, especialmente depois de 2004 [...]. (MANFRINI, 2012)

Ainda na referida reportagem, salienta-se o seguinte destaque em relação à estrutura tributária do País:

[...] porcentual de impostos indiretos e particularmente o ICMS é relativamente alto no Brasil na comparação com os demais países da OCDE. A avaliação feita é de que as elevadas receitas provenientes da tributação indireta no Brasil estão ligadas a quatro formas distintas de ICMS, que são arrecadados pelos Estados, o que torna o sistema complexo [...]. (MANFRINI, 2012).

Nesse sentido a situação tributária brasileira continua sendo um viés para o setor por apontar “[...] uma tendência de crescimento da participação das

contribuições sociais e trabalhistas no total da arrecadação de impostos entre 1990 e 2010, com níveis superiores ao da média da região e entre países da OCDE.” (MANFRINI, 2012).

Em 2010 a proporção média do total de receitas geradas pelos impostos diretos, contribuições sociais, previdenciárias e trabalhistas em relação ao PIB foi de 16,2% no Brasil, de 20,8% nos países da OCDE e de 8,5% na região latino-americana. A tributação sobre propriedades, rural e urbana no Brasil, atingiu 1,9% do PIB em 2010, ficando próxima aos níveis dos países da OCDE (1,8%) e acima dos países da região (0,8%).

Considera-se na contramão da proposta do governo federal o fato de prover a aceleração do crescimento sem antes ajustar todas as variáveis elementares. Mais uma vez se constitui um planejamento fragmentado, excludente, com base econômica de cunho político eleitoral, sustentado por uma democracia elitizada e clientelista que insiste em ignorar as questões complexas, também relacionadas ao desenvolvimento local, demonstrando absoluta efetividade de ações, negligenciando sistematicamente a escala do empreendedorismo e a sustentabilidade em que a atividade do turismo se desenvolve.

1.2.3 Turismo rural

Para compreender o turismo rural se faz necessário refletir sobre as características estruturais, a composição e atuação das organizações governamentais, as políticas públicas destinadas ao setor turístico, sua segmentação, os tipos de turismo, espaço, territorialidade, meio rural, zona rural, em consideração à emergência do tema a partir da década de 1990 no cenário brasileiro. Por outro lado, o entendimento sobre o espaço rural, no que tange ao cenário internacional, é igualmente relevante, na medida em que o Brasil está inserido no esforço global de mapeamento dos destinos turísticos.

O turismo rural integra-se ao setor turístico, muito embora preserve identidade e características particulares cuja referência, por vezes, confunde-se com o conceito de turismo no espaço rural, campo que merece aprofundamento, em que pese figurar na linguagem cotidiana da sociedade. A análise realizada nesse contexto dos diferentes significados atribuído à expressão turismo rural e do exame

das pesquisas produzidas na área, objetiva a compreensão abrangente e multidisciplinar da atividade.

A ciência social apresenta-se como instrumento ao se estudar o fenômeno turístico. As atuais práticas dessa atividade sugerem uma revisão teórica observada no decorrer da pesquisa momento histórico da atividade que estabelece outros estilos e maneiras de se aprender a produzir e administrar o conjunto de funções que o turismo necessita.

A etimologia estuda o surgimento das palavras, o movimento desenvolvido nos séculos XVII e XVIII tornou a palavra turismo um marco histórico nomeado em seguida de turismo moderno. A prática de viajar e se deslocar consolida seu papel no fomento de iniciativas favoráveis ao desenvolvimento social, envolvem atrativos comerciais, culturais, esportivos, religiosos, intelectuais e de saúde. O fator deslocamento faz parte do histórico da humanidade. Viajar sempre foi atividade permanente para satisfazer a curiosidade do homem em explorar novas culturas, novos lugares, novos caminhos e descobertas. A aventura também é considerada um fator que induz muitos viajantes no decorrer do tempo antigo até a atualidade.

O fenômeno turístico está relacionado com as viagens, à visita a um local diverso do da residência das pessoas. Assim, em tempos históricos, ele teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócios antecedeu o de lazer. [...] Era também econômica a motivação para grandes viagens exploratórias dos povos antigos, que buscavam conhecer novas terras para sua ocupação e posterior exploração. Dessa maneira, o turismo de aventura data de milênios antes de Cristo. (IGNARRA, 2003, p. 02).

A atividade do turismo estabelece relações sociais entre os diferentes públicos participantes como a iniciativa privada, as entidades de classe comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas e sociais, universidades, órgãos de fomento, organismos profissionalizantes, comunidade local, Agência Estadual do Turismo, Centro de Atendimento do Turismo (CAT) entre outras.

Suas modalidades: turismo social; ecoturismo; turismo cultural; turismo de estudos e intercâmbio; turismo de esportes; turismo de pesca; turismo náutico; turismo de aventura; turismo de sol e praia; turismo de negócios e eventos; turismo rural; turismo de saúde; formalmente identificadas, consolidam seu papel

como atividade produtiva parceira do Estado no fomento de iniciativas a favor do desenvolvimento, considerando as políticas públicas para o setor como instrumento capaz de promover a inclusão em localidades mapeadas como indutoras de destinos e práticas turísticas.

Para compreender a evolução do conceito da atividade turística as definições apresentadas fundamentam-se na Organização Mundial de Turismo OMT, adotado oficialmente pelo Brasil, que compreende “[...] as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.” (OMT, 2001, p. 4).

A saída da residência habitual em período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivados por razões diversas e não econômicas caracteriza outra definição do turismo. O conceito de turismo nos diferentes países membros da OMT não é suficientemente abrangente para explicar a real magnitude do fenômeno, contribui apenas para fins de padronização.

Pela complexidade e diversidade das definições, a atividade do turismo é, sem dúvida, um estudo a ser explorado; apresenta cenário otimista em relação às questões sociais e econômicas, devido ao surgimento de novos empreendimentos de lazer e entretenimento. Essa demanda favorece o aumento de prestação de serviços que são instalados nas cidades com algum potencial turístico.

Contudo, a organização e o planejamento do turismo, a nível Federal, Estadual, Municipal e, principalmente, no local onde a atividade será desenvolvida, carecem de esforços integrados entre os diversos departamentos e secretarias do município. O conjunto de esforços tem a finalidade de estimular o trabalho em equipe, de modo sinérgico, resultando em força tarefa a serviço do bem comum.

Importante considerar que o recorte temporal dessa análise envolveu os anos da década de 1990, estendendo-se até 2010, período este em que a ação do Estado brasileiro na adequação do território nacional a seu uso e apropriação pela atividade do turismo se apresentou de forma mais clara e planejada.

Após longos anos, à margem da administração pública, em 1990 houve a redescoberta do turismo como atividade econômica. O turismo passa a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental, em 2003, com a criação

do Ministério do Turismo e com a elaboração do plano nacional do turismo (PNT, 2003-2007)⁷, o estado, a atividade turística e o uso do território tentam se articular de modo a promover a intervenção no setor, apropriação do território e ocupação do espaço turístico.

Segundo Ferraz (1992, p. 20), “[...] a intervenção estatal em setores econômicos pode se dar sob modalidades distintas, agrupadas em participação, indução e controle.” Atento a essa reflexão reconhece a existência, no turismo brasileiro, considerando o avanço de pressupostos neoliberais sobre a atuação da administração pública federal, a participação do Estado em empreendimentos turísticos, como ocorrera no passado. Ao longo desse período deve-se à indução do Estado no Setor, a atribuição crescente da importância à atividade econômica no turismo, vista a partir de então como “[...] engendradora de processos de desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como instrumento minimizador de históricas desigualdades regionais.” (CRUZ, 2006, p. 30).

Os programas de governo que constituem marco histórico da política pública em relação ao setor são os originários dos anos 1990, como: PRODETUR-NE⁸, das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, do PNMT⁹ e do PROECOTUR¹⁰, são expressões materiais da crescente função do Estado para o setor turismo.

Para dar sustentação e alcançar os objetivos estabelecidos em cada programa, os sucessivos governos dos anos 1990 fortaleceram instrumentos públicos de fomento ao setor, otimizando antigas linhas de financiamento como o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), criado em 1971 e linhas específicas de crédito do BNDES, outras formas de incentivo financeiro através de contrato firmado entre Governo Federal e BID com vistas ao financiamento do PRODETUR. (CRUZ, 2006, p. 30).

Para a expansão da atividade turística, de acordo com Cruz (2006, p. 31) “[...] a década de 1990 mostra que não há precedentes na história do turismo no país tão didaticamente reveladores dos objetivos dos governos desse período em dinamizar a atividade turística no Brasil [...]” Até esse período não existia no âmbito

⁷ Interessante observar que ainda hoje, ano de 2013, este se constitui no PNT em atividade considerando que o de 2010-2013 e 2012-2015 não foram aprovados.

⁸ Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

⁹ Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

¹⁰ Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal.

normativo, tampouco no respectivo rearranjo espacial requerido, as condições prioritárias e necessárias para sua expansão.

Segundo Cruz (2006, p. 31), o PNMT, apresentado como “[...] um programa de gestão voltado para capacitar municípios interessados à gestão local da atividade turística [...]”, estabeleceu criação de infraestruturas e modernização de velhos sistemas. A região Nordeste em função de suas características históricas, com menor resistência às novidades, somadas a qualidades naturais climáticas, fizeram do lugar, ou melhor, do litoral, o roteiro alvo das mudanças geradas na década.

Essas mudanças foram relativamente expressas pelos elementos colocados no território nordestino como parte do projeto governamental brasileiro de se posicionar no *ranking* mundial de destinos turísticos, considerando a possibilidade de assumir melhor posição à sua histórica colocação, no quadragésimo lugar da classificação mundial (CRUZ, 2006, p. 29-31).

A expansão da atividade turística, segundo Cruz (2005), vincula-se a esse contexto histórico as melhorias na infraestrutura do território nacional.

É neste contexto que praticamente todos os aeroportos da região são submetidos a reformas, ampliações e modernizações, no intuito de viabilizar as manobras de aeronaves de maior porte e, conseqüentemente, a operação de voos internacionais. É neste contexto, também, que velhos caminhos de terra são modernamente pavimentados, unindo-se à uma nova malha viária imposta pela fluidez necessária ao fazer turístico. Enquadram-se aqui a Translitorânea maranhense, a Costa do Sol cearense, a Rota do Sol potiguar, a linha Verde baiana, todas elas facilitadoras dos fluxos de pessoas, mas também, naturalmente, dos fluxos do capital interesseiro que se aproveita das economias externas constituídas pelo Estado, que cria as condições para a sua reprodução, numa espécie de Modo de Produção Estatística. (CRUZ, 2006, p. 31).

O deslocamento é o exercício da atividade do turismo, essencial, para sua caracterização. O foco central da ação pública federal sobre o território nos últimos anos são a ampliação e a modernização da rede de transportes nas áreas prioritárias para o desenvolvimento da atividade. O programa de aceleração do crescimento (PAC) criado em 2007 justifica a abordagem das ações e enfatiza a função do Estado na organização do espaço para que a atividade turística se desenvolva. As políticas públicas e seus respectivos certificados legais, a legitimação do setor e a função do Estado como controlador e criador da normatização se aprofundam com o passar do tempo ampliando sua participação

como agente indutor do desenvolvimento. Emerge então a necessidade de respaldo legal criando no âmbito jurídico real a necessária legitimação de suas ações.

De todo universo de normas criadas com objetivo de regularizar e legitimar as ações do Estado nos anos 1990, permitindo a atividade turística no País, declarando livres o exercício e a exploração de serviços turísticos, em nome da função dessa “liberdade legalizada”, multiplicou-se, desordenadamente, as agências de viagens.

Segundo estudos da competitividade do turismo brasileiro, realizado em 2000, as agências de turismo são empresas organizadas, intermediadoras de produtos turísticos, permitindo o encontro da demanda com a oferta de serviços, prestando assistência aos viajantes e turistas. Foi crescente o número de agências entre 2003 e 2004 em todas as regiões. Também foi crescente o número de transportadoras turísticas e as organizadoras de eventos. Com exceção da região Norte onde as últimas se apresentam em quantidade permanente, contrariando em parte os investimentos na região promovidos pelos programas do governo federal, já mencionado nessa pesquisa.

A criação em caráter de emergência, em 1994, da portaria n. 130, de 30 de março do Programa Nacional de Municipalização do Turismo apresenta-se segundo Cruz (2006):

Travestido do discurso do planejamento participativo e da gestão local do turismo, o PNMT delega aos municípios a ‘gestão miúda’ da atividade turística, enquanto permanece restrita à esfera pública federal a tomada das decisões verdadeiramente orientadoras do desenvolvimento da atividade. (CRUZ, 2006, p. 33).

Importante considerar que o PRODETUR-NE, órgão de fomento à atividade turística do nordeste, transforma o litoral nordestino em canteiro de obras cada vez mais extensas como resposta às demandas de um almejado turismo massivo e internacionalizado, descaracterizando o local e se apropriando do espaço.

A reflexão sobre o uso do espaço, o conceito da territorialidade, a pluriatividade dos espaços transformados, a economia de base comunitária, a defesa da abordagem em relação ao território usado, e muitas vezes negligenciado, são aspectos críticos relacionados à forma de como estes espaços estão sendo ocupados no País.

Fácil então compreender o discurso de uma política pública que historicamente negligencia o território, apesar de ser o espaço o principal objeto de consumo do turismo. Esta afirmativa pode muito bem ser exemplificada pelo atual Plano Nacional de Turismo, mas todos os programas até aqui citados não fogem a essa regra, qual seja, a de que há um território a ser usado (ou será abusado?). Mas, usado para quê? Por quem? Por quê? Seria o turismo capaz de prover o desenvolvimento propalado pelas políticas públicas para o setor? De que tipo de desenvolvimento está falando? (CRUZ, 2006, p. 38).

São reflexões originárias de análises dos processos de intervenção pública, em curso, evento determinante para a afirmação de seu caráter normativo, que se expressa em termos de recomendações, identificação das melhores práticas, indicação dos problemas, limitações à realização dos pressupostos conceituais da política. Há necessidade de busca de elementos que possibilitem correção e adequação das políticas de cada Estado e conseqüentemente de cada Município.

A qualidade dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de compatibilidade conflitualidade e interação. As relações sociais, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitação. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço e que não restrinjam as qualidades composicionais e completivas dos espaços. (FERNANDES, 2005, p. 3).

Os espaços produtivos são de caráter heterogêneo, pela natureza complexa das suas relações com as atividades econômicas. São também determinantes e fundamentais para o desenvolvimento regional “[...] O espaço social é a materialização da existência humana [...]”, definição significativamente ampla elaborada por Lefebvre (1991, p. 102).

Em relação a espaço, Milton Santos considera e o pensa como um conjunto de objetos e ações.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2003, p. 63).

A reflexão do autor considera a necessidade de distinção epistemológica entre espaço e paisagem. Na paisagem, configuração territorial, são os elementos naturais e artificiais que identificam e caracterizam a área. Por outro lado, o espaço representa tudo isso, porém, leva em consideração a vida que anima o local como elemento chave para sua caracterização.

Para Santos (1994, p. 85-86), paisagem e espaço são compreendidas:

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntado objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um Presente, uma construção horizontal, uma situação única. O espaço uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem [...]. A paisagem existe, através de suas formas, criada em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual.

O turismo e a paisagem mantêm interfaces e sua relação é bastante ambígua uma vez que a atividade do turismo pode provocar efeitos negativos sobre a paisagem. Na atualidade brasileira existe predisposição em se padronizar paisagens (YAZIGI, 1996). O exemplo, na arquitetura onde o patrimônio histórico é frequentemente ignorado e também modificado diretamente em favor de outras estruturas, como pousadas, centros comerciais, hotéis e até mesmo residências seculares, são descaracterizadas em função da padronização para atender as expectativas dos turistas.

Lemos (1996) faz crítica ao considerar que a atividade do turismo em diferentes locais deixou marcas negativas e, portanto, a necessidade de efetiva articulação, planejada estrategicamente entre os atores sociais partícipes levando em consideração a valorização do espaço, incrementando a atividade produtiva do turismo, tornando algumas áreas eleitas delimitadas, agregadas de infraestrutura de apoio, possibilitando sua ocupação.

O conceito de território deriva do conceito mais amplo de espaço, por território entende-se como área delimitada. Na geografia tradicional, território é usado para analisar as relações existentes entre espaço e poder desenvolvido pelos Estados. No cenário político, refere-se tanto à superfície terrestre de um Estado, seja ele soberano ou não, como espaço físico sobre o qual o Estado também desempenha poder soberano. De acordo com as teorias gerais de Estado,

diplomacia, relações internacionais e nacionalidade, o território é uma das condições para a existência e o reconhecimento de um país.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005, p. 4).

Segundo Howard (1920) territorialidade constitui-se em “A conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defende-lo contra os membros de sua própria espécie.” (HOWARD apud RAFFESTIN, 1993), ciências naturais, na área da etologia¹¹.

Conforme Le Berre (1995, p. 606), “O território pode ser definido como a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais.”

A territorialidade humana pressupõe inquietação com o futuro no que se refere ao seu destino e construção. A pesquisa da presente tese adotou o conceito de território na perspectiva da política pública para entender o espaço do universo analisado.

Em função da complexidade e da dinâmica do setor turístico se torna importante compreender o termo segmentação preconizado no PNT para distinção entre as diferentes modalidades, tipos e nomenclatura utilizadas pelo turismo, da oferta dos serviços em território nacional e internacional.

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. (BRASIL, 2007).

Estabelecer a distinção entre todas as modalidades do setor turístico permite compreender melhor os conceitos, os tipos de turismo que se apresentam, na atualidade conflitante e difusa da expressão turismo rural. A geografia brasileira, a diversidade das atividades praticadas no ambiente fora do urbano distorce a realidade do rural e o coloca em posição de aceitar toda e qualquer atividade praticada como sendo turismo rural.

¹¹ Parte da ecologia que trata dos hábitos dos animais e da acomodação dos seres vivos às condições do meio ambiente. Estudo dos costumes dos animais e dos homens. (MICHAELIS, 1998, p. 910).

A segmentação concedeu a oportunidade em organizar os tipos de oferta, dada a sua dinâmica social e econômica de acordo com a evolução histórica, em decorrência das experiências práticas, aliada às inovações tecnológicas, às motivações e à criatividade dos operadores do mercado turístico, a sociedade consumidora e o meio empresarial. Quanto à sociedade consumidora, representam as demandas que buscam o turismo por motivações diversificadas. O meio empresarial concede a oferta dos ensejos dos turistas. E nesse ínterim se estabelece o complexo e se instala as contradições dos diferentes significados, principalmente no que se refere ao rural.

O turismo rural circunscreve iniciativas de fortalecimento da cidadania, de ativismo político e busca por direitos e preservação. De maneira geral, indica o conjunto de atividades protagonizadas pela sociedade civil organizada, que envolvem o trabalho comunitário, de base familiar, e que recebem recursos - financeiros e materiais - do governo federal, de empresas privadas e até mesmo de incentivos internacionais.

A atividade do turismo rural está relacionada a numerosas propriedades particulares, sujeitas a distintos interesses, geradora de conflitos quanto ao uso da terminologia e até mesmo às próprias atividades que devem, ou não, ser rotuladas como sendo turismo rural (TULIK, 2003, p. 12).

Na literatura estudada e avaliação da prática encontrada no processo de pesquisa revelam algumas questões que necessitam esclarecimento para melhor entendimento da atividade e que estão relacionadas: ao uso de termos como área, espaço, zona e meio aplicados ao rural; os critérios para delimitar o urbano e o rural; às características e as mudanças do espaço rural.

Modalidade turística considera o modo particular de fazer turismo e disso deriva diferentes tipos relacionados a um conjunto de características e conceitos. No turismo, a classificação dos diferentes tipos ainda não foi totalmente resolvida. A maneira de praticar turismo se mistura e o conceito, aplicado a qualquer uma delas, pode servir para mais de um tipo com raras adaptações sem considerar que a preocupação com o meio ambiente, a preservação da cultura local, o bem-estar da comunidade entre outras coisas, incluem questões que abordam a especificidade, complexidade, análises, experiências e exige muita reflexão. As modalidades e os tipos de turismo constituem um conjunto de assuntos polêmicos e conflitantes, presente em muitas áreas do conhecimento.

A EMBRATUR, órgão responsável pela organização do turismo no Brasil ocupa-se com a preocupação dos conceitos e as diretrizes que norteiam essa atividade. As expressões turismo no espaço rural (TER), turismo nas áreas rurais (TAR), amplamente divulgadas e turismo na zona e meio rural (TZMR) tornou-se uma das primeiras dificuldades de entendimento da segmentação uma vez que a utilização dos termos resulta em conflitos de entendimento no meio social, legislativo e acadêmico. A tabela 3 apresenta de forma sistematizada esclarecimentos sobre os principais conceitos estudados durante a realização da pesquisa.

TABELA 3 - Segmentação turística

Segmentação	Conceito	Atividades turísticas no meio rural
Turismo Rural	É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.	Hospedagem Alimentação Recepção à visitação em propriedades rurais Recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural. Outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.
Meio Rural	A concepção de meio rural aqui adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. As características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza.	

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza, a partir dos dados MINAS GERAIS, online.

Nessa perspectiva apresentar o conceito de zona rural, espaço rural, ambiente rural, perímetro urbano, turista, viajante, visitante e áreas naturais protegidas ou unidades de conservação no contexto atual, é fundamentalmente expressivo.

Segundo Tulik (2003, p.15):

A dinâmica contemporânea, responsável pelas alterações de uso e de funções, reflete-se nos conceitos de rural e de urbano e na diversidade de ideias a esse respeito, que variam entre países e, até mesmo, entre regiões e localidades. Sociólogos e urbanistas, entre outros interessados nessas mudanças, discutem, hoje, as novas feições adquiridas pelo rural e pelo urbano.

TABELA 4 – Terminologia do turismo

Termos	Conceito
Áreas naturais protegidas ou unidades de conservação.	São áreas que, por incluírem importantes recursos naturais ou culturais de difícil quantificação econômica, devem ser mantidas na forma silvestre e adequadamente manejadas. De uma maneira geral, são terrenos não utilizados ou mal utilizados para fins urbanos, agropecuários ou industriais, podendo ser florestas, mangues, montanhas, campos, desertos ou pântanos, que podem render mais benefícios se forem conservados no estado em que se encontram. (MILANO, 1989).
Espaço.	É determinado pela organização tridimensional dos corpos sólidos e os espaços livres ou vazios da cena. A composição espacial dos elementos que integram a cena define diferentes tipos de paisagem: Paisagem panorâmica, paisagem fechada, paisagem focalizada e paisagem dominada.
Zona Rural.	É a área externa ao perímetro urbano e inclui aglomerados rurais. O perímetro rural relaciona-se com a cobrança do imposto direto como ITR (Imposto Territorial Rural) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Considera as atividades de produção primária, agricultura e pecuária.
Zona Urbana.	É a área interna ao perímetro urbano de uma cidade; inclui área isolada ou vila dotada de serviços públicos. O perímetro urbano está estreitamente relacionado à cobrança de impostos diretos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) pela prefeitura de cada município. Considera-se também as funções como indústrias, serviços, residências, centro político-administrativo, centro financeiro, etc. A classificação das zonas urbanas obedece às normas da Instrução n 4/79 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU. A Lei n 5.172, de 25 de outubro de 1966, define que toda "zona urbana" deve observar o requisito mínimo da existência de melhoramentos em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem poste amento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do local considerado.
Meio.	É aplicado ao rural como referência ao ambiente próprio dessa área e ao seu significado para o turismo.

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza, a partir dos dados de BRASIL, online.

Em relação aos tipos e formas de turismo as três classificações são encontradas na literatura estudada e são adotadas distintamente por cada país.

- Turismo Interno (*Domestic Tourism*): Turismo praticado por residentes de um determinado país que viajam unicamente pelo interior desse país;
- Turismo Receptivo (*Inbound Tourism*): que compreende todo o conjunto de serviços de apoio e assistência destinados à recepção de pessoas provenientes de outras regiões do país ou do exterior.
- Turismo Emissor (*Outbound Tourism*) que se caracteriza pelo movimento de pessoas que viajam para fora do local habitual de residência, atraídas pelas ofertas de outras regiões do país ou do exterior. (PINHO, 2013a)

Explicitar os conceitos, classificação, tipologias e modalidades do turismo as características que distingue o espaço rural do espaço urbano é, portanto, promover a busca de sua identidade.

A identidade, segundo Castells (2000, p. 24):

[...] a fonte de significado e experiências de um povo. Processo de construção de significado com base em um atributo cultural. Conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.

[...]

[...] toda e qualquer identidade é construída. Acrescenta que essa construção social sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder e propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: Identidade legitimadora; Identidade de resistência (tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade); e Identidade de projeto, que para nós, é a nova identidade a ser conquistada. Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade.

Resgatar a identidade e até mesmo difundi-la por meio da atividade do turismo rural é um desafio, a expressão Turismo Rural é empregada geralmente de modo bastante extensivo a qualquer atividade e manifestação turística no espaço rural. Tanto a terminologia turismo no espaço rural como turismo em área rural, ambas utilizadas como sinônimos constitui apenas uma entre tantas outras questões que ainda confundem os estudiosos e pesquisadores do turismo.

Outro fator determinante das dificuldades que envolvem os estudos da atividade do turismo são as discussões já resolvidas em outras áreas do conhecimento. Segundo Tulik (2003, p. 9) “[...] muitas vezes, o especialista em turismo desconhece a natureza e os avanços obtidos para poder aplicá-los na busca pelo poder em seu campo de atuação.”

O esclarecimento dos conceitos aplicados à prática da atividade do turismo e em especial do turismo rural torna-se fundamental para a contribuição dessa pesquisa no que tange a estudos futuros relacionados. A literatura sobre turismo rural e sua prática reclamam a atenção dos especialistas interessados em analisar esta atividade sob a luz de sua especificidade para construção do conhecimento.

El turismo rural no es únicamente un componente de la calidad de vida de la población urbana, sino también un instrumento de rehabilitación del patrimonio sociocultural y de revitalización de la economía local y, en definitiva, un nuevo diálogo entre el hombre y su entorno natural y sociocultural que persigue un mayor entendimiento y solidaridad entre el medio rural y urbano en orden a superar la crisis de valores de la sociedad urbana e industrial. (GÓMEZ, 2001, p. 22).

1.3 O processo da pesquisa

Após o recebimento da listagem fornecida pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) em 2010, organismo governamental do Estado de Goiás, responsável pelo registro das propriedades rurais, a coordenadora do Grupo de Pesquisa GESTA, em conjunto com os pesquisadores, iniciou a configuração dos dados através da elaboração dos instrumentos de pesquisa.

A parceria firmada com o Centro de Telemarketing LM Consultoria Empresarial, permitiu realizar uma sondagem (Apêndice A), cujo foco se concentrou na confirmação da efetiva localização física das propriedades e suas ocupações. A intenção foi abordar 100% deste universo, quantitativamente expandido, e estabelecer um recorte sobre as atividades de turismo para a seleção da amostra. A sondagem foi realizada via telefone, identificando o nome, classificação da propriedade, localização, as atividades rurais de turismo desenvolvidas e o público alvo recebido.

Para melhor efetivação dos dados foram estabelecidos os seguintes critérios para a elaboração do questionário da sondagem:

- Agrupar as propriedades rurais por localização de endereço e telefone;
- Contatar os proprietários por telefone;
- No caso de se tornar inviável o contato direto com os proprietários, falar com os responsáveis pela administração da propriedade levando em conta a pessoa que atender ao telefone;
- Classificar a propriedade rural de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Pirenópolis-GO): sítio, fazenda, chácara, estância e identificar as atividades de turismo;
- As propriedades rurais que responderem às questões da sondagem constituir-se-ão na amostra do universo;

A estratégia adotada para localizar os números dos telefones das propriedades rurais pertencentes à listagem consistiu no exame dos guias telefônicos do município, visando identificação do endereço e número de telefone. A pergunta que orientou o trabalho da Consultoria que auxiliou na consecução da pesquisa foi: a organização consta da lista do município? Esta pergunta produziu o resultado abaixo.

TABELA 5 – Resultado da sondagem da lista do município

Situação encontrada	N. Propriedade rurais	% sobre o total
Não constam na lista	525	81
Constam na lista	123	19
Total	648	100

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza, a partir dos dados da sondagem.

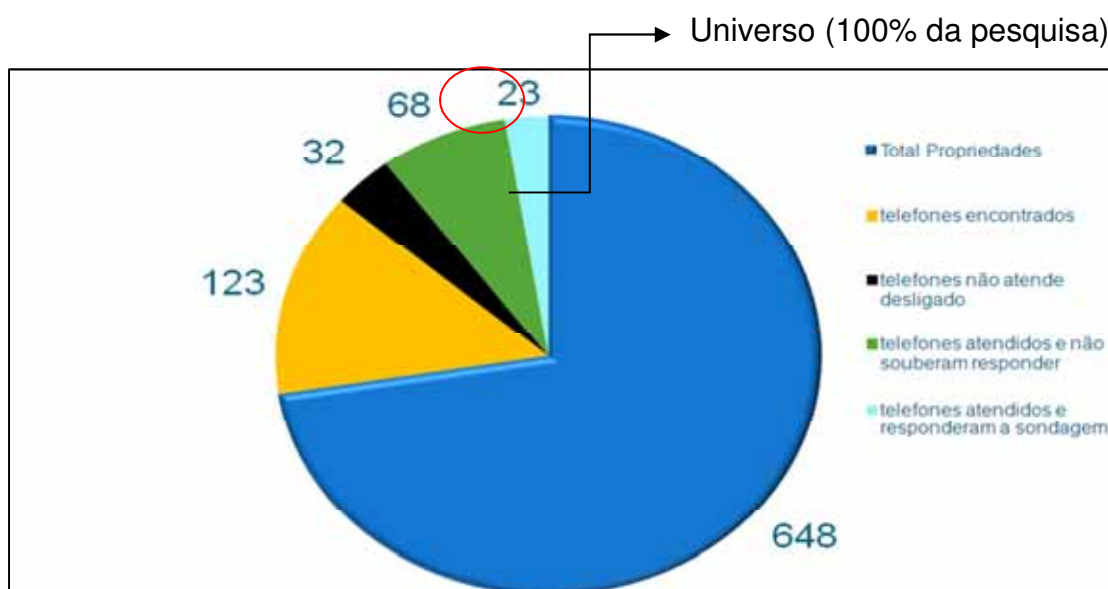
Realizada a sondagem com 100% das propriedades do total de 648, não foram encontradas no guia telefônico 525 (81%), contudo, foi possível a localização de 123 (19%) telefones encontrados e confirmados. Este número passou a ser a base para identificar as propriedades rurais via telefone, tendo como objetivo confirmar, substituir e complementar os dados.

Durante os meses de março, abril e maio de 2011, a Consultoria contatou as 123 propriedades, correspondente a 19% do universo constante na listagem da Agrodefesa. Em alguns casos foram necessários de duas a três tentativas para a efetivação do contato.

Das 123 propriedades rurais foram selecionadas 23, o que representa 19% do universo de acordo com os seguintes critérios:

- Estabelecimentos com maior quantidade de terra medida em alqueires;
- Aqueles que transformaram as atividades agrárias em trabalho no turismo rural proporcionando desenvolvimento local;
- Arranjos Produtivos Locais – APL'S relacionados ao turismo rural mapeado pelo Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC, 2010) para o Município.

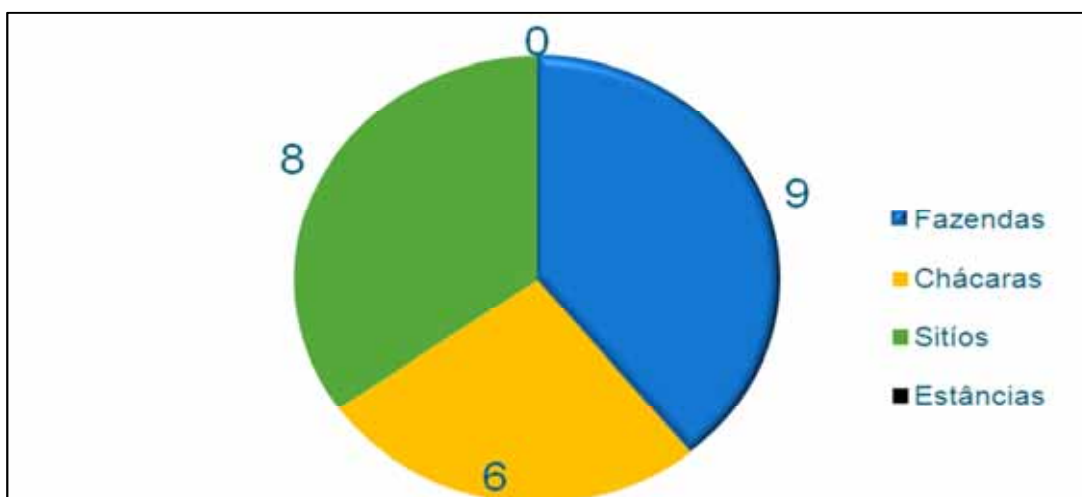
A sondagem do universo possibilitou a elaboração do questionário estruturado (Apêndice A) contemplando informações gerais sobre as propriedades: denominação, nome fantasia, endereço completo, endereço eletrônico e página na internet. Adicionalmente foram confirmadas as atividades desenvolvidas, público atendido, dados sobre a sua produção, outros telefones para contatos, função e nome do responsável pelas informações. O gráfico 8 apresenta a estratificação da sondagem realizada nas propriedades rurais da região de Pirenópolis.

Gráfico 8 - Estratificação da sondagem realizada

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza. Resultado do primeiro contato com as propriedades rurais.

Das 123 propriedades, em 32 a pesquisadora não obteve êxito no contato por não terem atendido à chamada telefônica, em 68 não foi possível confirmar os dados e as 23 restantes, 19%, atenderam a chamada, concordaram e souberam responder o questionário conforme demonstra o gráfico 8.

A ação investigativa permitiu que as propriedades fossem segmentadas por denominação atribuída pelos entrevistados, de acordo com as premissas indicadas pelo Grupo de Pesquisa GESTA. O resultado encontra-se ilustrado no gráfico 9.

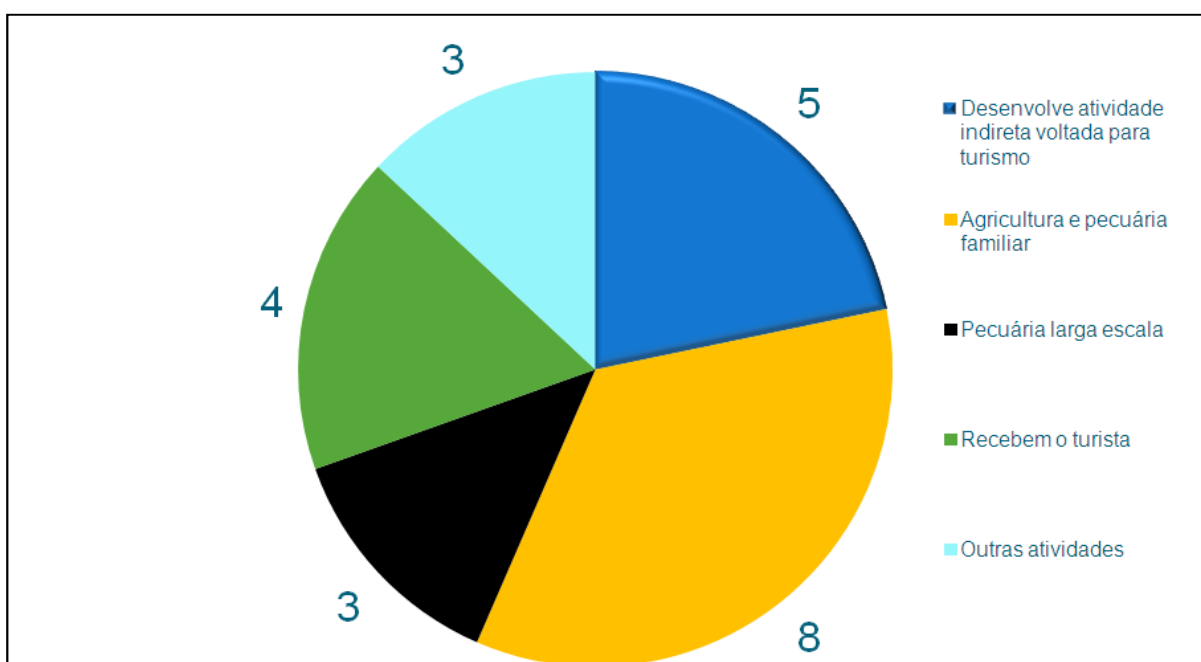
Gráfico 9 - Identificação das propriedades segundo a sondagem realizada

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

Dentre as 23 propriedades com dados confirmados na sondagem, 9 se identificaram como sendo fazendas (39%); 6 como chácaras (26%); 8 como sítios (35%) e nenhuma como estância. Importante considerar que esta identificação é fruto da fala das pessoas que responderam o questionário e não pela classificação oficial do INCRA e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse procedimento seria realizado depois pela pesquisadora. Era muito importante que houvesse identificação pessoal das propriedades por aqueles que dela são parte integrante tendo em vista a compreensão que fazem da denominação legal em relação à utilizada cotidianamente.

O gráfico 10 apresenta as atividades desenvolvidas dentre as 23 propriedades, segundo os entrevistados.

Gráfico 10 - Atividades desenvolvidas nas propriedades segundo a sondagem



Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

O gráfico demonstra que 5 propriedades desenvolvem atividades direta e indiretamente relacionadas ao turismo de maneira geral não especificando o tipo de turismo (22%); 8 desenvolvem agricultura e pecuária de base familiar (35%); 3 consideraram suas atividades como sendo de larga escala (13%); 4 disseram receber o turista em suas propriedades (17%) e outras 3 não souberam definir com precisão suas atividades.

A partir destes resultados o procedimento investigativo voltou-se à aplicação de critérios de seleção visando à identificação das propriedades rurais a serem abordadas direta e pessoalmente pela pesquisa de campo. O primeiro deles consistiu na configuração da lista de identificação geral, que resultou da análise das anotações efetivadas pela Consultoria no formulário de cada propriedade no ato da sondagem, e do confronto com o nome e a identificação/classificação constante no site do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pela lista da Agrodefesa e também pelo cadastro do Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), referentes ao ano de 2010 tendo em vista que eram os que estavam disponíveis.

A pesquisadora em sua primeira viagem a campo constituiu contato com o IPEC, a análise da pesquisa realizada por meio da sondagem telefônica e as informações adquiridas comprova e confirma o cadastro de 10 propriedades acompanhadas pelo IPEC do total das 23 confirmadas pela sondagem.

TABELA 6 - Propriedades Rurais Mapeadas pelo IPEC – 2010

Propriedades rurais mapeadas pelo IPEC	Atividades desenvolvidas
Ecocentro – IPEC (ONG)	Permacultura
Chácará do Sr. Geraldo (Particular)	Agro ecologia, plantio orgânico.
Terra Nutri (Particular)	Alimentação consciente
Jardim de Aromas (Particular)	Trilha sensorial
Sítio Pé de Serra (Particular)	Cavalgadas e Lanche rural
Vila Carpaneda (Particular)	Ateliê de arte natural
Arte Fologomes (Particular)	Cerâmica e Artesanato
Sítio Galeria (Particular)	Eco gastronomia
Parque Planta que Cresce (Particular)	Vida sustentável
Fazenda Fogaça (Particular)	Derivados de cana

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza, a partir de Brasil. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010.

Quadro 6- Amostra das Propriedades Rurais

Nº	Denominação	Nome Fantasia
1	Chácara Mar e Guerra	Chácara Sr. Geraldo
2	Ecocentro IPEC	IPEC
3	Fazenda Araras	
4	Fazenda Babilônia	
5	Fazenda Buraco	Fazenda Agua Fria
6	Fazenda Cantagalo	
7	Fazenda Degredo	
8	Fazenda Diamante	
9	Fazenda Engenho de São Benedito	
10	Fazenda Esperimos	
11	Fazenda Jenipapo	
12	Fazenda Mateus Machado	Fazenda planta de Cresce
13	Fazenda Morro Grande	
14	Fazenda Rancho Alegre	
15	Fazenda Recreio	
16	Fazenda Santa Barbara	
17	Fazenda São Mateus	
18	Fazenda Sardinha	
19	Fazenda Sepulveda	
20	Rancho Imperial	
21	Sítio Galeria	
22	Sítio Pé de Serra	
23	Vila Carpaneda	

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

Em relação aos sujeitos da investigação, foram selecionados os proprietários dos empreendimentos selecionados que desenvolvem atividades no turismo rural. Na ausência deste, o representante por ele nomeado e nos casos em que não há este profissional o sujeito desta categoria reportou-se à pessoa que exerce esta função, mesmo que informalmente.

Os procedimentos investigativos incluíram, ainda, a observação direta, *in loco*, da área de interesse no município de Pirenópolis e das propriedades rurais selecionadas. A intenção incidiu em conhecer a organização territorial, as práticas sociais cotidianas indutoras à atividade turística e a interferência positiva e mesmo negativa das políticas sociais públicas. Outro fator importante foi conhecer e estabelecer contatos formais e informais com a comunidade, os políticos, os ocupantes de cargos públicos diretamente ligados ao desenvolvimento do turismo no município, os agentes sociais e empresários do setor.

Os procedimentos envolveram duas etapas de viagens por parte da pesquisadora ao município. Na primeira, a viagem foi para reconhecimento de toda a área física e introduzir os primeiros contatos com a comunidade e envolvidos no processo.

A segunda, também na mesma área e o com o mesmo objetivo, porém, aprofundando observações, aplicando formulário semiestruturado (Apêndice B e C) através de entrevistas com o claro objetivo de estabelecer diálogo aberto, franco, face a face com os sujeitos da investigação.

Tanto a base teórica, as concepções, o acompanhamento das ações e planos políticos, quanto às pesquisas geográficas e empíricas, foram relacionados, procurando responder aos questionamentos iniciais e testar o pressuposto. O conjunto de instrumentos possibilitou, ainda, o conhecimento de todas as variáveis que interferem na organização do espaço para o turismo, podendo subsidiar as reflexões sobre o modelo que vem considerado somente um aglomerado de atrativos e equipamentos concentrado sem levar em consideração o espaço geográfico, sem obedecer a nenhum critério que possa levar a propriedade a alcançar os benefícios esperados do turismo rural.

Durante o desenvolvimento do processo da pesquisa os procedimentos adotados pela pesquisadora para a realização da coleta de dados foram o estabelecimento da metodologia da pesquisa que representa a trajetória do pensamento a ser seguido. Ocupa lugar central na teoria, trata do conjunto de técnicas a serem seguidas para a construção da realidade.

A proposta apresentada buscou estudo aprofundado do fenômeno turístico, que revela, em um determinado período da história, compreender as relações sociais e a lógica que se estabelecem na organização do território para a prática da atividade turística. Buscou-se ainda em compreender os modelos de planejamento adotados e seus respectivos reflexos no espaço delimitado para o estudo.

Importante também foi descrever a realidade, porém, não deixando de adotar postura reflexiva ao analisar o desenvolvimento turístico, os modelos e instrumentos de planejamento turístico adotados no decorrer do tempo.

Sobretudo, é necessário entender, que ao se adotar o pressuposto de que a realidade não se desvenda no que se apresenta à primeira vista revela a falta de abordagem científica, de conexões significativas e complementares, de senso crítico, resultando assim em discurso de postura simplista e subjetivista.

Ao explorar tais análises e associa-las a uma concepção interdisciplinar adotou-se como instrumento de pesquisa o recorte temporal entre o Plano Nacional do Turismo vigência 2003-2007 e a vigência do mesmo plano 2007-

2010, e os 65 (sessenta e cinco) destinos turísticos, entre eles a cidade de Pirenópolis-GO.

A partir deste recorte foi possível conhecer e questionar a realidade, entender quem a influencia e avaliar os impactos e conflitos do atual modelo de produção na atividade turística.

Com base na especificidade do método proposto para a realização da pesquisa, a investigação estabeleceu o estudo com caráter descritivo e exploratório. Considerando o turismo como fenômeno social, multidisciplinar, multifacetado, e analisando a forma de planejá-lo, criticamente, tanto na sua organização, como na sua prática. Tudo isso possibilitou melhor compreensão da atividade e as conexões existente entre o turismo, suas interfaces, o modelo de política e planejamento adotados pelo Estado, apropriando-se da realidade e tentando compreender para explicar os resultados observados até o momento de término da pesquisa.

Torna-se relevante explicar que os estudos de natureza descritiva buscam desvendar as características de um fenômeno, podendo eleger como objeto de pesquisa uma determinada situação, um indivíduo ou até mesmo um grupo (RICHARDSON, 1999).

Com base nos subsídios do referencial teórico apresentado, foi elaborada uma estrutura para a coleta de dados sistematizando as informações da área de pesquisa, cruzando dados e informações para se chegar a compreensão das relações entre as políticas públicas, políticas econômicas espaciais e sociais, concebidas pelo Plano Nacional do Turismo para responder às questões norteadoras deste trabalho.

Para cada proposta da investigação foram elaborados os instrumentos de coleta de dados adequados a cada situação.

O recorte temporal fica estabelecido a partir do ano de 2003, quando da elaboração do PNT, até o ano de 2010, correspondente à operacionalização da presente pesquisa. Faz-se relevante enfatizar que este plano sofreu atualização correspondente à versão 2007-2010, a qual o presente estudo se reportou.

PARTE 2 OS RESULTADOS DA PESQUISA

2.1 Configuração dos dados

A investigação foi realizada em cinco etapas. A primeira consistiu na revisão bibliográfica e análise documental com objetivo de aprofundar o referencial teórico necessário para embasar a pesquisa de campo. Foram utilizados autores de várias áreas do conhecimento para apoiar as reflexões sobre o tema que orienta a pesquisa. Assim, o estudo contemplou áreas como administração (privada e pública), Antropologia, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Direito, Economia, Serviço Social e Sociologia. Investigaram-se, de igual modo, pesquisas representativas internacionais e nacionais permitindo conectar a presente tese ao conjunto de iniciativas que visam à compreensão do universo investigado.

As referências quanto ao eixo teórico voltaram-se ao conhecimento das políticas públicas, turismo rural e inclusão social, o que resultou em pesquisas nas bibliotecas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, campus de Franca, Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), seleção da literatura, leituras e fichamentos. Nesta fase houve intensas consultas ao PNT, a documentos disponíveis na internet, nas instituições públicas de regulação e fomento ao meio rural, inúmeras tentativas de agendar entrevista com os encarregados dos organismos diretamente ligados ao Ministério dos Esportes e Turismo, ao INCRA que pudessem esclarecer e dirimir as dúvidas quanto à condução das propostas contidas na Política do Turismo.

No que se refere à literatura específica sobre o Turismo, a intenção foi selecionar autores que abordam o tema de estudo na atualidade e, para tanto, foram minuciosamente lidos e refletidos os raciocínios de Ruschmann, Portuguesez, Lindner, Gomes, Cruz, Tulik entre outros. A referência sobre 'entre outros' revela a necessidade de estabelecer revisão bibliográfica a respeito do tema, com base em Cassiolato Cavaco, Castelli, Andrés Machado, Swarbrooke, Milton Santos, Wahab, Pimentel, Cosac, Corrêa, Campolina, Boullón, Moraes, Rodrigues, Lefebvre entre outros, o que contribuiu e possibilitou desvendar os resultados apresentados. Também fez parte dessa revisão leituras de alguns clássicos da literatura o que remete adicionar às pesquisas bibliográficas autores como Benevide, Diniz, Freitas, Carvalho, Azevedo, Boullon, Sachs, Beni, Molina, Bissoli, Friedmann, Mindlin, Cardoso, Furtado. Pela condição inevitável em cumprir o objetivo de explicar o fenômeno do Turismo foi possível entender os arranjos concretos apresentados,

ênfatizando os potenciais que possibilitam a emancipação da atividade turística no município envolvido, as fragilidades que impedem e até mesmo interrompem o seu efetivo desenvolvimento.

Torna-se relevante entender o percurso histórico da cidade e região de Pirenópolis/GO, os movimentos sociais, fatos e acontecimentos para compreensão de seus reflexos na possibilidade de desvendar a lógica que permeia as políticas instituídas. A tentativa prendeu-se a análises críticas referendando o propósito de contribuir para algumas soluções necessárias às intervenções na área.

Necessário conhecer também a cronologia das políticas públicas diretamente envolvidas com o turismo, de evidências e intervenções do poder público e instrumentos que originaram e orientaram o modelo de desenvolvimento nos territórios praticantes da atividade turística. Com a pesquisa foi possível compreender a organização espacial atual dos atuais modelos de exploração, referenciados nos modelos anteriores que trouxeram como consequência certa organização territorial no passado, permanece ainda no presente o que, certamente irá refletir no futuro dos destinos turísticos que surgem neste século XXI. São adotados exemplos das pesquisas empreendidas pelos autores: Cruz, Benevides, Dias, Fernández, Freitas, Zarpelon, Pinto Junior, Santos Filho, Coriolano, entre outros.

Na segunda etapa foi necessária a realização de pesquisa documental para esclarecimentos sobre o Plano Diretor do Município, o programa de desenvolvimento local, mapeamento relacionado aos Arranjos Produtivos Locais (APL's), os registros dos investimentos públicos direcionados à cidade de Pirenópolis, o Plano Nacional do Turismo e as diretrizes do Ministério do Turismo.

Buscou-se na bibliografia específica o conceito de região e regionalização, analisando as diferentes variáveis que constituem o modelo de regionalização turística, para posteriormente compreendê-las refletindo sobre a razão de sua eficiência e ineficiência. Foi possível também, avaliar a proposta da atividade turística no que se refere à geração de emprego e renda, no município e a consequente melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

As informações primárias permitiram identificar o nível de integração, e a possibilidade de um desenvolvimento sustentado da atividade do turismo rural na área de estudo, a evolução das tendências políticas e de planejamento dos instrumentos utilizados, a influência do poder público e privado, o contexto e os

métodos exercidos na área. Conforme a política vigente, os modelos de planejamento se fundamentam na municipalização e regionalização do turismo e do espaço, objetivando maior integração e promoção do desenvolvimento, num limite territorial mais abrangente.

Estudou-se a teoria do planejamento, as tradições e concepções desse planejamento, a metodologia de planejamento sistêmico do turismo, como base referencial para analisar a organização da área de estudo e detectar as fragilidades existentes no local pesquisado.

Na terceira etapa houve contato informal com o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), organização não governamental (ONG), que disponibilizou estudos realizados em 2010 referentes ao turismo rural local, o Projeto Um Vale Verde de Verdade, mapeando as iniciativas de turismo de base comunitária. No mapeamento, foi identificado o total de 15 famílias moradoras do município.

Com o mapeamento realizado pelo IPEC ficou evidente que algumas propriedades rurais, favoreciam o desenvolvimento da atividade de turismo rural e também a comercialização de produtos elaborados nas propriedades e essas com grande potencial para visitantes amantes da aventura.

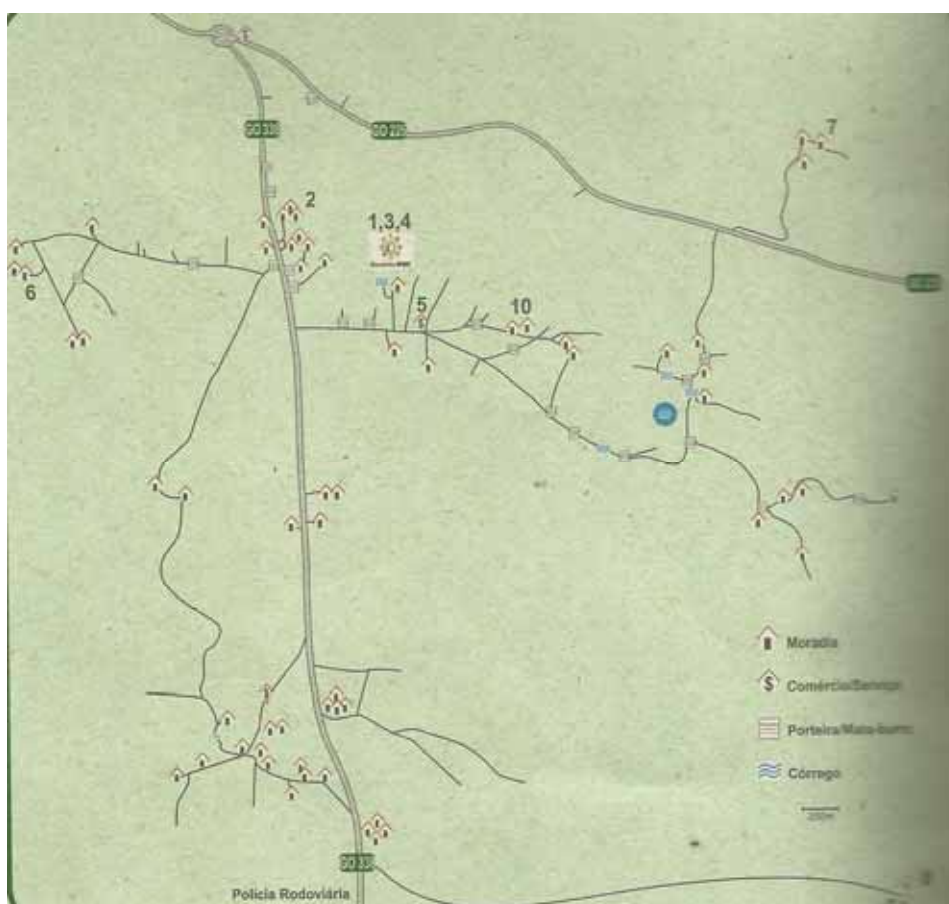
Compondo os dados primários ainda na terceira etapa constituindo as informações disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, IBGE, INCRA, Prefeitura Municipal de Pirenópolis, Central de Atendimento, Banco de dados de teses das Universidades Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Unidade de Rio Claro, Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Associação Goiana de Turismo Rural (AGOTURR/ABRATURR-GO), levantamento bibliográfico compondo as categorias teóricas destacando às polícias públicas, turismo e desenvolvimento sustentado, turismo rural e inclusão social. Foi necessário também, estabelecer conhecimento sobre a legislação brasileira, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretária do Turismo, Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (IDESTUR), EMBRATUR, Lei Orçamentária Anual do município Relatório de Avaliação Setorial – ano base 2010, Inventário

Turístico do Município e Sistema dos Atrativos e Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC).

A quarta etapa teve como objetivo conhecer o planejamento e a preparação para o trabalho de campo com abordagem junto aos sujeitos da pesquisa. A tarefa de campo da pesquisadora teve início em janeiro de 2012 e constituiu-se da retomada dos registros sobre as 23 propriedades (Quadro 6 - Relação das Propriedades Rurais) identificadas na sondagem.

Para efeito de estruturação do trabalho de pesquisa foi mantida correspondência precisa entre a lista da Agrodefesa e o resultado da sondagem realizada por telefone. Nessa etapa foi possível a localização geográfica das 23 propriedades no município com a ajuda de um morador que prontamente se ofereceu para, junto à pesquisadora, visitar cada propriedade contida na listagem da sondagem. A figura 1 abaixo revela a localização de 10 das 23 propriedades visitadas. O mapa foi disponibilizado pelo IPEC.

Figura 2 - Localização das propriedades



Fonte: BRASIL, 2010.

A posição geográfica de cada propriedades visitada pela pesquisadora está no mapa distribuída e sinalizada da seguinte forma: 1) localização do Ecocentro IPEC – Permacultura e Educação Ambiental; 2) Chácara Mar e Guerra; 3 Terra Nutri; 4) Jardim de Aromas; 5) Sítio pé de Serra; 6) Vila Carpaneda; 7) Arte Fologomes; 8) Sítio Galeria; 9) Parque Planta que Cresce e 10) Fazenda Fogaça.

Importante destacar que a pesquisadora visitou as 23 propriedades rurais sendo que as dez identificadas no mapa encontram-se distantes do município cerca de 50 km uma da outra. O que significa dizer que o acesso às mesmas apresentou dificuldades tanto pelo período chuvoso, quanto aos acessos, todos em estradas sem pavimentação, sem infraestrutura básica de sinalização como pontes em madeira, porteiros, córregos, mata fechada, córregos sem pontes.

Os registros das dificuldades estão apresentados nas fotos relacionadas. Importante considerar que o acesso às propriedades ocorreu no mês de janeiro, época chuvosa no país e nesse período a ausência de manutenção das estradas compromete ainda mais a situação. Os produtores rurais, que necessitam escoar a produção para o centro urbano, passam por dificuldades no processo. A manutenção nas estradas não acontece pelo poder público e os produtores se unem e desembolsam de sua receita para a realização.

A produção artesanal dos produtos, em razão da sua originalidade e singularidade, vem ganhando destaque, não só na cidade, mas, principalmente, como produto de exportação. A dificuldade é a trajetória do escoamento até os centros urbanos.

FOTO 1 e 2 Trajetória percorrida para se chegar até a Fazenda Sardinha

Fonte: Angela Marcia de Souza.

FOTO 3 e 4 Trajetória para se chegar até Fazenda Fogaça e Fazenda Planta que Cresce - que foi encontrada fechada durante a realização da pesquisa de campo

Fonte: Angela Marcia de Souza.

FOTO 5 e 6 Trajetória para chegar até Fazenda Babilônia

Fonte: Angela Marcia de Souza.

FOTO 7 – Fazenda Babilônia

Fonte: Angela Marcia de Souza.

O estabelecimento do contato da pesquisadora com os sujeitos foram pautados por dialogo franco e aberto desenvolvido face a face, e inserido em ambiente facilitador. Neste sentido, a entrevista considerou parte introdutória que visava esclarecer propósitos, explicar a maneira de realização e envolver os sujeitos no processo.

No momento inicial e com a devida aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, Campus Franca, foi colhido assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) bem como solicitada autorização para a utilização de gravador de áudio durante a entrevista para garantir a fidedignidade das falas dos sujeitos.

Do total das 23 propriedades que representaram 100% do universo, foram realizadas 16 entrevistas de janeiro a fevereiro de 2012. Mas é preciso esclarecer que 14 sujeitos proprietários, dois sujeitos encarregados, e cinco

propriedades estavam fechadas não sendo possível a realização das entrevistas. A tabela 7 resume as condições de localização das propriedades e dos sujeitos.

TABELA 7 - Localização das propriedades

Propriedades localizadas	16
Propriedades localizadas – fechadas.	2
Propriedades não localizadas.	5

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

TABELA 8 - Grupo dos sujeitos

Proprietários	14
Representantes dos sujeitos proprietários	2

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

A abordagem com os sujeitos foi efetuada utilizando-se a técnica de entrevista e da construção de formulário semiestruturado (Apêndice B e C) que puderam esclarecer e identificar o perfil dos sujeitos, das propriedades rurais e revelar o que pensam, sentem e fazem com relação à melhoria da qualidade de vida e expansão dos negócios.

Cabe esclarecer que durante as entrevistas com os sujeitos proprietários, mesmo tendo sido pautadas por formulário, obteve-se fala espontânea face à oportunidade gerada pela pesquisadora. Outra situação identificada durante as 16 entrevistas foi participação dos cônjuges dos sujeitos totalizando três pessoas, o que foi considerada colaboração importante para a pesquisa. A pesquisadora agradeceu prontamente pela gentileza e tempo dedicado.

Em nenhuma entrevista houve, por parte dos sujeitos, sentimento de desconfiança, medo, vergonha, indisponibilidade, questionamentos relevantes. Todos perguntaram sobre a pesquisa e elogiaram a motivação da pesquisadora explicitando as dificuldades de acesso às propriedades.

A situação encontrada durante o processo de entrevista foi de muita educação por parte dos sujeitos sendo que alguns deles ficaram emocionados ao serem abordados, fotografados e agradecidos pela oportunidade de falar de suas propriedades. A pesquisadora se sentiu muito confortável ao entrevistar todos os

sujeitos, recebendo o carinho de todos e muita atenção. Nas 16 entrevistas realizadas os sujeitos ofereceram a pesquisadora água, café, chá, biscoitos, bolos, queijos, banana e doces. As fotos relacionadas são demonstrações dessa liberdade entre pesquisadora e Sujeitos.

FOTO - 8, 9, 10 e 11 – Entrevista com os sujeitos e condições das instalações visitadas



Fonte: Angela Marcia de Souza.

A quarta etapa compreendeu a sistematização das informações e organização do material de pesquisa. As entrevistas possibilitaram mais de 15 horas de gravação em áudio, sendo necessárias 40 horas para a transcrição dos dados em textos respeitando-se as falas. Integra essa fase a elaboração de controles dos dados do estudo, desde as informações contidas na listagem disponibilizada pela Agrodefesa, passando pela sondagem até as entrevistas com os sujeitos.

A quinta e última etapa constitui-se no tratamento dos dados da pesquisa que objetiva revelar o perfil das propriedades e dos sujeitos Sujeitos.

As falas dos sujeitos estão estruturadas respeitando a sequência das entrevistas, das questões abertas e fechadas (Apêndice A B e C) e foram agrupadas considerando também a construção expressa pela pesquisadora.

Foram então identificados e agrupados os sujeitos de acordo com o grau de envolvimento da atividade no turismo rural. Mapeados e distribuídos em três grupos: um agrupamento contemplando os sujeitos que investiram na atividade do turismo rural diretamente e que recebem os turistas em suas propriedades rurais o qual se denominou grupo A (GA) que são os sujeitos proprietários empreendedores, grupo B (GB) compondo os sujeitos proprietários/fornecedores que, no entanto, não recebem visitantes (reconhecidos por turistas) em suas propriedades rurais. Este grupo desenvolve atividades em suas propriedades, indiretamente relacionadas ao turismo rural pela produção no espaço rural, e a comercialização em outros empreendimentos rurais que recebem turistas como também no espaço urbano (nas cidades). Por fim o grupo C (GC), sujeitos representantes dos proprietários. Importante esclarecer que devido à expansão quantitativa dos sujeitos, sua identificação no que se refere às respectivas falas e agrupamentos, recebeu a seguinte nomenclatura: GA, GB e GC de 1 a 16.

O processo investigou e possibilitou a constituição do perfil dos sujeitos diretamente envolvidos no processo produtivo do turismo com o objetivo de descobrir quais as condições em que eles se desenvolvem e, ainda, a lógica que os orientaram.

2.2 Universo das propriedades rurais do município de Pirenópolis-GO

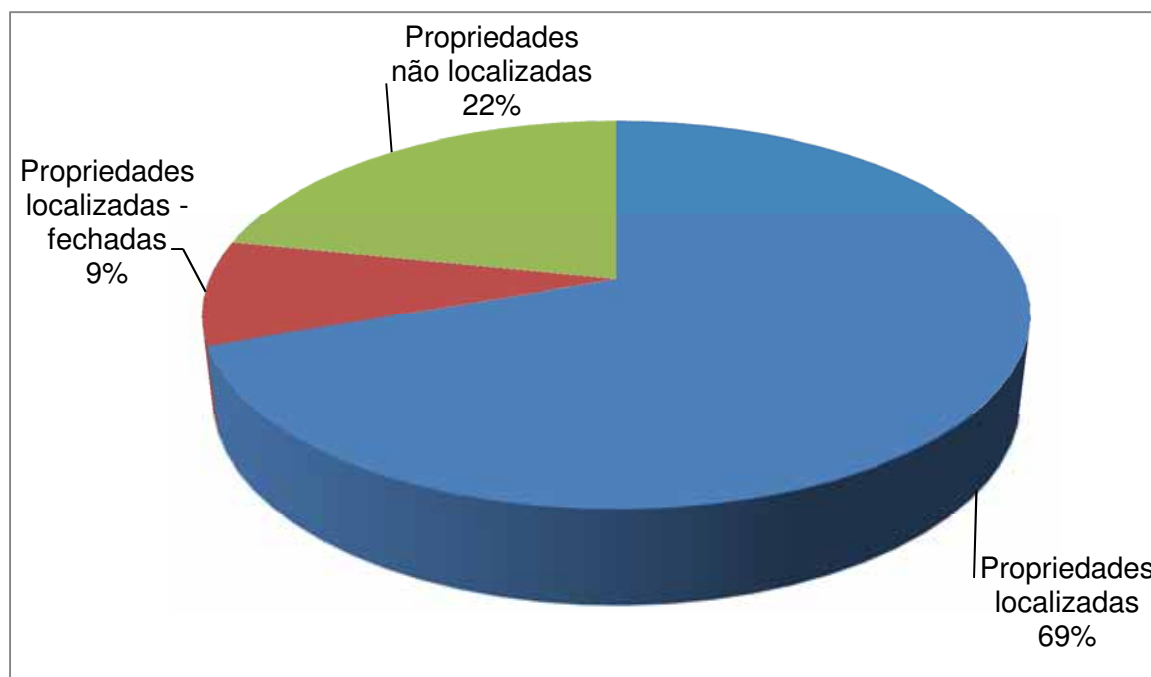
No universo da pesquisa serão demonstrados os aspectos quantitativos e as análises correspondentes, ambas relativas ao perfil das propriedades e dos sujeitos. Posteriormente, os aspectos qualitativos revelados a partir da fala dos sujeitos que permitiu reflexões a cerca do objeto de estudo.

2.2.1 Perfil das propriedades rurais

A investigação possibilitou identificar diferentes aspectos a respeito das estruturas e da localização das propriedades. O primeiro a ser demonstrado revela a composição da propriedade em termos de localização, contratação de mão

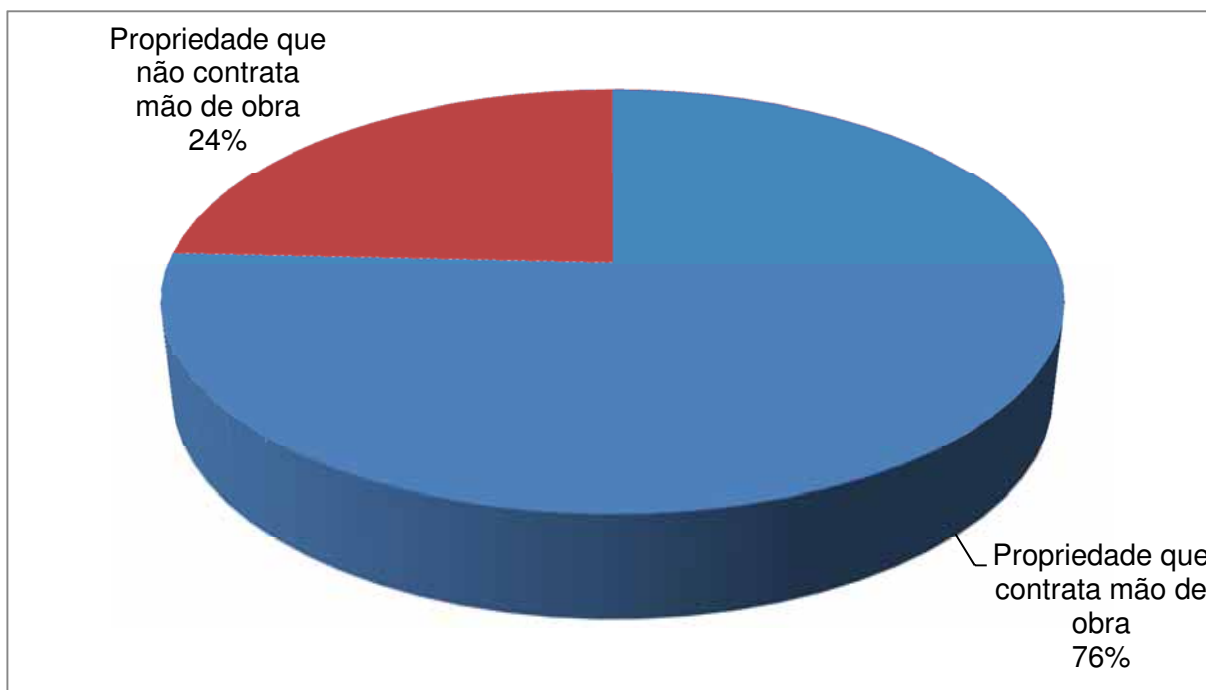
de obra, atendimento ao turista, oferta de serviços turísticos, percepções de mudanças a partir da atividade do turismo, se é produtora, participação na receita com a comercialização dos produtos.

Gráfico 11 – Percentual de sucesso da localização das propriedades



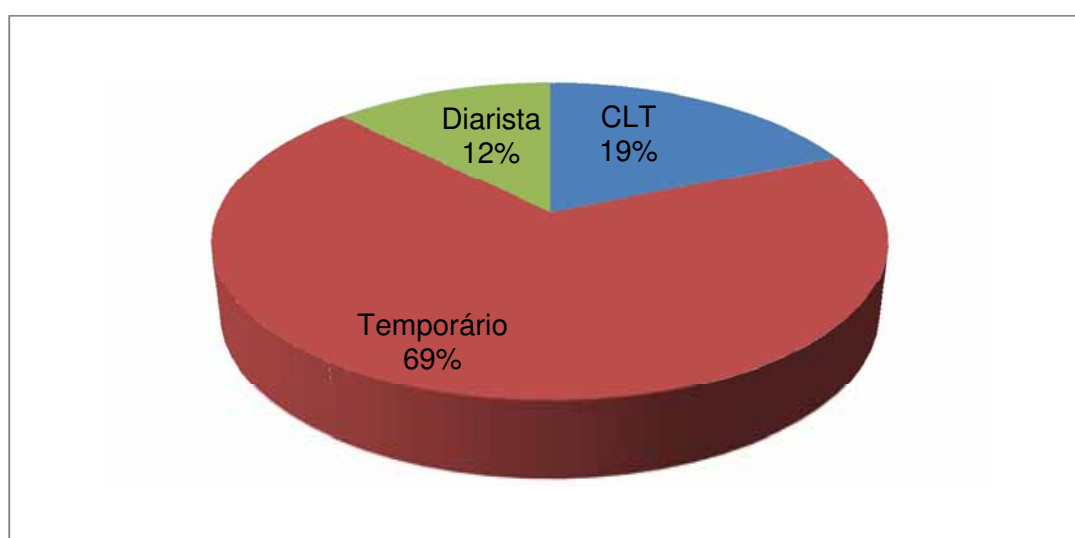
Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

Do total de 23 propriedades identificadas na sondagem, 16 foram localizadas no município e autorizaram a entrevista representando 69%; duas foram localizadas sem nenhum morador no momento da pesquisa de campo o que representou 9% e cinco propriedades não foram encontradas com a nomenclatura identificada na sondagem. Ao questionar este fato na comunidade a pesquisadora foi informada que não existiam com esse nome e que os proprietários não ficavam no município representando 22%.

Gráfico 12 - Contratação de mão de obra pela propriedade

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

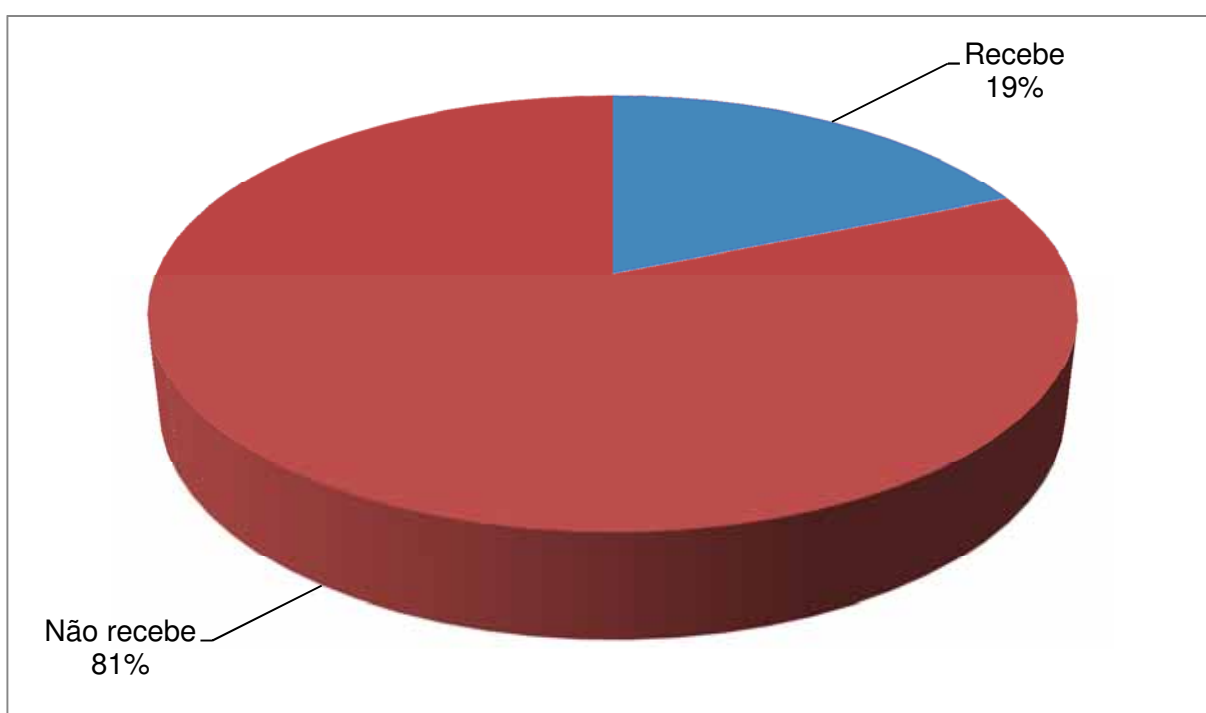
O gráfico 12 apresenta as informações em relação à contratação de mão de obra pela propriedade para auxiliar nas atividades. Do total das 16 propriedades, 76% contratam mão de obra entre temporária, diarista e CLT; 24% utilizam apenas a mão de obra familiar para realização das atividades na propriedade.

Gráfico 13 – Regime de Contratação de mão de obra

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

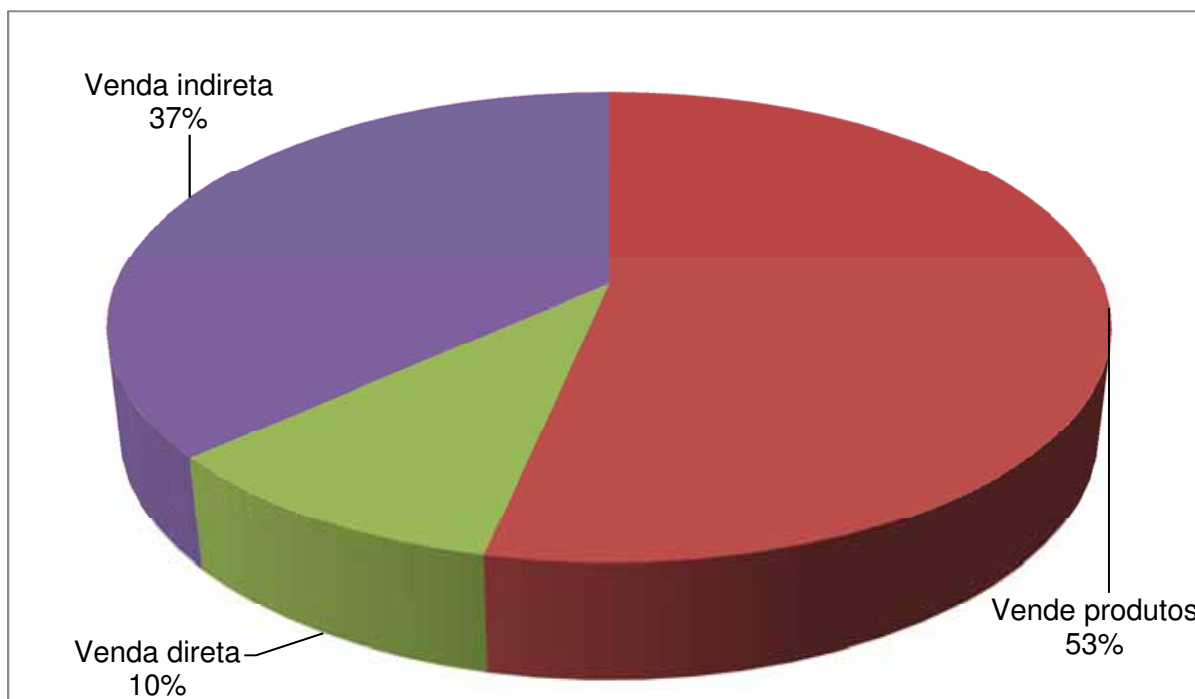
A contratação de mão de obra pelas propriedades está assim distribuída: 69% são contratados temporariamente o que possibilita refletir sobre a sazonalidade da produção que está intimamente relacionada aos eventos proporcionados pelo município nos períodos de férias. Foi possível entender também que a produção das propriedades investigadas está diretamente vinculada ao fluxo turístico urbano. São contratados 12% como diaristas e 19% em regime da Consolidação das leis do Trabalho (CLT).

Gráfico 14 – Propriedades que recebem turistas



Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

Em relação ao atendimento direto ao turista, o gráfico 14 revela que 81% das propriedades investigadas não recebem os turistas, não os atendem diretamente na propriedade e 19% recebem o turista na propriedade e oferece produtos e serviços *in loco*.

Gráfico 15 – Oferta de Produtos e Serviços

Fonte: Elaborado por Angela Marcia de Souza.

A pesquisa possibilitou identificar que nenhuma das propriedades oferece hospedagem. Do total de três que recebem o turista oferecem apenas produtos para serem consumidos no local ou para transportarem como é o caso da propriedade Fazenda Vagafogo, Fazenda Morro Grande e Fazenda Babilônia dos respectivos sujeitos. GA 3, GA 11 e GA 16.

Entretanto existe a comercialização dos produtos em 13 propriedades para a zona urbana em feiras e estabelecimentos comerciais, venda de passeios diversos e venda mista onde existe o consumo no local e o transporte dos produtos para outras localidades. A venda de produtos e serviços mostra que na prática, a atividade consegue estabelecer a lógica da complementaridade com as demais atividades da agricultura familiar, essa iniciativa que tem por objetivo recuperar e conservar a arquitetura tradicional, a cultura e culinária, conter o êxodo rural, proporcionar renda e tornar conhecidos os produtos locais, decorrem de fatores como a crise do turismo convencional de massa, crise da agricultura e da pecuária especialmente em pequenas propriedades, conforme realidade encontrada durante a pesquisa de campo.

A falta de oferta para hospedagem justifica-se pelas condições estruturais das propriedades pesquisadas. Das três que recebem turistas e

visitantes, a Fazenda Babilônia é a própria residência do sujeito GA 16, as Fazendas Vagafogo e Morro Grande estudam a possibilidade de construir tais instalações. As demais, 13 propriedades pertencentes ao Grupo B e C tem interesse em ofertar esse serviço, entretanto durante a realização da pesquisa, todos foram unânimes em relatar que não dispõem de recursos financeiros para o investimento.

As fotos relacionadas abaixo apresentam as condições atuais das 13 propriedades que tem interesse na oferta de serviços de hospedagem, mas, na realidade predominantemente rústica, sem nenhuma transformação arquitetônica e estrutural se torna vetor à oferta. Os sujeitos consideram também a importância da preservação das características do imóvel para melhor identificação da atividade rural.

A prática do turismo rural no município apresenta ausência de conhecimento que auxilia na elaboração das políticas públicas, na execução através de metodologias exequíveis adequadas à realidade rural, ausência também de pesquisa, de diagnósticos bem realizados, de avaliações e controles constantes das práticas efetuadas, de educação, informação tanto aos proprietários de segmentos rurais familiares quanto ao próprio turista, de motivações reais à participação, aquela que efetiva a cidadania e proporciona inclusão. Na realidade, a ausência desse conjunto de fatores provoca equívocos, dificulta a compreensão do conceito, não transforma comportamento, cultura e mentalidade para que a atividade turística seja considerada como rural.

Quanto ao turismo urbano é predominante em relação ao rural, no entanto não estabelece relação entre visitantes e o entorno autóctone nem tão pouco a inter-relação com a comunidade local.

FOTO 12 - Características das propriedades rurais que não atendem diretamente ao turista - Povoado Caxambu



Fonte: Angela Marcia de Souza

FOTO 13 – Fazenda Morro Grande



Fonte: Angela Marcia de Souza

FOTO 14 – Produtos Comercializados pela Comunidade do Povoado de Caxambu



Fonte: Angela Marcia de Souza

FOTO 15 - Café colonial oferecido aos turistas pela Fazenda Babilônia



Fonte: Angela Marcia de Souza

FOTO 16 - Fazenda Vagafogo – Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN



Fonte: Angela Marcia de Souza

FOTO 17 – Produtos comercializados na feira semanal

Foto: Angela Marcia de Souza

Ao analisar a atividade Importante considerar que a zona rural do município é composta por 648 propriedades rurais conforme listagem da Agrodefesa, entretanto, a denominação fazenda pode ser dividida em diferentes partes denominadas chácaras ou sítios quando se trata de propriedades com área de menor tamanho.

2.2.2 Perfil dos sujeitos

Ao analisar a atividade de trabalho do turismo rural tendo em vista o exercício da cidadania ativa e a inclusão social, buscou-se identificar e entrevistar os grupos distintos de sujeitos na comunidade com objetivo de conhecer seu perfil, sua atividade, seus conhecimentos em relação às políticas públicas destinadas à atividade e como esta contribui para o desenvolvimento local.

Importante esclarecer que para preservar a identidade dos sujeitos e atendendo às especificações do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, campus de Franca, foram utilizadas siglas para identificar suas falas.

O primeiro grupo de sujeitos contemplou os proprietários empreendedores que investiram na atividade do turismo rural diretamente e que desenvolvem em suas propriedades atividades relacionadas ao recebimento de turistas: GA-PE sujeitos proprietários empreendedores.

O segundo grupo, GB-PF são os proprietários/fornecedores indiretamente envolvidos com a atividade do turismo rural.

O terceiro e último grupo, o GC-RE os sujeitos representantes encarregados das propriedades.

TABELA 9 - Agrupamento dos sujeitos de acordo com perfil de classificação

Agrupamento	Classificação
Grupo A	Sujeitos proprietários empreendedores.
Grupo B	Sujeitos proprietários/fornecedores
Grupo C	Sujeitos encarregados representante dos proprietários

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Do GA, foram identificadas três propriedades, Sujeitos identificados como proprietários e também responsáveis diretos pela atividade turística do local. Na tabela 10 identifica-se o perfil do grupo A.

TABELA 10 - Identificação do perfil dos sujeitos GA

Sujeitos	Gênero	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão
GA 1	M	67	Casado	Superior completo	Advogado
GA 11	M	51	Casado	Ensino médio completo	Agricultor
GA 16	F	62	Casada	Superior Incompleto	Pecuarista

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Nota: "M" masculino e "F" Feminino.

O sujeito GA-1 desempenha a função de recepcionista dos turistas visitantes, têm 67 anos de idade com formação em direito. Nunca atuou como advogado morou em outras cidades do Brasil e também no exterior. Narra que acompanha o visitante pela propriedade sempre que possível, porém sua ocupação maior é atender, oferecer o produto, explicar como é produzido na propriedade e ofertar as demais atividades turísticas como tirolesa¹², caminhada e salto.

O GA-11 desempenha a função de recepcionista dos turistas visitantes, tem 57 anos de idade com formação no ensino médio. Agricultor relata que a propriedade está em fase de expansão possuindo planejamento para o ano seguinte na perspectiva de receber maior número de turistas. Na situação atual, recebe poucos visitantes. A propriedade possui outras atividades que são acompanhadas por ele no cotidiano.

A GA-16 desempenha a função de recepcionista dos turistas visitantes, tem 62 anos, com formação no ensino superior incompleto, é agricultora, relata que a principal atividade da propriedade é a criação de gado, mas, a atividade do turismo é sua paixão. A propriedade é centenária e foi herdada por ela e quer deixar de herança para seus dois filhos.

Em relação ao GA, dois sujeitos (GA-11 e GA-16) não são naturais de Pirenópolis. Já residiram em outras cidades do país e também no exterior para fins de estudos e criação dos filhos. Apenas um entre todos os sujeitos (GA-16) é natural de Pirenópolis. Já residiu em outra cidade do mesmo Estado, porém, decidiu voltar à cidade natal sem acompanhamento dos filhos.

¹² A tirolesa é uma atividade esportiva de aventura originária da região do Tirol, na Áustria. Consiste em um cabo aéreo ancorado entre dois pontos, pelo qual o praticante se desloca através de roldanas presas a cabo de aço que permite ao praticante a sensação de sobrevoar o terreno que passa por baixo, sem exigir esforço físico do praticante.

TABELA 11 - Naturalidade e Moradia

Sujeitos	Naturalidade	Residência atual	Localização moradia	Zona
GA-3	Brasília-DF	Pirenópolis	Fazenda Vagafogo	Rural
GA-11	Ituiutaba-MG	Pirenópolis	Fazenda Morro Grande	Rural
GA-16	Pirenópolis-GO	Pirenópolis	Fazenda Babilônia	Rural

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Todos os Sujeitos do GA são casados, com filhos, netos e apaixonados pelo lugar que residem. O interesse por Pirenópolis é de ver a cidade sendo preservada, cultivando as raízes culturais e se desenvolvendo com sustentabilidade.

As atividades desenvolvidas nas propriedades são variadas e foram definidas como as principais no cotidiano do Grupo.

TABELA 12 - Atividades desenvolvidas nas propriedades GA

Sujeitos	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Atividade 4	Atividade principal
GA-3	Produção de geleias com frutas típicas do cerrado	Ecoturismo	Criação de gado	Turismo educacional, científico e de aventura.	Atendimento ao turista com a oferta do Brunch – Lanche /Almoço e criação de gado
GA-11	Criação de gado e porco	Produção de cachaça	Produção de rapadura	Turismo de visitação (planejamento para 2012)	Atendimento ao turista visitante e criação de gado, venda da produção da pinga e rapadura em Brasília, venda da carne de porco e do peixe.
GA-16	Criação de gado, galinhas, cavalos.	Produção de queijo	Produção de doces	Produção de quitandas em geral. Participação nas cavalhadas	Atendimento ao turista com a oferta do café colonial e criação de gado

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

No GA, existe predominância da atividade de criação de gado por todos os empreendedores, seguida pelo recebimento ao turista visitante e a oferta de produtos artesanais. Importante considerar que essa produção é constituída de muita sazonalidade.

A composição do núcleo familiar na realização das atividades diretamente relacionadas ao recebimento do turista fica a cargo do GA. A contribuição do restante do núcleo se volta ao apoio logístico como compras, pagamentos de fornecedores, manutenções, cuidados com os animais, organização de eventos na propriedade.

TABELA 13 - Composição e Atividades do Núcleo Familiar GA

Sujeitos	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Salário	Função que desempenha propriedade
GA-3	Filho	37	Ensino médio	ND	ND	Apoio
	Esposa	62	Técnico	Aposentada	ND	Apoio
GA-11	Cunhado	45	Ensino médio	ND	ND	Apoio
GA-16	Esposo	64	Ensino médio	Pecuarista	ND	Apoio e organização de cavalgada

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Nota: ND - não definido oficialmente.

A participação de terceiros no desenvolvimento das atividades contribuindo para a geração de emprego e renda o GA, emprega em suas propriedades um total de 22 funcionários dos quais 11 são contratados no regime de CLT e 10 sob demanda identificada como contratação temporária conforme tabela 14.

Durante a entrevista foi possível identificar que a remuneração dos funcionários em regime de CLT fica entre um salário mínimo podendo chegar até um salário e meio. Em relação às contratações temporárias a remuneração é feita em forma de diária que pode variar de temporada para temporada dependendo do fluxo turístico do município.

TABELA 14 - Contratação de mão de obra

Sujeitos	Para qual atividade	Quantidade funcionários	Permanente (CLT)	Temporário
GA-3	Doméstica	1	1	0
	Cuidar gado	2	2	0
	Cozinheira	4	1	3
	Guia	4	0	4
Total		11	4	7
GA-11	Apoio	1	0	1
Total		1	0	1
GA-16	Doméstica	1	1	0
	Cuidar gado	2	2	0
	Cozinheira	5	3	2
	Guia	1	1	0
	Recepcionista	1	0	1
Total		10	7	3

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Das entrevistas realizadas com o GA, todos consideram que houve a transformação no espaço rural e a oferta de serviços turísticos melhorou muito como demonstra a tabela 15. Importante considerar que os serviços oferecidos pelos empreendedores são predominantemente oferta de alimentação, venda de produtos e passeios na propriedade. O sujeito GA-11 possui a atividade de eco turismo e a oferta de turismo científico, pois a propriedade possui área de Reserva Particular de Preservação Natural (RPPN) o que possibilita preservar a diversidade da fauna e flora. O sujeito GA-16 oferece o turismo cultural apresentando em sua propriedade a história da fazenda que é centenária com arquitetura diferenciada das demais propriedades visitadas.

TABELA 15 - Transformação no Espaço Rural

Sujeitos	Hospedagem	Alimentação	Venda produtos	Outros
GA-3		x	x	Passeios
GA-11			x	Passeios/turismo científico
GA-16		x	x	Visitação/passeios

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

TABELA 16 - Percepção das Mudanças a partir do início da Atividade Turística

Sujeitos	Maior volume vendas	Maior Volume turista	Melhor visibilidade mídia	Outros
GA-3	x	x	x	Respeito a natureza
GA-11			x	Passeios
GA-16	x	x	x	Classe social do turista

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Os sujeitos do GA falaram sobre a relação de alguns dos produtos que são processados e comercializados na propriedade. Importante considerar que a tabela 17 apresenta parte dessa produção, principalmente na propriedade dos sujeitos GA-3 e GA-16, como requeijão, omeletes, leite, sucos naturais, coalhada entre outros. Todos os produtos são oferecidos aos turistas visitantes na forma de *brunch* (Fazenda Vagafogo) e café sertanejo (Fazenda Babilônia).

TABELA 17 - Produtos das Propriedades

Sujeito	Produto	Produto	Produto	Produto
GA-3	Geleias	Queijos	Doces	Ovos
GA-11	Cachaça	Peixe		
GA-16	Geleias	Queijos	Derivados milho	Leite

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Da comercialização dos produtos é composta parte da receita das propriedades. Em média representa 2,5 salários mínimos conforme apresenta a tabela 18.

TABELA 18 - Participação dos Produtos Comercializados na Receita do GA

Sujeito	Participação na receita em R\$/mês
GA-3	2,5 salários mínimos participação apenas da venda do <i>brunch</i>
GA-11	1,5 salários mínimos
GA-16	3 salários mínimos

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

O GB são os proprietários fornecedores (PF) de produtos e serviços ao turista, ao comércio urbano do município e fora dele, estão indiretamente

envolvidos com a atividade do turismo rural por meio da produção, entretanto não recebem turistas visitantes em suas propriedades. Este envolvimento com a atividade turística se faz pela relação de trabalho como fornecedores de produtos e serviços que são consumidos, vendidos e prestados aos turistas que se encontram na zona urbana como também produtos destinados a comercialização nos empreendimentos rurais e urbanos que desenvolvem a atividade do turismo.

TABELA 19 - Identificação do Perfil dos Sujeitos do GB

Sujeito	Gênero	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão
GB-1	M	52	Casado	Ensino médio completo	Agricultor
GB-2	F	58	Casada	Ensino fundamental	Do lar
GB-4	M	27	Casado	Ensino médio completo	Agricultor
GB-5	M	58	Casado	Ensino médio completo	Agricultor
GB-6	M	49	Casado	Sétima série	Agricultor
GB-7	F	58	Casada	Primeiro grau	Aposentada
GB-8	M	43	Casado	Quinta série	Agricultor
GB-10	M	63	Casado	Nunca estudou	Agricultor
GB-13	M	37	Casado	Quarta série	Agricultor
GB-14	M	33	Casado	Ensino fundamental	Agricultor
GB-15	F	57	Casada	Ensino fundamental	Agricultora

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Nota: M – masculino; F – feminino.

Do total dos 11 Sujeitos do GB, três são do sexo feminino, o que representa 27%; oito do sexo masculino, 73%. Quanto à profissão dez se declararam como agricultores representando 91% e apenas um como do lar. A escolaridade é do ensino fundamental e do ensino médio; GB-10, nunca estudou, não sabe ler nem tão pouco escrever. Este sujeito foi à pessoa mais humilde de todos os sujeitos, sua postura simples, seu jeito de falar representa o matuto homem do campo, de vestimenta rústica. Conhecer uma pessoa com essas características tão incomum em pleno século XXI tornou-se privilégio para a pesquisadora. A idade média do grupo é de 48 anos, sendo que apenas um sujeito apresenta idade inferior a 30 anos. Importante destacar que GB-13 possui três filhos e recebe benefício do programa bolsa escola para todos eles.

Quanto à naturalidade e moradia, o GB apresenta as características identificadas na tabela 20.

TABELA 20 - Naturalidade e moradia

Sujeitos	Naturalidade	Residência atual	Localização moradia
GB-1	Pirenópolis	Pirenópolis	Chácara Mar e Guerra
GB-2	Pirenópolis	Pirenópolis	Sítio Pé de Serra
GB-4	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Fogaça
GB-5	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Fogaça
GB-6	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Sardinha
GB-7	Jaraguá-GO	Pirenópolis	Fazenda Sardinha
GB-8	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Sardinha
GB-10	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Jenipapo
GB-13	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Caxambu
GB-14	Anápolis-GO	Pirenópolis	Fazenda Caxambu
GB-15	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Caxambu

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Do GB, apenas dois nasceram em outra cidade, porém, logo se mudaram para Pirenópolis. Foi identificado que 100% dos sujeitos nunca saíram do município, não possuem residência em outro lugar e estudaram em escola rural. Durante o processo de entrevista, a pesquisadora foi informada que essas escolas não existem mais. Todos os alunos da zona rural são levados para escolas urbanas através de transporte providenciado pela prefeitura, independentemente das condições climáticas que certamente prejudica o acesso.

Importante esclarecer que os Sujeitos GB-13, GB-14 e GB-15, residentes na fazenda Caxambu são sujeitos que possuem suas terras como propriedades menores que fazem parte do povoado de Caxambu pertencente ao município fundado em 1948, a 29 km de Pirenópolis. Nesse povoado concentra-se não mais que duzentos imóveis segundo dados da Universidade Federal de Goiás (2001) e vive basicamente da agricultura e da pecuária em pequenas propriedades rurais.

A produção e a comercialização dos produtos do povoado de Caxambu são realizadas por uma associação criada pelos moradores, existe uma fabrica de geleias, conserva em geral de hortaliças como pepinos, cenouras, abobrinhas, castanha

do baru¹³, doce de abobora. Essa associação possui uma liderança que organiza a produção, estabelece os preços e o mercado a ser atendido.

Em relação às atividades desenvolvidas nas propriedades pertencentes ao GB destacam-se, na tabela 21, as principais considerando que o pequeno produtor estabelece multiatividades no seu cotidiano com objetivo de diversificar a receita e extrair da terra o máximo de produção possível.

TABELA 21 - Atividades Desenvolvidas

Sujeitos	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade principal
GB-1	Criação galinhas	Artesanato	Hortaliça	Recebimento Visitantes e	Permancultura
GB-2	Produção queijo	Produção leite	Criação galinhas	Produção de queijos	Venda dos produtos feira
GB-4	Criação galinhas	Plantação cana	Prestação serviços para IPEC	Produção de derivados da cana: açúcar mascavo, rapadura, melado.	Venda dos produtos derivados da cana na feira e comércios e prestação serviços
GB-5	Criação de gado	Plantação cana	Plantação de Hortaliça	Produção Doce	Produção rapadura
GB-6	Plantação de Hortaliça	Venda no comercio			Venda produção na feira e comercio
GB-7	Produção aves	Criação de gado	Produção Quitandas em geral	Plantação de Bananas	Venda dos produtos na feira
GB-8	Compras de frutas de outras propriedades	Plantação cana	Produção de doces	Cristalização dos doces	Venda dos produtos na feira
GB-10	Plantação de Banana	Plantação de Milho	Plantação de Mandioca	Produção de Vasos e esculturas de cerâmica, produção de mesas e bancos de madeiras.	Venda dos produtos de cerâmica e madeira

¹³ O baru ou cumaru é uma árvore da família das leguminosas. A árvore, de até 25 metros de altura com tronco podendo atingir 70 cm de diâmetro, possui copa densa e arredondada. Sua madeira é resistente. O **baru** é um fruto lenhoso, castanho com uma única amêndoa comestível. Amadurece de setembro a outubro. As sementes são uma iguaria cada vez mais apreciada e muito nutritiva. Animais silvestres e o gado consomem a polpa aromática do fruto, assim como seres humanos, *in natura* ou como geléia.

Sujeitos	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade principal
GB-13	Plantação de Feijão	Plantação Hortaliça em geral	Prestação serviço para terceiros		Prestação serviço
GB-14	Atividades agro ecológicas	Colheita Castanha Baru	Colheita Frutas do cerrado	Extrativismos e Conservas	Venda dos produtos no município e fora dele extrativismo
GB-15	Plantação de milho	Plantação de feijão	Turismo visitação sazonal	Turismo pedagógico	Extrativismo

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

As atividades internas às propriedades do grupo B que geram ocupações complementares às atividades agrícolas identificadas na pesquisa de campo como vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo; é predominante nesse grupo de sujeitos e denominado agro turismo.

Conforme realidade encontrada durante a pesquisa é possível refletir e considerar que nas propriedades de menor extensão de terra, a diversidade das atividades não agrícolas se relaciona intimamente com as demais atividades complementando a renda, a geração de emprego, a ocupação do núcleo familiar e tornando os produtos conhecidos inter e nacionalmente.

O sujeito GB-13 informou que mesmo produzindo hortaliças sua maior ocupação é de prestador de serviços para as propriedades vizinhas trabalhando como mão de obra temporária, diarista e por troca de serviços.

Para o GB as atividades são realizadas na sua grande maioria pelo núcleo familiar considerando a contratação da mão de obra de terceiros como fator secundário, pontual, e a sazonalidade que o município apresenta durante todo o ano em relação à atividade do turismo.

Durante as entrevistas, foi possível identificar que todos os sujeitos do GB adquirem matéria prima necessária para suas produções de outros proprietários rurais da região, ou seja, existe comercialização entre todos eles, portanto, importante considerar que há uma coprodução entre as propriedades para atender as demandas representando a diversidade da produção entre as pequenas propriedades e falta de orientação produtiva de melhor uso da terra.

A composição do núcleo familiar na realização das atividades também é predominante em todas as propriedades do GB conforme aponta a tabela 23. A contribuição dos familiares é efetiva, como função de apoio. Sem definição de atividade cada membro da família contribui para que o processo produtivo possa acontecer. Todos os sujeitos do GB informaram que existe cooperação entre todos, formando assim a política de boa vizinhança uma vez que as propriedades são próximas. Em 100% dos casos as propriedades foram adquiridas como herança considerando o tempo de permanência no local influenciando a participação coletiva nas atividades.

Em relação a compras, pagamentos de fornecedores, manutenção, cuidados com os animais, organização dos produtos para a comercialização foi identificado que mesmo não tendo distinção na participação das atividades existe predominância do proprietário na execução das tarefas.

TABELA 22 - Composição e Atividades do Núcleo Familiar do GB

Sujeitos	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Salário	Função que desempenha propriedade
GB-1	Filha	22	Superior completo	Atendente CAT	2	Orientadora
	Esposa	47	Ensino médio	Do lar	ND	Produtora artesanato
	Cunhado	42	Ensino médio	ND	PR	Apoio
	Filha	24	Superior completo	ND	2	Caixa supermercado
GB-2	Esposo	68	Primário	Aposentado	ND	Apoio
GB-4	Irmão	25	Ensino fundamental	ND	ND	Sócio
GB-5	Filho	30	Ensino médio	Agricultor	ND	Apoio
	Esposa	47	Ensino médio	Do lar	ND	Apoio
GB-6	NP					
GB-7	Esposo	57	Quarta série	Agricultor	2	Apoio
GB-8	Esposa	45	Primário	Do lar	ND	Auxiliar na produção de doces
	Filho	19	Estudo em andamento	ND	ND	Auxiliar na produção de doces
	Filha	5	Estudo em andamento	ND	ND	Apoio
	Sogra	65	Não estudou	Do lar	ND	Apoio sazonal
GB-10	Filho	30	Não estudou	ND	ND	Escultor
GB-13	Sogro	70	Não estudou	Agricultor	ND	Apoio
GB-14	Mãe	57		Agricultora	2	Auxiliar produção de conservas
GB-15	Filho	33		Agricultor	1	Líder da cooperativa

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza. **Nota:** ND - não definido oficialmente; PR - participação nos resultados e NP - não possui nenhum parente trabalhando na propriedade.

A participação de terceiros no desenvolvimento das atividades do GB, do total de 11 propriedades nove contratam mão de obra terceirizada e nenhuma contratação é feita no regime de CLT. As contratações são realizadas de acordo com a demanda, identificada como contratação temporária para funções distintas conforme aponta a tabela 23 - contratação de mão de obra. As propriedades dos sujeitos GB-7 e GB-10 nunca contrataram mão de obra para a propriedade, todo o processo produtivo é realizado com ajuda dos familiares.

A remuneração dos contratados temporariamente é realizada em forma de diária e mesmo por períodos mais longos que pode variar de temporada para temporada dependendo do fluxo turístico do município anualmente.

TABELA 23 - Contratação de Mão de Obra do GB

Sujeitos	Para qual atividade	Quantidade funcionários	Permanente (CLT)	Temporário
GB-1	Apoio	1		x
GB-2	Apoio	1		x
GB-4	Apoio	1		x
GB-5	Apoio	1		x
GB-6	Apoio	1		x
GB-7	NC	0		x
GB-8	Apoio	1		x
GB-10	NC	0		
GB-13	Apoio	1		x
GB-14	Apoio	1		x
GB-15	Apoio	1		x
Total		9		

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Nota: NC - nunca contratou.

No GB assim como no GA todos consideram que houve transformação no espaço rural e a oferta de serviços turísticos melhorou muito. Importante considerar que no GB não ha oferta de nenhum tipo de serviço. A comercialização de produtos é predominantemente realizada por todos, sendo essa atividade a de maior representatividade na receita da propriedade. O GB percebe a mudança a partir da atividade do turismo urbano que aumenta a demanda pelos produtos que são produzidos na zona rural o que significa dizer que existe dependência rural no turismo urbano.

Nessa condição de dependência, o produtor rural executa atividades não agrárias para atender a demanda dos empreendimentos urbanos, gera emprego, melhora a renda da propriedade e participa de forma indireta do resultado

econômico do município. Contudo, o produtor rural fica dividido entre produzir para o abastecimento da cidade e para seu próprio consumo. A atividade do turismo rural em suas propriedades não é realizada como preconiza a proposta do Plano Nacional do Turismo, entretanto, existe a inclusão indireta desses sujeitos pela comercialização de produtos, geração de emprego e renda, convívio social e organização de cooperativas.

TABELA 24 - Percepção das Mudanças a partir do Início da Atividade Turística

Sujeitos	Maior volume vendas	Maior Volume turista	Melhor visibilidade média	Outros
GB-1	x	x	x	Respeito à natureza, interesse por produtos sem agrotóxicos.
GB-2		x	x	Aumento receita
GB-4	x	x	x	Maior interesse nos produtos com qualidade
GB-5	x	x	x	Maior interesse pelo campo
GB-6	x	x		Não soube responder
GB-7	x	x	x	Aumento receita
GB-8	x	x	x	Aumento receita, melhores produtos,
GB-10	x	x		Aumento receita, maior valorização das esculturas.
GB-13	x	x	x	
GB-14	x	x	x	
GB-15	x	x	x	

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

TABELA 25 - Produtos nas Propriedades

Sujeitos	Produto	Produto	Produto	Produto
GB-1	Aves	Artesanato	Hortaliças	Ovos
GB-2	Queijo	Requeijão	Ovos	Verduras
GB-4	Aves	Melado	Rapadura	Açúcar mascavo
GB-5	Leite	Rapadura	Verduras	Doces
GB-6	Alface	Repolho	Quiabo	Brócolis
GB-7	Bolos	Biscoitos	Doces	Frangos
GB-8	Doce de mamão	Doce de goiaba	Doce de figo	Doce de abobora
GB-10	Esculturas de cerâmica	Vasos de cerâmica	Bancos de madeira	Mesas de madeira
GB-13	Feijão	Verduras		
GB-14	Geleias	Conservas	Castanhas	Milho
GB-15	Geleias	Feijão	Frutos do cerrado	Pepino

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

TABELA 26 - Participação dos Produtos Comercializados na Receita

Sujeitos	Participação na receita em R\$/mês
GB-1	2 salários
GB-2	1,5 salários
GB-4	1,5 salários
GB-5	1salário
GB-6	1, salário
GB-7	2 salários
GB-8	2,5 salários
GB-10	2 salários
GB-13	1,5 salários
GB-14	2,5 a 3 salários
GB-15	2,5 salários

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

A receita gerada pela comercialização dos produtos do GB está estabelecida entre 1 a 3 salários mínimos, variando de propriedade a propriedade, dos produtos extraídos e do fluxo turístico do município. Importante considerar que a renda apresentada pelos sujeitos refere-se apenas a comercialização dos produtos, existindo também o auxílio da bolsa família, da prestação de serviço com mão de obra temporária realizada por determinados sujeitos.

O GC, representantes dos proprietários, também desenvolvem atividade produtiva, contudo não comercializam seus produtos e serviços junto ao turista nem tão pouco junto ao comercio urbano do município e fora dele, toda produção é para consumo.

Quanto ao envolvimento com atividade do turismo não estavam diretamente envolvidos até o momento da realização da pesquisa. Entretanto a proprietária GC-9 tem a intenção de torná-la atrativo turístico.

TABELA 27 - Identificação do Perfil dos Sujeitos Encarregados

Sujeitos	Gênero	Idade	Escolaridade	Profissão
GC-9	F	63	Superior	Pedagoga
GC-12	F	51	Segundo ano	Agricultora

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Nota: M – masculino; F - feminino.

Os Sujeitos do GC todos são do sexo feminino. Quanto à escolaridade e profissão: GB-9 tem formação superior em pedagogia, atualmente aposentada; GC-12 ensino fundamental e profissão de agricultora; GC-9 cuida da propriedade que é do filho, veio morar em Pirenópolis para descansar no meio rural. A idade média do grupo é de 57 anos; GC-12 arrenda do sogro a propriedade.

Quanto à naturalidade e moradia, o GC apresenta as características identificadas na tabela 28.

TABELA 28 - Naturalidade e Moradia

Sujeitos	Naturalidade	Residência atual	Localização moradia
GC-9	Jaragua-GO	Pirenópolis	Fazenda Sardinha
GC-12	Pirenópolis	Pirenópolis	Fazenda Morro Grande

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

O sujeito GC-9 é natural de Jaraguá-GO e morou nesse município até a idade de sete anos. Em seguida veio para Pirenópolis ficando aproximadamente dois anos. Mudou-se novamente, para a cidade de Anápolis-GO permanecendo no município até os 63 anos de idade. Seu retorno a Pirenópolis é recente. Ocupa a propriedade que é do filho há apenas quatro meses.

O sujeito GC-12 é natural de Pirenópolis, nunca se mudou do município, arrenda do sogro a propriedade na informalidade.

A produção e a comercialização dos produtos não ocorrem no GC. Os proprietários não possuem contratos formais com seus representantes, sendo a ocupação da propriedade pela família a forma encontrada para mantê-la produtiva. Toda a produção é consumida pelos sujeitos do GC.

Em relação às atividades desenvolvidas nas propriedades do GC destacam-se na tabela 29 e são restritamente agrícolas.

TABELA 29 - Atividades Desenvolvidas

Sujeitos	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade principal
GC-9	Criação de aves	Hortaliça em geral	Plantação de milho	Criação de suínos	
GC-12	Criação de aves	Produção leite	Hortaliça em geral	Produção milho	Criação de suínos

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Conforme realidade encontrada o GC é composto por duas propriedades rurais, com restrições de produção em função do pequeno tamanho das terras e da mão de obra empregada para o desenvolvimento das atividades o que permite reflexões de que as propriedades de menor extensão de terra também há diversidade das atividades.

Nesse Grupo as atividades são realizadas na sua grande maioria pelo núcleo familiar não existindo contratação da mão de obra de terceiros nem mesmo como diaristas. Em situações muito pontuais como limpeza do terreno, colheita de milho a contratação é realizada. Predominante no Grupo é a contribuição dos familiares na efetivação das atividades como apoio, sem definição de função específica cada membro da família contribui para que o processo produtivo possa acontecer.

TABELA 30- Composição e Atividades do Núcleo Familiar

Sujeitos	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Salário	Função que desempenha propriedade
GC-9	Filho	32	Superior completo	Analista sistemas	ND	Proprietário Apoio
GC-12	Esposo	57	Sétima série	Agricultor	ND	Realiza todas as atividades

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

Nota: ND - não definido oficialmente.

A remuneração dos representantes dos proprietários é respectivamente: GC-9 aposentadoria e GC-12 venda dos produtos de hortaliças quando existe excesso de produção, venda da produção do gado, frango e ovo.

TABELA 31 - Contratação de Mão de Obra

Sujeitos	Para qual atividade	Quantidade funcionários	Permanente (CLT)	Temporário
GC-9	Apoio	1		1
Total		1	0	1

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

No GC assim como no GA e GB todos consideram que houve transformação no espaço rural e a oferta de serviços turísticos melhorou muito na cidade. O GC percebe a mudança a partir da atividade do turismo urbano que aumenta a demanda pelos produtos que são produzidos na zona rural, significa dizer que existe vontade também nesse grupo de fazer parte do roteiro turístico, ofertar seus produtos como nos demais grupos Sujeitos.

A atividade do turismo rural em suas propriedades não é realizada como se encontra inscrita na proposta do Plano Nacional do Turismo, entretanto

existe a inclusão indireta desses sujeitos pela comercialização de produtos entre as propriedades vizinhas, geração de emprego e renda temporários e convívio social.

TABELA 32 - Percepção das Mudanças a partir do Início da Atividade Turística

Sujeitos	Maior volume vendas	Maior Volume turista	Melhor visibilidade mídia	Outros
GC-9		x		Deixar o turista mais a vontade para descansar
GC-12	x	x		Aumento receita, mais oportunidade de emprego.

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

TABELA 33 - Produtos das Propriedades Arrendadas

Sujeitos	Produto1	Produto 2	Produto 3
GC-9	Ovos	Verduras	Carne de suínos
GC-12	Verduras	Leite	Hortaliça em geral

Fonte: Elaborada por Angela Marcia de Souza.

2.2.3 A fala dos sujeitos

Com objetivo de compreender e explicar a manifestação de cada participante da pesquisa considera-se que as falas dos sujeitos expressas de forma voluntária representam também seus sentimentos mais íntimos em relação ao lugar onde vivem. As entrevistas com os sujeitos foram orientadas por formulário (Apêndice C) contendo questões abertas vinculadas a eixos distintos como visão geral sobre a atividade do turismo rural, sua opinião, o que está certo nesta atividade, o que está errado e por quê? o que precisa mudar, se conhece o que o governo oferece para trabalharem com o turismo rural, que linhas de crédito são disponibilizadas e se fazem uso dessa política pública.

Tendo em vista o primeiro eixo os sujeitos foram abordados com a indagação: Como vê a atividade do turismo rural? O segundo resulta de três interrogações complementares entre si que possibilita refletir a respeito das práticas das atividades do turismo rural. Assim, foram solicitadas respostas às perguntas: Em sua opinião, o que está certo nesta atividade? O que está errado? Por quê? O que precisa mudar?

A forma de trabalhar a atividade do turismo rural, primeiro eixo, está inserida historicamente no percurso trilhado por seus empreendedores e no enfrentamento das lutas cotidianas para levar a cabo os objetivos de instalação da atividade em suas propriedades. O sentido da prática do turismo rural no cenário, parece evidente aos olhos dos visitantes e por isso os proprietários rurais não medem esforços para efetivar condições necessárias que a viabilizem. O relato do sujeito GA-3 faz emergir as bases iniciais.

Não chegou nada para nós ate agora, pode ter chegado à chácara do Geraldo, que entrou em um grupo que faz a agricultura orgânica. Nós também fazemos agricultura orgânica, mas, não fazemos parte daquele grupo. Porque não dá, a gente não vai ocupar nem um espaço na feira pelo fato de não ter energia pra tanto, mas eu acho que eles talvez tenham recebido alguma coisa, um apoio do SEBRAE. A secretaria do turismo é totalmente ausente. [...] Ela tem desenvolvido projetos dentro da cidade que são interessantes, não diria que ela seja ausente total, ela desenvolve alguns projetos em área urbana, por exemplo, natal todo cheio de enfeite, festa do Divino, ela tem uma atuação boa.

A primeira questão contida na fala do proprietário GA-3 transparece o sujeito que administra a propriedade e a atividade do turismo rural oferecida nela, realidade que se pode observar nas limitações impostas, seja pelas condições do próprio empreendedor em alcançar recursos, seja pelo baixo interesse dos turistas visitantes oriundos de outros setores, em conhecer as atividades do turismo rural e ate mesmo pelas lideranças públicas locais que se sobrecarregam na tarefa de viabilizar projetos e ações apenas nos espaços urbanos.

Outra perspectiva que se apresenta a respeito do que pensa sobre a atividade do turismo rural em sua propriedade a fala do sujeito GA-11, considera que não está preparado ainda.

[...] hoje estava comentando com a minha mulher e com meu cunhado a respeito de começar a explorar isso aqui pra o turismo de visitaçao, o turista vem visitar as instalaçoes do alambique, ou mesmo participar de uma coisa assim [...]. Vem de manha fica a tarde vai embora de noite [...]. Se eu posso oferecer alguma coisa pra ele além do peixe pode ser aguardente, rapadura e melado.

Quanto às interrogações complementares entre si que possibilita refletir a respeito das práticas das atividades do turismo rural, a fala do sujeito GA-3 demonstra o que existe de intencionalidade e o que é oferecido de fato ao turista.

Em sua opinião, o que está certo nesta atividade? O que está errado? Por quê? O que precisa mudar?

Não sei se eu gostaria desse tipo de trabalho, pra trazer ao nosso cotidiano. Você estava falando em turismo rural e isso vai melhorar um pouco o eco turismo em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), primeiro a reserva ambiental (RAM). Há diferença de uma RPPN, para um turismo rural, pois o Geraldo não teve o trabalho que foi feito aqui de levantamento de plano de manejo, plano de uso de levantamento científico da propriedade para que a propriedade se posicione como uma propriedade que lida com o eco turismo. Temos todo um trabalho que precisa ser refeito porque já tem vinte anos, no plano de manejo. Então a diferença de uma propriedade rural que meche com turismo rural e outra com ecoturismo, a do ecoturismo que tem um plano de manejo é uma coisa mais séria. Então eu prefiro mostrar um lado científico e abrir para o público do que ficar lidando com uma condição para ver como faz queijo, leite, que me limita muito que essas coisas eu tenho que me livrar logo e fazer isso o mais rápido possível. Leite que chega hoje a tarde que vai chegar amanhã cedo, sempre chega aqui e eu tenho que ficar ligando logo cedo, não pode ficar esperando.

A fala do GA-3 deixa claro a sua preocupação com a atividade do turismo rural porém, define sua propriedade como uma fazenda que foi a primeira reserva particular do patrimônio natural criada no Estado de Goiás e uma das seis primeiras no Brasil com o objetivo de mesclar preservação da natureza e educação ambiental com a produção e beneficiamento de produtos regionais, como doces de frutos do cerrado e produtos de agricultura orgânica. Desenvolve ainda atividades ligadas à gastronomia, lazer, esporte de aventura e qualidade de vida.

O que eu tenho é o produto pronto pra vender para o turista. Na hora que chega já tá pronto.

[...] O paulista vem pra curar o estresse. [...]. Chegam aqui e querem ver uma mata. Então vocês vão conhecer uma mata bem diferente. Então a gente tem mais esse outro lado que é a informação que foi obtida, pelo plano de manejo, que é muito mais rica do que essa informação do dia-a-dia da fazenda, mas se ele quiser saber qualquer um sabe como se faz isso, tanto que tem uma cozinha aqui aberta pra isso.

[...] Tivemos o apoio da WWF América que me ajudou na construção desse centro de visitantes, da Embaixada Britânica.

O relato do sujeito GA-11 não evidencia as razões para a implantação da atividade do turismo rural em sua propriedade. Enfatiza que os produtos não estão sendo produzidos mais na propriedade como fora no passado, mas ainda em fase de estudos para se voltar à produção o que possibilita inferir que a propriedade continua como referência no município quando há busca por produtos artesanalmente produzidos como a cachaça e rapadura. Número de produção

considerado baixo para fins de comercialização em massa, distribuição em outra cidade, ou seja, não se mostra suficientemente elevado para possibilitar as renovações constantes e necessárias para atender a demanda turística local. Cabe frisar que o investimento na propriedade pode também acarretar dificuldades. Por esta razão, o GA-11 possui a intenção de viabilizar a prática da atividade turística, porém, não estabeleceu planejamento e critérios para este fim.

A maioria dos produtos sim começou aqui em Pirenópolis a venda, e até hoje apesar da gente estar um pouco parado é conhecido, mas comercializava ai e depois pra fora, principalmente a pinga, a rapadura, era assim toda ela era vendida em Brasília uma parte pra Pirenópolis e outra parte pra Brasília, lá também o consumo é ótimo.

Quanto ao apoio que o governo oferece para trabalharem com o turismo rural, as linhas de crédito para a propriedade, o sujeito GA-3 traduz em sua fala a realidade encontrada que, por sua vez, é muito distante da proposta das políticas públicas estabelecida no PNT apresentado na pesquisa.

[...] Não, nunca, nem pensar! Não tem capacidade pra isso não, mal consegue arrumar nossa estrada. Esse ano pra arrumar as estradas teve que colocar petróleo no carro suprir os pontos, nevrálgicos com cascalho que nós adquirimos. Não dá pra contar, não dá pra esperar nada da prefeitura. Geralmente, que cite no site que nos existimos já está ótimo.

[...] Eu acho que a gente, começa a entender também um estágio que é fazer que a gente mude e melhore alguns fatores. É fazer com que as pessoas, conheçam mais esse produto via mídia, via trabalho, então, a gente começa a ter que entender que a forma que a gente estabilizou em um produto não é o bastante, damos continuidade, mas a gente sente que ainda estamos perdendo para os outros produtos, eu acho que dentro disso existe uma forma nossa de nos adequar e melhorar, e a mídia tem muito a ver com isso. Trazer quem sabe um consultor, que seja da prefeitura, que seja do SEBRAE dar uma motivação, ou olhar isso, pra gente porque a gente fica muito presa aqui na fazenda nesse universo nosso às vezes a gente não está entendendo o que está acontecendo lá fora, o que a gente precisa fazer, para que as pessoas às vezes retornem, ou como turista ou como educação ambiental, ou trabalhos empresariais que cheque mais a gente, para nossa fazenda pra gente ganhar mais com isso porque a gente está em um momento agora fantástico, que é as férias, mas nem nas férias está assim, o que ganha se gasta. Então não e isso a gente não pode dar esse empate se não vai virando uma coisa cansativa, frustrante. Será que a gente vai morrer tentando trabalhar? E adoecer e não ter dinheiro nem pra pagar um médico porque adoeceu?

[...] Em termos de financiamento, o uso das linhas de crédito que o governo oferece sabe que existe, mas não vamos muito a luta não. O PRONAF, que é uma das que mais oferece para o produtor rural, é tanto papel, tanta burocracia. Tem o processo de requisitos que eles pedem. Fazer sem o uso deles e melhor pra nós a não ser que seja, por exemplo, esse prédio aqui, salão onde servimos o *brunch*, vendemos o produto e temos a cozinha, foi com o dinheiro do PRONAF, a gente pagou em cinco anos, é difícil pagar esse dinheiro às vezes você tem que mentir. Na época, por exemplo, a

gente mentiu falando que era pra construir casas pra peão. Eu avisei pra EMATER, não é assim mas é complicado enjoado, burocracia demais. Não existe uma linha definida para o turismo rural, mas existe para o produtor rural.

Para GA-3 há clareza na proposta em seguir com as atividades do eco turismo, na prática educacional em parceria com as escolas. Porém, a execução das atividades, efetivada pelo referido empreendedor entre deliberação da política pública, plano diretor, legislação, desenvolvimento sustentável e execução a propriedade segue seu cotidiano. Recebe o turista interessado em produto diferenciado que não se encontra nas prateleiras de supermercado, prontos para o consumo.

O sujeito GA-11 sintetiza crítica de muitos dirigentes que possuem responsabilidade em promover o desenvolvimento do município. Além de evidenciar prática recorrente em muitas propriedades no perímetro urbano, auxilia e favorece a a prática do turismo somente na cidade.

[...] meu intuito é voltar com essas produções pra chamar a atenção para o turismo que seria mais um atrativo. Como eu não tenho cachoeiras na propriedade como o pessoal tem eu poderia passar pra essa parte ai porque mesmo em 2010, desde 1986 eu trabalhei quinze anos com essas produções e hoje receber o turista para ficar um dia, ajuda nas despesas da propriedade. Mas, não temos o apoio das autoridades não, eles nem vem aqui.

[...] A propriedade é minha, após a morte do meu pai dividiram ai eu tenho aqui a parte que eu herdei, e a parte que eu comprei. Nem para a produção do gado, de porco, gado leiteiro, que é a minha atividade principal quando eu vim pra cá foi a produção de rapadura que ajudava, já mecho com isso muito tempo aqui e eu tenho essa de querer explorar o turismo que seria uma renda principal que eu pretendo focar. É a vontade principalmente da minha esposa ela é a mais empolgada.

O perfil do turista que visita Pirenópolis é de classe média e classe média alta. Segundo GA-3 “[...] Essa e nossa preocupação. Esse tipo de turismo é uma coisa que se nós que somos a família não estivermos aqui ele não volta”

A característica predominante para a atividade do turismo rural é a participação do núcleo familiar, a preservação da produção artesanal, o atendimento diferenciado.

Ele não vai sair com essa riqueza que você saiu com todo esse tempo e essa é a cara de ecoturismo e a presença da família, e como o turismo rural. É essa aproximação do cliente, esse atendimento diferenciado O retorno dele com saudade, ou também aquelas pessoas que se apaixonam pela historia que eu contei, então elas vem por causa da gente também, não só pela mata.

O relato de GA-16 sugere cenário onde as atividades praticadas na propriedade direcionadas ao recebimento do turista ocorrem através de processos participativos entre o turista, o empreendedor e sua equipe de trabalho, ainda que exista a delimitação entre o operacional e a gestão propriamente dita do proprietário. Vale frisar que a referida delimitação se faz necessária para a execução das atividades e não se mostra negativa.

Eu moro aqui por causa da atividade do turismo, foi a forma que eu encontrei, meus filhos querem morar aqui, meu netos, então eu abri a minha casa percebi que o turista gosta disso porque na verdade a pessoa se sente em casa ele não está em um estabelecimento comercial, ele chega e não vê plaquinha de nada eu crio um vínculo com o turista que às vezes as pessoas até estranham. Eu recebo como se fosse um compadre uma comadre, eu digo não vai embora não, tá cedo. O turista chega e se sente acolhido. E ele gosta disso, as pessoas hoje estão precisando disso, hoje as pessoas não se falam não se tocam. No início a gente sente uma barreira, mas assim que eu converso essa barreira cai. Eu acho que preciso ir a todas as mesas, falar com todos.

Eu visitei um hotel fazenda em São Paulo e recebi a dona dele aqui na fazenda. Então pensei será que estou fazendo errado? A dona estava aqui e os turistas lá. E quando eu fui visitar lá ela sentada na mesa igual aos turistas. Não tem essa coisa calorosa do jeito que eu faço. E às vezes os turistas perguntam “quem é a dona” e eu falo, sou eu mesmo, porque eles acham que a proprietária não sou eu. Lá a proprietária não põe a mão na massa só dá ordens e eu não sou assim. Tenho as minhas ajudantes, mas sou eu quem ensina a fazer. Eu fui criada na roça, tinha que trabalhar então eu não ficava parada só olhando. [...] hoje elas sabem fazer porque eu ensinei.

O sujeito GA-16 demonstra grande entusiasmo ao falar da atividade do turismo em sua propriedade, elementos contidos na próxima narrativa possibilita evidenciar a respeito da maneira como a gestão ocorre na propriedade, como os produtos são produzidos de forma natural ao cotidiano, os eventos que a proprietária realiza, sem planejamento pré-definido, sem pretensão de se tornar formal. De acordo com sua fala:

[...] as coisas vão acontecendo de forma naturalmente aqui na fazenda. O turista chega e pode ver, sem parecer que foi montado para esperá-lo. Então ele vê e se surpreende. Aquilo que não consigo produzir aqui, eu compro de outras propriedades perto, dos vizinhos mesmo.

O ato de avaliar as ações realizadas na propriedade do sujeito GA-16 se mostra parte integrante no desenvolvimento da atividade, no dia a dia da fazenda e recepção ao turista. Conforme o relato desse sujeito seja de forma estruturada, seja de maneira empírica, confrontar rotineiramente o que foi planejado

com o resultado alcançado fortalece o vínculo com o rural além de instalar, junto ao comportamento do turista, outros olhares e emoções já esquecidos em função do cotidiano que ele vive nos grandes centros. A fala adicional acrescenta elementos a esta perspectiva.

Antes eu fazia o requeijão, agora não consigo mais. Eu mesmo levava em Brasília, mas, já sinto muitas dores e por isso o requeijão é comprado com a garantia do mesmo que fazia aqui. Farinha, manteiga de leite, banha de porco, tudo é produzido aqui. Eu comecei aqui atendendo o colégio Marista. Uma amiga me ligou e disse que queria trazer os alunos aqui e pediu para eu servir um café. O colégio veio para uma visita e me pediram para fazer um café. Fiquei preocupada, pois a comida da cidade é diferente. A partir daí eu comecei. Tomei gosto, e fui fazendo o que sabia. Fui lendo alguns livros para entender melhor a gastronomia brasileira e a história da comida brasileira. Quando filmaram a novela Araguaia, todo o cardápio foi feito aqui. Então fui oferecendo o que eu sabia fazer.

Profissionalizar na percepção e fala do sujeito EGA-16 não significa somente contratar profissionais para realizar determinada tarefa, mas também ter o apoio das instituições competentes que possibilitem seu desenvolvimento. O significado deste raciocínio encontra-se integrado à compreensão que se faz sobre 'profissionalizar', o que representa dizer pessoas egressas do ensino superior, capazes de construir instrumentais adequados com metodologias exequíveis que conduzam a propriedade de acordo com a realidade em que ela se encontra inserida no que tange ao desenvolvimento da prática do turismo rural.

A narrativa do sujeito GA-16 sinaliza busca de alternativas simples e que podem trazer ganhos para a propriedade. A iniciativa de se cadastrar junto ao Ministério do Turismo por exemplo.

[...] para chegar até aqui foi uma luta, eu tive que acreditar na minha capacidade. Você sabe mulher antigamente era para casar e não podia trabalhar, eu sou desse tempo e hoje essa atividade de receber o turista é minha responsabilidade, eu até me emociono ao falar disso porque, mulher não tinha crédito, era vista sem capacidade. Eu pude acreditar na minha capacidade, não fiquei trabalhando só pra ter filho e cuidar do marido.

Essa fala no momento da entrevista foi contida de muita emoção. Houve uma pausa e a pesquisadora pôde perceber o quanto a proprietária estava emocionada ao falar da sua superação com a atividade do turismo em sua propriedade. Relatou em detalhes a sua história de vida, o significado daquela propriedade na vida dos filhos e netos, na sociedade que a respeitava como

empreendedora. Este foi um dos momentos mais bonitos das 16 entrevistas que foram realizadas. Toda a emoção do sujeito compartilhada com a pesquisadora. A afinidade da pesquisadora com as atividades produzidas no rural possibilitou à entrevistada uma narrativa sem medo, sem meias palavras. Livre para se expressar ao ponto de se emocionar tanto durante a entrevista.

[...] hoje eu estou abrindo CNPJ e eu quero mais, já venci muitas dificuldades, mas a agente ainda tem muito preconceito. Não é fácil para a mulher, principalmente em Goiás. Isso é muito forte ter que vencer seus próprios medos. Você se vê desacreditada. Tendo que provar que é capaz. O homem não tem que provar nada. A mulher sim. Mas hoje eu consigo fazer essa atividade com muita vontade.

Eu vejo que o turismo rural, a busca o resgate da cultura é muito importante. Eu recebi aqui uma pessoa de Portugal, que veio visitar a fazenda. E essa pessoa ficou muito emocionada eu vejo que o turista que dá valor a essa cultura esta buscando isso, essa vivência. Eu não quero mudar a essência da propriedade. Até meu jardim meu terreno tudo é mantido eu não posso perder minhas raízes. Eu soube de um lugar no México que durou dois ou três anos, tudo foi transformado, o lugar era artificial, as pessoas vieram de fora, a comida não era do lugar. Nada era original. Tudo trazido de fora. Minha filha foi a Cancun e disse “mãe eu não vi nada do México, eu queria ver e comer as comidas mexicanas” Então eu digo para você cadê a alma do lugar? Não tem identidade. Aqui eu já recebi uma turista negra que ao descer a escada e me ouvir falar da cultura escrava ela começou a chorar. Então tem vida, tem a energia do lugar. O que eu mais recebo aqui são as escolas. De Brasília, são agendados grupos de março a maio. E nas férias e feriados eu recebo o turista normal.

Importante considerar que todas as propriedades do GA estão informalmente praticando a atividade comercial de venda dos produtos e recebimento do turista não sendo nenhuma delas cadastradas nos órgãos competentes do município. O que representa a informalidade da atividade do turismo rural e, portanto, a falta de interesse em buscar recurso financeiro formal nem tão pouco apoio para a profissionalização da atividade.

Em termos de melhoria para a atividade do turismo rural o sujeito GA-16, narra à importância da “união da classe”, participação em associações existentes para facilitar a divulgação.

[...] para melhorar não depende só de mim, depende da prefeitura, da própria cidade em vender mais isso. Uma dificuldade enfrentada é que nós não temos agência de turismo em Pirenópolis e isso impossibilita a pessoa a fechar um pacote. Eu tenho algumas parcerias, mas, a nossa luta é fazer o turismo o mês inteiro. Nosso turista é de final de semana e temporada. Tenho realizado parcerias com o SESC do Rio de Janeiro, de São Paulo e até do Maranhão. Então falta alguma coisa para incentivar o turista durante a semana. Mas nosso turista é diferente. Não é o mesmo que vai para

Caldas Novas. Dizer que vai a Pirenópolis é chic, Caldas é brega. Foi isso que um turista de Brasília me contou. Caldas já se tornou um turismo muito massificado com mega show. Em Pirenópolis isso é proibido. Eu faço parte do COMTUR e do Slowfood, sou convidada para fazer palestras sobre a gastronomia goiana.

Os relatos de todos os sujeitos do GA demonstram a necessidade de inovar nos processos de gestão das atividades desenvolvidas para fazer frente às dificuldades do cotidiano das propriedades. Ainda que as comissões citadas não tenham sido implantadas e se referem a marketing, captação de recurso, projetos sociais entre outras, obviamente devem ser consideradas à luz das reflexões sobre a participação dos órgãos oficiais competentes. Mas, ainda assim servem como forma de referenciar formas utilizadas no sentido da ampliação de possibilidades de cooperação entre eles, contrapondo-se às formas de se praticar o turismo rural e urbano.

No aspecto relacionado à prática do turismo rural entende-se como sendo promissora para o município, a forma de organização, colaboração entre as propriedades e a prestação de serviços, apesar de não ter sido feita diretamente aos sujeitos empreendedores, fez parte do desabafo espontâneo de todos eles.

Os sujeitos do GB manifestam carinho especial pelo lugar. Em nenhuma das propriedades desse grupo a atividade do turismo rural é oferecida. A realidade que se observa são as limitações impostas pelas condições do próprio lugar em alcançar recursos e pelo baixo interesse dos turistas em conhecer as atividades desenvolvidas. O GB representam as propriedades abastecedoras do comércio urbano provenientes do GA, com economia de base familiar trabalham com recursos próprios da venda dos produtos e da prestação de serviços.

A fala dos sujeitos GB-2, GB-4, GB-7, GB-8 e GB-14 é citada na íntegra no texto por se diferenciar das demais. No tocante aos outros sujeitos as falas convergem para a mesma opinião, considerando que seu olhar pela atividade do turismo rural recai pelo mesmo motivo, a venda dos produtos como geração de renda complementar, a ausência de perspectivas pelo desconhecimento dos recursos disponibilizados e até mesmo a falta da aproximação dos organismos públicos que fomentam a atividade no município.

Aqui é um lugar simples. Que a gente pretende receber o turista, você pode vim quando quiser, a gente produz o leite, criamos o gado leiteiro, queijos, doces, frangos, ovos, é gratificante pra gente viver aqui. GB-2.

Na verdade já tivemos visitantes e ate mesmo estudantes da região que vem vivenciando, e fazendo pesquisas do derivado de cana, mas turistas mesmo não vem conhecer, ate por questão de melhoria e de infraestrutura, Então a gente trabalha pra que esse objetivo aconteça que as pessoas queiram conhecer nosso cotidiano. GB-4

Aqui não vem ninguém para visitar. Somente os vizinhos. Acho que não convidam os turistas. É ali mesmo tem uma cachoeira muito bonita, ninguém sabe dela, porque não tem uma pessoa assim, pra falar. Se viesse pode ficar a vontade. Fico feliz, já tivemos vontade de arrumar essa cachoeira, e aumentar mais a renda. Viver aqui é muito melhor que na cidade, porque na cidade e muito agitado, tem que ter um descanso. Mas a vida no campo é muito trabalhosa. E ontem mesmo eu fui dormir era mais de meia noite, arrumando trem, porque eu faço essas coisas, arrumo empadas, pra levar pra feira. É da venda dos produtos que vem a renda mais aposentadoria que é só minha. GB-7

Aqui eu preciso trabalhar muito para pagar a faculdade de minha filha. Dos três filhos, duas mulher e um homem só uma quis estuda faz enfermagem em Anápolis-GO. O turista não quer saber como faz, ele chega e quer pronto. GB-7

Nenhum turista vem aqui. Eu levo tudo que é produzido para a cidade e lá na feira vendo quase tudo, o que sobra levo para o comercio. Aqui não tem estrada boa, é longe e para arruma a estrada eu tenho que pagar. Até me convidaram para ser presidente de uma associação, mas, não tenho muito tempo. Nois aqui trabalhamos o dia todo, meu filho, minha mulher e esse menino ai, que também é meu filho caçula. Outro dia quem veio aqui foi a vigilância sanitária. Falo, falo que tava tudo errado no jeito de fazer os doces. Ai eu perguntei se tinha como eu trabalhar na cidade e deixar de produzir para o sustento da minha família, eles enrolaram e não responderam. Disse que meu filho caçula não podia trabalhar desse jeito. Então falei para moça, arruma um emprego para todos nois na cidade que vamos pra lá. Filho meu trabalha desde cedo se não fica aprendendo outras coisas. GB-8

Mas, o turista compra tudo que produzimos aqui vendo na cidade então eu acho bom o movimento dos turistas. Quanto mais eles vêm mais eu vendo e é daí que vem nossa renda. Essa renda eu compro o que precisa. Pago dentista dos meninos, compro roupa para mulher, compro as fruta que não produz aqui para faze os doces. GB-8

O trabalho do campo está muito desvalorizado, as pessoas não quer saber mais como é produzido, elas que pronto. Vim aqui conhecer esse lugar, não tem jeito. A estrada é ruim, não sabe que aqui existe, eu até gostaria de mostrar, mas, acho difícil. GB-8

Eu nasci em 79, dia 04 de outubro de 1979, e sempre morei na roça, e quero morar pelo menos mais uns 100 anos, estudei até o primeiro grau. Hoje eles fala ensino fundamental. O turista não vem aqui, vem às vezes estudante para conhecer nosso produto. Levam para as feiras gastronômicas, mas a rotina da visita não tem. GB-14

O trabalho rural as pessoas não quer saber mais como é, mas eu acho importante quando os estudantes vêm aqui, deserta neles a curiosidade, os produtos são orgânicos, diversificados, naturais, então eles ficam entusiasmados como é plantado, colhido e feito à geleia por exemplo. GB-14

Aqui na cooperativa cada um faz um pouco, depende da época do ano, todo mundo se ajuda. Eu achava importante o turista vim mais, ele ia saber como é produzido, mas, se não vem agende vende na cidade então eu acho bom que os turistas venham. Nos também mandamos muita coisa para Brasília, já tem a encomenda feita durante o ano. O pessoal de Brasília gosta muito dos nossos produtos. GB-14

Outra perspectiva que se apresenta a respeito do que pensam sobre a atividade do turismo rural nas falas dos sujeitos do GB é que não se consideram preparados ainda para receber o turista, mas, consideram muito positivo a visita dos que chegam a sua propriedade para comprar produtos.

Não temos estrutura para hospedar o turista. Vem poucos aqui, já teve gente que chegou e perguntou como vocês vivem? De que vocês vivem? Eles não tem noção ne. Mais e muita gente que quer conhecer, geralmente eles chegam ali na pousada que é vizinha e desce aqui de manhã pra tomar um leite, água, um suco. GB-2

Compram também, tanto pra consumir na pousada quanto pra eles levarem vem muita gente de Brasília e fala assim amanhã eu vou embora, eu quero comprar oito queijos, quero doce, eu mais trabalho por encomenda, por exemplo, já tirei meu leite, vou fazer o doce vou fazer o queijo , ai mais tarde eu faço , tem até pronto, mais eu organizo mesmo é à noite e amanhã de manha, porque eu levo tudo novinho fresquinho. GB-2

Ele me compra. E quando não tem, por exemplo, o dono da pousada já divulga ne, leva meu queijo, ai eles descem encomendam , olha quero três frangos, duas dúzias de ovos é assim. GB-2

Com certeza a gente tem que ter uma data marcada se tiver que receber o turista porque a gente fica sobre carregado de atividade, e a gente não pode estar despreparado pra receber, o turista, então temos que ter certa organização. Basicamente parte dos produtos a gente usa pra subsistência e o restante a gente vende pra pessoas que procuram produtos com melhor qualidade que são agro ecológicos uma produção orgânica então a Gente tenta trabalhar com qualidade, com grande qualidade e com produtividade GB-4

Em sua opinião, o que está certo nesta atividade? O que está errado? Por quê? O que precisa mudar?

Isso ai depende mesmo é dos guias, por exemplo, eu conheço o povo que trabalha na cidade e aquelas pessoas que desejarem mesmo conhecer eles mesmo tem que fazer a divulgação. E porque ele vai pegar o panfleto, vai olhar e se interessar ele fala, 'eu quero ir lá. GB-2

Então falta divulgar o nosso trabalho. É pouco divulgado, pelos que já vieram aqui duas pessoas, pra mim foi pouco os que apareceram, depois não só pra mim, pra todos da região eles também tem um camping também não recebeu turista nenhum. GB-2

Participamos do projeto Vale Verde de Verdade, do IPEC, mas, teve turista só no dia do projeto. Então penso que precisa mudar e oferecer para quem vem. GB-2

A fala do sujeito GB-2 deixa claro a sua preocupação com a atividade do turismo rural, contudo expressa que a divulgação do trabalho do campo não acontece pelos guias, nem tão pouco pela secretaria do turismo. O que é bom são os turistas que chegam à cidade, procuram as pousadas e compram seus produtos. Quanto mais turista mais venda.

O que eu tenho e o produto pronto pra vender para o turista. Na hora que chega já to pronto. Inclusive o secretario do turismo e meu vizinho de grito, ele me conhece, ele sabe desse projeto, mas parece que não da falta. Também, porque ele ta de dentro ate nas papeladas dele ele podia estar colocando algo mais pra esta incentivando se tem alguém que deseja, onde esta aberta pra isso, eu acredito que seria muito bom. GB-2.

Quanto ao apoio que o governo oferece para trabalharem com o turismo rural, as linhas de crédito, a fala dos sujeitos traduz a realidade encontrada muito distante da proposta das políticas publicas estabelecida no PNT.

Devia ter uma forma de divulgar esse apoio isso ai, às vezes as pessoas falam 'nossa sempre morei na cidade, não sei como se produz o queijo, vamos fazer o queijo juntos' seria bom. Eu acho que se eu pegar dinheiro no banco pra melhorar isso ai como é que eu vou pagar depois. Você tem que trabalhar e pensar eu vou pegar o dinheiro pra fazer uma casa bonita pra receber o turista que não ta vindo. Porque se ele começar a vir, e da um pouquinho eu vou juntar pra eu melhorar né, tem que ser tirado daqui, porque vai que eu vou fazer um lugar bem bonito e ele não vai vir e eu vou ter que pagar minha conta. GB-2

Existiu em janeiro 2010 um projeto do IPEC porque a gente recebe bastante pessoas que vem pra vivenciar o trabalho do pessoal do IPEC, mas assim pra vivenciar o vale, dessa região e ver o que o pessoal vive. Como é a vida da zona rural, e como que é a necessidade da cidade e a vida rural, esse intercambio que tem que existir se a zona rural parar de produzir, a cidade morre de fome Na verdade turista eu não posso dizer que nunca recebi não porque, eu já recebi bastantes estudantes da UFG que já vieram fazer pesquisas pegaram produtos, pra colocar no ano passado que eles estavam apresentando projetos de gastronomia, que estava precisando muito desse trabalho de agro ecologia caldo de cana, levaram açúcar, melado, caldo de cana, rapadura, então a gente esta expondo essas coisas e ao mesmo tempo expandindo, essa ideia ai demonstrando os produtos que a gente produz aqui dentro do vale, com a qualidade, e um produto mais saudável com um sabor melhor, com mais qualidade, ajuda na divulgação. GB-4

Na verdade o turista de Pirinópolis tem uma renda muito grande, que é a renda da cidade de 60% da renda de Pirinópolis, esta sendo através do turismo, mas o que esta sendo beneficiado mesmo e a zona urbana a cidade, a zona rural não esta sendo muito vista, através do turista, uma das

ideias do projeto de vale verde e tentar trazer o turista, pra zona rural, e pra que agrega mais os valores ne, ao produtor do campo. GB-4

Então o prefeito tinha que ajudar mais, nas estradas, muita coisa ta precisando, por exemplo, você precisa de um trator, não tem, você tem que pagar pra aparar a terra. A prefeitura não fornece você precisa de um carro na tem. Tem uma passagem ali que e custosa, e difícil. GB-7

Durante a entrevista, o sujeito GB-4 relatou que em relação às linhas de crédito do governo e ao apoio do município para trabalharem com o turismo rural, disse conhecer um pouco, contudo não se sente confortável em realizar nenhum tipo de empréstimo por entender que um dia terá que pagar e não saberia como gerar mais receita da propriedade que é pequena.

A gente já teve varias reuniões de conversas, mas não foi pra frente, a gente parece que sente vontade, mais sente um pouco de medo da mudança, porque as pessoas tem medo de mudar ne, vai dar certo não vai dar certo, será que vai rolar ou não então às vezes tem uma desconfiança das pessoas de mudança, querendo ou não, a mudança seria ate melhor, mas as pessoas tem medo de mudar. Nem tanto uma desconfiança entre as pessoas, mais o medo da mudança. Eu andei pensando algum dia talvez ate no banco do Brasil tem algum apoio do agricultor, mas eu nunca tive necessidade de pegar esse dinheiro ate mesmo pra saber se a coisa vai dar certo ou não né, porque se eu pegar um empréstimo alguma coisa, um dia eu vou ter que pagar. GB-4

Eu acho que a dificuldade maior é a mão de obra que na zona rural esta muito difícil, muito caro, ou seja, a diária sua não pode ser compatível à mão de obra da cidade, hoje em dia ta igual, meio que paralelo não tem lógica, quando tem. Gostar ou não de trabalhar no campo. Eu não sei se é gostar ou o trabalho que e mais pesado, então hoje em dia eu penso que no Brasil daqui uns dias a gente vai chegar em uma lógica de que se a gente tiver maquina a gente trabalha e produz se não tiver a gente larga e fala vamos voltar pra cidade, porque a mão de obra hoje em dia, você não tem, e é muito cara. E às vezes você vai por os preços da mão de obra que você custa pra produzir desde o inicio do plantio ate o final do produto ai você joga por um valor e o consumidor não quer comprar mais, porque fica caro, e fica difícil, então a gente tem que ter uma conversão pra ver o que esta acontecendo, o que esta levando as pessoas pra cidade, porque as pessoas da zona rural esta indo pra cidades às vezes muitas pessoas não sabe escrever basicamente e quebra a cara né, então uma coisa pra gente conscientizar as pessoas da zona rural pra permanecerem na zona rural a produzir, e estar convertendo no todo a valorização da zona rural, o reconhecimento das pessoas que trabalham na zona rural e fornecem alimento pras cidades. GB-4

No período de realização da pesquisa foi possível compreender na fala dos sujeitos e na realidade de seu cotidiano que a atividade do turismo rural no município de Pirenópolis encontra-se em ritmo de processamento bem diferente e distante das transformações ocorridas na atividade do turismo urbano. A geografia

espacial em curso não pode ser considerada como avanço da zona rural, mas em processo de desenvolvimento na região.

Interessante observar que na pesquisa bibliográfica realizada para subsidiar o eixo teórico da presente tese, alguns autores analisam criticamente a posição de espectador dos organismos governamentais com relação a tomadas de decisão no que se refere à condução das políticas públicas inscritas no PNT cuja principal finalidade é proporcionar melhorias na qualidade de vida em geral das demandas sociais. Isto representa expressar transformações em infraestrutura, em investimentos materiais, financeiros, estruturais e humanos, dentre tantos, que realmente beneficiem as pessoas, que produzam desenvolvimento.

Quando as análises se voltam às perspectivas do turismo no meio rural, a realidade teórica adentra a prática, ao trabalho dos sujeitos no cotidiano de suas vidas e permite relacionar a ela o equívoco de contemplar, de longe, benfeitorias que não atingem o centro nervoso do processo, políticas muito bem elaboradas, mas, carentes de metodologias que as tornem eficazes e eficientes, que efetivem a cidadania ativa. Um conjunto de fatores é mencionado na literatura que corresponde em gênero, número e grau à fala dos sujeitos dessa pesquisa: diferenças ocupacionais; atividades que concentram ações em população já economicamente ativa; diferenças ambientais, tendo em vista o estágio de dependência da área rural dos recursos naturais; diferenças de infraestrutura; diferenças no tamanho das populações; diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; diferenças na participação de gêneros na atividade produtiva evidenciando formas conservadoras e excludentes de estratificação; complexidade social; diferenças na mobilidade e diferenças na direção da migração.

A pluriatividade encontrada no decorrer da pesquisa, fenômeno comum em todas as propriedades, caracteriza o desenvolvimento de atividades não agrícolas pelos agricultores, sujeitos proprietários empreendedores, proprietários fornecedores e representantes. Com base na análise dos dados e segundo a localização da área de residência e das atividades produtivas as principais considerações em relação a atividade do turismo rural vivenciada no decorrer da pesquisa é que o meio rural do município não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, ganhou outras funções, a complementação dessas atividades.

O GB possui identidade diferenciada, são propriedades que cultivam formas, jeitos, especialidades, produzem com dificuldades tendo em vista condições precárias de infraestrutura, falta de recursos financeiros, falta de conhecimento para sistematizar ações, falta de informações que contribuam para seu desenvolvimento, mas, com muito capricho, bom humor, alegria e compartilhamento de saber próprio. Um grupo que chama atenção pelo carinho e disposição que tiveram em relatar sua realidade.

A gente quer receber o turista e pretende deixar o turista à vontade, Se quiser que a gente cuida faz o alimento , a hospedagem a gente faz , se não eles vão ficar só na casa, e ficar os dias que quiser. Não tem muita coisa atraente, mas tem uma cachoeira ali embaixo, mas e um lugar ate de muito difícil acesso, pra mim eu acho, mas é um lugar bonito, eu acho que e pra pessoa descansar ficar à vontade. GC-9

Vim conhecer o que fazemos aqui, não vem. A cidade fica cheia de turista, mas, só pra descansar. E vem muita gente mesmo, esses dias a cidade estava cheia, tem muito lugar bonito diferente, o pessoal gosta dessa coisa tranquila. GC-9

A gente sempre quando tem turista a gente vende mais pra eles. E aqui o produto é natural. Se ele viesse seria bom vê as coisas. GC-12.

Outra perspectiva que se apresenta a respeito do que pensa sobre a atividade do turismo rural em sua propriedade, a fala dos sujeitos do GC consideram que não estão preparados ainda para receber o turista, mas considera muito positivo o movimento dos turistas na cidade.

Ao perguntar sobre o que está certo nesta atividade, o que está errado e por que, ainda, se pudessem o que fariam para mudar? A fala de dois sujeitos deixa claro a preocupação com a atividade do turismo, mas, consideram que é melhor para a cidade e que cabe ao campo ficar apenas com a produção dos produtos para vender lá. O que é bom são os turistas que chegam à cidade, procuram as pousadas, as lojas, os mercados a feiras que compram seus produtos. Quanto mais turista mais venda para os produtores rurais.

Quanto ao apoio que o governo oferece para trabalharem com o turismo rural e as linhas de crédito para a propriedade, os sujeitos do GC informaram não conhecer nenhum tipo de incentivo e o prefeito é muito distante, ninguém vai até suas propriedades. Fazem tudo sozinhos e com apoio dos vizinhos.

Não tem apoio ainda não, essa casa é uma casa grande mas é simples e foi feita com o trabalho do meu filho ele mesmo vai fazendo. Se pegar dinheiro no banco é de agora pra frente. Não sei se conhece, a gente nunca conversou sobre isso, mas eu acho que nem conhece porque se conhecesse iria achar uma coisa mais favorável, e andava mais depressa, mas nunca pegou. GC-9

Eu não sei muito não, mas meu esposo nunca quis fazer empréstimo não. Eu vejo os outros falar assim, mas nunca tive conhecimento e nunca fui procurar saber E tudo que produz aqui, o pouco que tira vai pra cidade pra pagar as contas, comprar as coisas, pra cá. Nunca fizemos nada com banco. Uma vez veio uma pessoa aqui para fazer um cadastro, mas tem muito tempo. Não tem renda aqui, e o meu filho foi procurar uma melhora na cidade. E a maioria também tá saindo da roça e indo pra cidade, não quer saber de plantar mais. GC-12

2.3 Categorias empíricas

Durante os contatos estabelecidos com a pesquisadora, as distintas falas dos sujeitos foram de tamanha riqueza, com informações e detalhes, revelando permitir a elaboração de categorias empíricas, na busca por apreender as estruturas relevantes e ideias centrais relatadas pelos mesmos, confirmando a realidade objetiva, exterior, singular dos indivíduos e seu universo, emergindo seus conflitos, sensibilidades e atitudes.

Ao analisar os dados, foi possível identificar que nas propriedades rurais tradicionais de estrutura familiar, os índices de modernização são bastante reduzidos, com aspectos característicos de agricultura periférica e de subsistência.

A atividade produtiva do turismo urbano ocupa a maior parcela de fomento e articulação das ações. A falta de políticas agrícolas efetivas compromete o desempenho das pequenas propriedades. Os pequenos proprietários têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, visto que operam com retornos financeiros reduzidos que dificulta a capitalização de suas unidades produtivas. Sobre os dados do estudo, e da referência permanente ligada às suas práticas, responsabilidades e princípios, ao que tudo indica, os proprietários de terra classificada como agricultor familiar no município de Pirenópolis encontra-se expressivamente fragilizada e desordenada levando à construção das categorias empíricas que segue a baixo.

2.3.1 Pedido de socorro

Diante da literatura apresentada nesse estudo, o termo turismo diz respeito ao deslocamento, ao espaço geográfico organizado, planejado, liderado, socializado e controlado, elementos fundamentais para que se possa falar de uma atividade produtiva sustentável com gestão efetiva no contexto da administração de organizações turísticas.

Entretanto, a atividade do turismo envolve várias modalidades como alternativas, de certo modo incertas, de vida no meio rural. As análises apresentadas possibilitaram entender que existem desvios na definição de políticas públicas para o turismo rural, ao entenderem que essa atividade, considerada não agrícola, auxilia na formação de renda familiar e permite a ocupação da força de trabalho, a qual nem sempre é ociosa.

Refletir sobre o uso e a aplicação da atividade do turismo no meio rural entendendo esse espaço como uma territorialidade e, mais que isso, o espaço ocupado por grupos humanos familiares ou não, confere-lhes identidade própria detentor de relações socioeconômicas específicas.

Quando indagados acerca dos financiamentos disponibilizados pelo governo em relação à atividade produtiva do turismo, seus acertos, desacertos e o acesso ao mesmo, às falas dos sujeitos revelaram participações efêmeras, bastante contraditórias. A grande maioria dos produtores consideram as linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) benéficas para a estrutura produtiva. Contudo o programa parece não atender as particularidades encontradas no município, tendo suas ações nas propriedades investigadas, bastante reduzidas.

As políticas públicas para o desenvolvimento rural não são capazes de sustentar a pluriatividade e o conseqüente o aumento da renda familiar por não atenderem e apresentarem de forma exequível as especificidades do local: identidade das potencialidades locais que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas; suas necessidades preeminentes estabelecidas; organização e participação das comunidades locais; as barreiras da infraestrutura; socialização da produção; visibilidade das propriedades e da produção; a necessidade de repensar e fazer chegar informações em tempo real que auxiliam no desenvolvimento do turismo no meio rural.

A cerca desse quadro de manifestações, o sujeito GB-8 considera que o meio rural passa a ser olhado como espaço com diversas atribuições, pela atração que exerce cada vez mais, sendo que as funções do meio rural, neste momento, passam a incorporar outras, notadamente imbuídas nas atividades de lazer e turismo, pela qualidade do ambiente, dos diferentes climas, da valorização da natureza no âmbito social em que pese às dificuldades encontradas pelas pequenas propriedades.

Aqui na roça, vive famílias que preservam o lugar, o acesso é difícil, não temos ajuda dos políticos. Um trator que vem aqui quando eu chamo cobra a diária e aqui não temos condições para fazer mais, de pagar por tudo. Construir pontes. Placas com indicações. A nossa realidade é essa que você está vendo. Não temos condições apropriadas nem para produzir. Receber um visitante aqui talvez fosse pior pelas condições que temos. GB-8

A investigação norteada pelos objetivos e embasada no método proposto procurou aproximar o teórico do empírico. Sendo assim o cenário do meio rural do município permitiu reflexões acerca de análise aprofundada, sistêmica e estruturada de que a atividade produtiva do turismo requer apoio das instituições locais com infraestrutura turística de qualidade expressa pelas necessidades apontadas considerando as particularidades geográficas.

A atividade turística no meio rural necessita da aproximação das instituições de suporte Estaduais e Federais desenvolvendo planejamento em conjunto com os órgãos do poder público local, promovendo sinalizações turísticas, guias turísticos, agências turístico capacitado para compreender o espaço rural sua paisagem natural, elementos culturais e históricos, modo de produção, cotidiano da família, carga de trabalho, perfil da propriedade, do público frequentador, investimentos realizados de modo a assegurar a importância de tais elementos e conter a excessiva massificação quanto à preservação das especificidades dos cenários, apontando para um turismo sustentável, que promova a inclusão e ademais a aplicação de metodologias em diferentes estágios, mas com perspectivas de evolução, à medida que forem realizadas. Como diz Oscar Wilde (1854-1900) “As tragédias são sempre profunda banalidade para os outros.”

2.3.2 Desorganização na organização

Antigamente na época do meu pai era produzida muita coisa. Não tinha praga, os vizinhos se ajudavam mais, tinha vaca, porco, galinha tudo produzido e criado aqui. Mas hoje a situação é diferente: pouca gente quer ficar na roça. O povo quer ficar na cidade. Não consegue se organizar mais nada na roça. Ninguém quer saber. Já fizemos reunião mas não vai pra frente. O interesse mudou, é mais trabalho e ninguém ganha nada com isso. GB-8.

A realidade do campo de forma geral e das propriedades rurais que fizeram parte da amostra são compostas por gente simples, com fala tranquila, acolhedora, tradições culturais preservadas, residências rústicas, de acesso difícil, mão de obra compartilhada, sem referência de outras experiências, produção artesanal, núcleo familiar, comidas típicas, sem planejamento produtivo, mas, transmitem muito carinho pelo lugar onde vivem tanto pelas pessoas que recebem como por aquelas no seu entorno.

Sem conhecimento do planejamento turístico urbano e rural, com desconhecimento das linhas de financiamento, ausência total de apoio dos órgãos do setor do município, propriedades rurais produtivas sem divulgação nos meios de comunicação não fazem parte dos roteiros turísticos.

Essa organização local que possui lacuna entre o urbano e o rural refletida nos distintos tipos de uso do meio rural, contraditória a proposta do Plano Nacional do Turismo, com medo de financiamento por falta de garantia de receita, falta de mão de obra qualificada, ausência de educação continuada, precarizada pelas condições de trabalho e falta de articulação entre os proprietários empreendedores, proprietários fornecedores e representantes, são resultados de um processo de desorganização constituído pela reprodução de políticas públicas alienadas à realidade do local. Seria leviano afirmar que o turismo no meio rural possibilita, no modelo atual, o desenvolvimento de territórios rurais hoje em fase de estagnação. A atividade do turismo possui efeitos positivos e negativos e não se traduz na solução de todos os problemas que assolam o meio rural.

As políticas públicas se apresentam desorganizadas levando em conta que sua destinação teria que se tornar instrumento de fundamental importância para a revitalização e até mesmo da criação de rede socioeconômico rural, de agregação de valor à produção local, estruturada para a oferta, promovendo a criação de associações, cooperativas; desenvolvendo a capacitação dos

proprietários no que tange a gestão do negócio despertando as pessoas envolvidas, ampliando a visão para a dimensão do negócio turístico oferecendo de forma sistematizada os serviços e produtos, incentivando a integração urbano e rural, constitui-se em elementos essenciais para o crescimento sustentável que na realidade empírica não se concretiza.

O que parece estranho, mas infelizmente coerente, diz respeito ao entendimento que se faz sobre política. Em dois mil anos de história a humanidade alterou sua concepção associando-a aos partidos, a ideologismos, a acordos espúrios, corrupção, protecionismo de minorias privilegiadas, enquanto sinônimos de políticos, políticas públicas e todos os seus derivados em detrimento do bem estar coletivo, de segmentos importantes e estratégicos de combate à miséria, pobreza, enfatizando aí a ausência de propostas partidárias com conteúdo programático consistente à Constituição Federal, no caso do Brasil, a de 1988. Política ganhou status único de garantia de poder.

É claro que se omitir ou ficar cego frente aos desafios que o Brasil apresenta não é o melhor exemplo de cidadania. Esses fatos, na realidade do município investigado, explicam o porquê das ações brasileiras terem tido desempenho pior na atividade do turismo rural quando comparados às ações para o turismo urbano. O mercado turístico brasileiro opera com demasiada valorização do urbano frente ao rural. O turismo rural precisa ser alimentado por pesquisas científicas com regulações e avaliações adequadas a cada realidade, fomentar o intercâmbio sociocultural, sair do anonimato e saltar para os meios de comunicação promovendo diálogo entre turistas e população residente. É preciso que os atores sociais estimulem à compreensão de ambas as partes, rural e urbano, na perspectiva de valorizar os espaços físicos, biológicos e socioculturais do meio rural. E este, promova educação e consciência dos residentes locais para criar identidade com seu entorno no sentido de superar medos e complexos de inferioridade.

Eu acho que os lavradores eles dedicam muito às coisas da gente, e tem pouco valor. Por exemplo, você compra um leite na cidade é caro. E o que eu vendo aqui, vendo barato pelo trabalho que dá, eu acho que os lavradores não tem muito valor. A atividade do campo ficou muito esquecida. GB-5

É preciso valorizar a autenticidade do turismo rural, estabelecendo diálogo permanente, criando novas relações, contatos que possibilitem renovação

entre os dois tipos de sociedade a rural e urbana a fim de constituir única e sólida cooperação. Para tanto é preciso que essa modalidade do turismo seja organizada e gerenciada também pela população rural, devidamente capacitada, pois, só assim será possível o desenvolvimento autônomo e não dependente da gestão urbana, alheia à realidade. Os benefícios diretos e indiretos possibilitarão às propriedades rurais inclusão das atividades não agrícolas no contexto socioeconômico.

Na verdade, a gestão local teria que se tornar o facilitador de acesso aos financiamentos em escalas proporcionais ao tamanho da propriedade, conferindo autenticidade ao turismo rural e protagonismo aos mesmos. Para isso é preciso o envolvimento e consentimento da participação da sociedade rural. A ajuda do setor público, precisa ser considerada mediante gestão local a fim de que sejam os próprios habitantes do meio rural que concebam, realize e articule as atividades produtivas do espaço rural que lhes pertence. Trata-se, portanto do estabelecimento de estratégias desenvolvidas em sinergia com os interesses de todos.

Embora as 23 propriedades pesquisadas apresentem-se de forma organizada para a atividade produtiva dentro de suas limitações, a desorganização em termos de planejamento no curto, médio e longo prazo encontra-se visivelmente presente. Os interlocutores não conhecem a legislação vigente a respeito de suas propriedades que lhes conferem garantias fundamentais: Constituição Federal, normas codificadas pelo Código Civil, Penal, as consolidadas pela CLT e, todas, se integram ao PNT. Essa situação se agrava em relação à atividade do turismo no meio rural, cujas normas encontram-se dispersas o suficiente para dificultar pesquisas, leituras, estudos e compreensão em relação ao setor.

Há aproximadamente oito modalidades do turismo, 65 cidades indutoras, comendo os ministérios existe um dedicado exclusivamente para o setor, apresentam-se em forma de publicações do governo quatro Planos Nacionais do Turismo em vigência (2003-2007, 2007-2010, 2011-2014, 2013-16).

Diante dessa diversidade legal, torna-se praticamente impossível conhecer a legislação aplicável ao setor turístico, pois é vasta e pertinente a diversas áreas e organismos públicos e privados, de acordo com as constatações já mencionadas no estudo. Ficou evidente no fala dos sujeitos o não conhecimento nem mesmo acerca da legislação que fundamenta a política de atuação junto ao segmento do turismo no meio rural. Essas legislações são conhecidas apenas por pessoas com formação específica no mercado turístico, não englobando a maioria

dos indivíduos com formação puramente empírica, já que poucos conhecem e estudam o setor, nem mesmo os empreendedores sujeitos da pesquisa.

Eu tenho várias possibilidades aqui na propriedade, porque suponhamos que eu não venda na feira parte de todos meus produtos, ou seja, o excedente, eu vendo na feira agroecológica que é realizada as quintas feiras, e o que sobrou da feira eu vendo aos outros produtores, eu tento levar diretamente aos consumidores, pra evitar aquele atravessador que ganha do pequeno produtor e compromete a lucratividade. Você faz o trabalho duro e o cara ganha 30%, 40% nas tuas costas então quando você vende, diretamente ao consumidor tem uma lucratividade melhor. A vida na zona rural hoje em dia é muito difícil porque, tudo que o homem do campo produz ele precisa do agricultor lá na cidade, desde o insumo, da semente do trator, então isso encarece a vida rural, quando eu uso os recursos que o meio oferece eu acabo barateando minha produção, e sendo mais favorável a propriedade então a ideia é baratear custo e melhorar a forma de vida na zona rural. CG-4.

Muito embora a localidade possa dispor de enorme potencial e vocação para o turismo, a atividade turística só se consolida se houver investimentos, principalmente no ser humano com educação continuada e promoção da cidadania ativa. O que fica claro na realidade investigada é a formação de tráfico de influência que atua profissionalmente no turismo sem nenhum tipo de formação para conduzir melhoria à população, sem pensar no desenvolvimento enquanto processo integrado que se combina ao crescimento e produz sustentabilidade.

As diferentes maneiras pelas quais a gestão participativa do turismo pode auxiliar no desenvolvimento de um município são entre outras as campanhas de conscientização desenvolvidas pelas agências competentes, através de ações diretas via cursos, minicursos, palestras, debates, eventos culturais e outros; compor aos currículos escolares dos municípios mensagens sobre a importância do turismo, suas principais características, tanto quanto colaborar para o seu desenvolvimento; esclarecer a população de que o turismo pode proporcionar melhoria na qualidade de vida e elevar o sentimento de cidadania como, também, mostrar a importância da hospitalidade que deve ser dada aos visitantes.

A pesquisa de campo possibilitou revelar também que no município as mudanças nos padrões de consumo, criadas pelos hábitos de compra dos turistas, despertaram necessidades até então estranhas aos moradores. Houve também o aumento de problemas sociais levando em conta o uso de drogas ilícitas, alcoolismo e prostituição no espaço urbano.

Para a comunidade alcançar os benefícios proporcionados pelo turismo, o trabalho não termina na fase do planejamento. Durante a implantação do plano de ação é necessário que haja uma forte coordenação e cooperação entre os diferentes setores públicos e privados. (OMT, 2001).

Para o ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Patrus Ananias (2004),

A construção deve decorrer de um trabalho continuado, com orientação política pautada pelos princípios éticos do direito à vida, com um conceito forte de nação que dê condições a cada brasileiro de exercer plenamente seu sentimento de pertencer ao seu lugar e de ser sujeito da história de seu país (MORAIS, 2011, p. 7).

2.3.3 Pertencimento

Ao longo desse estudo, foi possível refletir amplamente, o meio rural como unidade geográfica, de base físico-territorial, de identidade e sentimento de pertencimento, nas relações de vizinhança, companheirismo, solidariedade, amizade.

A expressão do **pertencimento** significa compreender o sentimento de cada sujeito que se traduziu e se fez sentir em relação ao lugar onde vivem, coisas, pessoas e, ao mesmo tempo, a manifestação orgânica, aquela que incorpora cabeça, corpo e membros, inerentes ao ser humano, quando há grande envolvimento físico e mental com a causa em questão. Isso é que torna possível interferência tanto pessoal como grupal na rotina e nos rumos do lugar. Esse forte e amplo sentimento é cultivado a partir da cultura e origem familiar.

Para compreender o sentido de pertencimento nas relações estabelecidas com a vizinhança, importante esclarecer que os resultados apresentados ao longo do processo da pesquisa de campo revela o sentimento de pertencimento na identidade dos moradores.

O apego ao lugar e à identidade com o rural aparece com grande expressividade entre as falas dos sujeitos tendo em vista que a maioria não tem pretensão de se mudar do município e muito menos de vender a propriedade. A propriedade não é vista apenas como patrimônio econômico, pois, no caso dos proprietários que herdaram a terra, ela tem valor simbólico e forte.

Desse modo, a propriedade representa “o lugar da vida” como muitos manifestaram e também, “gostar de morar no sítio”, “gosto de viver aqui”, “essa terra pertenceu ao meu pai”, “essa terra é herança dos meus avós.”

De forma simples e rústica, preservam o espaço como se fosse um presente que ganharam enquanto crianças, quando as limitações de acesso, infraestrutura, logística são insuficientes para impor a vontade de sair, deixar o lugar onde nasceram e foram criados.

Eu trabalho aqui já algum tempo, com hortaliças e plantações, escolhi plantar a plantação sem agrotóxico, orgânico, vi também que a terra é muito fértil e que tem espaço muito bom é perto da cidade e tem a possibilidade de desenvolver outra atividade que é a atividade turística. Minhas duas filhas, tanto a Lara quanto a Aline formaram em turismo e elas também viram que tem a possibilidade a médio e longo prazo de desenvolver uma atividade turística, com o potencial que já tem na propriedade de sistema de plantação, de local para fazer um chalé de resolver algumas coisas mais pra frente e de desenvolver uma renda maior, o turismo essa atividade que eu vejo o potencial muito grande em Pirenópolis e com extensão para a zona rural. GB-1

Eu nasci aqui na região, eu fiquei até os 26 anos em Pirenópolis e depois passei a morar aqui na chácara, nasci na zona rural em outra propriedade que agente tinha aqui no município. Minha esposa com 47 anos tem ensino médio e trabalha com o artesanato que ela mesma faz e é vendido aqui mesmo na chácara, ela faz artesanato há quase 10 anos. Minhas filhas Aline fez turismo tem 22 anos, trabalha como orientadora do turismo na Central de Atendimento ao Turista e também na propriedade desde 200. Ligia é a minha cunhada, tem 42 anos e o ensino médio, a remuneração é a metade do lucro familiar. Há 7 anos a atividade de produção da hortaliça, artesanato é que praticamos aqui. Todos nos trabalhamos na chácara nos momentos de folga das outras atividades. GB-1

As demandas que surgem pelos seus produtos e a atividade do turismo são consideradas em segundo plano, todos os problemas criados pela limitação produtiva, consequentemente, prejudicam o aspecto social. Senão veja-se: a ausência de diretrizes claras quanto à inserção da atividade do turismo no meio rural em apreço ao turismo urbano, a prestação de contas das autoridades locais em relação ao apoio aos moradores das propriedades rurais. Ocasiona prejuízo aos valores essenciais do meio rural.

O rural é inocente, frágil, delicado e misterioso. Independente do tamanho da propriedade, quando chega à noite, o lugar repousa tranquilo, convida os moradores ao descanso para um despertar renovador. Esse é o encanto do lugar que apaixonou e abriga quem o escolhe para viver, ao contrário do urbano que preconiza a violência, a exclusão e consumismo.

Um dos sujeitos revelou que “Não há compromisso do secretário do turismo em relação ao rural”. (GB-8).

Os empreendimentos urbanos comprometem as verbas destinadas ao turismo rural não possibilitando acesso e articulações que venham desenvolver o espaço rural. O foco central do município é o turismo urbano contemplando apenas algumas atividades no espaço rural, o que predomina é o estímulo às iniciativas privadas de produção para o fomento do urbano.

Na verdade já tivemos visitantes e até mesmo estudantes da região que vem fazendo pesquisas do derivado de cana aqui na propriedade, mas turistas mesmo não podemos receber, ate por questão de melhoria e de infraestrutura, Então a gente trabalha pra que esse objetivo aconteça, ou seja, que tenhamos as melhorias para receber o turista. Para esse objetivo temos que trabalhar melhor as condições, com certeza a gente tem que ter uma data marcada porque a gente fica sobrecarregada de outras atividades, e a gente não pode estar despreparado pra receber o turista, então temos que ter certa organização. O que temos hoje é uma parceria com o projeto do IPEC. Esse projeto através do IPEC a gente recebe bastante pessoas que vem pra vivenciar o trabalho do pessoal do IPEC, mas assim pra vivenciar o vale, dessa região e ver o que o pessoal vive aqui e como é a vida da zona rural, e como são as necessidades da cidade e a vida rural, esse intercambio é que deve existir. Se a zona rural parar de produzir, a cidade morre de fome. GB-4

Conhecer, compreender e aprofundar os estudos no meio rural, desenvolver projetos e pesquisa de intervenção no sentido de capacitar a população rural e contribuir como possibilidade de práticas produtivas e de gestão abrindo espaços de inserção na realidade local, desenvolvendo os resultados das propriedades rurais constituírem permanentemente discussão e avaliação das políticas públicas é de fundamental importância para os sujeitos entrevistados, o que reforça a ética e a responsabilidade social na perspectiva de construir modelos produtivos participativos, bem estruturados e concebidos pelos agentes locais. Sejam eles rurais urbanos e periféricos.

O apoio do PRONAF é bom, já tirei um pouco de recurso, mas não consegui pagar em oito meses, mas não foi diretamente para o turismo, foi para a produção de ovos e galinhas, não foi muito dinheiro, mas foi boa, a agência do Banco do Brasil não tem aberto financiamento específico para o turismo. Se tivesse uma linha para o turismo ajudaria muito é muito baixo o juro, da pra pagar sem sacrifício. A agência do banco do Brasil de Pirenópolis não esta aberta para o turismo rural, ela esta aberta pra outras áreas como a agricultura ou pecuária, mas não pro turismo. GB-1

Por isso, é fundamental saber elaborar projetos, planos de ação que envolva e demonstrem que a composição do segmento não enquanto mero dever legal, mas como compromisso em relação a todas as pessoas que colaboram para o desenvolvimento do turismo rural, o que pode ser realizado especialmente através do ensejado desenvolvimento sustentável, que instrui a captação de recursos.

CONCLUSÃO

O espaço rural é marcado pelo choque entre o modo de vida de um determinado local e o desenvolvimento de novas atividades do homem moderno, com maior tempo livre para usufruir e se recuperar do cansaço do trabalho e outras situações estressantes, local que exerce configuração socioespacial.

As políticas públicas e seus gestores atribuem às atividades turísticas função de destaque na possibilidade de correção dos problemas de desenvolvimento dos territórios onde atuam. Ainda que sem conhecer todas as suas implicações, estão muitas vezes convencidos de que a atividade vai proporcionar nova realidade ao local promovendo a inclusão social e uma série de outros benefícios.

A prática do turismo rural historicamente espaço de produção peculiar tendo em vista preservar um modo de vida constitui processo que envolve a busca do homem pelo equilíbrio no rural, cenário para a possibilidade de preservar particularidades da natureza das pessoas ao *habitat* natural.

Importante considerar também que os interesses divergentes das políticas perpassam ao planejamento e a definição de prioridades nos municípios e as lideranças locais consideram que a comunidade está se beneficiando com o turismo. Na visão dessas lideranças, o turismo tem efeito positivo na vida dos cidadãos, apontam melhorias no nível de vida, nas oportunidades de negócios, na divulgação do município para além das fronteiras regionais, maior facilidade de interlocução com os agricultores, na criação de empregos, na geração de renda, e ainda na própria auto-valorização dos habitantes das comunidades onde o turismo ocorre.

Há nesse sentido, certo imobilismo dos gestores públicos municipais em relação à atividade turística. Isso significa dizer que não está diretamente relacionado à falta de recursos apenas, mas principalmente, ao fato de que os responsáveis pelas políticas públicas consideram o turismo urbano mais importante e atribui papel secundário à atividade turística no espaço rural.

A partir deste cenário, a pesquisa delimitou como universo de abordagem o município de Pirenópolis-GO, por entender que enquanto indutor da atividade turística, de acordo com o mapeamento do Ministério do Turismo, polarizando as diversas cidades integrantes da mesorregião 3 do Estado de Goiás. Havia também grande empolgação e expectativa pela atividade do turismo por parte dos poderes executivos Federal, Estadual e Municipal levando em conta as belezas

naturais da região e as possibilidades de geração de renda. No entanto, para a modalidade do turismo rural observado pela pesquisadora, as lideranças municipais não demonstraram tanto entusiasmo e até um pouco de cautela quanto à sua contribuição para o desenvolvimento local, embora tenham destacado suas virtudes.

Estudando esse fenômeno social foi possível conhecer os diferentes planos elaborados, a tentativa de implantação e manutenção dos mesmos, a trajetória de suas concepções e as lacunas entre o definido, prescrito no PNT.

A pesquisa revelou a existência em momentos distintos do fomento da atividade turística. As políticas públicas para o setor tiveram início em 1951 com o plano de Turismo do recôncavo para o Estado da Bahia; depois, em 1978 o primeiro plano nacional de turismo da Amazônia; em 1979 foi elaborado o plano integrado de desenvolvimento turístico do Estado do Ceará; em 1991 surge o plano de desenvolvimento do turismo; em 1994 o plano nacional de ecoturismo, o programa nacional de municipalização do turismo e o plano mineiro de turismo. No ano de 2003, depois de decorrido longo intervalo de dez anos, o Ministério do Turismo, recém-criado, elabora o primeiro Plano Nacional com vigência por três anos; em 2007 o mesmo foi reeditado estipulando o prazo até 2010. Interessante observar que independente de terem sido elaborados outros planos, 2013-2016, na verdade aquele que se encontra em pauta até os dias atuais é o de 2007-2010 o que denota contradições, confusões e fragilidades por parte do executivo federal conduzindo a população a ser beneficiada ao mesmo estágio de coisas.

O fenômeno do turismo rural, suas características e os impactos que sofrem os empreendedores, fornecedores e arrendatários, local de pequenas produções de pluriatividades foi o elemento norteador da pesquisa estruturada com o objetivo de analisar as implicações da atividade do turismo rural sobre a vida dos agrupamentos mapeados em Pirenópolis.

A partir dos objetivos propostos pela pesquisa foi possível conhecer as políticas públicas que regulamentam a atividade de trabalho do turismo, refletir sobre a relação das políticas agrárias com relação ao desenvolvimento rural no município, analisar a atividade, compreender e explicar o exercício da cidadania ativa e a inclusão social.

Nesta perspectiva, assinalar a atividade do turismo rural a partir da fala dos sujeitos que integram o *corpus* da pesquisa, constatou-se que essa forma de introduzir atividade não agrária ao meio rural tem como finalidade integrar a

comunidade local, referenciadas nas políticas, no mercado do turismo visto que as propriedades rurais investigadas mantém suas características e enxergam nessa atividade a geração de renda, inclusão, desenvolvimento sustentado e permanente fixação de sua identidade.

O processo investigou e construiu o perfil dos sujeitos diretamente envolvidos no processo produtivo do turismo buscando compreender quais as condições em que eles se desenvolvem e, ainda, a lógica que os orientam.

Os estímulos para o desenvolvimento do turismo rural nas propriedades estão diretamente relacionados às dificuldades dos proprietários empreendedores, fornecedores e arrendatários dado à expressiva e crescente atividade do turismo urbano no município, as contratações, venda de produtos, valorização da mão de obra, expansão e interiorização do turismo acena para a oportunidade de desenvolvimento àqueles que estão dispostos a enfrentar os deslocamentos, mesmo com falta de infraestrutura, por que têm na atividade não agrária sua maior fonte de renda.

Os recursos provenientes do turismo rural como vendas de produtos diretos, prestação de serviços, recepção aos turistas, comercialização para os empreendedores urbanos respondem pela maior parte da receita familiar de quase todos os empreendedores, sendo responsável por uma incontestável melhoria em seus níveis de vida.

Nas propriedades abertas à visitação, com relação ao grupo A (GA), ocorreu um processo de refuncionalização em que a realização dos trabalhos ligados ao turismo passou a ter prioridade. Embora ainda sejam conservadas algumas atividades agropecuárias, elas são direcionadas a atender as necessidades das demandadas pela atividade turística. Na visão desse grupo é certo que a importância dessa atividade diminuiu em relação ao que era antes da região ter sido designada enquanto indutora pelo PNT. Este fato representa dizer, através das falas dos sujeitos, que com a inclusão da atividade do turismo houve melhoria da qualidade de vida, mas, por outro lado, redução das atividades não agrárias.

Já a participação dos recursos obtidos com o turismo na receita total familiar dos proprietários/fornecedores, o grupo B (GB), pode ser considerada muito significativa. Caracteriza-se como complemento das outras atividades desenvolvidas. O turismo configura-se então como atividade que está sendo responsável pelo aumento da pluriatividade no espaço rural do município de

Pirenópolis. Este grupo desenvolve atividades em suas propriedades, indiretamente relacionadas ao turismo rural pela produção no espaço rural, e a comercialização em outros empreendimentos rurais que recebem turistas, incluindo aí o espaço urbano.

Quanto ao grupo C (GC) não expressa relevância ao processo turístico tendo em vista tratar-se do segmento de arrendatários, aqueles cujas propriedades ficam restritas a atividades agrárias de subsistência sem condições de abertura para visitação.

Os dados apresentados e analisados confirmam os questionamentos de que a atividade do turismo rural agrega valor e ética na consideração de programas e projetos sociais que conduzem à melhoria na qualidade de vida de suas demandas. A participação de terceiros no desenvolvimento das atividades contribui para a geração de emprego e renda.

Tanto o GA, quanto o GB e GC empregam em suas propriedades funcionários em regime de CLT, demanda identificada como contratação temporária. O turismo no espaço rural também implica um pequeno número de participação direta das famílias de empreendedores envolvidos com os visitantes e fornecedores.

No município essas famílias contribuem para a pluriatividade de outras famílias, pela relação de trabalho, aquisição de produtos e pontos de comercialização.

Embora em pequeno número, os empreendedores, estão colaborando através de suas iniciativas para o aumento significativo do contingente de pessoas que mantém algum tipo de envolvimento com a atividade turística. Nessa condição de dependência, o produtor rural executa atividades não agrárias para atender a demanda dos empreendimentos urbanos, gera emprego, melhora a renda da propriedade e participa de forma indireta do resultado econômico do município. Contudo, o produtor rural fica dividido entre produzir para o abastecimento da cidade e para seu próprio consumo.

A atividade do turismo rural em suas propriedades não é realizada como preconiza a proposta do Plano Nacional do Turismo, entretanto, existe a inclusão indireta desses sujeitos pela comercialização de produtos, geração de emprego e renda, convívio social e organização de cooperativas.

A maioria dos empreendedores e fornecedores afirmou que a comunidade está se beneficiando com a atividade turística, principalmente em relação ao urbano através dos empregos, mesmo que temporários gerados na

cidade. Quanto à percepção em relação ao rural para este grupo, embora com menor incidência, prevaleceram os empregos que são criados e contribuem para que mais pessoas permaneçam no lugar evitando a migração. A observação que se faz necessária e com objetividade é que se trata de atividade de trabalho em embate direto com as expressões da questão social, o desemprego e a deficitária geração de renda.

Porém, é preciso cuidado quanto aos efeitos do turismo no espaço rural no que diz respeito à geração de emprego, pois a segmentação em grupos de integrantes da comunidade em função do tipo de participação na atividade turística e do não envolvimento com esta, trás à tona uma das questões da pesquisa: até que ponto o PNT interage com a política agrária tendo em vista o turismo rural como atividade produtiva e geradora da inclusão? A resposta, explicitada pelos sujeitos, evidencia que há concretização da integração sem atender ao conjunto das necessidades demandadas tendo em vista as deficiências de conhecimento, de informação, procedimentos, em relação à proposta do PNT, incluindo as linhas de crédito para a atividade.

Sobretudo, é necessário entender que, ao se conhecer a realidade e constatar que essa não se desvenda no que se apresenta à primeira vista, revela falta de abordagem científica, de conhecimento da realidade, de conexões significativas e complementares, de senso crítico, resultando assim em discurso de postura simplista e subjetivista pelas lideranças públicas locais.

A pesquisa no Plano Nacional do Turismo revelou não prever estrutura adequada para o desenvolvimento e sustentabilidade das ações previstas. Ao explorar tais análises e associá-las à concepção interdisciplinar a pesquisa desvelou os questionamentos apresentados, considerando que ainda existem lacunas entre a realidade e a ordem social do planejamento para o turismo no Brasil.

Compreender as modalidades do turismo, sua diversidade em termos de demanda e oferta, sua complementaridade na pluralidade das atividades não agrícolas, considerando ainda a ausência da identidade de cada local e os impactos predominantemente sociais revelou a distância entre o desejo do desenvolvimento sustentado e o exercício de cidadania no município.

A forma de trabalhar a atividade do turismo rural promove discussão a cerca do desenvolvimento local em meio rural, destaca a fala dos sujeitos que está inserida historicamente no percurso trilhado por seus empreendedores e no

enfrentamento das lutas cotidianas para levar a cabo os objetivos de instalação da atividade em suas propriedades.

É necessário mencionar que, diante dessa dependência todos os empreendedores e a grande maioria dos fornecedores opinam que o município vai se desenvolver com o turismo e os resultados dele. As respostas mais frequentes levam a constatação de que os seus esforços estão sendo observados, contudo, torna-se necessário maior envolvimento do poder público na atividade e melhoria dos acessos aos empreendimentos nas propriedades.

As constatações reveladoras nas falas dos sujeitos demonstram que apesar da perspectiva de desenvolvimento para a atividade do turismo rural há carência de estudos e pesquisas na área, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, ao planejamento, à coordenação, à execução, ao controle e à avaliação de programas e projetos sociais, com condições estruturais adequadas às realidades locais. Ficou clara a ausência de conhecimento teórico e prático, da aplicação de metodologias exequíveis à consecução do Plano Nacional do Turismo, o que constrange a qualidade da prestação de serviços, o exercício da cidadania ativa, a efetivação da inclusão social em relação ao município.

Analisando as implicações da atividade do turismo rural no município ainda se apresentam com fragilidades nas propriedades investigadas e também com políticas agrárias que insistem em continuar sem perceber o elemento à objetividade de que se trata a atividade com referência a geração de trabalho que subtrai das propriedades e desconsidera a atividade como sendo possibilidade de fomento, valor e ética na elaboração dos programas e projetos sociais desenvolvidos que conduzam à melhoria na qualidade de vida das demandas.

As considerações a cerca do turismo rural, objeto de estudo dessa pesquisa foram então reforçadas pela realidade encontrada e considera a necessidade de integração entre os setores estratégicos do poder público para a consecução da cidadania ativa. Por conseguinte, as áreas rurais ainda são pouco mencionadas na construção de programas e projetos no município. O debate sobre o turismo rural sustentável nas áreas pesquisadas parece evocar dois cenários distintos.

No primeiro cenário apresentado pelo grupo GA as áreas já se encontram gerando grandes benefícios com o turismo rural, considerando-a como

atividade consolidada e geradora de emprego, receita e divisas faltando, às vezes, administração preventiva para evitar danos ao meio ambiente e à comunidade local.

No segundo, as áreas das propriedades do GB, a economia e a sociedade rural tradicional, conservadora, continuam suas pluriatividades em função das mudanças nos fatores produtivos das atividades agrícolas e a migração da população rural para a cidade, sem entendimento completo sobre a situação.

No município de Pirenópolis o turismo rural representa possibilidades com potencial demanda e perspectiva de geração de emprego e renda extra para os que ainda permanecem em suas chácaras, sítios e que moram no local. Propriedades que são, em todos os casos, herança de família.

A importância das áreas rurais, principalmente as pequenas propriedades, é desconhecida pelos gestores públicos. A herança rural é sem dúvida a semente da qual surgiram todas as civilizações. O rural está na cultura, no modo de vida. E em Pirenópolis não é diferente. Há evidências nas falas dos sujeitos que deixam claro o desejo de pertencer ao local.

Importante considerar que o campo rural está vinculado ao histórico familiar, um lugar para viver e trabalhar, um lugar bucólico com vida simples e idílica. A função do governo é de aproximar, integrar, chegar a estas propriedades e, em conjunto com seus moradores, construir instrumentos com metodologias exequíveis que possibilite ao rural, manter sua originalidade, desenvolvendo atividades não agrícolas evoluindo na perspectiva da educação continuada, constituindo a cidadania ativa para reduzir as desigualdades entre a concentração das políticas públicas, disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos aproximando o rural e o urbano.

O município é percebido pelos moradores urbano e rural como um lugar tranquilo, com atrativos turísticos diversificados nas modalidades do ecoturismo, turismo de aventura, cultural, histórico, gastronômico, eventos, geoturismo, contudo é pouco e quase nada percebido na modalidade rural, salvo às propriedades que recebem os turistas sempre considerando que a originalidade e a preservação das características do lugar é que determinam sua identificação com o turismo rural de base familiar.

A partir do contato estabelecido entre os visitantes e os moradores do meio rural, ambos ganham olhar diferenciado sobre o espaço. O valor ao modo de vida faz com que os moradores locais tenham orgulho do lugar onde residem e

trabalham, pois veem que este é muito valorizado pelas pessoas de fora. O orgulho de pertencer fica evidente na fala dos sujeitos.

O planejamento turístico precisa ser apresentado como sustentável, com gestão responsável, participativa, integradora. A atividade do turismo é, atualmente, um dos setores que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto mundial. É preciso descobrir o verdadeiro terreno fora dos povoados, suas especificidades, modo de vida e de trabalho, criar centros rurais de fomento aos produtos e serviços desenvolvidos pela comunidade rural como artesanatos, pequenas fábricas, arquitetura rústica, forma de ganhar a vida, participação do próprio turista nas atividades, envolvendo assim a comunidade local, aproveitando o momento para descobrir outros meios de produção em pequena escala.

Envolver-se com o local é a forma da valorização das pessoas enquanto precursoras da construção social. Torna-se relevante fomentar a aproximação do turista com as pessoas do local cujo meio de sustento principal não está relacionado com a indústria do turista. Essa valorização do rural pelos turistas e pelos próprios moradores enfatiza a importância na amenização do êxodo, provoca também elevação da autoestima das pessoas e desperta o orgulho por viver em contato com a natureza, longe dos problemas da cidade.

Evidentemente que o turismo rural no município, nas propriedades investigadas, há ausência de integração entre a comunidade local e os turistas. Entre os principais obstáculos ao desenvolvimento evidenciam-se desigualdades na distribuição de recursos financeiros, independente da integração de ações e motivação adequada à participação efetiva da comunidade. Estes obstáculos são interpretados como falta de vontade política, ausência de conhecimento das próprias políticas pelos proprietários rurais, percepções errôneas dos turistas sobre o setor, necessidade de ampliação do olhar do poder público municipal na divulgação e inclusão do rural nos roteiros turísticos, privação de articulação entre os proprietários, ausência de pensamento inovador para a prática do turismo rural.

A fala dos sujeitos, revelou que parte dos turistas que frequentam o município desconhecem o turismo rural, não possuem consciência dessas questões e, portanto, torna-se difícil pensar que eles possam contribuir para o desenvolvimento do turismo rural sustentável por não se considerarem integrantes a ele. Nesse sentido torna-se fundamental mudanças de mentalidade tanto nas pessoas da cidade quanto no campo, que possam despertar interesse e valorizar o

local de moradia, aquilo que produzem e vençam sentimentos de inferioridade e exclusão para o orgulho de pertencer.

Há nesse sentido, um certo imobilismo por parte dos gestores públicos municipais em relação a valorização da atividade turística. Isso não está somente relacionado às desigualdades na distribuição de recursos e mesmo ausência deles, mas, principalmente, ao fato de que os principais responsáveis pelas políticas públicas do município consideram o turismo urbano prioridade. O pensar emergencial em colocar no *ranking* do setor a cidade em destaque.

A maioria dos sujeitos da pesquisa identificou mudança a partir do início da atividade turística no município, sendo que as alterações evidenciadas são referenciadas ao aumento tanto do fluxo de pessoas como de veículos na cidade. Para os fornecedores o que mudou para melhor foi a geração de renda, sendo inevitável comparar a atual situação financeira familiar com a anterior, quando dependiam basicamente das atividades agropecuárias. Já os empreendedores se referiram à parte financeira e também aos empregos gerados com o turismo.

Quanto aos aspectos negativos, a pesquisa demonstrou reflexões a cerca do turismo rural como atividade singela, ingênua, aquela que deixa rastro de poluição mesmo porque necessita de insumos pertinentes à indústria como combustível, deslocamento, alimentação, a própria agropecuária e tantos outros elementos da cadeia produtiva.

Transformações na estrutura de trabalho, nos valores e condutas, nos hábitos de consumo, sociais e culturais, na ordem sanitária local, nas manifestações etnocêntricas, nas mecanizações e perda da identidade, na capacidade de assimilação dos impactos são na mais ampla expressão do turismo, variáveis intimamente relacionadas. É atividade que se não bem dimensionada, planejada sistemática e criteriosamente, pode produzir efeito contrário às finalidades previstas no PNT e, nessa perspectiva, estimular o recrudescimento das desigualdades, perda de identidade, valores e costumes estabelecidos para o desenvolvimento social.

Os enfoques observados em relação aos roteiros turísticos foram bastante variados considerando importante refletir sobre as 23 propriedades rurais agrupadas e classificadas. Apenas três do grupo GA são consideradas como empreendimento comercial, recebem o turista e realizam o turismo rural.

Entre as tres nenhuma possui condições de hospedagem, sendo oferecido ao turista apenas alimentação, passeios, produtos. Em uma das propriedades ficou evidente a ausência da participação da família nas atividades, especialmente a de jovens que encontram nas cidades melhores possibilidades para construir suas vidas considerando as políticas públicas sociais de garantia de emprego e renda, as políticas de saúde e educação promovedoras de sua inclusão no meio urbano.

Em duas propriedades, a família toda, unida, desenvolve atividade produtiva. Outro fator importante revelado pela pesquisa é que foi comum estabelecer a relação de trabalho pela prestação de serviços diários e temporários entre os proprietários como forma de favor, como troca de serviços, somente em alguns casos, poucos, há remuneração.

Na fala dos sujeitos, quase unanimidade, foi possível identificar as condições de vida rural, os processos de exclusão e inclusão social resultantes do turismo rural considerando enquanto atividade econômica e, nesse sentido, as análises apontam melhoria do nível de vida das pessoas como sendo o que melhor aconteceu depois do início da atividade no município.

Na visão de todos os grupos pesquisados, o turismo rural teve efeito positivo na vida da comunidade, sobretudo nas relações sociais e nas oportunidades de negócios. Já quanto à poluição, ao sossego e à tranquilidade, não são percebidas mudanças significativas, exceto quando do calendário de eventos urbanos desenvolvido pela prefeitura do município que aumenta o fluxo de turistas na cidade.

Os recursos provenientes do turismo rural respondem pela maior parte da receita familiar do grupo B e C e em parte da receita do grupo A. Nas propriedades do grupo A, abertas à visitação, houve processo de refuncionalização onde a prioridade de trabalho passou a ser o turismo, embora ainda sejam mantidas atividades agropecuárias.

Assim, a produção agropecuária é mantida nessas propriedades, mas, direcionada a atender as necessidades demandadas pela atividade turística.

Já a participação dos recursos obtidos com o turismo rural na receita familiar do grupo de fornecedores GB, pode ser considerada significativa. No entanto, caracteriza-se mais como complemento das outras atividades executadas na propriedade.

Historicamente marcada por um modelo de desenvolvimento com forte viés urbano, a população rural revela seu desejo de encontrar na atividade do turismo rural atenção especial de políticas públicas ativas que se aproxime da realidade local para resgatar o passivo de abandono e reduzir as disparidades entre o rural e o urbano presente no município.

Nesse cenário de incertezas são poucos os interessados em pesquisar o turismo rural. É preciso dialogar em diferentes perspectivas a atividade, aprofundar reflexões, ações concretas, planejamento exequível. Não se pode continuar mais com estudos e ações maniqueístas. Toda atividade produtiva possui o seu lado bom e ruim, suas vantagens e desvantagens, seria possível considerar a perspectiva de superação de plataformas de defesa e de advertência para evoluir ao conhecimento com educação continuada, ações permanentes e avaliações constantes.

Pensar o turismo como fenômeno social é pouco expressivo considerando o território brasileiro com área de **8.515.767,049 km²**, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). O turismo ainda é tratado como atividade econômica que ocupa, no setor terciário, o primeiro lugar do *ranking* no produto interno bruto.

No município de Pirenópolis, o setor de serviços superou o setor agropecuário e industrial em 2010. O perfil das propriedades demonstra as divergências entre a política do município para a atividade de serviços e para o perímetro urbano desconsiderando a convergência em termos de população atendida na área. Permite inferir sobre a necessidade de setores competentes instalados no município no aspecto que auxilia o turismo rural, o que não foi observado pela pesquisa.

Em relação à compreensão sobre a composição das propriedades, suas diferentes formas de desenvolvimento, estabelecimento do perfil dos sujeitos, as análises realizadas permitiram à geração das categorias empíricas, a configuração e classificação dos sujeitos no tocante a temas que demarcam o setor rural no município de Pirenópolis.

A criação de conselhos consultivos formados por lideranças públicas e privadas, pessoas comuns envolvidas com o tema, pesquisadores, dirigentes de outras organizações pode, efetivamente, constituir em espaços de troca,

compartilhamento e fortalecimento das relações. São estes elementos protagonistas para se pensar o turismo como atividade socioeconômica.

As publicações no meio científico sobre o setor preconizam que o turismo não deveria continuar como atividade não digna de ser investigada, analisada, em que pese a contribuição da Antropologia e da Geografia. Não pode prevalecer nem tão pouco ignorar que a atividade do turismo requer investimentos e é preciso olhar apurado do conhecimento científico para se estabelecer critérios de avaliação e acompanhamento.

Nesse sentido a geografia do lugar, o relevo, as condições de forma geral, contribuem para o desenvolvimento da atividade. Outro aspecto importante é a história, o contexto, as limitações, obstáculos a serem vencidos para que o turismo aconteça de forma plena. Tais condições geram possibilidades do surgimento de futuras lideranças, maior proximidade com a comunidade e expansão mais acelerada da informação sobre os projetos, inclusive ampliando fontes de financiamento.

Autores como Veiga (2005) considera que o Brasil é menos urbano que se calcula que precisa de estratégias de desenvolvimento, faz crítica à atual classificação brasileira do rural e do urbano. Afirma ainda que esta classificação leva a leitura de que a sociedade rural é apequenada e clama por cuidados e atenção quanto ao direcionamento de políticas voltadas a ela.

As atividades exercidas nas propriedades do município em relação à agropecuária não são mais suficientes para prover o sustento familiar, especialmente as propriedade com pequena extensão de terra. A atividade turística emergente é considerada como importante elemento nesse contexto de dificuldades enfrentadas pelos produtores.

Cumpre-se então o objetivo da pesquisa e responde aos questionamentos demonstrando que o turismo rural, mesmo com sua capacidade de gerar múltiplos efeitos na economia local, sozinho não promoverá o desenvolvimento e mesmo em termos de crescimento econômico sua representação é muitas vezes pequena e depende muito do nível espacial que se analisa.

A investigação de todas as variáveis relacionadas deixa claro que o efeito da atividade turística tem um alcance limitado em termos de desenvolvimento. Embora com todo o sucesso alcançado por Pirenópolis, a maioria dos sujeitos não

sentiu melhorias significativas no seu nível de vida em decorrência desta atividade, como propõe o PNT.

No Plano Nacional do Turismo o desenvolvimento sustentado pressupõe melhoria da qualidade de vida de toda a população, quer dizer, o urbano e o rural. O turismo rural, embora contribua para dinamizar a economia local, não altera nem tão pouco é suficiente para conduzir a inclusão social local, visto que a atividade no município não se apresentou dessa forma nem mesmo em estágio de expansão.

Contudo, essa atividade parece ter função muito importante, mobiliza recursos e, principalmente, desperta capacidades sentimentais que se apresentam latentes, mas, mesmo subutilizadas, conseguem na atividade promover o orgulho de pertencer e consideram que deva ser incluída, enquanto política, estruturada em programas e projetos efetivos que beneficie a todos do município.

O processo de desenvolvimento exige a necessidade de elaboração de políticas públicas que, por sua vez, pressupõe a existência de estratégias específicas baseadas em cada realidade. A participação do setor público se reveste de fundamental importância nos pequenos municípios como Pirenópolis, dado que as 23 pequenas propriedades sozinhas não se constituem atrativo suficiente para despertar e sustentar fluxo de demanda, cabendo ao poder público local apoiar todas as fases de organização, implantação, coordenação, avaliação e acompanhamento operacional da atividade.

Importante refletir e considerar mais uma vez, que o trabalho de pesquisa não colocou em pauta apenas o desenvolvimento turístico do município no espaço rural, mas enfatizou a necessidade do desenvolvimento do meio e espaço rural onde a atividade do turismo está sendo realizada, considerando as transformações impostas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. G. **Terceiro setor: a gestão do pensar, sentir, agir.** 2013. 306 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

AZEVEDO, S. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS J.; ALVES, O. (Org.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais.** Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BARBOSA, G. E. **A cultura da hospitalidade como fundamento do bom relacionamento na hotelaria.** 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BISSOLI, M. A. M. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.** São Paulo: Futura, 2000.

BNDES. **Relatório anual de 2011.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio_anual2011.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Empresa Brasileira de Turismo. **Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste.** Brasília, DF: MT, 1992.

_____. _____. **Plano nacional do turismo – 2007/2010.** 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2013.

_____. _____. **Plano nacional de turismo - 2012-2015 está em fase de aprovação na Casa Civil.** 2012. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20120521-2.html>. Acesso em: 5 jun. 2012.

_____. _____. **Dados e fatos: estudo, pesquisa e dados sobre o setor de turismo.** Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/>. Acesso em: 14 jan. 2012.

_____. _____. **Diretrizes para o programa nacional de municipalização do turismo: oito anos – retratos de uma caminhada, estratégia e gestão.** Brasília, DF, EMBRATUR, 2002.

_____. _____. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil.** Brasília, DF: EMBRATUR, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Câmaras temáticas.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/camaras-tematicas>>. Acesso em: 20 fev. 2013a.

BRASIL. Comitê Gestor do PAC. **Planejamento, investimento, desenvolvimento, PAC2**. 2010. Disponível em:
<http://imprensaacervo.planalto.gov.br/download/pdf/pac2_relatorio_1.pdf>.
Acesso em: 22 fev. 2013.

_____. Ministério do Turismo. **MTur apresenta plano nacional de turismo 2011-2014**. Disponível em:
<<http://www.eventos.turismo.gov.br/eventos/noticias/detalhe/20110701.html>> Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. _____. **Roteiro turismo rural contemporâneo: um vale verde de verdade - Pirenópolis/Goias – 2010**. Brasília, DF: Ecocentro : IPEC, 2010.

_____. Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988. Emendas Constitucionais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 22 jan. 2012.

BUADES, J. **Exportanto paraísos: la colonización turística del planeta**. Consell de Mallorc. Espanha: La Lucerna, 2006.

BUANAINM M. A; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002. Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo-RS: SOBER, 2002.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando à inclusão social**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARNEIRO, M. J. O desenvolvimento rural e o “novo rural”. CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. v. 4.

CARVALHO, A. **Pirenópolis: coletânea 1727-2000: história, turismo e curiosidades**. Goiânia: Kelps, 2001.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRE, H. M. M. **Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais**. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/Artigos/LasCasParcerias.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2007.

CASTELLI, G. **Turismo: atividade marcante no século XX**. 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 1996.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2. ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CAVACO, C. **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. 1999.

CERVO A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso de estudantes e universitários. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CHURCHILL, G. A. **Marketing**: criando valor para os clientes. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti e Cidd Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2000.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R. C. A. **Planejamento governamental do turismo**: convergências e contradições na produção do espaço. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Lexikon, 2010.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DENKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES E. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p.24-34, jan./jun. 2005.

FERREIRA, G. P. de M. O papel do lugar na reflexão de um cidadão do mundo. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, J. S. W. **O plano diretor e a construção da cidade democrática**. Disponível em:

<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_planodiretor_cidade_democratica> Acesso em: 10 mar. 2013.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

_____. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 43-72, jan./jul. 2002.

FERREIRA, V. C. S. Cidade e democracia: o espaço urbano, os direitos fundamentais e um novo conceito de cidadania. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 15, n. 103, ago. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12143>. Acesso em: 12 mar. 2013.

FREITAS, C. L. **Turismo, política e planejamento**: estudo do circuito turístico do diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. 2008. 394 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília-DF, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

GAMA, G. D. T. B.; BARDIN, N. Aspectos jurídicos do turismo sustentável à luz da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da legislação municipal de Campo Alegre (SC). **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 13, n. 79, ago. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8241&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: < 10 jul. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELDNER, C. R.; BRENT, J. R.; MCINTOSHI, R. W. **Turismo**: princípios, prática e filosofias. 8. ed. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÓMEZ, B. V. **Turismo em espacio rural**: rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía social. 2. ed. Madrid: Popular. 2001.

GUARÁ, I. M. F. R.; CARVALHO, M. C. B. ; BLANES, D. N. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE : Ed. PUC-SP; Brasília, DF: SAS : MPAS, 1998.

HOLLANDA, J. Boas novas para o mercado doméstico de turismo. **Revista do Agente de Formação Profissional – diga lá**, São Paulo, ano 7, n. 27, p. 29-41, jun./set., 2002.

HOUAISS, A. **Novo dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009.

IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Contas Nacionais Estudos e Pesquisas. **Estudos e Pesquisa**: Informação Econômica número 13. Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Cidades@**. Perfil das cidades. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go>>. Acesso em: 20 maio 2009.

_____; _____. **Censos demográficos**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>.
Acesso em: 16 out. 2009.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

KASZNAR, I. K. O Programa de aceleração do crescimento (PAC). In: OLIVEIRA, F. B. de. (Org.). **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil**. Brasília, DF: CNPq/FINEP/SEBRAE, 2002.

LINDNER, M. **Turismo rural e desenvolvimento local: estudo da rota gastronômica de Santa Maria-Silveira Martins**. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2001.

MACHADO, J. P. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1984.

MANFRINI, S. Tributação no Brasil é a maior entre 17 países da OCDE. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em:
<<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,tributacao-no-brasil-e-maior-que-em-17-paises-da-ocde,134625,0.htm>> Acesso em: 2 dez. 2012.

MANRIQUE CASTRO, M. **História do serviço social na América Latina**. 11. ed. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 2010.

MARAFON, G. J.; PESSOA, V. L. S. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano**. Uberlândia: Assis Editora, 2008.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v.3, n.5, p.51-58, set. 2002.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MERIGUE, G. L. A gestão do turismo para o desenvolvimento local. Revista Estudos Turísticos, **Portal ETur**, n. 25, 2007. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=1508>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998. (Dicionário Michaelis).

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria do Estado de Turismo de Minas Gerais. **Turismo rural**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/component/content/article/42/402-turismo-rural>>. Acesso em: 28 out. 2012.

MINAYO, M. C. de S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec : Abrasco, 1993.

MOTA, H. M. **Legislação e licenciamento ambiental no Brasil: arena de jogos e interesse difusos**. Uberlândia: Assis Ed., 2010.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

OMT. **Introdução ao turismo**. Tradução Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **World Tourism Barometer**. Madrid, 2009.

_____. **Barómetro OMT del turismo mundial**. v. 8, n. 3, out. 2010. Disponível em: <http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom10_3_sp.pdf> Acesso em: 26 jun. 2012.

O'NEILL, J. **O mapa do crescimento: oportunidades econômicas nos Brics e além deles**. São Paulo: Globo, 2012.

PEREZ, A. S. (Coord.). **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PINHO, I. **Fundamentos do turismo**: aula 9, v. 1. Disponível em: <http://www.ivanpinho.com.br/downloads/fundamentos_turismo/17417_Fundamentos_do_Turismo_Aula_09_Vol_1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013a.

_____. **Órgãos integrantes do sistema turístico: função e atuação dos órgãos oficiais de turismo**: aula 17, v. 1. Disponível em: <http://www.ivanpinho.com.br/downloads/fundamentos_turismo/17417_Fundamentos_de_Turismo_Aula_17_Vol_1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013b.

PNUD. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUSCHMANN, D. V. M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDEL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16. ed. Campinas, SP. Papyrus, 2012. (Coleção turismo).

SALVATI, S. S. (Org.). **Turismo responsável: manual para políticas públicas**. Brasília-DF: WWF, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. In: _____. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006. (Milton Santos; 1).

SARTOR, L. F. **Introdução ao turismo**. Caxias do Sul: UCS, 1997.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização aprende**. 25 ed. Tradução de Gabriel Zide Neto, OP Traduções. Rio de Janeiro: Bestseller, 2009.

SEPIN. **Estatística dos municipais: séries históricas**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em: 18 fev. 2011.

_____. **Mapas das microrregiões de Goiás**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/> Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. **Goiás em dados**. Goiânia: SEPLAN, 2003.

SOUZA, C. Estado da arte em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. T. da S.; MARQUES, E. C. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, M. J. L. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? turismo**: desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamental. 2. ed. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TIOSAM. Enciclopédia. **Mesorregião do Leste Goiano**. Disponível em: <
[http://www.tiosam.org/enciclopedia/index.asp?q=Mesorregião_do_Leste_Goiano#Avaliar MESORREGIÃO DO LESTE GOIANO](http://www.tiosam.org/enciclopedia/index.asp?q=Mesorregião_do_Leste_Goiano#Avaliar_MESORREGIÃO_DO_LESTE_GOIANO)> Acesso em: 15 dez. 2009.

TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. 3. ed. São Paulo: Senac, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (ABC do turismo).

UNWTO. World Tourism Organization. **Tourism highlights**. Madrid, 2012.
Disponível em: https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/storageapi/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enhr_1.pdf
Acesso em: 28 jun. 2012.

VEIGA, F. F. da. **Território e desenvolvimento local**. Oeiras: Celta, 2005.

WAHAB, S-E. A. **Introdução à administração do turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Sondagem

SONDAGEM DE CAMPO			
TELEFONE			
CONTATO EM	/ /2011	/ /2011	/ /2011
DADOS DA ENTIDADE			
DENOMINAÇÃO	FAZENDA MATUTINA		
ESTÁ CORRETA?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO. Anote a nova denominação na linha abaixo:	
<i>CORREÇÃO (denominação)</i>			
NOME FANTASIA			
ENDEREÇO COMPLETO			
ESTÁ CORRETO?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO. Anote o novo endereço na linha abaixo:	
<i>CORREÇÃO (ENDEREÇO)</i>			
E-MAIL			
SITE			
ATIVIDADES QUE A ENTIDADE (FAZENDA) DESENVOLVE:			
<input type="checkbox"/> Turismo – recebe turista na propriedade e possui atrativos turísticos			
<input type="checkbox"/> Agricultura familiar (horte frute) <input type="checkbox"/> Agricultura larga escala			
<input type="checkbox"/> Pecuária familiar (subsistência) <input type="checkbox"/> Pecuária larga escala			
NESSAS ATIVIDADES, QUAIS OS PÚBLICOS QUE SÃO ATENDIDOS?			
<input type="checkbox"/> Turista de forma geral <input type="checkbox"/> Grupo de turistas <input type="checkbox"/> escolas <input type="checkbox"/> comunidade			
<input type="checkbox"/> outros			
A PROPRIEDADE É UMA:			
<input type="checkbox"/> Fazenda <input type="checkbox"/> chácara <input type="checkbox"/> sitio <input type="checkbox"/> estância			
A PROPRIEDADE POSSUI NOME FANTASIA:			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não			
DADOS DO PROPRIETÁRIO			
TELEFONE FIXO/CELULAR			
E-MAIL			
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:			

APÊNDICE B – Perfil dos Sujeitos

Perfil dos sujeitos

Nome: _____

Idade _____

Local de nascimento: Cidade: _____ Estado: _____

Onde: () zona rural () zona urbana

Tempo de permanência no local de nascimento: _____

Residiu em outros lugares:

Cidade/Estado	zona rural	zona urbana
_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()

Onde mora hoje: () zona rural () zona urbana

Cidade: _____ Estado: _____

Tempo de permanência no endereço: _____

Escolaridade:

() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Superior () Sem

Outro tipo: _____

Sabe ler: () Sim () Não

Sabe escrever: () Sim () Não

Profissão: _____

Função que desempenha no local de trabalho:

() Proprietário () Encarregado () Gerente () Sócio () Arrendatário

() assentado

Outra: _____

Regime de trabalho:

() CLT: \$ _____

() Contrato temporário: tempo _____ \$ _____

() Sem Registro: Tipo de remuneração: _____

Tempo de trabalho na função: _____

Atividades no espaço rural.

Atividades desenvolvidas na propriedade:

Atividade principal da propriedade: _____

A propriedade é produtora:

 sim não

Se sim, relacionar os produtos:

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Participação na receita da propriedade: % ____ mensal anual

Contratação de mão-de-obra: () Sim () Não Se sim, preencher a tabela

Para qual atividade	Quantidade Funcionários	Permanente (CLT)	Temporário

Transformações no espaço rural

Oferta de serviços turísticos: () sim () não

Se sim, relacionar:

Hospedagem	Alimentação	Passeios	Vendas	Outros

Mudanças a partir do início da atividade turística: () sim () não

Se sim, relacionar:

APÊNDICE C – Questões abertas

Como vê a atividade do turismo rural?

Em sua opinião, o que está certo nesta atividade?

O que está errado? Por quê?

O que precisa mudar?

Conhece o que o governo oferece para trabalharem com o turismo rural?

E as linhas de crédito?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: _____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: “Políticas Públicas e Turismo”. O projeto de pesquisa será conduzido por Angela Marcia de Souza, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof (a). Dr(a) Claudia Maria Daher Cosac, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Unesp-Campus de Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Compreender e explicar as políticas públicas que fundamentam o turismo na busca pelo desenvolvimento sustentado. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

 Assinatura do participante

Pesquisador Responsável
 Nome: Angela Marcia de Souza
 Endereço: Rua Liberdade, 700 – Franca-SP
 Tel: 034-9971-5444
 E-mail: administracao@cesuc.br

Orientador
 Prof. (a) Dr. (a) Claudia Maria Daher Cosac
 Endereço: Rua Garibaldi, 806 apto 501 Ribeirão Preto-SP
 Tel: 016-3234-1615
 E-mail: claudiacosac@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp – Campus de Franca/SP
 Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 – Jd. Dr. Antônio Petraglia - CEP: 14409-160 – CP 211 – FRANCA – SP
 Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br